

VOLUME IV

PASSO FUNDO

ESTUDOS HISTÓRICOS

*Dinâmicas econômicas
nos séculos XX e XXI*

ORGANIZADORES

ALEX ANTÔNIO VANIN

DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO

JOÃO CARLOS TEDESCO

COLEÇÃO ESTUDOS HISTÓRICOS

ALEX ANTÔNIO VANIN

DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO

COORDENADORES



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura



Instituto
Histórico
de Passo Fundo
Fundado em 15 de abril de 1954

VOLUME IV

PASSO FUNDO

ESTUDOS HISTÓRICOS

*Dinâmicas econômicas
nos séculos XX e XXI*

© Dos Autores, 2022

Os autores dos capítulos são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Revisão

A revisão dos textos foi de responsabilidade dos autores.

Projeto gráfico

Acervus Editora

Capa

Alex Antônio Vanin

Conselho Editorial da Acervus Editora

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (IMED)

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P289 Passo Fundo [recurso eletrônico] : estudos históricos :
dinâmicas econômicas no século XX e XXI, volume
IV / organizadores Alex Antônio Vanin, Djiovan
Vinicius Carvalho, João Carlos Tedesco. – Passo
Fundo : Acervus, 2022.
20 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-81266-24-0.

1. Passo Fundo (RS) - História. 2. Desenvolvimento
econômico - Aspectos sociais, séc. XX e XXI.
3. Historiografia. 4. Memória. I. Vanin, Alex Antônio,
org. II. Carvalho, Djiovan Vinicius, org. III. Tedesco,
João Carlos, org.

CDU: 981.65 Passo Fundo

Biblioteca responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Imagens da 1ª Capa

Vista dos moinhos da Avenida Sete de Setembro, em 1961. Foto de Deoclides Czamanski, cedida por Ronaldo Czamanski.

Trigo plantado nos canteiros da Avenida Brasil, durante o Centenário de Passo Fundo, em 1957. Fonte: Revista Manchete. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Imagens da 4ª Capa

Homens serrando pinheiro em Passo Fundo, 1918. Fonte: Relatório apresentado pelo intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, em 1918. Passo Fundo: Oficinas d'A Federação, 1919, p. 10.

Vista do Moinho São Luiz, em fins da década de 1920. Photo Moderna de Benjamin D'Agnoluzzo. Acervo do IHPE.

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO
COORDENADORES

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO
JOÃO CARLOS TEDESCO
ORGANIZADORES

PASSO FUNDO

ESTUDOS HISTÓRICOS

*Dinâmicas econômicas
nos séculos XX e XXI*

VOLUME IV



PASSO FUNDO
2022



LABORATÓRIO DE MEMÓRIA ORAL E IMAGEM

O Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI) tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisas a partir da organização da memória oral, visual, audiovisual e escrita da região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência da UPF, tendo como problemática fundamental a questão da memória. Horizonte esse que se liga ao conceito de identidade, pois as memórias produzidas historicamente pelos diferentes grupos (sociais, étnicos e de gênero) construíram representações de identidade que podem ser acessadas a partir de fontes diversas e passam a ser entendidas como registros das experiências humanas ao longo do tempo e que, na ação de rememorar, unem passado e presente, em um processo de manutenção e reforço dos laços identitários dos grupos.

A riqueza da diversidade cultural das diferentes comunidades da região revelou a necessidade de um levantamento histórico amplo, especialmente a partir das histórias de vida de seus atores. Ao mesmo tempo, foi identificada a existência fragmentada de registros escritos, orais e imagéticos dessas memórias, através de histórias de instituições oficiais, de lazer, religiosas, de ensino, das famílias, fotografias e outros objetos.

COORDENAÇÃO: João Carlos Tedesco e Alessandro Batistella.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
--------------	---

Julcemar Bruno Zilli

PARTE I

DINÂMICAS EXTRATIVISTAS

ASPECTOS ECONÔMICOS DE PASSO FUNDO: EXTRATIVISMO, PRODUÇÃO E COMÉRCIO DA ERVA-MATE	15
---	----

Rosane Marcia Neumann

A INDÚSTRIA DA MADEIRA E OS MEIOS DE TRANSPORTE EM PASSO FUNDO (1906-1950)	53
---	----

Liliane Irma Mattje Wentz

PARTE II

DINÂMICAS INDUSTRIAIS E EMPREENDEDORAS

A CHARQUEADA SÃO MIGUEL: UMA INDÚSTRIA SALADERIL EM PASSO FUNDO (1914-1931)	79
--	----

Djiovan Vinícius Carvalho

A CONSTITUIÇÃO DA INDÚSTRIA CERVEJEIRA EM PASSO FUNDO (1880-1947)	101
--	-----

Cristian Vian

A NOSTALGIA DA CHAMINÉ COMO EFEITO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO: O CASO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA EM PASSO FUNDO (1947-1997)	135
--	-----

Jênifer de Brum Palmeiras

A DINAMIZAÇÃO DAS OLARIAS NO MEIO RURAL DE PASSO FUNDO (1960-1980)	159
---	-----

Sirlei de Fátima de Souza

Z. D. COSTI E PLANALTINA: DA CRIAÇÃO AO DESMONTE DE DUAS INDÚSTRIAS FRIGORÍFICAS EM PASSO FUNDO (1948-1993)	187
---	-----

Pedro Henrique Carretta Diniz

Caliane Christie Oliveira de Almeida

EMPREENDEDORES, FAMÍLIAS EMPREENDEDORAS E O COMÉRCIO: ALGUNS ASPECTOS DA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DE PASSO FUNDO (1900-2000)	205
<i>Denize Grzybowski</i>	

PARTE III

DINÂMICAS DA AGRICULTURA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

ESPELHO FIEL DA POTENCIALIDADE ECONÔMICA: A 1ª EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA, INDUSTRIAL E FEIRA ANEXA DE PASSO FUNDO (1939)	231
<i>Alex Antônio Vanin</i>	

A COOPERATIVA COOPASSO: SINERGIA ECONÔMICA ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA EM PASSO FUNDO (1955–1980)	263
<i>João Carlos Tedesco</i>	

OS FATORES DETERMINANTES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DE SOJA EM PASSO FUNDO	309
<i>Tiago Dalla Corte</i>	
<i>Thaís Dalla Corte</i>	

AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA NO PLANALTO MÉDIO E NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO/RS	341
<i>Luiz Fernando Fritz Filho</i>	
<i>Karen Beltrame Becker Fritz</i>	

A AGRICULTURA FAMILIAR EM PASSO FUNDO: CARACTERÍSTICAS E ALGUNS RESULTADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS (1995-2020)	377
<i>Indaia Dias Lopes</i>	

PARTE IV

DINÂMICAS DE MERCADO E DE DESENVOLVIMENTO

A CRISE DOS ANOS 1980 E A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DE PASSO FUNDO	407
<i>Cleide Fátima Moretto</i>	

PASSO FUNDO COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: MUDANÇA ESTRUTURAL NA DINÂMICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	431
<i>Marco Antonio Montoya</i>	

PERSPECTIVA ECONÔMICA DE PASSO FUNDO SOB O OLHAR DA GERAÇÃO DE RIQUEZA: APONTAMENTOS EMERGENTES	459
<i>Julcemar Bruno Zilli</i>	
A CENTRALIDADE DO DESENVOLVIMENTO DE PASSO FUNDO E O SEU IMPACTO REGIONAL	479
<i>Marcos Alexandre Cittolin</i>	
SOBRE AS AUTORAS E AUTORES	513



APRESENTAÇÃO

Os aspectos socioeconômicos do município de Passo Fundo, em sua dimensão histórica de mais de um século e meio, foram preponderantes para o desenvolvimento da região norte do estado e para a constituição de um polo regional, principalmente, atuando em diversos segmentos da economia desde os primórdios com os tropeiros e o extrativismo da erva-mate, no final do século XIX, até a pujança do agronegócio, educação e saúde da atualidade.

Para destacar todos os esforços despendidos pelos moradores de Passo Fundo ao longo do tempo apresentamos o livro *Passo Fundo: Estudos Históricos – Volume IV*, que fortalece os laços históricos e os aspectos econômicos do surgimento do Passo Fundo que conhecemos hoje.

Para tanto, o livro enobrece os aspectos econômicos do município, iniciando pela produção e comercialização da erva-mate e a mudança da produção realizada por lavradores nacionais em ervais públicos para a privatização dos ervais e a concessão da exploração a empresas ervateiras até cederem espaço para a produção agrícola.

Os primórdios do século XX são marcados pelo desenvolvimento da industrialização na região. Dentre outros segmentos de impacto na economia passo-fundense destaca-se o surgimento da indústria cervejeira Serrana substituindo as pequenas fábricas de cervejas artesanais do final do século XIX e com insumos produ-

zidos rudimentarmente. Com o aumento da demanda e a necessidade de capital para confrontar com as necessidades da época, a cervejaria foi vendida para a Cervejaria Brahma que permaneceu na cidade até 1997, quando inicia o processo de desindustrialização e mudança da unidade para Santa Catarina, restando apenas a nostalgia das escadarias da Brahma.

O desenvolvimento da indústria madeireira e a importância das ferrovias para o transporte da madeira para o centro do Brasil, bem como do transporte fluvial para a Argentina e Uruguai, foi fator relevante para que a economia de Passo Fundo, devido às imensas florestas de araucárias, ganhasse uma nova feição. A construção das ferrovias tornou-se um marco do núcleo urbano central da região.

Com as transformações da realidade agrária da região de Passo Fundo, ocorridas devido à dupla composição de formações naturais — floresta e campo —, notou-se um quadro bastante rico no tocante às diferenciações regionais, principalmente quanto às ocupações e aos usos diferentes da terra. A agricultura se caracterizava pelas queimadas e uso da fertilidade natural do solo, sendo a adubação inexistente. A agricultura se desenvolve a partir da passagem de uma economia rural para uma economia agroindustrial com a prática de produção de trigo em rotação com o cultivo de soja. Assim, Passo Fundo foi o catalisador e disseminador dos principais processos técnicos e econômicos do setor agrícola, desenvolvendo os processos que afetaram a agricultura local e regional.

A renda gerada no campo e na cidade estimularam o surgimento de estabelecimentos comerciais para atender a demanda crescente no início do século XX, dando início aos primeiros passos do empreendedorismo comercial na cidade de Passo Fundo, que, até então é de grande expressão. Por ser considerada um cor-

redor de passagem de tropeiros para o centro do Brasil, o comércio de Passo Fundo se desenvolveu em razão de diferentes eventos — ferrovia, erva-mate, colonizadores, casas de comércio etc. — que marcaram a história da formação do território de Passo Fundo.

O papel central de Passo Fundo no desenvolvimento regional parece estar relacionado com o posicionamento geográfico, disponibilidade de recursos, clima e estrutura colonizadora. Nesse sentido, os núcleos centrais tinham como principal função a distribuição de bens e serviços para a população externa à localidade e, com isso, Passo Fundo destaca-se como uma rede de produção e distribuição de bens e serviços para todos os cantos no País. O desenvolvimento não tardaria a chegar na cidade. A intensificação do processo de industrialização no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 estimularam o significativo desenvolvimento de Passo Fundo, principalmente com a instalação de empresas ao longo de importante via de acesso à cidade. O surgimento de frigoríficos Z. D. Costi e Planaltina favorecem o desenvolvimento socioeconômico da região, principalmente, pela rica oferta de matéria-prima e estradas para o escoamento da produção animal.

O avanço da agricultura, no início da segunda metade do século XX, instigou a criação de algumas cooperativas na região de Passo Fundo. Uma forma encontrada pelos produtores para integrar a agricultura e a indústria foi a da criação da Cooperativa Triticola de Passo Fundo com papel importante no meio rural, político, econômico, industrial e financeiro, consolidando um ciclo de desenvolvimento econômico produtivo na região.

Os movimentos em direção à modernização de Passo Fundo passaram, inclusive, pela alteração nas estruturas das construções, antes intensiva no uso de madeira, passando a utilizar tijolos e telhas das olarias surgidas na década de 1960. Os produtos supriam

a demanda dos municípios regionais, bem como de Santa Catarina e Paraná.

Os caminhos abertos entre os pinheirais e os pés de erva-mate, além do comércio e da indústria, levaram o município de Passo Fundo a se tornar um polo regional de desenvolvimento, servindo de referência em vários segmentos econômicos, principalmente, agronegócio, educação e saúde.

A atração crescente de pessoas e empresas contribuiu para que a economia passo-fundense se destacasse no cenário estadual, figurando entre as 10 maiores do Rio Grande do Sul, com Produto Interno Bruto superior a várias cidades do mesmo porte. O resultado é a atração de trabalhadores e a geração de renda, que, na maior parte das vezes, é dispendida no comércio da cidade, aumento da arrecadação tributária e, com isso, proporcionando aos gestores públicos a possibilidade de realização de obras de melhoria na cidade.

Alternativamente à produção de trigo na região de Passo Fundo, a cultura da soja começa a se desenvolver cada vez mais com a invenção e utilização do Plantio Direto nas propriedades rurais. Os avanços no setor do agronegócio – a jusante e a montante – influenciaram a produção de soja, chegando a ocupar cerca de 87% na área agricultável do município, além de contribuir no cenário nacional com a produção de farelo e óleos.

Grande parte dos avanços socioeconômicos observados no município de Passo Fundo passaram, em alguma intensidade, pelo desenvolvimento da agricultura familiar. Mesmo marcada por ser uma região voltada à grande produção agrícola de *commodities*, com concentração de terras, a agricultura familiar apresenta destaque no âmbito local e regional.

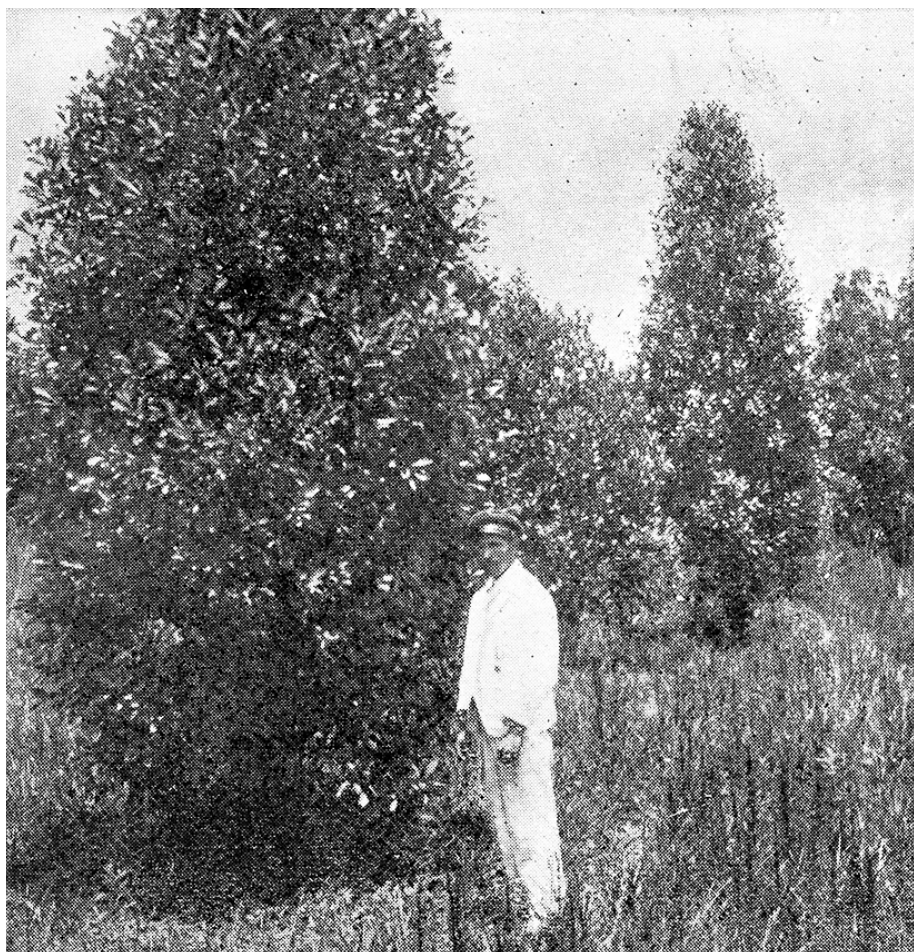
Diante dos diferentes temas e seguindo o contexto histórico e cronológico, o livro consegue permear entre diferentes momen-

tos e atitudes preponderantes para o desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo; auxilia na compreensão dos processos de modernização da região centro-norte do estado e demonstra elementos que tornaram Passo Fundo num polo de desenvolvimento regional. Portanto, a leitura da obra levará os leitores a uma viagem pelos principais momentos que marcaram a história da cidade de Passo Fundo.

Julcemar Bruno Zilli

Professor do Curso de Graduação em
Economia da Universidade de Passo Fundo





ASPECTOS ECONÔMICOS DE PASSO FUNDO:

extrativismo, produção e comércio da erva-mate

ROSANE MARCIA NEUMANN



O indiscutivelmente primeiro lugar ocupa, nesta província, a *erva-mate* ou chá-paraguaio; pertence ela às coisas indispensáveis da vida do brasileiro, aliás de tão poucas exigências. Ela é colhida das erveiras silvestres no planalto; é secada lentamente sobre um fogo de carvão e consumida, em quantidades imensas, em parte do país mesmo, em parte, porém, exportada, em especial para a repúblicas espanholas vizinhas. Seu gosto é estranho; contudo, misturado com açúcar, não é desagradável, e as cuias de mate são a primeira coisa que é oferecida ao visitante pelo campeiro rio-grandense. O mate é posto em uma vasilha parecida a uma cabaça, preparada da casca de uma espécie de porongo (cuiá), (raras) vezes adocicado com açúcar; depois derrama-se sobre ele água quente; ao bebê-lo, sorve-se o mate por um canudo de prata que, na outra extremidade, tem uma espécie de bojo crivado de furinhos. (HÖRMEYER, 1986, p. 48)

O consumo de erva-mate permanece como parte do cotidiano rio-grandense, mantendo padrão semelhante ao descrito pelo alemão Joseph Hörmeyer, em sua passagem pelo estado, na metade do século XIX. Hoje, ervateiras com uma estrutura industrial produzem a erva-mate em larga escala, colhida em ervais cultivados utilizando os saberes técnicos modernos, com o propósito de aprimorar a qualidade e o rendimento do produto. A “Rota da Erva Mate”, que abrange dez municípios da região Alta do Vale do Taquari, é um indício da importância econômica desse produto, e

em contrapartida, o potencial turístico, dado pelo desconhecimento e curiosidade do processo de produção realizado nas ervateiras.¹

Partindo desse horizonte, aborda-se nesse estudo o papel da produção de erva-mate para a economia do município de Passo Fundo no final do século XIX e primeiras décadas do século XX – grosso modo, o período da Primeira República –, período de transição entre uma economia extrativista, realizada por lavradores nacionais em ervais públicos, para uma economia extrativista capitalista, com a privatização dos ervais e a concessão da exploração a empresas ervateiras, somada à colonização da região.

O EXTRATIVISMO DA ERVA-MATE

A erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) é uma planta nativa do Sul do Brasil, Argentina e Paraguai, e seu consumo remonta às populações indígenas que habitavam esse território, hábito relatado com reserva pelos padres jesuítas no século XVII/XVIII (RUIZ DE MONTTOYA, 1985; FURLONG S. J., 1960).

No Rio Grande do Sul, a erva-mate era abundante no vale dos rios Taquari, rio Pardo e o Planalto Rio-grandense (Figura 1). Desde tempos remotos, os ervais eram explorados pelos povos indígenas dos Sete Povos das Missões, figurando como o principal produto de exportação das missões jesuíticas. A rota de comércio, via rio Uruguai, atendia o mercado da Bacia do Prata, além de outras praças do mercado hispano-americano.

¹ A Rota da Erva-Mate é integrada pelos municípios: Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Itapuça, Nova Bréscia, Putinga e Relvado. (Rota da Erva-Mate. Disponível em: <http://amturvaes.com.br/sitenovo/rota-da-erva-mate/> Acesso em 18 out. 2021.).

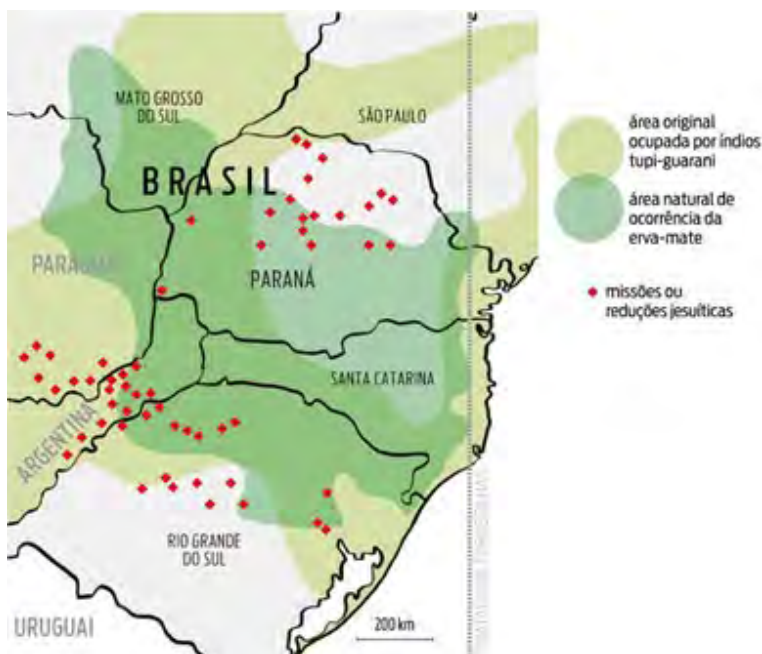


Figura 1. Área de ocorrência da erva-mate no Brasil. Fonte: <https://multimidia.gazetadopovo.com.br/media/info/especiais/erva-mate/origens/01-info-mapa.jpg>. Acesso em 18 out. 2021.

Segundo Aurélio Porto (1954), os ervais nativos explorados pelos indígenas missioneiros no Planalto estendiam-se até o Alto Uruguai, explorando as “manchas” de ervais situadas desde o rio Inhacorá até as cabeceiras do rio da Várzea, e até a Serra do Erval, no Sul. A estância jesuítica de São Xavier, situada entre os rios Ijuí e Inhacorá, abrigava uma parcela considerável de ervais nativos. Já o município de Palmeira, situado mais próximo do rio Uruguai, era o celeiro de erva-mate do Estado.

Seguiam-se a esses, no prosseguimento da linha NO-SE, os ervais da Conceição (Rincão de Nossa Senhora), que cortavam pequena parte do antigo

município de Cruz Alta, hoje compreendida também pelo município de Ijuí. Mas a zona ervateira por excelência, explorada quase um século pelos Povos das Missões, foi a que estende do Jacuí às nascentes do Uruguai, isto é, a hoje compreendida pelos municípios de Nonoai, Passo Fundo e Soledade, desde a Serra do Butucaraí até o atual município de Erechim. Extremava ao Sul a linha geográfica dos ervais pelas manchas ao Norte do rio Camaquã do Sul e oeste da Lagoa dos Patos, na Serra do Herval. (PORTO, 1954, p. 332)

No pós-Guerra Guaranítica (1750), os remanescentes missioneiros, ao lado dos portugueses – posseiros e sesmeiros que se estabeleceram em maior número no Estado e, posteriormente, os imigrantes europeus –, encontraram no extrativismo da erva-mate uma fonte de renda. O crescimento populacional e a formação de centros urbanos impactaram no consumo interno de erva-mate, fortalecendo a rota de comércio via Rio Pardo com destino à capital, Porto Alegre, atendendo o mercado consumidor.

O extrativismo da erva-mate no Brasil colonial, conforme Rosa e Souza (2019), era artesanal, utilizando tecnologias rudimentares, empregando as populações indígenas, homens livres e escravos. A independência da colônia em 1822, com a formação do Império, implicou em mudanças políticas, sociais e econômicas, que refletiram em inovações tecnológicas. Nesse contexto, a produção da erva-mate também foi afetada, substituindo o carijo pelo barbaquá na secagem da erva, técnica trazida do Paraguai, principiando o primeiro ciclo de produção. Com as melhorias realizadas na estrutura do barbaquá, este assumiu as feições de um estaleiro, reduzindo o tempo de secagem da erva-mate para 20 horas, aumentando a capacidade produtiva. A erva-mate era comercializada na

etapa denominada “erva cancheada”, quando ainda necessitava ser triturada, ou “erva processada”, pronta para o consumo. Na segunda metade do século XIX até a década de 1930, houve o segundo ciclo de produção da erva-mate, com a introdução do monjolo e engenhos com pilões de ferro na cadeia produtiva.²

Saliente-se que as práticas mais rudimentares e as novas técnicas conviveram por mais de um século, adaptadas conforme a localização dos ervais, as condições de exploração, transporte, os saberes e situação econômica dos ervateiros.

No Rio Grande do Sul, a privatização das terras devolutas, com a concessão de sesmarias e a legitimação de posses no Planalto Rio-grandense, implicou na promulgação de uma legislação municipal direcionada à proteção dos ervais públicos. Conforme Rosa e Souza (2019), no século XIX as Câmaras Municipais com ervais públicos, inseriram adendos em seu Código de Posturas, com normas para regulamentar a extração, o beneficiamento e o comércio de erva-mate – Cruz Alta em 1853, Passo Fundo em 1862, Taquari em 1872 e Palmeira das Missões em 1873. Em linhas gerais, esses códigos definiram:

- 1) Os ervais encontrados em terras devolutas eram públicos e de uso comum a todos que cumprissem a legislação.
- 2) A extração em ervais públicos era autorizada apenas mediante uma licença e o pagamento das receitas.
- 3) Era proibido colher erva em brotos, sem ter decorrido 4 anos entre uma colheita e outra. Também era proibido colher erva nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro.

² Segue-se nesse artigo a temporalidade proposta por Rosa e Souza (2019) para delimitar os ciclos econômicos de produção da erva-mate no Sul do Brasil, que está ancorada nas recentes discussões teóricas na área da História Econômica.

- 4) Era proibido derrubar as árvores da *Ilex* ou podar ervais interditados pelas Câmaras.
- 5) Era proibido fazer roças contíguas a ervais públicos.
- 6) Era proibido misturar plantas de outras espécies com a erva-mate, bem como vender ou misturar erva estragada. Todos os produtores deviam criar uma marca registrada para produzi-la e comercializá-la.
- 7) Quem descumprisse a legislação seria punido com multas e dias de prisão. (ROSA; SOUZA, 2019, p. 446)

Analisando os Códigos de Postura de Cruz Alta, Taquari e Palmeira das Missões, nota-se que

direcionavam a legislação para a preservação e a extração dos ervais enquanto o Código de Passo Fundo reforçava questões sobre a qualidade do produto destinado ao mercado. Ainda assim, os quatro Códigos possuíam aspectos em comum: como o pagamento de receitas, para que o ervateiro pudesse explorar o erval; a cobrança de multas e a possibilidade de prisão, para quem descumprisse qualquer norma sancionada; e a presença de fiscais que monitoravam tanto os ervais e quanto o beneficiamento da erva, para garantir a qualidade do produto final.

De modo geral, tanto as Leis quanto os Códigos de Posturas reforçam que a erva-mate era um produto economicamente relevante para a Província e para certas Câmaras Municipais de São Pedro do Rio Grande do Sul. A despeito disso, uma série de fatores exógenos também contribuíram para que a mesma atingisse esse destaque. (ROSA; SOUZA, 2019, p. 447).

As normas municipais permaneceram em vigor nos anos seguintes. Já em nível de Estado, o Regulamento de Terras de 1900 traz artigos gerais sobre a proteção florestal, ampliada com a publicação de leis mais específicas em 1913, regulamentando a exploração comercial das florestas públicas, via editais (IOTTI, 2001).

OS ERVAIS EM TERRAS PÚBLICAS

O extrativismo e o comércio da erva-mate foi uma das principais atividades e fontes de renda dos lavradores nacionais que ocupavam a região florestal do Planalto Rio-grandense, no século XIX. A abundância de ervais públicos induzia à exploração predatória, razão pela qual as Câmaras Municipais elaboraram seu código de posturas, incluindo um regulamento que tratava da exploração dos ervais públicos, visando sua preservação. Note-se que a conservação dos ervais era uma medida econômica, no sentido de garantir a produção e a arrecadação dos cofres públicos. Paralelo ao extrativismo, a economia da região girava em torno do comércio de mueres e a pecuária. Em Passo Fundo e Soledade, havia um comércio de exportação nascente de extrativismo de pedras semipreciosas, como a ágata, exportada para Alemanha.

O Código de Posturas de Passo Fundo, espelhado no de Cruz Alta, foi promulgado em janeiro de 1862, dedicando 14 artigos à exploração dos ervais públicos:

- 1) Era proibido misturar plantas de outras espécies com a erva-mate. Também era proibido vender ou misturar erva estragada.
- 2) Os engenhos deveriam ter um forno de secar erva; a trituração dos galhos e das folhas deveriam ocorrer em momentos distintos a fim de garantir a

- qualidade do produto. Eles também deveriam receber os fiscais e efetuar o pagamento das receitas.
- 3) Os surrões deviam atender a um padrão de qualidade e estética para garantir a qualidade e a comercialização do produto.
 - 4) Todos os engenhos deveriam relacionar a sua erva com a marca que os mesmos registravam na Câmara municipal, antes de vendê-la ao mercado nacional ou internacional.
 - 5) O mate destinado ao consumo interno podia ser fabricado mais grosseiramente, conforme o uso admitido. Já o produto destinado ao consumo externo devia atender todos os padrões de qualidade exigidos por aquele mercado.
 - 6) Quem descumprisse a legislação seria punido com multas e dias de prisão.³

Na virada do século, com a mudança de regime político, a municipalidade de Passo Fundo elaborou um novo Código de Posturas, decretado e promulgado pela Lei n. 21 de 1º de dezembro de 1904. No “Capítulo XXIX, Do fabrico e acondicionamento da erva-mate”, constam apenas cinco artigos:

Art. 170 – É expressamente proibido:

- 1º Cortar a erva e deixá-la por mais de 24 horas sem sapecar.
- 2º Secar erva em carijo descoberto.
- 3º Canchear a mesma no chão, de modo que ao produto se possam agregar matérias estranhas.
- 4º Adicionar caúna e qualquer outra folha estranha ou por qualquer modo falsificar a erva.
- 5º Em qualquer destes casos será a erva apreendida e imediatamente queimada, impondo-se ao infrator a multa de 20\$000.

³ Rio Grande do Sul (Estado). Correspondência da Câmara Municipal de Passo Fundo. Nº 147a, Cx. 44, 1862. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

6º Em igual pena incorrerá aquele que expor à venda erva podre, mofada ou por qualquer modo corrompida.

Art. 171 – Incorrerá na multa de 20\$000 e prisão de 24 horas, a pessoa que introduzir nos volumes qualquer corpo com o fim de aumentar o peso, lesando o comprador.

Art. 172 – Todo o engenho, casa ou pessoa que fizer exportação de erva-mate, é obrigado a registrar na Intendência a marca respectiva.

§Único. Esta marca será estampada em todos os volumes. Pena: multa de 10\$000.

Art. 173 – A moagem da erva-mate será feita por meio de mão de soque devidamente calçada de ferro. Pena: multa de 10\$000.

Art. 174 – A exportação de caúna só será permitida se o exportador escrever o nome do produto em cada volume; o infrator incorrerá na disposição do §5º do art. 170.⁴

Já no Código de Postura de Passo Fundo aprovado em 1914 não há mais referências à erva-mate.⁵ É notável que os códigos do município se ocupam com a qualidade da produção da erva-mate, sem referir-se à proteção dos ervais, seguindo nesse quesito a legislação estadual.

Na segunda metade do século XIX, Maximiliano Beschoren circulou pela região do Planalto Rio-grandense enquanto agrimensor, e registrou a destruição dos ervais públicos como um problema iminente. Na sua leitura, os ervateiros “não se conscientizam de que precisam cultivar a floresta ervateira, dispensando-lhe todo o

⁴ Intendência Municipal de Passo Fundo. Código de Posturas. Lei n. 21 de 1º de dezembro de 1904. Pedro Lopes de Oliveira, Intendente. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1904, p. 43-44.

⁵ Intendência Municipal de Passo Fundo. Código de Posturas. Lei n. 59, de 30 de junho de 1914. Pedro Lopes de Oliveira, Intendente. Passo Fundo: Livraria A'Minerva, 1914.

cuidado. Não se dão conta de que mesmo não sendo os donos da terra, vivem da produção que lhes dá tanto lucro, extraída do terreno que pertence a ‘todos nós’” (BESCHOREN, 1989, p. 62). O jornalista e político cruz-altense Evaristo de Castro (1887), no seu relato de viagem pela região do Planalto Rio-grandense, descreveu o processo de produção da erva-mate no carijo, cujo auge da safra iniciava no inverno, estendendo-se de março a agosto, explorando as florestas nacionais. Chamava atenção para multiplicidade de espécies de árvores de erva-mate e o saber tradicional sobre a lenha a ser utilizada no carijo, uma vez que interfere na qualidade e gosto da erva-mate. Conhecer a planta e seu correto processamento era essencial, porém, na sua interpretação, os ervateiros não davam a devida atenção a essas particularidades. Na pauta de exportações dos municípios da Cruz Alta, Soledade, Passo Fundo, Santo Ângelo e Palmeira, predominava a erva-mate, chegando a 500 mil arrobas. Atribui a queda da produção à baixa qualidade técnica na fabricação e acondicionamento do produto.

Escrevendo sobre a região no início do século XX, Hemeterio Velloso da Silveira (1909, p. 165) afirma que “a chamada indústria da erva-mate consiste unicamente na colheita e aproveitamento do que a natureza produz em lugar apropriado”. Até então, as tentativas de dominar a técnica da produção de mudas de erva-mate haviam sido infrutíferas logo, a destruição dos ervais públicos comprometia a atividade e disponibilidade do produto no mercado.⁶ Sobre o

⁶ Os relatos dos padres jesuítas do século XVIII já mencionam os experimentos de produzir mudas de erva-mate de forma artificial, melhorando a técnica. “As primeiras sementeadas de erva-mate surgiram na Redução de São Xavier. Em 1750, os Sete Povos já possuíam cerca de 700.000 mil pés de erva-mate (uns 100 pés por família)” (FURLONG S.J., 1960, p. 120). A plantação desses ervais era realizada próxima da Redução. “Nos arrabaldes de cada povo existe uma plantação artificial de árvores de congonha para fabricar erva-mate. Em São Lourenço está a plantação semicircular à maneira de ferradura. Em todos os povos é suficiente a colheita dessas árvores para o uso dos habitantes” (GAY, 1942, p. 323).

processamento da erva no monjolo ou engenho, a erva moída mais grossa era o tipo consumido nas Missões, e a moída mais fina era a consumida no Rio da Prata.

O domínio da técnica de produção de mudas de erva-mate foi aprimorado no início do século XX, expandindo-se nas novas zonas de colonização, como uma possibilidade de obtenção de renda por parte dos colonos. Segundo o Relatório da Intendência Municipal de Ijuí, apresentado em 1920:

Chamo também muito particularmente a atenção dos moradores do município para a plantação da erva mate, por ser muito compensadora e poder aproveitar-se pequenas zonas de terras que já não se prestam para outras culturas. [...]. Dos dados colhidos a esse respeito pude coligir que uma colônia de 25 hectares comporta 15.000 pés de erva-mate, e o valor que se pode obter por tal colônia depois de plantada, fica ao alcance de todos compreenderem. De 4 a 6 anos pode-se facilmente transformar uma área de terra ruim, em terra de alto valor, e isso sem grande emprego de capital que corra risco e dê resultado lucrativo positivo.⁷

No final do século XIX primeiras décadas do século XX, a região dos ervais públicos foi gradualmente privatizada, inicialmente via arrendamento dos ervais públicos a empreendimento ervateiro e, paralelamente, com a privatização da zona florestal e seus ervais,

O Padre Sepp (1943) também mencionava a produção de mudas de erva-mate. Denota-se que esse conhecimento técnico não foi repassado aos ervateiros, que exploravam a região no século XIX e primeiras décadas do século XX.

⁷ Intendência Municipal de Ijuí, Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Coronel Antonio Soares de Barros, período de 1º de dezembro de 1919 a 30 de novembro de 1920. Ijuí: Typografia de Dr. Roberto Löw, 1920, p. III-IV.

por meio da colonização. Nesse processo, a exploração da erva-mate passou a ser realizada pelos colonos que se instalaram na área, ou as empresas ervateiras que passaram a comprar a erva dos novos proprietários. Por outro lado, houve uma destruição sistemática dos ervais, cedendo lugar às roças, voltadas à produção agrícola. Essa mudança na base produtiva da região inviabilizou a atividade extrativa e a própria existência do ervateiro, muitas vezes, um lavrador nacional, forçado, então, a migrar para espaços urbanos ou lugares mais afastados.

Soma-se a esse cenário a própria legislação e o aumento da fiscalização, com o objetivo de inibir a exploração das florestas públicas, incluindo os ervais. Foram adotadas medidas legais para regularizar o processo de apropriação de terras, disputas por domínio dos ervais, expulsão dos intrusos e a dificuldade de manter a ordem estabelecida (CHRISTILLINO, 2008; 2015). Para regulamentar as terras públicas, o Presidente do Estado promulgou a Lei n. 28 em 5 de outubro de 1899, pormenorizada no Regulamento de 1900. Tal legislação definia como terras públicas devolutas aquelas que não são de uso público nem apropriadas por título legítimo; protegia a posse de boa-fé; limitava a área legítima em zonas de floresta em 25 hectares, e na zona de campo em 50 hectares. Nesse contexto, com o intuito de normatizar a exploração da erva-mate e ampliar a proteção dos ervais, mantendo uma produção em escala comercial, o governo estadual aprovou em 1903 o “Regulamento para exploração dos ervais de domínio do Estado”. Dentre as normas, estabeleceu que a colheita deveria ser realizada entre abril e agosto; o tempo entre uma poda e outra deveria ser de no mínimo três anos, era proibido derrubar a árvore da erva-mate, estabelecer roças e moradia nos ervais, os infratores estavam sujeitos a multa; para preservação dos ervais, o Estado e os Municípios estavam

autorizados a fazer contratos de arrendamento e exploração com empresários particulares.⁸

A floresta como valor agregado ao lote colonial perpassava a política de colonização da Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul (DTC), dentro dos propósitos republicanos e positivistas. Por exemplo, o Chefe da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo (CTC-PF), Serafim Terra, ao ser consultado por Octaviano Vieira de Araújo, da *Compagnie Auxiliare de Chemins de Fer au Brésil*, o qual faz pedido para extrair a madeira necessária dos matos do domínio do Estado para o fornecimento de dormentes e madeiras para o prolongamento da linha férrea de Passo Fundo ao Uruguai, escreveu em 1º de janeiro de 1909:

Sendo a zona atravessada pela estrada destinada a Colonização, a concessão pretendida imposta numa devastação e, portanto, em desvalorização dos lotes colocados ao longo da mesma linha. É evidente que, além de ficar o lote desprovido de madeira de lei necessária para as necessidades do colono, qualquer que seja a fiscalização e o cuidado empregado pelo concorrente, os estragos se dariam provido das derrubadas e respectivo transporte. Sendo inabalável o número de lotes prejudicados com semelhantes proposta, redundo o suposto lucro de 24.000\$000 reis em enorme desvantagem.⁹

⁸ Diretoria de Terras e Colonização. Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, João José Pereira Parobé, em 31 de julho de 1903. Porto Alegre: A Federação, 1903, p. 23-24. Memorial da Assembleia Legislativa.

⁹ Diretoria de Terras e Colonização. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. Livro 1908/1909. Correspondência n. 57 e 58. Correspondência de Serafim Terra Chefe as Comissão de Passo Fundo a Vespasiano Corrêa, Diretor de Terras e Colonização. Passo Fundo, 1º de janeiro 1909. p. 57-58. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

Após a exposição do pedido ao seu superior, o Dr. Vespasiano Corrêa, Diretor de Terras e Colonização, o Chefe da CTC-PF recomendou que o pedido do requerente fosse indeferido. Logo, a legislação dá mostras de adaptar-se aos interesses do governo do Estado, nesse momento, interessado em reaver as terras públicas e colonizá-las, além de conceder à iniciativa privada a extração do pinheiro em florestas públicas. A proteção das florestas públicas, consolidada com a elaboração e aprovação de um Código Florestal, estava em consonância com as demandas do próprio Estado (IOTTI, 2001; ROCHE, 1969).

PRODUÇÃO DE ERVA-MATE EM PASSO FUNDO

A partir do Regulamento de 1903, os ervais públicos de Passo Fundo foram arrendados para iniciativa privada, via assinatura de contratos de arrendamento. Nesse esquema, os lavradores nacionais ou foram cooptados e empregados por esses empresários, como forma de permanecer na atividade, ou excluídos, ou deslocados.

Em 1914, a pauta de exportações do município era liderada pela madeira (tábuas de pinho), seguida pelo gado *vacum* e erva-mate. Em termos de impacto econômico, o valor arrecadado com a exportação da madeira representava o dobro da soma arrecada com a exportação de gado *vacum* e erva-mate.¹⁰ Contudo, as estatísticas apresentadas sinalizam para modificação do perfil da produção da região a partir de 1917, resultado do aumento da presença de imigrantes e colonos, quando a produção e exportação de milho e trigo em grão suplantaram a erva mate na tabela de arrecada-

¹⁰ Intendência Municipal de Passo Fundo. Código de Posturas. Lei n. 59, de 30 de junho de 1914. Pedro Lopes de Oliveira, Intendente. Passo Fundo: Livraria A'Minerva, 1914.

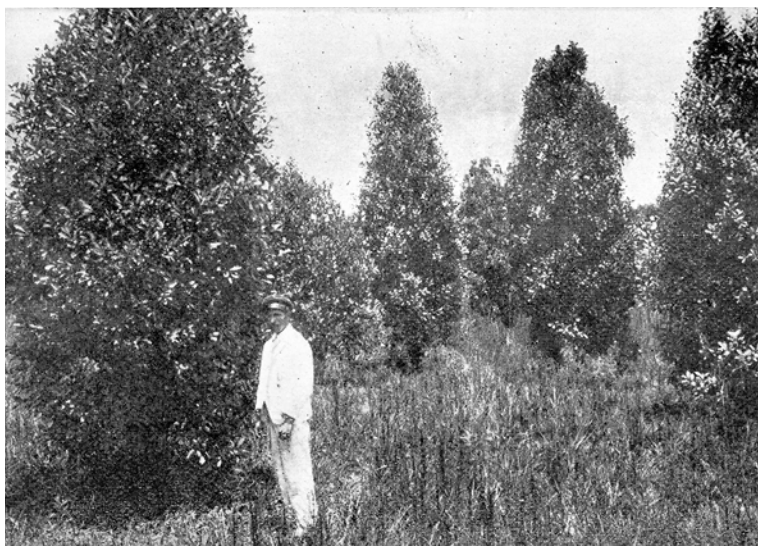
dação – entretanto, a região permaneceu sendo a maior produtora de erva-mate do estado. Conforme o relatório, havia no município 173 estabelecimentos de beneficiamento de madeiras e a produção de banha havia aumentado consideravelmente.¹¹

O relatório da Intendência de Passo Fundo apresentado em 1922, reforça a tendência do decréscimo da quantidade e valor da exportação da erva-mate para arrecadação do município: a madeira de pinho e madeira de lei são o produto com maior volume de exportação, seguida pela banha refinada, milho, trigo e feijão. Depois, consta a erva-mate, que em 1921 representou o equivalente a 945.345 quilos, no valor de Rs. 415:951\$800, resultando em Rs. 6:302\$300 em impostos. No ano de 1922, os números permaneceram muito próximos desses valores,¹² porém, no ano seguinte, de 1923, a produção de erva-mate dobrou, chegando a 2.205.853 quilos, no valor de R\$ 1.223:295\$400, mantendo-se nesse patamar em 1924, ficando atrás somente da exploração da madeira. Os dados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul informam que no período de janeiro a setembro de 1924, partiram de Passo Fundo: 933 vagões de madeira, diversos e outras mercadorias 287 vagões, cereais 130 vagões, e erva-mate 50 vagões – no total, partiram do município 1.717 vagões, representando a erva-mate 2,91% desse fluxo.¹³

¹¹ Intendência Municipal de Passo Fundo. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira em 1º de novembro de 1918. Porto Alegre: Oficinas gráficas d' "A Federação", 1918.

¹² Intendência Municipal de Passo Fundo. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Nicolau Araújo Vergueiro em 1º de novembro de 1922. Porto Alegre: Oficinas gráficas d' "A Federação", 1923.

¹³ Intendência Municipal de Passo Fundo. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Nicolau Araújo Vergueiro em 15 de novembro de 1924. Porto Alegre: Oficinas gráficas d' "A Federação", 1924.



Erval no município de Passo Fundo, 1922. Fonte: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul: obra histórica, descritiva e ilustrada*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, p. 424. Acervo IHPF.

Enfim, os quadros estatísticos da produção e arrecadação da Intendência Municipal apontam para diversificação da produção, com a inclusão de produtos processados pela indústria artesanal nascente, como a banha refinada, erva-mate, tábuas de madeira e um crescimento da produção agrícola. O aumento da produção agrícola é resultado direto do crescimento demográfico do município, pressionado pela colonização de terras e, consequentemente, o povoamento denso.

Em 1934, Antonino Xavier e Oliveira (1940) escreveu e publicou na imprensa um extenso artigo, republicado em 1940 em formato de livreto, no qual discorreu sobre a economia de Passo Fundo, na perspectiva de testemunha ocular. Segundo suas observações, a plantação de erva-mate somava então cerca de 70 mil pés, situados no subúrbio do município, e em plena produção. A base da

economia de exportação local permanecia ancorada na produção madeireira e ervateira. Calculava que estavam em funcionamento 129 madeireiras, explorando principalmente o pinheiro, atividade que sustentava cerca de 4.000 pessoas, dentre empregados diretos e suas famílias. Ressaltou que a produção ervateira, embora o município houvesse perdido território e ervais com os desmembramentos e a colonização, manteve-se no patamar anterior, apresentando inclusive crescimento. Criticou a ausência de fiscalização dos agentes do governo, permitindo a mistura de folhas de caúna e cauninha na erva-mate, comprometendo sua qualidade; o corte da erva-mate em meses impróprios e a inobservância do tempo de quatro anos entre um corte e outro, resultando na destruição dos ervais.

ENGENHOS:

A MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ERVA-MATE¹⁴

No início do século XX, a produção da erva-mate encontrava-se com uma cadeia produtiva mais estruturada em Passo Fundo. Ao corte da erva-mate, seguia o seu preparo no barbaquá ou carijo, de onde saía cancheada, dando entrada no monjolo ou no engenho. O tipo de erva preparada no município era o missioneiro e o argentino.

Dentre os engenhos que processavam a erva-mate cancheada, o principal era o Cruzeiro, pertencente à Empresa Rio-grandense de Mate Ltda., situado próximo à sede urbana, utilizando a força motriz do rio Passo Fundo. Produzia no tipo missioneiro a marcas

¹⁴ As fontes primárias sobre a exploração privada dos ervais em Passo Fundo foram reunidas pela bolsista de Iniciação Científica PIBIC-UPF Santa Giovana Giordani Mendes, dentro do projeto de pesquisa Terras e Colonização no Norte do Rio Grande do Sul na Primeira República, financiado pelo CNPQ, sob a coordenação da professora Dra. Rosane Marcia Neumann. O resultado foi apresentado como relatório de pesquisa e difundido no formato de comunicação.

Cabocla e, no barbaquá, as marcas Euphrazia, Santa Maria e Serrana. O empreendimento possuía tanoaria própria, com capacidade de produzir três mil barricas por mês. A mesma empresa era proprietária de outro engenho, localizado junto a estação férrea, em fase de reconstrução, após a destruição por incêndio em 1931. A exportação da empresa ervateira em 1933 foi de 1.088.844 quilos e, em 1934, 1.805.213 quilos até o mês de setembro, indicando para o aumento da produção. A referida empresa produzia, até 1900, só o tipo de erva missioneira no sistema carijo (OLIVEIRA, 1940).



Engenho Cruzeiro, pertencente a Arthur Schell Issler. Fonte: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul: obra histórica, descritiva e ilustrada*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, p. 424. Acervo IHPE.

A modernização da indústria ervateira de Passo Fundo, com a introdução do barbaquá, deu-se o início do século XX, por iniciativa do chileno Arturo Escalada, arrendatário dos ervais públicos no município, cujo produto obtinha melhor aceitação no mercado platino.

Atualmente, no município de Passo Fundo os industrialistas *Escalada, Verger y Hermanos* tomaram por arrendamento os ervais públicos do *Erechim*, onde por um sistema mais aperfeiçoado, a que o povo deu o nome de *barbaquá*, é preparada a *erva mate*, com que comerciam. As fogueiras com que secam a folhagem verde, são isentas da fumaça, que, em regra, prejudica o bom gosto do mate. (SILVEIRA, 1909, p. 186 – grifo no original)

A firma Krieger Hermanos & Cia. foi a sucessora no arrendamento dos ervais públicos do Estado no município, representada por Raoul Couty, instalando o primeiro engenho, sob a denominação Empório Industrial Rio-grandense, em 17 de agosto de 1905. Sucessivamente, o engenho teve vários proprietários e sofreu um incêndio, até ser adquirido no início da década de 1930 pela Empresa Rio-grandense de Mate Ltda. (OLIVEIRA, 1940).



O representante da firma Krieger Hermanos & Cia., o belga Raoul Couty. Acervo de Laurent de Weck.

O engenho situado sobre o rio Passo Fundo, de propriedade da mesma empresa, iniciou suas atividades no lugar denominado Butiá, no 3º distrito do município, por iniciativa de um francês, que instalou um soque hidráulico de erva. Em razão disso, o arroio

foi denominado do Engenho. Posteriormente, o engenho passou à propriedade de Fernando Goelzer e o major João Schell. Mais tarde, assumiu o engenho a razão social Issler e Goelzer, sociedade formada pelo capitão João Issler e Fernando Goelzer. Em decorrência do falecimento do primeiro, ingressou na sociedade seu filho, Arthur Schell Issler, permanecendo até 1904, quando adquiriu a parte da sociedade. Proprietário do engenho, mudou o local para junto do rio Passo Fundo, denominando-o Cruzeiro. Em 1912, o engenho foi ampliado e modernizado. Na noite de 6 de junho de 1913, as instalações foram consumidas por um incêndio, sendo reconstruído em seguida e reinaugurado em 1914 (OLIVEIRA, 1940).

EMPRESAS E EMPRESÁRIOS NA PRODUÇÃO DA ERVA-MATE

Em 1908, o município de Passo Fundo realizou uma exposição de produtos agrícolas e industriais. O Catálogo de produtos expostos reúne elementos significativos para pensar o lugar da produção de erva-mate no município. A própria Intendência Municipal expôs “um pé de erva mate”. A descrição traz indícios sobre a substituição do erval público pela produção da erva-mate em propriedades privadas, como um melhoramento tecnológico:

Esta preciosa árvore, apesar de abundantíssima nos matos do município, está sendo cultivada com animação por muitos agricultores, alguns dos quais já possuem centenas de árvores, em via de começarem a dar poda.

Seria acertadíssimo que outros os imitassem, atendendo às grandes vantagens que esta cultura proporciona conforme está sobejamente demonstrado pelas experiências feitas (OLIVEIRA, 1908).

No rol dos “produtos industriais”, estavam entre os expositores e seus produtos as indústrias ervateiras, com uma breve descrição. O primeiro estabelecimento, o Empório Industrial Riograndense, de Marquez, Vega & Cia., situado na cidade.

Premiado com 2 medalhas de ouro na Exposição Internacional de Milão.

Expõe os seguintes produtos: Chá de mate: 1 caixa com 48 pacotes, colheita de 1907; 2 barricas, colheita de 1907; 1 caixa com 48 pacotes, colheita de 1908; 6 cilindros; 3 barriquinhas.

Erva mate: 2 cilindros; 4 fotografias do estabelecimento. Esta importante fábrica, fundada em 1905 pela firma Krieger, Hermanos & Cia., e depois transferida à atual proprietária ocupa toda a quadra compreendida entre as ruas *General Osório*, *General Netto*, *Coronel Chicuta* e a estação da estrada de ferro. De alvenaria: 1 [galpão] com 16 X 25 metros; 1 com 17 X 10 metros.; De madeiras: 1 [galpão] com 25 X 3 metros; 1 com 20 X 8 metros; 1 com 13 X 9 metros; 1 com 8 X 15. E outros menores.

Além da secção de beneficiamento da erva, dispõe de uma tanoaria, uma carpintaria e uma funilaria, destinadas a preparar os volumes para o acondicionamento.

E’ servida pelo maquinismo seguinte: 1 motor de válvulas «Corliss», dos fabricantes Burton-Proctor, da força de 48 cavalos; 1 caldeira para o mesmo, sistema acuo-tubular dos fabricantes Babcock & Wilcox, com bomba de alimentação; 1 secador para erva; 1 máquina de cortar paus de erva; 6 peneiras, sendo 2 duplas; 5 ventiladores; 24 elevadores; 1 prensa a vapor; 1 prensa de mão; 2 baterias de pilões com 6 mãos cada uma; 1 moinho Krupp; 1 plaina a vapor; 1 serra de fita; 1 torno a vapor para ferro e madeira; 4 máquinas para o preparo de cilindros de folha de Flandres.

O pessoal interno do estabelecimento varia de 30 a 40 operários. Além disto proporciona trabalho a numero-

sas pessoas de fora dele, no fabrico de bolsas para acondicionamento dos tipos comuns da erva.

A empresa é arrendatária dos ervais do Estado no município, e os explora com cerca de 400 trabalhadores, distribuídos por numerosos barbaquás e carijos, situados no sertão do Uruguay.

O transporte do produto é feito em cargueiros, dos carijos e barbaquás até ao campo do Erechim, e daí à cidade, distante 16 léguas, em carretas puxadas a bois. No primeiro sistema de transporte são empregados de 350 a 400 mulas, e no 2.º, numerosas carretas.

A produção anual de erva é de 1.200.000 a 1.500.000 quilogramas, sendo a maior parte preparada pelo sistema barbaquá.

A empresa dispense anualmente:

Com o pessoal operário de 160 a 200 contos; com os tropeiros de 70 a 80 contos; com os carreteiros de 35 a 40 contos; com fretes da estrada de ferro de 50 a 60 contos; com o arrendamento dos ervais de 20 a 25 contos; com os impostos municipal de exportação e outros de 8 a 10 contos (OLIVEIRA, 1908).

Os dados sobre o Empório Industrial Rio-grandense detalham também o processo de preparo e beneficiamento da erva-mate, utilizando como referência uma publicação do “O Gaúcho”, de 8 de setembro de 1905 (*apud*. OLIVEIRA, 1908):

‘A erva-mate sendo um produto muito higrométrico, principalmente em tempo de chuva ou inverno, contém sempre alguma humidade que prejudica a sua qualidade, por cujo motivo a primeira operação que se lhe faz sofrer é a torrificação, por meio de um cilindro, cujo calor é dado segundo o grau de umidade em que se acha a erva, ou o cheiro, mais ou menos pronunciado, do humus, que desaparece por meio de calor.

A erva é levada a um cilindro por meio de um elevador e, desse momento até sua completa elaboração é mani-

pulada mecanicamente, precisando somente o cuidado dos aparelhos.

Ao sair do secador, por meio de um condutor e um elevador, a erva, para a sua classificação, é levada a uma peneira dupla, que separa os paus, as folhas, a erva grossa e a fina, sendo a parte primeira da peneira de quatro secções, – para a classificação dos paus, e a segunda de cinco secções – para a erva.

Das primeiras quatro secções saem paus mais ou menos grossos, misturados com folhas, as que estão separadas por ventiladores: estes vão aos pilões e aqueles à cortadora.

A cortadora apara todos os paus no comprimento de sete milímetros e passam a uma peneira para serem classificados em três classes por sua grossura, sendo os mais finos de primeira qualidade, e as duas outras classes com ervais mais inferiores.

Esses paus, ao sair da peneira, levam consigo partes de cascas e de madeira em lascas, sendo separadas estas madeiras por ventiladores, ficando os paus perfeitamente limpos e levados por elevadores cada classe em um soque diferente.

Voltando a primeira peneira, segunda parte, encontram a erva metodicamente separada por sua grossura.

A que é regularmente fria vai diretamente aos soques, das cinco que tem, essa parte da peneira, à terceira secção, que só deixa passar pedacinhos de pura folha, vai ao moinho, e das duas últimas secções a erva vai aos pilões. A erva que vae ao moinho, é preparada segundo o tipo que se quer obter – grossa para chilena ou erva chá; a cuia para os tipos Paraguaio e Paraná ou Brasileiro; e, saindo de seu aparelho, vai diretamente ao soque que lhe corresponde sempre por meio de elevadores.

A erva que vai aos pilões, moída também segundo a classificação que se deseja – grossa ou fina – sua saída é dirigida aos soques para ervas inferiores ou a uma peneira dupla – para as ervas de primeira qualidade e, classificada de novo, ou suficientemente moída, é dirigida aos

soques e a que ficou alguma cousa grossa e com alguns pedacinhos de pau, volta aos pilões, sendo postos á parte os paus, ou pedaços de lasca de madeira e casca.

Por este modo se obtém todos os tipos de erva, pois o moinho tem seu regulador, como também os pilões; e até o engenho pode, do mesmo modo fabricar o tipo Chileno, ou folhas cortadas em pedacinhos de um a um e meio milímetros, ou erva bem fina, como o tipo que se usa na campanha deste Estado, ou mais grossa, o tipo Paraguaio, para o qual servem as ervas de mais força e aroma, denominadas barbaquá.’

A erva uma vez fabricada, é acondicionada em barricas de 120, 60, 30 e 15 quilos, em sacos de 60 a 70 quilos, ou em pacotes de 1 e 2 quilos.

A quantidade de erva que pode fazer-se é de 15.000 quilos, em 10 horas de trabalho. Para o manejo dos aparelhos, são suficientes as seguintes pessoas: 1 maquinista, 1 foguista, 1 capataz e 2 ajudantes.

O processo de produção traz elementos da transição de um trabalho coletivo e artesanal, para um trabalho especializado, com a introdução de máquinas, a redução do número de trabalhadores e sua especialização, e simultaneamente, um aumento da produção.

Em uma nota do jornal *A Federação*, em 1907, consta que “os senhores Marquez, Vega e C. proprietários do Empório Industrial, do Passo Fundo, ofereceram a *A Federação*, por intermédio de seus agentes nesta capital, a importante firma Santos e Cia. rua do Comércio n. 18, uma barraquinha de erva mate”, e na mesma nota, destacava a qualidade da erva mate:



O coronel uruguaio
Abelardo Marquez.
Fonte: <https://bit.ly/3OcXHpo>.
Acesso em jun. 2022.

“trata-se de um produto conhecido, de 1ª ordem, e que faz honra a indústria do nosso Estado” (*A Federação*, 22/jan. /1907, p. 2.). Em 1911, a empresa era dirigida pelo Coronel Abelardo Marquez, que se encontrava em Montevideu (*A Federação*, 8/jul. /1911, p. 1).

O segundo estabelecimento presente na exposição é o Estabelecimento Industrial Cruzeiro, de Arthur Schell Issler.

Expõe 8 barriquinhas contendo as seguintes marcas de erva-mate de seu preparo:

Flor do Paraná. É a marca principal da casa.

Ouro 24. É a segunda marca na classificação da casa.

Euphrasia. Ocupa na classificação da casa o 3º lugar. Foi criado pelo sr. Fernando Goelzer, industrialista do 3º distrito do município, sendo ultimamente adquirida pelo expositor. Foi premiado com medalha de prata na Exposição Estadual de 1901.

Bohemia. A 4ª na classificação da casa e representa o antigo tipo missioneiro com os aperfeiçoamentos do moderno sistema de fabrico de erva.

3 fotografias da fábrica.

Este estabelecimento está situado a 3 quilômetros ao norte da cidade, à margem do Rio Passo Fundo, cuja força motriz aproveita.

Conta duas secções: a de beneficiamento e a de condicionamento.

A 1ª ocupa oito operários e a 2ª doze, e produz diariamente 4.500 quilos do produto, cujo preparo obedece ao seguinte processo:

Lançada a erva em um elevador, vai por este em uma peneira que a expurga da madeira grossa. Desta peneira é conduzida por um inclinado ao forno secador, e daí sobe por outro elevador à uma segunda peneira com 5 classificadores sendo então completamente separada a erva dos palitos que escapam à primeira classificação. Neste ponto os palitos separados seguem por um plano inclinado contendo diversos ventiladores para a eliminação

das películas, tomando depois um elevador que os conduz à cortadeira, onde são picados em tamanho uniforme e em seguida enviados por outro elevador, também passando por ventiladores, para uma última peneira, onde são classificados pela grossura em quatro diferentes tipos.

Quanto a folha, é levada da primeira peneira aos pilões, que são dez, ferrados, e uma vez moída, é conduzida a um elevador que a entrega a uma peneira onde é feita a classificação nos quatro tipos expostos.

A secção de acondicionamento dispõe de uma tanhoaria que pode preparar diariamente cinquenta barricas e na qual foram fabricados as que servem de invólucro aos produtos enviados à Exposição.

A área ocupada pelo estabelecimento e suas dependências é de 10.000 metros quadrados aproximadamente, e nela estão edificadas oito casas, todas elas de madeira e destinados ao serviço.

A matéria prima empregada, em parte procede do Estado de Paraná, e outra do município, naquele Estado trabalham para o estabelecimento doze barbaquás com cerca de 300 pessoas, na colônia militar do Xanxerê.

A erva-mate importada deste ponto paga \$695 por 15 quilos, de direito de exportação ao Estado do Paraná.

Quanto a de produção do município do Passo Fundo, é sujeita ao imposto de \$400 por 15 quilos, cobrada pela municipalidade no ato da exportação.

Os mercados consumidores dos produtos do estabelecimento são as praças do sul do Estado.

Além disto, também exporta erva-bruta para o Rio da Prata, em não pequena quantidade anualmente.

A captação de água do rio Passo Fundo para o estabelecimento é feita sem represa por um canal de setecentos metros de extensão e com as dimensões seguintes:

Altura máxima 4,4 metros; altura mínima 1,5 metros; largura: máxima superior 2 metros; inferior mínima 1 metro. A roda do engenho tem 3,8 metros de diâmetro por 0,8 metro de largo.

Os dados compilados trazem indícios quantitativos sobre os sujeitos envolvidos na produção da erva-mate, que somavam cerca de 800 pessoas diretamente, mais um contingente indireto, que produzia artefatos necessários à indústria ervateira. Tratando-se de uma atividade sazonal de extrativismo vegetal, requeria trabalho coletivo e grande número de trabalhadores não especializados na primeira fase da colheita. Conforme a especialização do processo de produção e introdução de máquinas, o número de trabalhadores reduzia. Todavia, como mercado de trabalho, mobilizava um contingente de trabalhadores significativo.

ÔNUS E BÔNUS DOS ARRENDAMENTOS: UM CASO DE RESCISÃO DE CONTRATO

A Empresa Marquez, Vega e Companhia explorava os ervais de Passo Fundo e Lagoa Vermelha, e notabilizou-se por adquirir ou vincular-se a empresas menores, formando uma rede entre empresários, municipalidade e mercado, ampliando sua capacidade de produção, atendendo o mercado regional e platino. Em ofício enviado ao Presidente do Estado Borges de Medeiros, pelo vice-cônsul do Brasil na Argentina, Narciso Peixoto de Magalhães, este escreve, a partir de notas publicadas na imprensa argentina local abordando a produção de erva-mate:

O mate paranaense como o rio-grandense, é elaborado com a verdadeira erva-mate (*Ilex paragua-*

rensis, de Lambert), planta silvestre que cresce no Rio Grande do Sul, Paraná, Matto Grosso e Santa Catharina de Missões. [...] Essas companhias têm seus escritórios em *Concepción* e deles se conhecem as marcas Flor de Liz e Cruz de Malta, as quais não podem competir em preço com as marcas Eufrasia, de Marquez, Vega & C^a, e a Bicaco de Bicaco e Comp., de Passo Fundo. [...] A erva-mate do Rio Grande do Sul é de boa qualidade, mantendo mercado seguro e firme, principalmente a de Bicaco e Marquez, Vega e C^a. (segundo me informaram hoje pertencente a outra firma social). (*A Federação*, 18/ago. /1914, p. 1).

Conforme o ofício, a Argentina importava erva-mate do Sul do Brasil em decorrência do elevado custo de produção, visto que “o cultivo da erva-mate reclama ingente esforço de capital, pois cada hectare de erva-mate custa ao colono uma soma nunca inferior a 2,500 pesos, moeda argentina, sem que este capital dê rendimento durante cinco ou seis anos” (*A Federação*, 18/ago./1914, p. 1.). O informe fornecido ao governo do Estado enfatizava o potencial consumidor do mercado argentino, até aquele momento, dependente da produção sul-brasileira, confirmando a capacidade de competição no mercado das empresas sediadas em Passo Fundo.

A qualidade da erva produzida pela Empresa Marquez, Vega e Cia. era inconteste, todavia, o cumprimento do contrato firmado com o Estado em território de Passo Fundo era o calcanhar de Aquiles da empresa. Com frequência, a empresa foi alertada por descumprir os artigos do contrato, referente a exploração dos ervais em períodos determinados e a obrigatoriedade de mantê-los em bom estado de conservação, sem danificá-los. O não cumprimento desses itens do contrato era penalizado com multa e possível rescisão de contrato em caso de reincidência, conforme o

“Regulamento para exploração dos ervais de domínio do Estado”, de 1903.

O agente fiscalizador mais próximo era a CTC-PF, vinculada à DTC. Em 1908, o Chefe da referida CTC-PF, Serafim Terra, encaminhou um ofício a Arthur Schell Issler e outros, e a Raul Conty, representante da empresa Marquez, Vega e Companhia, relembrando o Artigo 6º do contrato, que rezava: “o corte dos ervais só será permitido de 1º de maio a 31 de agosto, ficando suspenso o trabalho de 1º de setembro a 30 de abril, sob pena de multa de 1:000\$000 e perda da erva fabricada, além da rescisão do contrato, na reincidência”.¹⁵ O regulamento foi remetido às empresas arrendatárias de Passo Fundo em 10 de dezembro de 1908, com os artigos mais pertinentes, para que os arrendatários dos ervais não houvessem queixas posteriores dos “fregueses”. Nesse momento, a empresa obteve a renovação da permissão para a exploração dos ervais.

Todavia, em 14 de janeiro de 1909, mesmo já tendo remetido correspondência informando o período de extração da erva mate, o Chefe da CTC-PF remeteu um novo ofício aos arrendatários de Passo Fundo, no qual permitiu a extração imediata da erva-mate: “para os fins convenientes comunico-vos que foi permitido a firma Marques Vega e Comp., a extração de erva mate desde já”.¹⁶ Logo em seguida, em 28 de fevereiro do mesmo ano, já sob o comando do Dr. Carlos Torres Gonçalves na DTC, o Chefe da CTC-PF remeteu ofício onde trazia informações dos ervais explorados pela empresa Marquez, Vega e Cia. da qual relata:

¹⁵ Diretoria de Terras e Colonização. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. A 2.4.2 Correspondência. Livro 1908/1909. Correspondências 21 a 24. Passo Fundo, 10 de dezembro de 1908, p. 21; 22; 24. AHR.

¹⁶ Diretoria de Terras e Colonização. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. A 2.4.2 Correspondência. Livro 1908/1909. Correspondências 25. Passo Fundo, 14 de janeiro de 1909. AHR.

Confirmo todas as informações referente ervais [do] estado explorados empresa Marquez, Vega e Comp. Ervais estragados e atualmente resumidos, verificação estragos por mim pessoalmente longo rio Índios, Rio Branco e Marcelino e outros, poucos bons respeitados como posses. Outros lugares verificados empregados Comissão destacados tal fim que apresentam informações pouco lisonjeiras. Exposto pouca realidade não me inspirando espírito má vontade ninguém.

Posteriormente, em 1913, o contrato da Empresa Marquez, Vega e Comp. com o Estado foi parcialmente rescindido, em decorrência do não cumprimento da cláusula que trata da conservação dos ervais, entretanto, os empresários não foram responsabilizados pelos anos. No ano seguinte, em 6 de março de 1914, o contrato com a empresa foi rescindido, implicando na não renovação do arrendamento, conforme ofício do Chefe da CTC-PF, Engenheiro Lindolpho A. Rodrigues da Silva.

Esta Diretoria vos comunica que o Sr. Presidente, de conformidade com disposto na cláusula V do termo de aditamento de 8 de março de 1912, resolveu rescindir o contrato celebrado com Marquez & Vega para a exploração de ervais do Estado situados nos municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha, sendo, entretanto, facultada aquela firma a extração de erva pelo preço estabelecimento de 600 reais por 15 quilogramas, contanto que o faça dentro da zona, e nos meses e ervais indicados pela Inspetoria florestal.¹⁷

¹⁷ Diretoria de Terras e Colonização. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. A 2.4.2 Correspondência. Livro de correspondências 1913, 1914 e 1915. Correspondência do chefe de seção Th. Tufeverson da Comissão de Terras para Lindolpho Alípio Rodrigues da Silva, Chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo. Passo Fundo, 6 de março de 1914. AHR.

Nesse momento, a empresa foi punida com multa, além de perder a caução anual de cinco contos de réis, por estragos feitos aos ervais de Passo Fundo e Lagoa Vermelha. Dada a situação, o próprio proprietário da empresa, Abelardo Marquez, dirigiu-se por ofício em outubro de 1914 ao Chefe da CTC-PF, Lindolpho A. Rodrigues da Silva, nestes termos:

Temos o prazer de acusar a recepção da sua atenciosa carta do 1º corrente, através da qual nos comunica a decisão do Engenheiro Diretor de Terras e Colonização do Estado. Em resposta à sua carta acima referida, gostaríamos de propor o seguinte, a fim de liquidar a nossa dívida com o Estado decorrente do arrendamento dos ervais do Estado. Bem, se não fosse a crise monetária que estamos a atravessar em geral, seria muito fácil para nós, de momento, liquidar a nossa dívida com o Estado, mas devido a esta circunstância, somos obrigados a solicitar que nos seja concedido o pagamento de doze contos, no dia 30 de outubro corrente, e o restante no dia 30 de novembro próximo, sendo o montante de cinco contos, que temos em depósito no Tesouro do Estado como garantia do nosso contrato de arrendamento dos ervais do Estado, deduzido do último pagamento. Desta forma, será fácil para nós cumprir o nosso compromisso, e ao mesmo tempo o Governo superior terá contribuído para não apressar uma indústria que o mesmo Sr. Dr Lindolpho M, D, chefe desta comissão, será o melhor juiz para saber se merecemos ou não esta consideração.¹⁸

¹⁸ Diretoria de Terras e Colonização. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. A 2.4.2 Correspondência. Livro de correspondências 1913, 1914 e 1915. Correspondência de Abelardo Marques a Lindolpho Alípio Rodrigues da Silva. Passo Fundo, 5 outubro de 1914. Original em espanhol. Tradução livre. AHR.

Para a manutenção do contrato até 1916, o Estado aumentou o preço do arrendamento, comprometendo financeiramente a empresa, cujos prejuízos já avultavam. A situação financeira da empresa estava cada vez mais comprometida. O valor inicial para a exploração dos ervais girava em torno de 350 réis por arroba vendida no Estado e 400 réis por arroba vendida no exterior. No novo cenário, a empresa passou a pagar 800 réis por arroba extraída para que pudesse manter o contrato de arrendamento com o Estado. O Estado, em contrapartida, alegava que manter o contrato era uma forma de auxiliar a empresa, dada a longa parceria.

A documentação da CTC-PF evidencia a precariedade da fiscalização, em virtude da extensão do território de abrangência da CTC-PF e o reduzido número de funcionário, além do capital social e econômico desses empresários, cujos dividendos abasteciam o caixa da municipalidade e do Estado, com os impostos pagos. O próprio controle sobre a quantia de erva-mate extraída era vago. Em 1909, por exemplo, o Chefe da CTC-PF, Serafim Terra, interpelou Raul Conty, representante da Empresa Marquez, Vega e Cia., solicitando informações sobre a quantidade de erva-mate extraída no domínio do Estado pela empresa durante os anos de 1903, 1904, 1905, 1906, 1907 e 1908, além dos valores recolhidos ao Tesouro do Estado proveniente da extração da erva.¹⁹

A penalização da conduta da Empresa Marquez, Vega e Companhia pelo Estado comprometeu sua saúde financeira, mas não afetou sua reputação, mantendo seus estabelecimentos industriais no Estado e no exterior. No Rio Grande do Sul, manteve o contrato de exploração dos ervais públicos do Estado de 1903 a 1916.

¹⁹ Diretoria de Terras e Colonização. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. A 2.4.2 Correspondência. Livro 1908/1909. Correspondência 52. De Serafim Terra Chefe da Comissão de Passo Fundo ao representante da empresa Marques, Vega e Comp. Raoul Couty. Passo Fundo, 6 de janeiro de 1909, p. 52. AHR.

Contribuiu para renovação ininterrupta desse contrato o capital social e simbólico de seu proprietário uruguaio, o Coronel Abelardo Marquez, cujo prestígio ultrapassava as fronteiras platinas.

Em sua trajetória, o Coronel Abelardo Marquez exerceu o cargo de chefe político do departamento oriental de Rivera, no Uruguai, de 1897 a 1903, quando foi destituído.²⁰ No mesmo ano, formou a Empresa Marquez, Vega e Companhia, passando a explorar os ervais públicos do norte do Rio Grande do Sul. Está implícita nessa parceria econômica a representação política desse sujeito, confirmada pelas notas publicadas na imprensa republicana da capital, informando seu trânsito pelo Estado. Por exemplo, anunciando sua chegada: “está na capital o distinto cavalheiro, coronel Abelardo Marquez, ex-chefe político do departamento oriental de Rivera” (*A Federação*, 12/nov./1906, p. 2), e a sua partida: “segue hoje para o Prata o distinto cavalheiro coronel Abelardo Marquez, ex-chefe político da Rivera, no Estado Oriental, e hoje reside no Passo Fundo onde dirige o grande estabelecimento industrial ervateiro daquele município” (*A Federação*, 9/mai./1907, p. 2). Socializava, ainda, suas viagens no Estado: “está nesta Capital o conceituado industrialista coronel Abelardo Marques” (*A Federação*, 14/nov./1907, p. 2), “chegou do Passo Fundo o adiantado industrialista daquele município, Coronel Abelardo Marques” (*A Federação*, 08/set./1908, p. 1). Depreende-se das notas do jornal republicano que Marquez residia em Passo Fundo, ou ao menos,

²⁰ Após a destituição do cargo, o Coronel Abelardo Marquez continuou a lutar ao lado de Aparício Saraiva na Revolução de 1904, uma guerra civil entre os *colorados* e os *blancos* no Uruguai. Em 1903, José Batlle y Ordóñez presidente uruguaio, tenta por prática seu plano de desalojamento *blanco* das chefias departamentais, sendo assim, nomeia novos chefes para os Departamentos de San José e Rivera, dando início a Revolução de 1904. A decisão de um tratado de paz surgiu apenas após a morte de Aparício, ocasionada por um ferimento a bala na batalha de *Masoller*, em 1º de setembro de 1904. A Paz de Aceguá foi firmada em 24 de setembro de 1904 na cidade fronteira de Aceguá no Departamento de Cerro Largo (DOBKE, 2015).

passava boa parte do tempo nesse município. O coronel Abelardo Marquez faleceu em Porto Alegre no ano de 1921, conforme a notícia publicada pelo jornal “A Federação” (30/jun./1921, p. 2.). Após esse ano, há um silêncio em relação ao empreendimento ervateiro, bem como em relação ao seu filho, Oribe Marquez. Ao que tudo indica, no decorrer da década de 1920, houve uma sucessão da propriedade da empresa, até ser vendida para Empresa Rio-grandense de Mate Ltda., no início da década de 1930.



Engenho de erva-mate pertencente a Oribe Marquez, sucessor de Abelardo Marquez, em Passo Fundo, 1922. Fonte: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul: obra histórica, descritiva e ilustrada*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, p. 424. Acervo IHPF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir do exposto, que o território do Planalto Rio-grandense abrigava em suas florestas públicas vastos ervais, cujo extrativismo sazonal da erva-mate garantia a receita financeira aos cofres públicos da municipalidade e a subsistência de elevado número de trabalhadores, na segunda metade do século XIX até, pelo menos, o final da Primeira República.

No decorrer desse período, a própria região do Planalto Rio-

-grandense mudou de feições, com o desmembramento de novos municípios, o crescimento demográfico, motivado pelo deslocamento populacional de outras regiões do Império/país, e do próprio Rio Grande do Sul, motivados pela possibilidade de ter acesso à propriedade privada da terra. Esse fluxo populacional e privatização da terra impactou, por um lado, na redução da área dos ervais públicos, limitando seu acesso e, por outro lado, a exploração intensiva e depredatória dos ervais por parte de empresas ervateiras. Observa-se também um aprimoramento nas técnicas e tecnologia de produção da erva-mate, com a introdução de máquinas, novas técnicas para processar a erva-mate, e a estruturação de um mercado consumidor interno e internacional, mais competitivo e conectado com a chegada da ferrovia, a especialização dos trabalhadores, a redução da mão de obra empregada, o monopólio de médias e grandes empresas ervateiras, o plantio e cultivo de ervais.

Por fim, a política de legitimação da propriedade da terra e colonização do Planalto Rio-grandense, capitaneada pelo governo republicano castilhistaborgista, mudou o perfil da região de Passo Fundo, e impactou na base econômica. Assim, no final dos anos 1920, a erva-mate cedeu espaço para produção agrícola como base econômica do município. As florestas públicas desapareceram via privatização e, com isso, muitos ervais. Todavia, a produção da erva-mate manteve-se na região, centrada em empreendimentos ervateiros. Já o chá de mate, o mate ou chimarrão, uma infusão consumida pelos indígenas, condenada pelos jesuítas, foi assimilada e integrada ao cotidiano da população rio-grandense, tornando-se um hábito típico e distinção regional.

REFERÊNCIAS

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia Descritiva da Região Missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: Compreendendo os Municípios de Cruz Alta, São Martinho, Palmeira, Passo Fundo, Soledade, Santo Angelo, São Luiz, Boqueirão, São Borja, São Francisco de Assis, São Vicente e Itaquí. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. A tensão nos ervais: a resistência dos homens livres e pobres frente ao avanço da imigração no Rio Grande do Sul. *Saeculum*. Revista de História, nº 18, João Pessoa, jan/ jun. 2008, p. 143-160.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Uma riqueza nas matas do Rio Grande: o extrativismo, os fazendeiros e os trabalhadores do mate no século XIX. *Saeculum*. Revista de História, 33, João Pessoa, jul./dez. 2015, p. 225-241.

DOBKE, Pablo Rodrigues. *Caudilhismo, Território e Relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai (1896-1904)*. Santa Maria, 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFSM, 2015.

FURLONG S. J., Guillermo. *José Sánchez Labrador, S. J. y su “Yerba Mate” (1774)*. Buenos Aires: Libreria del Plata S. R. L., 1960.

GAY, João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguai: desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1681*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. D.C. Luzzato Ed.: EDUNI-SUL, 1986

IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas e sociais de 1550 a 1888*. V. 3. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. *Produção da extração vegetal e da silvicultura*. [S.l.]: IBGE, 2013.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Catálogo de produtos*. Publicação em 21/06/1908. Disponível em: <http://projetopassofundo.com.br>. Acesso em 20 out. 2021.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Passo Fundo econômico em 1934*. Passo Fundo: Tipografia Ipiranga, [1934] 1940.

PORTO, Aurélio. *História das Missões orientais do Uruguai*. 2.ed. revis. v.3. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

Relatório dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, João José Pereira Parobé, em 31 de julho de 1903. Porto Alegre: A Federação, 1903. Memorial da Assembleia Legislativa.

Relatórios da Intendência Municipal de Ijuí. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Coronel Antonio Soares de Barros, período de 1º de dezembro de 1919 a 30 de novembro de 1920. Ijuí: Typografia de Dr. Roberto Löw, 1920.

RIGO, L.; OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos de; PICOLOTTO, P.; VARGAS, G. M. O mercado de erva-mate no Rio Grande do Sul: uma análise da produção e da comercialização agroindustrial. In: *28ª Jornada Acadêmica Integrada*, 2013, Santa Maria. Anais da 28ª Jornada Acadêmica Integrada. Santa Maria: UFSM, 2013. v. 28.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSA, Lilian da.; SOUZA, T. S. de. Evolução do setor ervateiro durante o século XIX: uma análise dos avanços tecnológicos na cadeia produtiva. *História Econômica & História de Empresas*, v. 22, n. 1, 8 jul. 2019.

ROSA, Lilian da.; OSÓRIO SILVA, Ligia Maria. Ascensão e declínio da exportação ervateira da província do Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos. *Geosul*, v. 34, p. 435-458, 2019.

RUIZ DE MONTTOYA, Antônio. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.

SEPP, Pe. Antônio. *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*. 1 ed. São Paulo: Martins, 1943.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.



À INDÚSTRIA DA MADEIRA E
OS MEIOS DE TRANSPORTE EM
PASSO FUNDO (1906 -1950)

LILIANE IRMA MATTJE WENTZ



Em Passo Fundo, uma das fases mais movimentadas da economia, no início do século XX até 1950, foi a da indústria da madeira. No ano de 1929, o município possuía 362 estabelecimentos madeireiros registrados. A emancipação de Carazinho, em 1931, e de outros municípios, acarretou a diminuição de mais de 50% no número de serrarias em Passo Fundo. Em meados do século XIX, houve uma corrente migratória para Santa Catarina e Paraná, em função da escassez de araucárias no Planalto do Rio Grande do Sul.

Considerando a relevância do setor madeireiro para a economia passo-fundense observamos as transformações econômicas no município, em especial aquelas ocorridas após a instalação das serrarias no interior e na cidade. É a partir do estudo da produção madeireira nos diferentes ramos – extração, serragem, exportação - que podemos compreender a atuação e os interesses dos grupos sociais envolvidos, a forma como se posicionavam em relação ao poder instituído e como se organizavam segundo as conveniências específicas. Destacaremos a importância da ferrovia para o transporte da madeira assim como, o transporte fluvial, utilizado por alguns empresários, que enviavam madeiras, através do rio Uruguai, para a Argentina. Destacaremos a importância da ferrovia para o transporte da madeira assim como, o transporte fluvial, utilizado por alguns empresários, que enviavam madeiras, através do rio Uruguai, para a Argentina.

OS IMIGRANTES E A INDÚSTRIA DA MADEIRA

Por volta de 1875 chegaram ao estado do Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes italianos que povoaram as regiões nordeste e produziram alimentos. Foram fundadas colônias sob a inspeção e orientação, inicialmente, do governo imperial e, posteriormente, das autoridades estaduais. Havia o interesse por parte do governo brasileiro de promover a vinda dos imigrantes europeus. Um dos motivos era a necessidade de mão de obra para a lavoura e a povoação das zonas distantes e desocupadas, estimulando a produção de gêneros para o mercado interno (MAESTRI, 2000; CORTEZE, 2002). O intendente municipal de Passo Fundo, Pedro Lopes de Oliveira, deixou expresso em seu relatório municipal de 1913 que as colônias de Selbach, Navegantes e Colorado, pertencentes ao 7º distrito de Passo Fundo, haviam sido, na sua maior parte, povoadas por italianos e alemães.¹ O governo optou por privilegiar os setores da economia que investiam na agricultura e cedeu ao capital estrangeiro a construção de estradas de ferro, a organização fluvial e dos meios de transporte em geral.

A região colonial do Rio Grande do Sul estava ocupada por matas de pinhais e outras madeiras de lei, muito apreciadas pelos ítalo recém-chegados, que utilizavam o madeirame para construir suas moradias, móveis, instrumentos agrícolas, entre outros. As toras de madeira de lei também eram vendidas revertendo em recursos financeiros. Os pinhões, frutos das araucárias, serviam como alimento em épocas de escassez. Corteze assinala que, “para o imigrante, a mata virgem sulina era, sobretudo, sinônimo de terra

¹ RELATÓRIO apresentado pelo intendente coronel Pedro Lopes de Oliveira ao Conselho Municipal em sua reunião ordinária de 1º de novembro de 1913. Passo Fundo: Livraria A Minerva, 1913, p. 2.

fértil e de madeira a ser mercantilizada e aproveitada como matéria-prima” (CORTEZE, 2002, p. 100).

A ocupação das terras entre Passo Fundo, Erechim e Marcelino Ramos fez-se com colonos dedicados às lavouras e com empresários que exploravam a extração da madeira. As serrarias multiplicaram-se e colocaram abaixo pinheirais centenários. Foi uma atividade que produziu importantes riquezas para empresas e famílias, prolongando-se até meados de 1950.

O desmatamento feito pelos imigrantes era imprescindível para a produção agrícola, iniciando, assim, o trabalho com a madeira no nordeste do Rio Grande do Sul. Posteriormente, descendentes desses imigrantes ultrapassariam o rio das Antas e ocupariam as regiões do Planalto Médio e Alto Uruguai, sempre aproveitando esse precioso recurso natural oferecido pela vegetação gaúcha. Os luso-brasileiros derrubavam árvores e aproveitavam-nas para suas construções; já os teuto-brasileiros e os ítalo-brasileiros passaram a explorar as matas com fins comerciais.² Somente em 1938 foi criado o Conselho de Imigração e Colonização, que estabeleceu as bases institucionais para a regulação das relações de trabalho (DRAIBE, 1985, p. 92).

O pinheiro aproveitável, após derrubado, era preparado. Esse trabalho era feito pelos cortadores a base do machado e do serrote, manejado por duas pessoas; após, seguia-se a organização das toras com o comprimento desejado. O carregamento e o transporte eram feitos com o auxílio de várias juntas de animais de carga.

² HISTÓRIA do município de Victor Graeff. 1988, p. 104.



Homens serrando pinheiro em Passo Fundo, 1918. Fonte: Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, em 1º de novembro de 1918. Passo Fundo: Oficinas d'A Federação, 1919, p. 10.

Inicialmente, o estado do Rio Grande do Sul era coberto por quatro regiões distintas de vegetação: a Campanha, composta de campos próprios para a criação de gado; o Planalto gaúcho, que nos interessa neste ensaio, formado por um terreno acidentado e florestas com vários tipos de árvores de madeira de lei; a Depressão, no centro do estado, onde se localizam os grandes rios Jacuí, Ibicuí, Taquari e outros, e os Campos de Cima da Serra, formada de campos entre as matas do Planalto e do Alto Uruguai.

Na região do rio Uruguai, a vegetação alcançava proporções gigantescas onde havia grandes extensões cobertas de pinheirais. O pinheiro era uma das árvores de maior valor em virtude de sua exportação. Crescendo até 45 metros, com troncos cuja grossura variava entre 1 e 3 metros, em geral, essas árvores produziam, cada uma, oito a dez dúzias de tábuas (PIMENTEL, 1943, p. 353).

O pinho era muito utilizado para assoalhos, forros, mastros, vergas. Sua resina substituí a terebintina e seus nós prestavam-se para obras de adorno, bem como para combustível. Também se extraíam dos nós de pinho, o alcatrão e o carbolíneu.³ Para concretizar o uso dessas matérias-primas era necessária muita mão de obra, e a maneira encontrada para suprir essa falta, foi aproveitar a chegada dos imigrantes europeus.

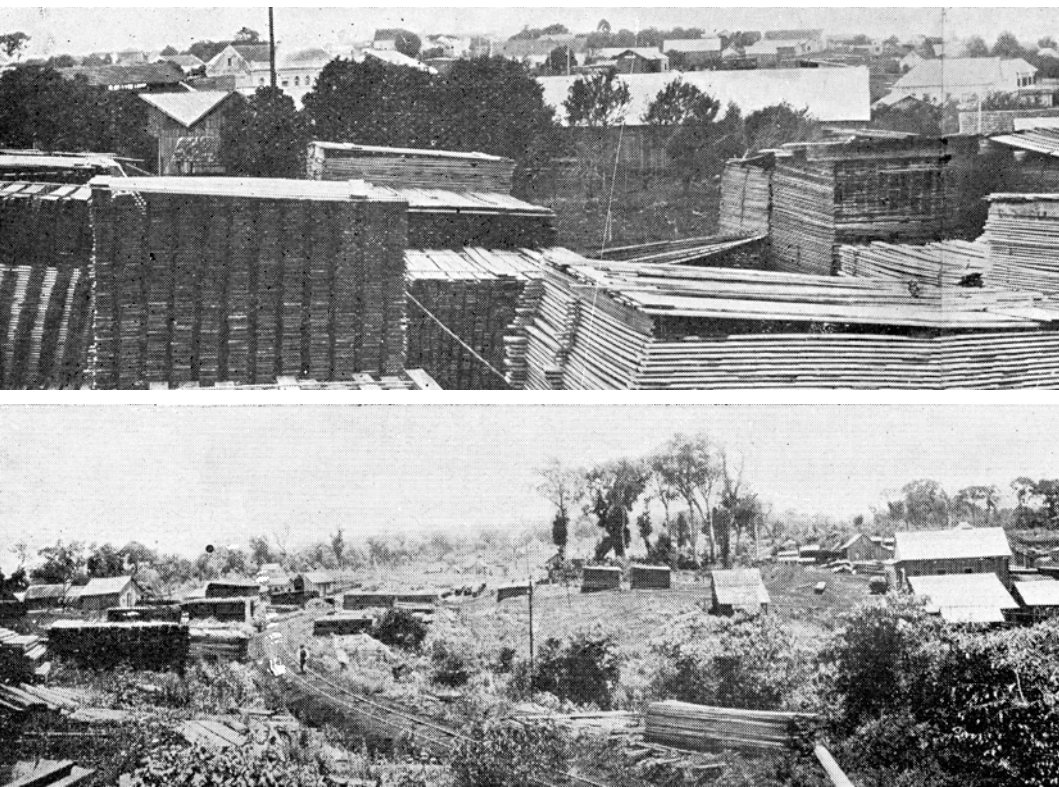
Entre as primeiras localidades madeireiras destacamos a Estação de Pulador, considerada um importante centro industrial em razão das serrarias ali instaladas. Esse distrito foi, inicialmente, iluminado pela firma Zerwes Winch e Cia., madeireira local.



A Estação Pulador e o comércio de madeiras em seu entorno. Fonte: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul: obra histórica, descritiva e ilustrada*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, p. 424. Acervo IHPF.

³ O alcatrão é uma substância viscosa, utilizada, entre outras coisas, para untar cascos de navios, e o carbolíneu era usado para preparar móveis.

Em pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Passo Fundo, foram encontrados 24 departamentos de madeiras somente no ano de 1921. E eram as seguintes: A. Sehn e Cia., A. Loureiro e Cia., Alfredo Dillemburg e Cia., Argemiro Camargo, Benedito P. de Moraes, C. Carlos Berta (ilegível), Fernando Sudbrack, Francisco Ceratti, Franklin Mader, Godofredo Kirinus, Henrique Glaschester, Jerônimo de Marques, José Doro, Josino Marques e Cia., Justo Galvez, Loureiro Lima e Cia., Pedro (ilegível), Pedro Marques, Pedro Schmitt, Piussi e Irmão, Reischmann e Irmãos.



As estações de Carazinho e Sertão, respectivamente, vendo-se os carregamentos de madeira, em 1922 Fonte: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul: obra histórica, descritiva e ilustrada*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, p. 238-240. Acervo IHPE.

O que se percebe é que a Intendência não tinha controle sobre as serrarias existentes no município, ou que, pelo menos até o ano de 1921, não havia cobrança de impostos sobre as madeireiras, pois as primeiras se instalaram em 1902 e até 1920 não aparece nenhum registro. No relatório do intendente Pedro Lopes de Oliveira⁴ de 1919 constam como donos de indústrias madeireiras de Passo Fundo os seguintes empresários: Adolpho Stangler, Alberto Graeff, Antônio Lorenzon, Augusto Honaiser, Augusto Müller, Augusto Vargas, Carlos Matte, Eduardo M. Araújo, Emilio Gehlen, Gabriel Bastos, Geraldo & Irmão, Guilherme Bender, Guilherme Sudbrack Sobrinho, Guilherme Zarth, Hacker & Cia., Henrique F. Krabbe, Henrique Rosse, Israel Almeida, Jacob Pletsch, João Erig, João Lângaro, João R. Menna Barreto, João Schleder, Kraizer & Cia., Nicolau Julio Pens, Pedro Hartmann, Roberto Seibert, Rodolfo Stangler & Irmãos, Salton & Marassutti, Santo Meneghetti.

Somente nesse destaque municipal verificamos que havia 31 empresas madeireiras, o que nos permite inferir que não existia um controle efetivo sobre o número de serrarias instaladas e, portanto, menos ainda, um controle sobre a quantidade de árvores derubadas. Percebemos que nem todas as firmas estavam registradas. Analisando os relatórios dos intendentes e confrontando-os com os resultados das exportações do estado do Rio Grande do Sul, percebemos que muitas vezes a quantidade estadual exportada ficava abaixo do mostrado nos relatórios municipais. Não entrando no mérito da questão, julgamos relevante apresentar os dados, por revelarem, inclusive o que foi afirmado acima, indicando a arrecadação do ano de 1906, isto é, bem antes dos registros encontrados na Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

⁴ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, em 1º de novembro de 1919. Passo Fundo: Oficinas da Livraria Minerva, 1920, p. 123.

Especificações	Quantidade em KG	Valor do produto	Imposto arrecadado	Percentual arrecado com a madeira
1906				
Pinho			3:510\$300	8%
Cedro			468\$200	
Dormentes			404\$200	
Pranchões			46\$200	
Madeira de cerne			18\$200	
1910				
Tábuas de Pinho			17:462\$900	19,01%
Tábuas de Cedro			15\$000	
Dormentes			30\$000	
1913				
Pinho Serrado			40:987\$730	19,08%
Madeira de Lei	40.987.730	2.049:386\$500	539\$000	
Dormentes	359		4:325\$020	
Palanques	43.250		68\$400	
Mourões	3.420 peças		84\$960	
Toras			1:225\$860	
1917				
Madeira de Pinho	37.946.540	2.851:200\$000	37:946\$540	
Madeira de Lei	1.150.732	16:200\$000	226\$100	
1921				
Madeira de Pinho	15.458.600	1.236:688\$000	15:458\$000	
Madeira de Lei	613.000	91:950\$000	919\$500	
1928				
Pinho Serrado	52.550.050	8.923:444\$000	52:550\$050	48,5%
Pinho Aplainado	2.097.050	571:422\$000	4:194\$100	

Tabela 1. Exportação de madeiras do município de Passo Fundo. Relatórios dos Intendentes de Passo Fundo apresentados ao Conselho Municipal entre 1906 e 1928, nas gestões de Pedro Lopes de Oliveira (1904-1908, 1912-1916 e 1916-1920), Gervásio Lucas Annes (1908-1912), Nicolau Araújo Vergueiro (1920-1924) e Armando Araújo Annes (1924-1928). Acervo IHPF.

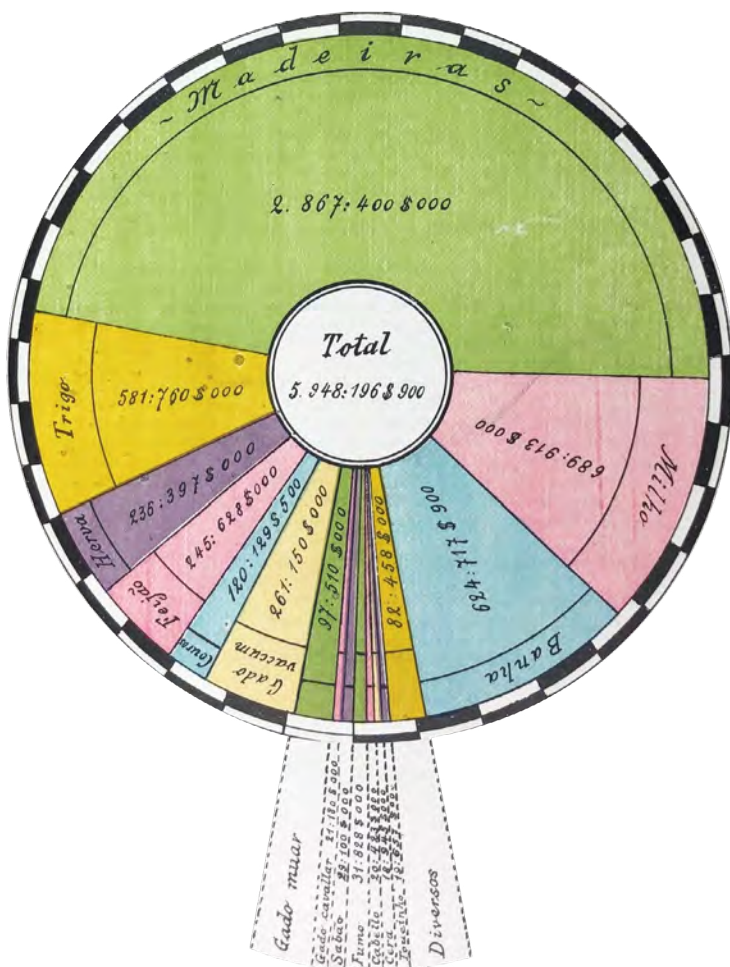


Gráfico da exportação de produtos em Passo Fundo, em 1917. A madeira ocupava quase metade do volume total de toda a exportação. Fonte: Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, em 1º de novembro de 1918. Passo Fundo: Oficinas d'A Federação, 1919

Os dados apresentados mostram uma grande contribuição em arrecadação de impostos das exportações de madeiras para os cofres municipais. Não possuímos muitos dados, pois em alguns relató-

rios não havia a especificação dos produtos e nos relatórios de 1929 em diante, só consta uma avaliação geral da arrecadação, mas acreditamos que, com os elementos fornecidos na tabela 1, podemos concluir que a indústria da madeira teve um papel bem significativo para a construção do município de Passo Fundo.

Os empresários da madeira do município de Passo Fundo, também, envolveram-se em questões políticas, econômicas e sindicais. Atuaram firmemente para trazer a ferrovia para a região. Delma Gehm (1978, p.63 e 157), indica o ano de 1902 como o de início da exploração dos pinhais no município de Passo Fundo e Gabriel Bastos como o pioneiro da indústria da madeira na cidade, sendo proprietário, em 1919, de 2 432 ha de terra no município.

PERFIL DAS INDÚSTRIAS MADEIREIRAS

Para compreendermos melhor alguns aspectos sobre o desenvolvimento industrial da região, daremos enfoque as diferentes constituições das exportadoras de madeira localizadas na região de Passo Fundo e atual Carazinho⁵. Por volta de 1909/1910, a firma Henrique A. Hacker & Cia. Ltda.,⁶ de Porto Alegre, iniciou a extração do pinheiro em São José do Umbu, tornando-se a primeira empresa a extrair e transformar madeira de pinho em grande escala na localidade, utilizando mão de obra de 103 pessoas. Desenvolveu-se em torno dessa empresa a construção de uma barragem e de uma ponte, no rio Glória. Cerca de um quilometro abaixo da barragem foi implantada uma usina elétrica que fornecia energia para as casas e para movimentar os motores elétricos nas serrarias. Hacker possuía três

⁵ A emancipação de Carazinho acontece no ano de 1931.

⁶ História do município de Victor Graeff. Prefeitura Municipal de Victor Graeff, 1988, p. 105-106.

serrarias, duas movidas a motor elétrico e uma, a turbina hidráulica. Junto a essas, havia uma ferraria, uma carpintaria para fabricar carroças, uma marcenaria, uma loja para abastecer a população local, assim como um açougue e um armazém. Possuía, ainda, uma fábrica de carbolíneo e alcatrão e uma locomotiva com cinco vagões sobre trilhos de ferro para transportar as toras de madeira. Mostrava-se, assim, um complexo industrial autônomo e empreendedor.

Adolpho Stangler e seu irmão Gustavo, foram também pioneiros da indústria madeireira em São José da Glória e mais tarde em Não-Me-Toque, povoado de Carazinho. Permaneceram no local de 1916/1917 até 1940.

Luiz Mattiotti possuía oito serrarias e tinha engenhos no 7º Distrito de Passo Fundo. Possuía os engenhos São Pedro e São João, com capacidade de produção de mais de oitocentas dúzias de tábuas por mês.⁷ Mattiotti era exportador de produtos de madeira e fornecedor de lenha e dormentes.

A firma, Dambros & Piva,⁸ formada por Alexandre Dambros e Ramalho Piva, iniciou suas atividades em 1930 em um galpão que servia para fabricar caixas e aplainados. Mais tarde instalou duas fábricas de aplainados e bordalesas, uma delas dedicadas à fabricação desses produtos exclusivamente com madeiras de lei. A primeira fábrica foi montada na estação Coxilha, pertencente a Passo Fundo, e produzia 15 mil bordalesas mensais, além de seis a oito vagões de aplainados. A segunda foi instalada em Santa Rosa, na fronteira com a Argentina, onde mantinha depósitos para atender aos mercados deste país e do Uruguai.

⁷ Indústrias de São Bento. Álbum do município de Passo Fundo, 1931.

⁸ Capacidade de ação a serviço de um ideal, *Jornal da Serra*. Carazinho, n. 1038, 11 dez., 1942, p. 14.

Ernesto José Annoni⁹ conquistou uma destacada posição no seio da indústria como produtor, beneficiador e exportador de madeiras. Em 1940, concentrou suas atividades na indústria extrativa de madeira, que também industrializava e exportava para fora do Rio Grande do Sul. Adquiriu diversas serrarias nos municípios de Carazinho, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Sobradinho e ainda em Santa Catarina. Possuía diversas fábricas de caixas e aplainados, assim como imensos pinhais no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais produziam em torno de um milhão e seiscentos mil metros cúbicos de madeiras serradas. A maior parte da produção, das diversas firmas do ramo madeireiro, era enviada através de balsas pelo rio Uruguai, para o mercado argentino.

Annoni, assim como outros madeireiros do Rio Grande do Sul, construiu galpões em Barra do Quaraí, município de Uruguaiana, para depósito das madeiras destinadas à exportação. Instalou uma fábrica para industrialização racional das madeiras; comprou um prédio de alvenaria para servir de alojamento aos seus empregados.

Thadeu Annoni Nedeff, futuro proprietário da Gaúcha Madeireira de Passo Fundo, assumiu, com o passar do tempo, a direção dos negócios de Annoni. Com o apoio de inúmeras indústrias de extração de madeiras da região serrana, foi fundada em 1943, a Gaúcha Madeireira¹⁰ que tinha como diretores os sócios Thadeu Annoni Nedeff e Lauro Kopper. O Conselho Fiscal provisório estava constituído pelos sócios Honorato Aita, Armando Zanatta e Alberto Kopper, tendo como suplentes, Lourenço José Dal Olivo, José Annoni e Humberto Gobbi. Contando com um capital ini-

⁹ Forte esteio da nossa economia. *Jornal da Serra*. Carazinho, n. 1.038, 11 dez. 1942, p. 21.

¹⁰ Informativo da indústria e comércio de Carazinho. *Comemoração dos 40 anos de Carazinho*. Editora: Santo Antônio. Não-Me-Toque, 1971, p. 58

cial de Cr\$ 17.500,00, esta organização dedicou-se à exploração, à industrialização e exportação de madeiras de seus associados para outros estados e para o exterior.

A Gaúcha Madeireira totalizava mais de oitenta serrarias e uma produção de mais de três milhões de pés de madeiras mensais. Contando com muitos associados, a direção provisória da empresa organizou e elegeu, através da assembleia, a diretoria definitiva, que ficou constituída conforme mostra o Quadro 1.

Thadeu Annoni Nedeff	Diretor
Lauro Kopper	Diretor
Honorato Aita	Conselho Fiscal
Armando Zanatta	Conselho Fiscal
Alberto Kopper	Conselho Fiscal
José Annoni	Suplente do Conselho Fiscal
Lourenço José Dall’Olive	Suplente do Conselho Fiscal
Santo Guerra	Suplente do Conselho Fiscal

Quadro 1. Quadro diretor da Gaúcha Madeireira. Fonte: Gaúcha Madeireira Ltda. Jornal da Serra. Carazinho, n. 1.155, 7 set. 1943, p. 11

A sede da sociedade foi estabelecida em Passo Fundo por ser a zona onde residia a maioria dos associados, mas os depósitos estavam distribuídos por São Bento, Carazinho, Pulador, Passo Fundo, Coxilha, Desvio Englert, Getúlio Vargas, Erebangó e Marcelino Ramos, para onde eram enviadas todas as madeiras adquiridas pela empresa, que também comprou diversas fábricas de aplainados. Observando mapas do período, percebemos que essas localidades estão à margem da estrada de ferro. A empresa tinha como objetivo principal assegurar aos associados um preço compensador para sua produção, mas não os obrigava a vender-lhe a produção, dando-lhes liberdade para negociarem com quem quisessem. Essa firma

cresceu muito e diversificou suas atividades, embora o ramo principal tenha continuado a ser a extração, beneficiamento e venda de madeiras para o mercado interno e externo. Possuía uma imensa reserva florestal de pinus araucária nos estados de Santa Catarina e Paraná e foi uma das pioneiras no reflorestamento no Brasil. Segundo Otto Bonatto (TEDESCO; SANDER, 2002, p. 223), a Gaúcha Madeireira Ltda. teve mais de mil empregados, e onde se instalava nascia um vilarejo, como foi o caso de Coxilha.

Temos também a firma Irmãos Berthier de Almeida¹¹ que iniciou suas operações com um escritório em Passo Fundo no ano de 1949, com os irmãos Arthur e Jorge, filhos de Alberto Berthier de Almeida que foi grande exportador de erva-mate e de madeiras, principalmente no município de Chapecó, enviando madeiras pelo rio Uruguai sob a marca “BOI” iniciais dos sócios: Berthier, Ormazabal e Issler.

A Irmãos Berthier de Almeida exportava, em 1950, em torno de 12 mil dúzias de tábuas, enviadas pelo rio Uruguai, do porto de Goio-En, para a Argentina e Uruguai. Essa empresa não chegou a ter serrarias no município de Passo Fundo, somente nos estados do Paraná e Santa Catarina.

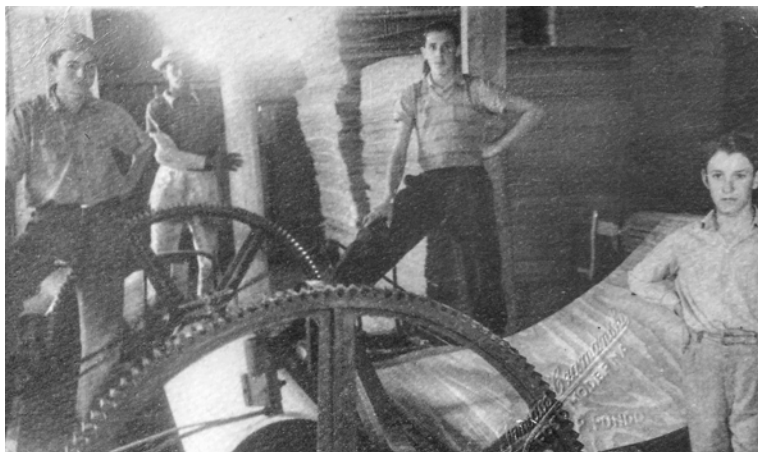
A empresa João Salton¹² iniciou suas atividades em 1928 na rua Nascimento Vargas, em Passo Fundo. Vindo de Bento Gonçalves para vender vinho, Salton percebeu o promissor mercado da madeira e associou-se a João De Cesaro e Ampélio Pan. Inicialmente só compravam as tábuas cortadas e as beneficiavam, fazendo caixas e aplainados, vendidos no mercado de São Paulo.

¹¹ ALMEIDA, Jorge Berthier de 77 anos quando entrevistado. Filho de Alberto Berthier de Almeida e sócio- proprietário da Irmãos Berthier de Almeida. Entrevistado por Liliane Irma Mattje Wentz em julho de 2003.

¹² SALTON, João Antônio. Empresário passo-fundense, filho de Wolmar Salton, tinha 56 anos quando foi entrevistado por Liliane Irma Mattje Wentz em setembro de 2003.

Wolmar Salton, filho de João, montou uma indústria laminadora em 1943/1944, que chegou a empregar 93 funcionários. Segundo o entrevistado, João Antônio Salton, essa foi a primeira indústria de lâminas do sul do país, que infelizmente foi destruída por um incêndio em 1946.

Em 1951, Wolmar Salton instalou uma serraria no mesmo local da laminadora, passando a enviar tábuas cortadas para Livramento, onde tinham representantes para efetuar a venda. Desta empresa, surgiu uma firma de construção civil e outra no ramo de vidraçaria.



Trabalhadores no interior da laminadora Salton. Acervo pessoal de Avelino Loss, que é o primeiro trabalhador da esquerda para a direita na fotografia. Foto Moderna dos Irmãos Czamanski.

Merece destaque aqui, a empresa Madeireira São Miguel, de Valdelírio Canali¹³ que iniciou suas atividades com madeiras em Tapejara no ano de 1939, como Madeireira Teixeirense Ltda.; em 1942 transferiu-se para Passo Fundo, onde poderia transportar madeira por trem, e passou a chamar-se De Carli, Canali & Cia. Ltda.

¹³ CANALI, Valdelírio Carlos. Madeireiro, proprietário da Madeireira São Miguel – Madesmi. 71 anos quando foi entrevistado por Liliane Irma Mattje Wentz em junho de 2003.

Localizava-se no desvio São Miguel, hoje bairro Vera Cruz, às margens da ferrovia, para facilitar o transporte e, em 1951, mudou novamente de nome, desta vez para Madeireira São Miguel – Madesmi. Fabricava caixas para embalagens, vendidas para o mercado interno. Por volta de 1958, chegou a empregar 150 pessoas e, mais tarde, partiu para o ramo de materiais de construção. A empresa Irmãos Iochpe S.A. Indústria e Exportação¹⁴ tinha sua matriz fixada na cidade de Passo Fundo, mas possuía filial em Porto Alegre e escritório em Montevidéu. Mantinha serrarias nos municípios de São Joaquim, Joaçaba e Getúlio Vargas.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO E FLUVIAL PARA A INDÚSTRIA DA MADEIRA

Para fins deste capítulo, apontamos os principais meios de transporte da madeira no início do século XX: os trens e as balsas. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos exportadores de madeira havia sido a falta de vagões para transporte e o alto valor do frete decorrentes da ineficiência desse sistema. O principal meio de transporte de longa distância era o trem, que, contudo, não conseguia atender às demandas de escoamento da produção estadual. O setor rodoviário no Brasil ganhou destaque somente a partir de 1945, quando passou a superar os outros meios de transporte.

José Roberto Dias (DIAS, 1986, p. 47) demarcou o ano de 1866 como o do início da história ferroviária gaúcha e a região do Vale dos Sinos, como a que propiciou a implantação da primeira estrada de ferro do Brasil meridional. A proposta inicial consistia na articulação de um sistema ferroviário cuja artéria principal seria

¹⁴ IRMÃOS Iochpe S.A. indústria e exportação. *O Nacional*, n. 7.364, Passo Fundo, 2 abr., 1953, p. 2.

a linha porto Alegre-Uruguaiana. A estrada de ferro Santa Maria – Passo Fundo, concluída em 1905, foi definida como “tronco norte” e tinha por objetivo maior, aumentar a segurança fronteiriça na região de Santa Maria (DIAS, 1986, p. 31 e 150-151), assim como integrar o Planalto ao resto do Rio Grande do Sul.

Para Passo Fundo, a ferrovia também deu grande impulso ao crescimento econômico, visto que foi motivo para alguns imigrantes se fixarem no município. A cidade consolidou-se como polo regional e teve um expressivo aumento no número de estabelecimentos comerciais e industriais. Nos primeiros anos do século XX, intensificou-se a indústria da madeira, que acabou por tornar-se uma das principais fontes de divisas do município exigindo do governo sul-rio-grandense o escoamento fluente de sua produção e a unificação das ferrovias.



Transporte de madeira bruta através da utilização de ramal ferroviário, realizado pela empresa H. A. Hacker, no distrito de Carazinho, em 1918. Fonte: Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, em 1º de novembro de 1918. Passo Fundo: Oficinas d'A Federação, 1919, p. 10.

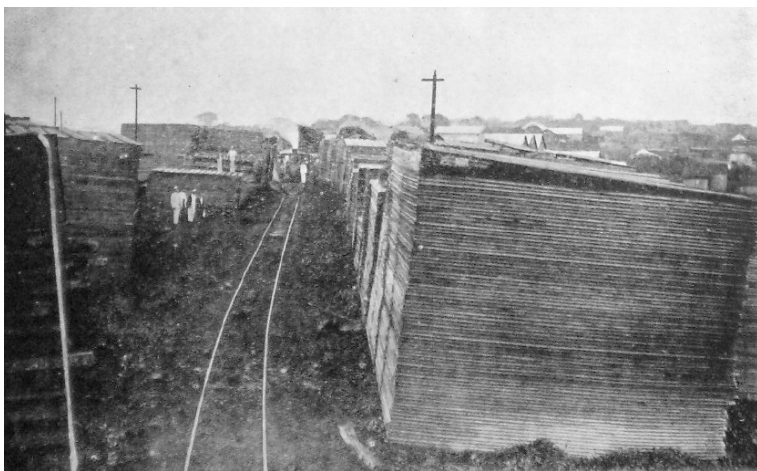
As relações dos exportadores de madeira com as empresas ferroviárias foram tumultuadas, com constantes reclamações dos madeireiros quanto ao baixo número de vagões fornecidos pela Viação Férrea. Os vários jornais¹⁵ consultados traziam quase que diariamente questões sobre o tema.

Em Passo Fundo, funcionavam perto de duzentos estabelecimentos do ramo da madeira que se ressentiam da falta de vagões e almejavam a construção do ramal férreo de Não-Me-Toque ligado ao tronco principal, unindo o sul ao centro do país.

Os industriais de madeiras reclamavam contra determinados procedimentos da Viação Férrea. Todos os meses, os exportadores de madeira faziam o cálculo exato de pilhas de tábuas que tinham depositadas e prontas para o embarque. Em 1º de maio de 1918 havia, nos depósitos de Carazinho, São Bento e Pulador, madeira para carregar 2.245 vagões, cada um com, no mínimo, sessenta dúzias de tábuas, pois havia ali em torno de 134.700 dúzias. Os madeireiros foram até a capital do estado para solicitar ao presidente a sua intervenção junto à Inspetoria da Viação Férrea, para que fossem fornecidos mais vagões para desafogar os depósitos de madeiras. Entretanto, para surpresa dos madeireiros, veio a essas localidades acima citadas, uma comissão de engenheiros da *Compagnie Auxiliaire* medir as áreas ocupadas pelas pilhas de madeiras que aguardavam transporte e cogitaram a cobrança de uma taxa anual por metro quadrado de terreno ocupado.¹⁶ Isso deixou os madeireiros muito apreensivos, pois estavam solicitando o aumento no número de vagões para o escoamento de seus produtos e surgia uma nova taxa a ser paga.

¹⁵ *A Federação, Correio do Povo, Diário de Notícias – Porto Alegre; Jornal da Serra e Noticioso – Carazinho; O Nacional e A Voz da Serra – Passo Fundo.*

¹⁶ A agonia da indústria de madeiras. *A Estância*. Porto Alegre, maio/ago., 1918, p. 150.



Vista de um depósito de madeiras no distrito de Carazinho, junto aos trilhos da Viação Férrea, em 1919. Fonte: Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, em 1º de novembro de 1918. Passo Fundo: Oficinas d'A Federação, 1919, p. 29.

Em Passo Fundo, também houve uma mobilização por parte dos madeireiros. Encontramos no relatório do intendente municipal Nicolau Araújo Vergueiro, enviado ao diretor da Viação Férrea, Augusto Pestana, a solicitação de aumento no número de vagões para o transporte da madeira que ficava estocada às margens da linha estragando-se em razão das intempéries:

Há mais de dois anos os estabelecimentos produtores de madeiras desta zona se acham mais ou menos paralisados, em consequência da dificuldade de exportação das mesmas pela estrada de ferro, daí resultando que os grandes estoques acumulados à margem da linha, tem-se estragado em sua maior parte pela ação do tempo, com enormes prejuízos para seus donos.¹⁷

¹⁷ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Nicolau Araújo Vergueiro em 1º de novembro de 1922. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' A Federação, 1923, p. 9.

Percebemos que a autoridade local, pressionada pelos madeireiros, procurou contemporizar com a direção da Viação Férrea para viabilizar a concessão de mais vagões para o município.

Constatamos ainda outros problemas enfrentados pelos madeireiros para competir no mercado platino. No IV Congresso Rural,¹⁸ realizado na capital do estado, Porto Alegre, em maio de 1930, o representante do setor madeireiro de Carazinho, com direito a voto, justificou os problemas enfrentados pela indústria da madeira, dizendo que deveria ser executado o antigo projeto para nova linha férrea, direta e reta entre Porto Alegre e Passo Fundo, com consequente prolongamento até Iraí. Seria essa uma medida eficaz para o barateamento do transporte, permitindo a concorrência com o similar estrangeiro. Votou ainda para que fosse abolido o imposto de exportação estadual sobre as madeiras e que ficassem livres de ônus os aluguéis dos desvios de uso particular. O engenheiro Aymoré Drumond¹⁹ destacou que não havia desmatamento racional, nem obrigação de replantio e que os madeireiros visavam apenas o lucro.

Nesse período, a exploração da madeira representava 40 mil contos anuais para a economia rio-grandense; o charque, 110 mil contos e o couro, 80 mil contos, referentes apenas ao transporte pela Viação Férrea. Junte-se a essas mercadorias mais lucrativas, o vinho, a banha, o charque, o fumo e outros produtos que exigiam transporte imediato, sobrava para a madeira o aguardo do fim da safra para que se enviassem as mesmas pela via férrea. Geralmente nesse período eram destinados por volta de 800 vagões só para a madeira, mesmo assim era pouco para a quantidade estocada

¹⁸ A indústria da madeira. *Jornal da Serra*. Passo Fundo, n. 6. 1º jun. 1930, p. 1.

¹⁹ A madeira na economia rio-grandense. *A Federação*. Porto Alegre. n.120. 29 de maio de 1930, p. 3.

às margens das ferrovias. Para o transporte fluvial, segundo Enio Gehm²⁰ o rio deveria ter, no mínimo 4 metros de água para que as madeiras deslizassem facilmente.

As madeiras eram assinaladas com a marca do dono, um carimbo em alto relevo, marcado no topo, dentro da serraria e levadas por caminhões ou carroças até os rios, onde eram reunidas umas às outras, entrelaçadas, formando “pacotes” de três dúzias de tábuas. Na sequência, formava-se um “quartel” ou “pelotão”, com até duas mil dúzias. Muitas vezes essas madeiras se extraviavam por causa da forte correnteza do rio e dificilmente era possível recuperá-las. Também havia roubo de balsas inteiras ou parciais de peças de madeira, quando os ladrões, após retirar a marca de origem e de propriedade do produto, refaziam as balsas e voltavam a descer o rio como se a carga fosse sua (BELLANI, 1996, p. 72-73).

As vendas eram feitas por contratos diretos, com uma simples declaração de negócios ou bilhete de crédito fixando prazos de pagamento. Como a madeira que chegava àqueles portos não tinha a possibilidade de ser estocada, ou de voltar para o local de origem, madeireiros e balseiros sujeitavam-se ao preço oferecido pelo comprador. Entre os empresários que exportavam via rio Uruguai, havia os Irmãos Berthier de Almeida, algumas empresas de Ernesto Annoni e a firma Lângaro & Bordignon, todas possuindo representantes na fronteira para efetuar a comercialização dos produtos.

Consta no relatório do intendente municipal Nicolau Vergueiro em 1924²¹, a preocupação dos madeireiros com a impossibilidade de navegação em alguns rios, o que exigia a interferência do poder

²⁰ GEHM, Enio. Sócio proprietário da firma Gehm, Benvegnú. Com várias serrarias em Maravilha – SC, mas com matriz em Passo Fundo. Entrevistado por Liliane Irma Mattje Wentz em 21 de julho de 2002.

²¹ VERGUEIRO, Nicolau Araújo. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente municipal. Passo Fundo, 1º nov. 1924.

público para a desobstrução dos rios Jacuí e Arroio Grande. Os 29 exportadores de madeiras da região assumiram a tarefa da limpeza desses rios conseguindo empréstimos junto ao referido intendente. Em 1930 eles solicitaram a conclusão dos alpendres do porto de Rio Grande, destinados aos depósitos de madeiras, e também que fossem dispensados de armazenagem por tempo previamente determinado pelo governo, como já foi exposto anteriormente.

Portanto, os madeireiros reivindicavam em todas as frentes, pois ao mesmo tempo em que a enchente era a força motriz para o envio das madeiras, tornava-se muitas vezes prejudicial. Era necessário a baixa da água para comercializar essa madeira estocada e, com as ferrovias o mesmo problema, a falta de vagões causava estocagem às margens dos depósitos e estradas de ferro. Em tempo, as estradas de rodagem passaram a ser mais utilizados pelos madeireiros somente a partir da década de 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante boa parte do século XX, especialmente entre 1920 e 1950, uma das principais riquezas exploradas no sul do país foram as imensas florestas araucárias. Os pinheirais, que se estendiam do Planalto gaúcho ao norte do Paraná, forneciam matéria-prima abundante para as serrarias, as quais se multiplicaram. Com o apoio do governo brasileiro houve investimentos principalmente nas ferrovias. Passo Fundo e Carazinho são povoações que se desenvolveram após a chegada da ferrovia. A estação férrea tornou-se um marco do núcleo urbano central. A avenida Sete de Setembro, em Passo Fundo, considerada muito importante no sistema viário da cidade, originou-se do traçado dos trilhos da ferrovia, que até 1980 atravessava a cidade no sentido norte-sul. As empresas madei-

reiras utilizaram em grande escala esse meio de transporte, mesmo enfrentando dificuldades em vista da escassez de vagões.

Muitos foram os conflitos entre madeireiros e representantes da Viação Férrea, obrigando a que as autoridades governamentais formassem o ponto de equilíbrio, articulando estratégias que contemplassem ambas as partes. Os comerciantes de madeira reclamavam constantemente da má distribuição de vagões entre as estações exportadoras. Por sua vez, a Viação Férrea acusava os madeireiros de serem desorganizados e de não aproveitarem a entressafra de outros produtos para transportar suas mercadorias sem transtornos, ou, ainda, de não racionalizarem as derrubadas, evitando a superprodução de madeiras.

Vários madeireiros diversificavam suas atividades, tanto dentro do ramo da madeira – exportando, beneficiando, aplainando, fabricando caixas, móveis, compensados e outros-, como atuando em outras áreas, como na compra e venda de terras – colonizadoras – compra e venda de cereais, ou, atividades no comércio e na agricultura.

A maior parte das madeiras retiradas dos municípios de Passo Fundo e Carazinho era enviada para São Paulo, Argentina e Uruguai – via balsas que desciam pelo rio Uruguai na época das cheias, para São Borja e, de lá, para Uruguaiana, de Uruguaiana para os países anteriormente mencionados. As duas cheias anuais que propiciavam esse tipo de transporte rudimentar sofriam oscilações. A enchente, às vezes, levava de seis a oito meses para ocorrer, mas a balsa já estava pronta e a madeira ficava exposta ao sol e à chuva, estragando-se. Aproveitavam-se as enchentes porque, quanto mais água houvesse no rio, mais rápida era a descida.

Vimos também, neste breve artigo, que houve o interesse dos governos municipal e estadual na melhoria das condições de trans-

porte das madeiras, os quais estavam cientes da importância dessa indústria para o desenvolvimento dos seus municípios.

REFERÊNCIAS

BELLANI, Eli Maria. *Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai*. Chapecó: Unoesc, 1996.

CORTEZE, Dilse P. *Ulisses va in América* – história, historiografia e mitos da imigração italiana no RS (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2002.

DIAS, José Roberto de Souza. *Caminhos de ferro do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Rios, 1986.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Multigraf. 1978. v. 1.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã – Gráfica e Editora, 1982. v. 2.

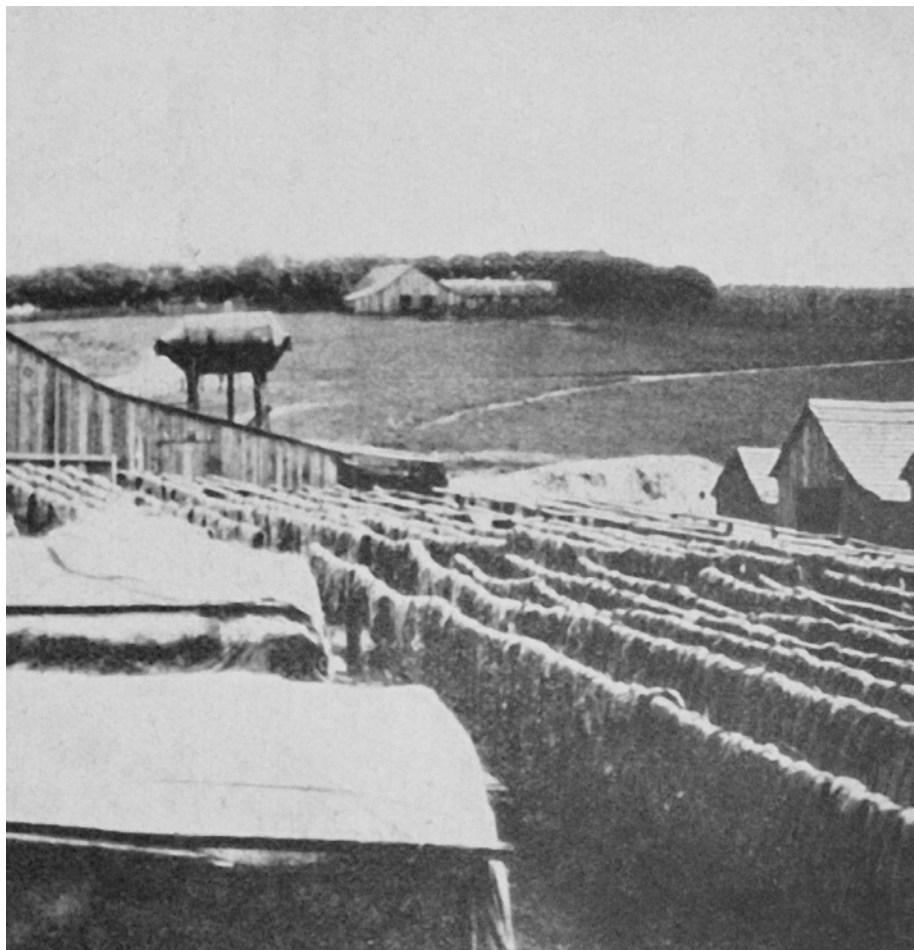
MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra* – a colonização italiana no RS (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2000.

PIMENTEL, Fortunato. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*. Porto Alegre: Livraria Continente, 1943.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeiras, comerciantes e granjeiros - lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo*. Passo Fundo: UPF, 2002.

WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira*. Região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: UPF, 2004.





A CHARQUEADA SÃO MIGUEL:
uma indústria saladeril em Passo Fundo (1914-1931)

DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO



O charque e seus processos de produção estão ligados de maneira intrínseca à história da constituição do que hoje é o Rio Grande do Sul. A historiografia relacionada às atividades charqueadoras, frequentemente centra suas análises sobre um primeiro período de existência, relacionando-a, notadamente, ao emprego de mão-de-obra escravizada. Conforme alerta Volkmer (2007, p.15), “uma leitura desatenta dessa historiografia poderia sugerir inclusive que as charqueadas deixam de existir após a extinção formal do trabalho escravo no Brasil”. Contudo, o fim da escravidão, em 1888, não significou em nada o fim da produção do charque no Brasil.

Do mesmo modo que a abolição da escravatura não significou o fim das empresas charqueadoras, não ocorreu um processo automático de substituição das charqueadas pelos frigoríficos. Como enfatiza Volkmer (2007, p. 17), “há, [...], uma historiografia que mostra que a charqueada e os charqueadores gaúchos não acompanharam o novo momento econômico vivido no Brasil”, destacando os aspectos retrógrados e estagnados dos estancieiros e produtores de charque. Essa mesma historiografia consolidou uma compreensão de que, a partir do fim da escravidão e da ascensão dos republicanos ao poder, a economia sul-rio-grandense passou a ser hegemonia das regiões de colonização, com o consequente afastamento dos pecuaristas do cenário político e a suplantação das charqueadas pelos frigoríficos.

Há de se considerar, entretanto, estudos que apresentam no-

vas abordagens e que mostram que as charqueadas tiveram um papel importante na economia sulina até meados da década de 1930, e que sua produção só foi superada pelos frigoríficos, somente após esse período. Da mesma forma, vale ressaltar que as charqueadas não funcionaram somente na região da Campanha e da Fronteira; o norte do estado, mais precisamente, Passo Fundo não esteve alheio à indústria charqueadora. A *Charqueada São Miguel* – ou *Saladeiro São Miguel*¹ – por mais de 15 anos, desenvolveu suas atividades em território passo-fundense. Deste modo, de maneira preliminar, o presente texto objetiva contextualizar a instalação, a atividade e a falência da Charqueada São Miguel, inserindo-a no contexto das charqueadas sul-rio-grandenses, no período da Primeira República (1889-1930). Para tal, serão cotejados documentos oficiais, produzidos pela Intendência Municipal de Passo Fundo, como relatórios e mensagens, e artigos publicados pela imprensa local e regional.

A PRIMEIRA REPÚBLICA E OS FRIGORÍFICOS E CHARQUEADAS SUL-RIO-GRANDENSES

Ao longo do século XIX, sobretudo nas duas últimas décadas do período imperial (1870-1889), ocorreram significativas mudanças na estrutura econômica e social do Rio Grande do Sul. Joseph Love (1975, p. 17), aponta que “os mesmos fatores que transformaram os pampas argentinos – inovações tecnológicas, investimento externo e imigração – exerceram impacto semelhante sobre o Rio Grande do Sul, embora tardiamente e de forma mais atenuada”.

¹ Na bibliografia e na documentação consultada durante a elaboração do presente texto, o empreendimento é referido tanto como *Charqueada* quanto *Saladeiro*. Charqueada são utilizados como sinônimos, fazendo referência ao local destinado ao abatimento de bois e à preparação de charque. Em espanhol, *Salado/da* refere-se aquilo que foi temperado com sal; salgado.

Naquele período, como afirma Love (1975) a paisagem sul-rio-grandense alterou-se. Cercas de arame farpado, vapores, trens, novas raças de gado começaram a ser difundidas pelo território sulino. O charque e o couro despontaram nas exportações, impulsionados pela redução do tempo de transporte e pela diminuição do valor dos fretes. Essas mudanças acompanharam o aumento populacional da Província, cuja população, entre 1872 e 1890, dobrou, sobretudo pela inserção de imigrantes europeus. As atividades comerciais desenvolvidas permitiram a acumulação de capital e a formação de um mercado regional para os produtos manufaturados, tanto nas áreas coloniais quanto nos centros urbanos. O desenvolvimento de diversas culturas pôde fornecer matéria-prima para as indústrias, influenciando a criação de fábricas de conserva, têxteis, banha, vinho, cerveja e calçados.

Assim, sob a aurora do século XX havia uma conjuntura favorável para a reestruturação das atividades *saladeris* no Rio Grande do Sul, deslocadas da região de Pelotas para o interior do estado. Em 1909 estavam em funcionamento 36 estabelecimentos para o preparo do charque no Rio Grande do Sul. É nesse mesmo período que empresas frigoríficas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos passaram a se estabelecer na região platina. Com o objetivo de aproveitar a quantidade de gado que havia nesse território e a possibilidade de pagamento de salários mais baixos, as empresas instalaram-se inicialmente na Argentina, depois no Uruguai, e na década de 1910 no Brasil.

Pressionados pela concorrência do Uruguai e da Argentina, sobretudo, os pecuaristas sul-rio-grandenses viam como um caminho promissor para o desenvolvimento de suas atividades a implantação de um frigorífico que contasse com capital local. Essa proposta estava em pauta desde a fundação da *União dos Criadores*,

em 1912². O projeto contou com o apoio do governo do estado, tendo em vista a iminência do encerramento das atividades charqueadoras no Rio Grande do Sul. Tendo em vista a necessidade de escoamento da produção, um dos locais escolhidos para a instalação do frigorífico foi o município de Rio Grande, em detrimento a Sant'Ana do Livramento, que poderia escoar a produção por Montevideú. Contudo, a opção de Livramento foi descartada, pois parte dos lucros ficaria no Uruguai, e não no Rio Grande do Sul.

Mesmo com o incentivo à instalação de frigoríficos, que, em tese, substituiriam as charqueadas, o charque continuava a ser o principal produto oriundo da pecuária. A exemplo disso, destacamos a campanha d'*A Federação*, em 1912, para a instalação de uma charqueada “serrana” no município de Cruz Alta. Enfocando a ligação do município a outros pontos, via estrada de ferro. A coluna destacava:

Presta-se a bela cidade serrana [Cruz Alta] para um estabelecimento de xarqueada, pois fica junto dos municípios da Palmeira, Santo Angelo e Julio de Castilhos, onde ha excellentes creações, sendo facil o transporte de gado, que chega são e em bom estado. Está, por isso, em condições de ‘garantir exito completo e compensadores lucros a toda atividade que nesse sentido se opere’.³

² Fundada em Porto Alegre em 2 de outubro de 1912. Em 1921, fundiu-se com a Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, fundada em 1898. A nova entidade recebeu o nome de Federação Rural do Rio Grande do Sul, cuja diretoria era escolhida pelas associações rurais federadas. A Federação, no entanto, foi extinta em 1923. Em 30 de agosto de 1926, era criada, na capital, a Associação de Criadores. No mesmo ano de fundação, a associação definiu a realização de uma nova edição do Congresso Rural. No dia 18 de abril de 1927, foi enviada uma circular convidando os criadores gaúchos a reunirem-se em Porto Alegre, no Teatro São Pedro, em maio de 1927. Na pauta do encontro estava a criação da Federação Rural. No dia 24 de maio de 1927, na sessão inaugural do 2º Congresso Rural, acontece a criação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Em 1965, a entidade deixa de se chamar Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FAR) e passa a ser Federação da Agricultura do Estado (Farsul).

³ CRUZ ALTA. *A Federação*, 28 ago. 1912, nº 203, Porto Alegre. BN.

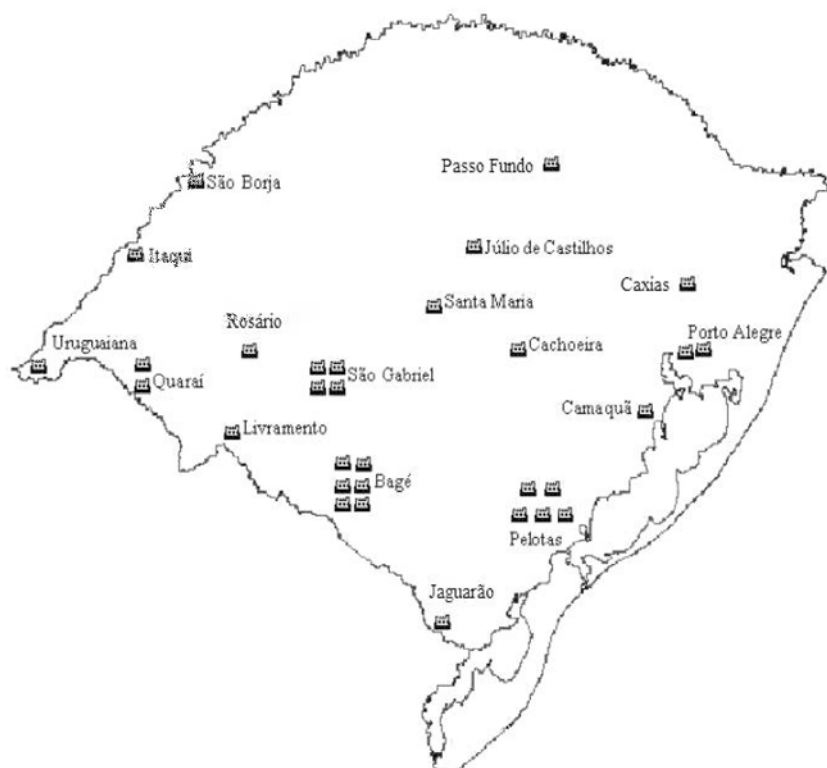
A primeira empresa frigorífica, de capital nacional, instalada no Brasil, em 1913, teve sede em Barretos, estado de São Paulo. Apesar do Rio Grande do Sul contar com maiores rebanhos de gado vacum, a escolha de instalar a empresa naquele estado pode estar relacionada a alguns fatores: proximidade com o mercado consumidor, existência das linhas férreas que permitiam o transporte da matéria prima, aparelhamento dos portos e disponibilidade de capital acumulado pelo café, que foi parcialmente transferido para a indústria nascente. Consta que a construção foi iniciada em 1909 e que, no ano de sua inauguração, o matadouro-frigorífico abateu pouco mais de 28 mil cabeças de bovinos e 1,8 mil suínos⁴.

Durante os conflitos da Primeira Grande Guerra (1914-1918) ocorreu um novo “surto” industrial no Rio Grande do Sul, com a implantação de novas fábricas, principalmente na região de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caxias e Vale dos Sinos. Cumpre salientar que, nesse mesmo período, as empresas que utilizavam matéria-prima importada, como as metalúrgicas e a cervejarias, entraram em crise, em função das dificuldades de importação. Nesse contexto, os produtos oriundos da pecuária passaram a ser valorizados, juntamente com outros produtos de primeira necessidade, que passaram a ser exportados para a Europa, para abastecer tanto a população civil quanto os exércitos dos países beligerantes. Em decorrência do conflito, a situação econômica favorável motivou a instalação de alguns estabelecimentos dessa ordem.

Em 1917, duas empresas norte-americanas de Chicago, instalaram suas fábricas no Rio Grande do Sul. A *Armour*, em Sant’Ana

⁴ Em 1923, a empresa foi adquirida pela Sociedade Frigorífico Anglo, da família britânica Vestey, que mais tarde, em 1927, passou a explorar também a Cia. Frigorífica de Santos. A partir de 1927, o Anglo passaria a exportar carne refrigerada denominada *chilled beef* para o mercado de Londres. No início da década de 1990, os Vestey venderam a indústria, que hoje pertence ao JBS Friboi.

do Livramento, e a *Swift*, em Rosário do Sul, esta última que, em 1918, fez a primeira exportação de carne congelada oriunda do Rio Grande do Sul. De acordo com Pesavento (1980a, p. 168-173), em 1919, havia 28 charqueadas no Rio Grande do Sul, “estando o maior número delas em Bagé e Pelotas”. Em 1933, se descontando os quatro frigoríficos – duas plantas *Swift*, *Armour* e *Wilson* –, havia 38 charqueadas espalhadas em 16 municípios do estado. É neste contexto que está inserida da *Charqueada São Miguel*, em Passo Fundo, destaque no norte do estado, como mostra o mapa a seguir.



Mapa das charqueadas sul-rio-grandenses em 1920.
Fonte: VOLKMER, 2007, p. 50).

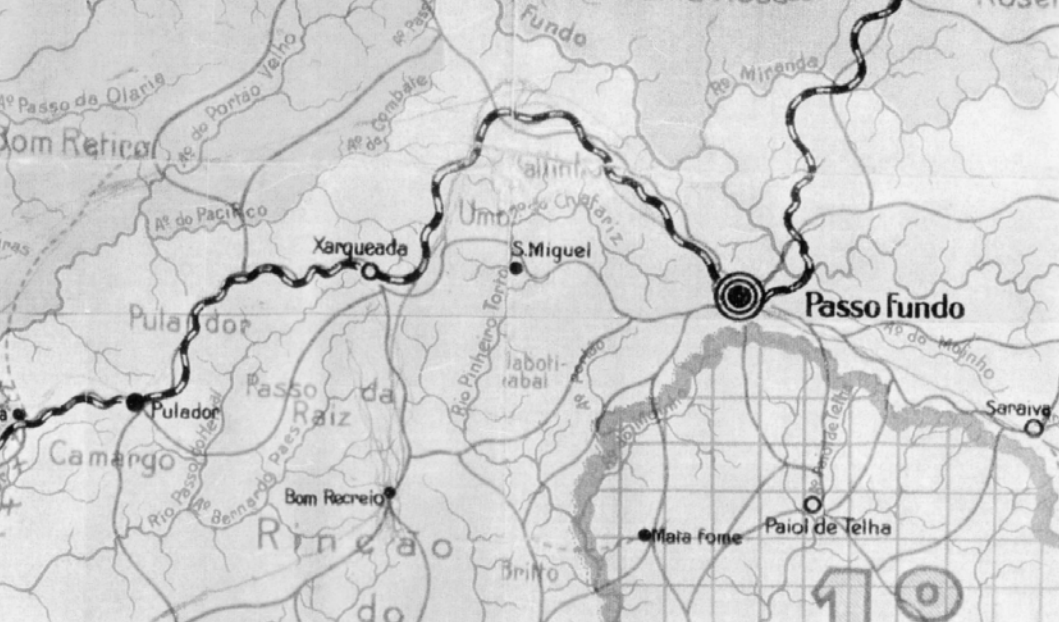
PASSO FUNDO NA ROTA DO CHARQUE: A CHARQUEADA SÃO MIGUEL

As atividades *saladeris* da firma *J. Magalhães & Cia.*, em Passo Fundo, iniciaram em agosto de 1914⁵, no local denominado Umbu, caminho para o distrito do Pulador⁶. Inicialmente pertencente aos irmãos Julio e Jonathas Magalhães⁷, a Charqueada São Miguel estava localizada às margens da linha férrea, e distante cerca de 20 quilômetros da sede do município; a escolha para o estabelecimento do saladeiro, segundo Benvegnú, deveu-se à estrada de ferro, que proporcionava uma “via de exportação mais rápida, [...] e sem dúvida, fator preponderante para a fundação de estabelecimentos saladeris” (2010, p. 27).

⁵ Em fevereiro de 1915, o jornal *A Federação*, registrou o início da “matança” na Charqueada dos irmãos Magalhães.

⁶ Nenhum dos documentos aos quais tivemos acesso deixa claro, mas, acompanhando as notícias veiculadas pelo jornal *A Federação*, acreditamos que o *Saladeiro São Miguel* seja uma continuidade da *Charqueada Pinheiro Marcado* cujas atividades remontam a 1911. Ambas as indústrias estavam localizadas as margens da estrada de ferro, no trecho Passo Fundo–Cruz Alta. Localizadas em diferentes distritos de Passo Fundo, as localidades estão distantes cerca de 70 quilômetros uma da outra. Em 31 de janeiro de 1911, o jornal *A Opinião Publica*, de Pelotas, noticiava que estava em funcionamento, em Pinheiro Marcado, uma xarqueada, de propriedade dos irmãos Julio e Jonathas Magalhães. Os mesmos, naquela ocasião pretendiam ampliar a capacidade e desenvolvimento do empreendimento assim que fosse regulado o tráfego da ferrovia até Itararé, em São Paulo, com o qual o estado do Rio Grande do Sul havia estabelecido conexão desde 1910, por meio dos trilhos. Segundo a nota, a última tropa havia abatido 500 rezes, sendo desses: 200 zebus, dando de rendimento 1030kg de carne, 230kg de gordura e 400kg de couro. Em 1913, *A Federação* informou aos leitores a safra do gado, dizendo que a Charqueada Pinheiro Machado havia abatido, até o dia 20 de janeiro, mil cabeças de gado. Em 17 de janeiro de 1915, *A Federação* informava que: “O capitalista Athanasio Lisboa, de Vaccaria, recebeu uma carta do encarregado da xarqueada Pinheiro Marcado, da localidade do mesmo nome, perguntando se poderia comprar 4000 bois gordos naquele município. Offerece elle o preço medio de 115\$000.

⁷ Julio Cezar de Magalhães (1860-1962) e Jonathas dos Santos Magalhães (1871-1950) eram naturais da região de São Sepé/RS e filhos de José Ricardo de Magalhães e Amélia dos Santos. No início do século XX, desenvolviam atividades comerciais no município de Júlio de Castilhos.

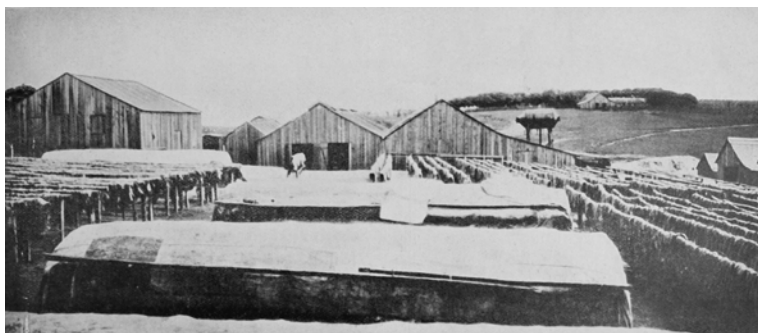
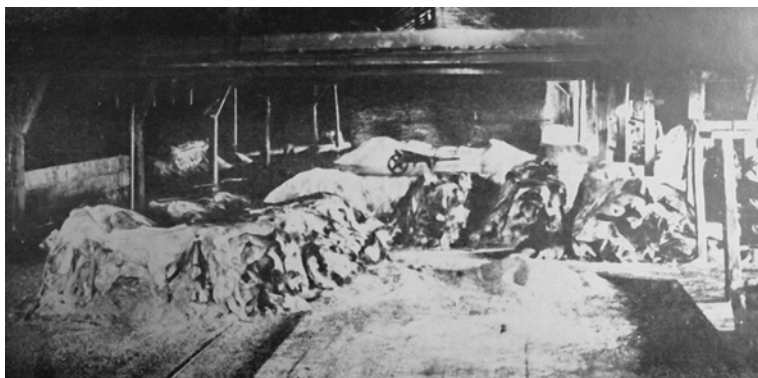


Detalhe do *Mappa Geographico do Município de Passo Fundo*, elaborado pelo historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira, publicado em 1929. Vê-se, no recorte, a localização da Charqueada e a ligação via ramal ferroviário ali existente. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

Montada com “apurado rigor technico”⁸, a Charqueada contava com instalações elétricas, destinadas à movimentação de seu maquinário, além de ter à sua disposição um ramal próprio da Viação Férrea, favorecendo a exportação de seus produtos. Segundo matéria publicada pela revista *Mascara*, em 1922, a empresa utilizava um rigoroso processo para garantir a higiene de suas instalações⁹. Naquele momento, a Charqueada contava com diversos departamentos divididos em seções, onde funcionavam as graxeiras, as canchas de matança, o preparo dos couros e a manipulação do charque. Também se destaca a existência de água encanada e um vasto varal, onde fazia-se a insolação do charque.

⁸ XARQUEADA SÃO MIGUEL. *Mascara*, n. 19, (Número Especial Comemorativo ao Centenário da Independência do Brasil – Rio Grande do Sul, 1822-1922), 1922. Arquivo Pessoal Nicolau Araújo Vergueiro. Arquivo Histórico Regional (PPGH-UPF).

⁹ Idem.



Aspecto do interior da Charqueada São Miguel – onde era preparado o charque – e do pátio com os varais de insolação da carne. Fonte: Revista Mascara, n. 19, 1922.

Pelas memórias de Dóra e Genoveva Lopetegüy, filhas de um dos carneadores, é possível reconstituir parte do trabalho desenvolvido pelos funcionários da charqueada:

Ali chegavam ‘quantia, tropas enormes, aquela manança começava altas madrugadas, à meia-noite, e ia noite adentro, sem descansar, até as 11 horas da manhã’. A tropa, quando chegava, ia diretamente para uma ‘mangueira grande, passava pelo brete, e do brete vinham, botavam no guincho, puxavam o boi pela cabeça e botavam em cima do trole, e o homem, com um punhal, desnucava o animal entre as aspas, e o boi já caía ali. Na cancha, o carneador já estava

esperando onde só ficava a carcaça. O couro e a carcaça'. [...] enquanto esse serviço era feito, os aguateiros atiravam água nas pernas dos carneadores para limpar o sangue que jorrava em grande quantidade, [...]. Quando o boi caía, o pai já tirava os quartos, e o manteiro os levava para a mesa, a paleta para outra, e, com uma faca, eram abertas essas partes. O despostador abria o quarto inteiro, que era a maior manta de charque, e tudo era carregado nas costas. O passo seguinte era o resfriador, onde a carne ficava em varais até parar de sair fumaça, até esfriar, para depois ir para o tanque de salmoura. A carne não podia ser largada quente no sal, porque estragava, queimava. A seguir, ia para os montes de sal seco e somente depois para fora, no sol, 'naquelas varas enormes, uma imensidão onde estendiam para fazer o charque pra exportar' (BENVEGNÚ, 2010, p. 31).

As irmãs Lopetegüý relembram que o saladeiro “era uma cidade... uma vila. Tinha muita gente, tinha muito movimento”¹⁰. O movimento comentado pelas interlocutoras demonstra que os primeiros anos de atuação do *Saladeiro São Miguel* foram de intensa produção. Em 1917, o jornal passo-fundense *O Gaúcho* noticiava que o Saladeiro havia comprado de dois proprietários, residentes no estado de Santa Catarina, 500 “vacas gordas”, informando ainda que em breve outra tropa seria remetida à Passo Fundo¹¹. Do mesmo modo, o jornal *A Federação*, de Porto Alegre, dava destaque a “safra bovina” do Saladeiro São Miguel:

O importante estabelecimento industrial do município de Passo Fundo, Saladeiro S. Miguel, de

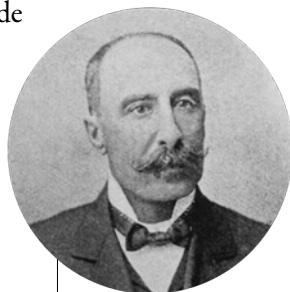
¹⁰ BENVEGNÚ, 2010, p. 31.

¹¹ S. CATARINA VENDE GADO PARA O RIO GRANDE DO SUL. *A Federação*, 14 mar. 1917, Porto Alegre. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

propriedade dos srs. J. Magalhães & Cia, está em plena actividade, tendo effectuado, recentemente, as seguintes compras: do sr. Rodolpho Amado, de Palmeira a peso, 900 bois especiaes; do sr. Cezar Moliterno do Campo do Meio, 400 novilhos a 140\$000; do sr. Felipe Moliterno do Campo do Meio, 76 novilhos, a 140\$000; do sr. João Rodrigues, da fazenda S. Cecília, no Campo do Meio, 300 bois de cinco anos para cima a 160\$000; de diversos criadores deste município 900 vacas a 115\$000; do sr. Ernesto de Quadros, 600 novilhos, a 155\$000; e de diversos creadores do município de Palmeira, 1000 novilhos a 160\$000 e 500 vacas 115\$000 e 120\$000.

Deu entrada, no mesmo estabelecimento, uma tropa de 300 novilhos procedente da Lagôa Vermelha, comprados a 150\$000, e 304 especiaes, procedentes de Lages, a 150\$000¹².

Em 1919, Magalhães adquiriu de Oscar Pinto de Moraes e Francisco Leandro de Quadros, 350 bois e do coronel Antonio Ramos Barroso, da Fazenda Boa Vista, 300 vacas¹³. Em 1921, Julio dos Santos Magalhães adquiriu de Pedro Heleodoro dos Santos, fazendeiro em Palmeira, 110 ovelhas¹⁴. Os números mostram que, em sua fase inicial, a produção da *Charqueada São Miguel* chegou a mais de 10 mil cabeças de gado



Julio Cezar de Magalhães (1860-1962), sócio-proprietário da Charqueada São Miguel. Fonte: Revista Mascara, n. 19, 1922.

¹² A SAFRA BOVINA DE 1917. *A Federação*, 10 fev. 1917, Porto Alegre. HDBN.

¹³ NEGOCIOS PASTORIS. *A Federação*, 21 mar. 1919, Porto Alegre. HDBN.

¹⁴ NEGOCIOS PASTORIS. *A Federação*, 02 jun. 1921, Porto Alegre. HDBN.

abatidas anualmente e exportadas para as principais praças de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, em média 850 mil quilos de “ótimo charque” por safra (BENVEGNÚ, 2010).



Jonathas dos Santos Magalhães (1871-1950), sócio-proprietário da Charqueada São Miguel. Fonte: Revista Mascara, n. 19, 1922.

Os relatórios da Intendência Municipal de Passo Fundo, ao longo da segunda metade da década de 1910, destacam os negócios envolvendo o gado vacum. Em 1916, o recenseamento da população pecuária no município de Passo Fundo, acusou a existência de 114.426 cabeças de gado. Em 1917, esse número decresceu para 90.379. Segundo a Intendência Municipal, tal déficit, embora encontrasse justificativa no alto volume de transações, realizadas entre 1916 e 1917, que desfalcaram, de maneira considerável, os campos de criação, levou os administradores a recomendarem os agentes do fisco a exercerem, com maior rigor, o censo da população pecuária, para a cobrança dos impostos respectivos¹⁵.

Antes de completar oito anos de atuação, a Charqueada foi premiada com um diploma de honra do Instituto Agrícola Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro. Tal honraria foi dispensada à empresa por manipular “seus produtos sempre dentro dos mais rigorosos principios technicos”. Segundo a Revista *Mascara*, a busca no aperfeiçoamento na produção do charque, empreendida pela *Charqueada São Miguel*, fazia com que o charque tivesse “franca aceitação”, cobertas todas as “dúvidas produzidas pela insegurança de sua confecção”¹⁶.

¹⁵ RELATORIOS MUNICIPAIS. *A Federação*, 23 abr. 1919, Porto Alegre. HDBN.

¹⁶ XARQUEADA SÃO MIGUEL. *Mascara*, n. 19, (Número Especial Comemorativo



Vistas do interior da Charqueada São Miguel, por volta de 1922. Fonte: Revista *Mascara*, n. 19, 1922 e COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul: obra histórica, descritiva e ilustrada*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, p. 424. Acervo IHPE.

A década de 1920 chegou trazendo ares de grandeza para os negócios dos irmãos Magalhães. Naquele momento, o município de Passo Fundo estava consolidando suas bases econômicas, com a conclusão da construção da estrada de ferro ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo. A ligação do território passo-fundense a diversos pontos, acarretou o incremento populacional e econômico, além de diversificar a cena social local.

ao Centenário da Independência do Brasil – Rio Grande do Sul, 1822-1922), 1922. Arquivo Pessoal Nicolau Araújo Vergueiro. Arquivo Histórico Regional (PPGH-UPF).



Grupo de funcionários do Saladeiro São Miguel, posicionados em frente ao brete. Identificados: um dos sócios proprietários João Carlos Waihrich, e seu filho Arthur Waihrich; os carneadores Martín, Gregório e João Carlos Lopetegü; e o capataz Natalício Magalhães Ferreira, sobrinho dos sócios Julio e Jonathas Magalhães. Década de 1920. Autor Desconhecido. (BENVEGNÚ, 2010).

É justamente nesse período que desembarcou na estação do Pulador, o uruguaio Martín Lopetegü, descendente de carneadores e ex-funcionário de saladeiros da Barra do Quaraí¹⁷, que passou a somar ao contingente de trabalhadores que operavam a Charqueada São Miguel. A *expertise* de Martín, cuja família era de carneadores, foi destacada pelas filhas: “O serviço de desmontar o boi inteiro, isso meu pai fazia em 10 minutos” (BENVEGNÚ, 2010, p. 31).

Os anúncios da aquisição de novas tropas continuavam a ser veiculados pela imprensa. Em 1926, Julio de Magalhães adquiriu,

¹⁷ Segundo Benvegnú (2010, p. 31), Martín era natural de Paissandu e chegou acompanhado de sua mulher, Ignácia, e de seis filhos.

em Soledade, 250 bois de Manoel Borges de Moares; 150 de Angelo Borges de Moraes e 200 de Francisco Moraes, por 225\$000 a cabeça¹⁸. No mesmo ano, o Saladeiro São Miguel passou a pertencer à Julio Magalhães, João Carlos Waihrich e Domingos Lopes, capitalistas estabelecidos em Cruz Alta e Julio de Castilhos, sob a firma *Magalhães, Lopes e Waihrich*.



João Carlos Waihrich (1878-1954), sócio da Charqueada São Miguel. Fonte: Cemitério Vera Cruz, 2022.

Com um “capital de vulto”, o Saladeiro exploraria o negócio pastoril de “toda a região serrana”. Na oportunidade, a sociedade arrendou oitenta quadras de sesmaria na Fazenda Arvoredo, para ali invernar as tropas que fossem adquiridas pelo estabelecimento. A partir de então, a Charqueada seria ampliada e melhorada, “de modo a valorizar com os melhores congêneres do Estado.”¹⁹

No ano de 1927, Passo Fundo situava-se em 15º lugar no estado em maior número de bovinos, com um rebanho calculado de 196.500 cabeças de gado. Em média, cada boi vivo pesava 520 quilos, o que acabava resultando, em média, de 112 quilos de charque, 36 quilos de couros e 32 quilos de gorduras (BENVEGNÚ, 2010). Em 1928, os sócios do Saladeiro São Miguel começaram o ano arrematando animais para o abate. Em janeiro daquele ano foi adquirida, em Vacaria, uma tropa de 380 bois e 70 vacas²⁰.

Contudo, o fim dos anos 1920 não foram bons para os negócios em Passo Fundo, acompanhando a crise financeira que estava em curso no mundo ocidental. Após o fim da Primeira Grande

¹⁸ COMPRA DE GADO. *A Federação*, 15 abr. 1926, Porto Alegre. BN.

¹⁹ SALADEIRO S. MIGUEL. *A Federação*, 11 ago. 1926, Porto Alegre. HDBN.

²⁰ SALADEIRO SÃO MIGUEL. *A Federação*, 28 jan. 1928, Porto Alegre. HDBN.

Guerra, em 1918, a economia brasileira começou a passar por dificuldades, sobretudo em função da nova organização mundial de produção e consumo.

No Rio Grande do Sul, apesar da diversificação produtiva, promovida pela ampliação da industrialização, a partir da criação de cervejarias, fábricas de vinho e banha e indústrias têxteis, ainda era o complexo pecuário, envolvendo as estâncias, charqueadas e frigoríficos, que destacava no volume de exportações.

Além disso, os charqueadores e criadores gaúchos enfrentavam a atuação dos frigoríficos estrangeiros, que utilizavam tecnologia superior e detinham maiores recursos financeiros para controlar o mercado, elevando ou baixando preços e levando muitos criadores e charqueadores à falência. Nesse contexto, a crise constante, somada ao abarrotamento de charque nos mercados do norte do país, fazia com que a Charqueada São Miguel armazenasse, em determinadas safras, por exemplo, mais de cinco mil reses em pilha de inverno, aumentando, de forma consistente, os prejuízos da indústria charqueadora.

Em 1928, devido à crise econômica, foi convocado o Congresso dos Charqueadores, com o apoio do governo estadual, para tentar controlar e regularizar a exportação do charque, no qual ficou decidida a criação de um Sindicato dos Charqueadores, com sede em Pelotas. No mesmo ano foi fundado o Banco do Rio Grande do Sul, destinado a fornecer empréstimos a juros baixos e longos prazos para o setor agropecuário do estado. Outra medida foi uma campanha de “desnacionalização do charque”, que desarticulou grande parte do contrabando do produto, e foi determinado que o escoamento do produto brasileiro deveria ser realizado pelo porto de Rio Grande.

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas chegou à Presi-

dência da República com a proposta de solucionar a crise no setor agroexportador do país. Todavia, a partir daí, a crise no setor pecuário rio-grandense se acelerou, e a atuação dos frigoríficos prejudicou ainda mais charqueadores e criadores, sendo acentuada juntamente com a oscilação bancária no Rio Grande do Sul, decorrente da Crise de 1929, que abalou a econômica sul-rio-grandense. Naquele momento, os frigoríficos *Swift* e *Armour* exerciam o monopólio do setor. Diante dessa situação, ressurgiu o projeto de um frigorífico nacional a partir das conclusões de uma comissão, que recomendava a constituição de uma cooperativa de criadores sulinos para industrialização de carnes, além de promover a construção de matadouros e frigoríficos no estado.

Acompanhando pela imprensa, à primeira vista, a crise parecia não ter chegado a Charqueada São Miguel. Ainda em março de 1931, um dos sócios da empresa arrematou em Santa Catarina mais de 1900 bois para serem abatidos na safra²¹. Conforme destacou Benvegnú (2010, p. 29), “é interessante perceber que 1931, ao contrário de anos anteriores, foi pródigo de informações e notícias sobre o Saladeiro São Miguel pela imprensa local”. Naquele ano, foi adquirida por aquela indústria – com direito a solenidade de inauguração – uma balança para pesagem do gado em pé (BENVEGNÚ, 2010, p. 29). Com a instalação da balança, o valor não mais seria pago *por cabeça*, mas por peso, o que poderia diminuir os custos da Charqueada. Atendendo a uma antiga reivindicação dos proprietários, mais especificamente de Julio Magalhães, a parada onde ficava localizada a Charqueada, foi elevada à categoria de estação; essa concessão do governo do estado viria a baratear o preço do frete, até então pago como se fosse carregado e descarregado pela estação de Passo Fundo. Nos meses que se seguiram,

²¹ NEGOCIOS PASTORIS. *A Federação*, 20 mar. 1931, Porto Alegre. BN.

as notícias continuavam a dar mostras da pujança da Charqueada. Entre os dias 7 e 8 de julho foram despachados, pela via férrea, onze vagões carregados de produtos, sendo nove de couros para Rio Grande, três de ossos para Pelotas, um de sebo e um de ossos para Curitiba e três de madeiras para Livramento, importando os respectivos fretes em cerca de cinquenta contos de réis.

Contudo, a pujança da Charqueada não chegou ao ano de 1932. Em uma madrugada de dezembro de 1931, o Saladeiro São Miguel, localizado no distrito do Pulador, em Passo Fundo, foi completamente consumido pelo fogo, ocasionado por um incêndio originado pelas fagulhas liberadas por um trem noturno ao passar por aquela estação. Com o sinistro, todo o estoque de charque, cerca de nove fardos, além de maquinários foram perdidos²². O prejuízo causado pelo incêndio foi incontornável e a sociedade que administrava o empreendimento foi obrigada a abrir falência, colocando fim à indústria do charque no município de Passo Fundo.

Em 1933, o advogado João Junqueira Rocha anunciava, como liquidatário, a venda dos bens da firma *Magalhães, Waihri- ch e Lopes*: “estou autorizado, pela assembléa de credores a vender, [...], a qualquer sociedade ou firma individual que se proponha a reconstruir um saladeiro no mesmo local onde funcionava o ‘São Miguel’²³. Contudo, nenhum outro empreendimento da indústria do charque foi consolidado em Passo Fundo após o fim da Charqueada São Miguel.

Com o avanço da industrialização e da segmentação do setor agropecuário, os frigoríficos, como assinalamos anteriormente,

²² UM INCENDIO destruiu a Xarqueada São Miguel. *O Nacional*, n. 1088, 4 dez. 1931. Arquivo Histórico Regional.

²³ FALENCIA de Magalhães, Lopes & Waihri- ch. *O Nacional*, n. 1579, 9 ago. 1933. Arquivo Histórico Regional.

tornar-se-iam a grande expressão desse período do desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul e também em Passo Fundo, com a fundação do *Frigorífico Borella*, no distrito de Marau, em 1933, alterando a dinâmica atrelada à produção, beneficiamento e comercialização dos produtos oriundos da pecuária, encerrando o capítulo da produção de charque, aos moldes de charqueada, em território passo-fundense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como objetivo contextualizar a criação, o funcionamento e a falência da *Charqueada São Miguel*, estabelecimento saladeril que esteve em atividade em Passo Fundo entre 1914 e 1931. Escapando a uma interpretação canônica da existência de charqueadas apenas na região sul do Rio Grande do Sul, abordamos a constituição dessa indústria no norte do estado, em Passo Fundo, buscando compreender aspectos econômicos, logísticos, relacionais e de investimento de capital que compuseram o empreendimento durante sua existência. Experiência única em Passo Fundo e em toda a região, a Charqueada São Miguel marcou um período importante de transformações da pecuária e sua relação com a indústria. Longe de ser um texto definitivo sobre a atuação do Saladeiro, este ensaio objetivou lançar luz a alguns aspectos da história das charqueadas sul-rio-grandenses, em uma conjuntura posterior à abolição da escravatura.

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO NETO, Fernando Augusto de. *A economia saladeiril desenvolvida em Pelotas e Bagé: diferenças e peculiaridades*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- BENVEGNÚ, Sandra Mara. O Saladeiro São Miguel. *Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo*. Edição Especial. Passo Fundo: Berthier, 2010.
- DAMIANI, Daniel Ricardo. *Saladeiro São Miguel: uma charqueada passo-fundense*. Coluna Memórias do AHR. Disponível em: <https://www.upf.br/ahr/memorias-do-ahr/2011/o-saladeiro>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- HEXSEL, Conrado Augusto; GÁRATE, Héctor Eduardo. *Comércio Século XX Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2002.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grande Sul, 1998.
- PEREIRA, Gabriel Langie. Índícios para uma outra explicação: o movimento de integração econômica entre as regiões do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, 1889-1930. In: *3º Encontro de Economia Gaúcha - PUCRS*. Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/3eeg/PUCRS_3EEG_index.htm. Acesso em 23 jul. 2022.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os industriais da república*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980a.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980b.
- PICCIN, Marcos Botton. Patronato estancieiro gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo. *Estudos Sociais e Agrícolas*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2, 2014, p. 327-359.
- VARGAS, Jonas M. “Pelas margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). 2013. Tese (Doutorado

em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VOLKMER, Márcia Solange. *“Onde começa ou termina o território pátrio”*. Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaiois, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). 2007. Dissertação (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

VOLKMER, Márcia Solange; MILDER, Saul Eduardo Seiguer Milder. O Processo de Reestruturação Econômica no Rio Grande do Sul - Aspectos da Indústria do Charque na Fronteira Platina. In: *Anais do VII Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Pós-Graduação Latino-Americana*, São José dos Campos, 2003.



A CONSTITUIÇÃO DA INDÚSTRIA
CERVEJEIRA EM PASSO FUNDO (1880-1947)

CRISTIAN VIAN



Este texto tem como temática alguns dos processos históricos que envolvem a indústria cervejeira em Passo Fundo acompanhando, de forma mais abrangente, o caso da *Cervejaria Serrana*. Considerando a data dos primeiros indícios da fabricação de cerveja no município, bem como a venda da *Cervejaria Serrana* para a *Cervejaria Brahma*, o artigo tem, como recorte temporal o período compreendido entre 1880 e 1947. Fruto de uma pesquisa mais ampla, pretende-se contribuir, como esse texto, com a lacuna historiográfica relacionada à história das cervejarias de e em Passo Fundo. Com o objetivo de apresentar a trajetória histórica dessas indústrias, recorrendo sobre os processos históricos que motivaram o início, a incorporação ou o encerramento das atividades de algumas cervejarias locais. De maneira complementar, a partir do cotejo de fontes da imprensa periódica, registros iconográficos, entrevistas e documentos oficiais, buscou-se ampliar as informações acerca de personagens da história passo-fundense, sobretudo aqueles ligados à produção cervejeira, aqui investigada.

Da antiguidade até a criação da *Reinheitsgebot*¹, a cerveja teve papel fundamental na história, seja como alimento, forma de pagamento, ou como uma bebida psicoativa utilizada em celebrações e rituais religiosos. No Brasil, assim como no Rio Grande do Sul, ela foi principalmente difundida pelos imigrantes provenientes de

¹ Lei de pureza da cerveja promulgada pelo duque Guilherme IV da Baviera em 23 de abril de 1516. Esta, instituiu que a cerveja deveria ser fabricada apenas com água, malte de cevada e lúpulo em seus domínios.

regiões que correspondem aos atuais países da Alemanha, Suíça, Áustria e Itália. A imigração desses povos ao Brasil iniciou-se em meados dos anos vinte do século XIX. Eles trouxeram consigo o conhecimento ancestral da produção de cerveja, oriundo de suas terras natais, onde a bebida era consumida há centenas de anos. Segundo Köb:

Não se pode determinar precisamente o início da produção de cerveja no Brasil. Os primeiros indícios remontam aos primeiros anos após a independência. No final dos anos vinte, o oficial alemão Carl Seidler encontrou no Rio Grande do Sul imigrantes teutos que tinham conhecimentos para fabricar cerveja, com os quais lhe parecia ser bastante interessante e lucrativo estabelecer parceria, devido ao alto preço da cerveja importada (2000, p. 33).

Ao longo do período migratório do século XIX, parte desses imigrantes instalou-se no município de Passo Fundo. Os primeiros indícios da fabricação dessa bebida remontam aos últimos anos do império. Ao longo do século, é possível que alguns desses imigrantes tenham se estabelecido no território de Passo Fundo, já que os indícios da fabricação da bebida datem dos anos finais do período imperial. A partir do século XX começaram a aparecer informações em periódicos sobre as primeiras cervejarias artesanais do município.

Antes da industrialização, predominava a cerveja artesanal e as cervejarias produziam seus insumos de forma muito rudimentar, sem todo o aparato tecnológico existente atualmente. Algumas não se dedicavam única e exclusivamente à fabricação de cerveja, mas também de limonada gasosa, bebida semelhante aos atuais refrigerantes de limão e, em alguns casos, vinho e aguardente.

Destacam-se, como artífices, de um desses empreendimentos, João Corá e Alexandre Bramatti, imigrantes italianos, que fundaram, em 1910, a *Cervejaria Bramatti & Corá*. Pouco tempo depois do início das atividades, venderam o estabelecimento ao imigrante suíço Jorge Barbieux e seus sócios Hugo e Otto Bade, que a reinauguraram sob o nome de *Cervejaria Serrana* no ano de 1916, uma das primeiras indústrias de Passo Fundo (NASCIMENTO, 1995).

OS PRIMEIROS INDÍCIOS E AS PEQUENAS MANUFATURAS

Inicialmente Passo Fundo, até meados de 1850, se constituía em um pequeno povoado. A economia passo-fundense se baseava na criação de mulas e na extração de erva-mate e de pedras preciosas, sendo a exportação, o destino desses produtos (KNACK, 2016). A partir da emancipação político-administrativa de Passo Fundo do município de Cruz Alta, em 1857, a então sede do distrito, acabou por ser alçada à condição de Vila e sede do novo município. Com a Guerra do Paraguai (1865-1870), a Vila enfrentou certa paralisia em seu desenvolvimento, principalmente pelo recrutamento de parte de sua população para lutar na guerra. Após o fim da guerra, a localidade retomou o crescimento, sendo um dos fatores a chegada de imigrantes alemães e italianos que acabaram por diversificar a economia (KNACK, 2016, p. 57). Segundo Fábio Kühn:

De 1870 em diante, começou uma nova etapa, marcada pelo desenvolvimento da industrialização. A acumulação de capital feita pelos comerciantes permitiu investimentos no setor industrial, especialmente em setores como cervejarias, fábricas de calçados, olarias, curtumes e na construção naval (2004, p. 92).

Quando verificada a história da cerveja em uma perspectiva local, nesse caso, a de Passo Fundo, identificou-se que, apenas alguns casos muito pontuais foram documentados, ainda assim, de forma muito sucinta. Apesar da presente pesquisa tratar de aprofundar o estudo desse segmento industrial, não fora possível determinar quando e quem iniciou a fabricação de cerveja nessa localidade. Entretanto, em pesquisa realizada no acervo documental do Arquivo Histórico Regional (AHR) de Passo Fundo, foi possível encontrar nos registros do executivo municipal, uma caixa com uma lista datilografada de alvarás de terrenos concedidos pela Câmara Municipal entre os anos de 1862 e 1904. Na capa do documento aparece, escrito à mão, a seguinte frase: “Moradores da Vila de Passo Fundo dos anos 1862 a 1904”. Um nome presente na lista chama a atenção, o de Augusto Domingues. A nota traz a referência do dia 16 de outubro de 1880 e diz o seguinte:

Terreno entre as casas de Frederico Graeff e Nicolau Thein, na rua do Comercio, lugar chamado BOQUEIRÃO, fazendo frente com terrenos por edificar, 150 palmos mais ou menos de frente, e fundos correspondentes, com o destino especial para edificar uma casa para fabrico de cerveja conforme requereu e foi deferido em sessão ordinária de 29 do mês passado.²

Até o presente momento, essa é a menção mais antiga encontrada sobre a fabricação de cerveja no município de Passo Fundo. Com a expansão e organização do comércio, além do surgimento da imprensa no ano de 1890 (MIGLIORANZA, 2006, p. 120) é que começaram a surgir os primeiros anúncios comerciais das pe-

² PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Moradores da Vila de Passo Fundo 1862 a 1904*. Passo Fundo, [19..?]. [caixa] A-3.1.14. (AHR).

quenas manufaturas de cerveja. Outro fator determinante para o desenvolvimento econômico e crescimento urbano foi a ferrovia, que recortou o Estado, ligando a capital Porto Alegre e o interior. Passando por Santa Maria, Cruz Alta, Passo Fundo, até Itararé em São Paulo (TEDESCO, 2015, p. 25). O trem chegou no município de Passo Fundo em fevereiro de 1898 e Conforme Tedesco:

a ferrovia cortou, abriu, percorreu e valorizou campos e matas com abundância de madeira de lei, necessária para a própria rede, para os colonos, para colonizadoras e comerciantes. Ao seu redor, esses últimos, estruturaram suas vidas e seus estabelecimentos, valorizaram as terras, sendo as matas, aos poucos, substituídas pela agricultura de trigo e milho, com a consequente dinâmica da indústria moageira, da banha, da carne e do couro (2015, p. 27).

Nesse período predominava a mentalidade de que o desenvolvimento econômico de uma determinada região estaria atrelado a sua capacidade de escoamento de produção (TEDESCO, 2015). Nesta perspectiva, as pequenas cervejarias foram beneficiadas, pois além de poderem receber os insumos necessários para a fabricação da bebida com maior agilidade, sendo alguns deles importados como o lúpulo e o malte de cevada, podiam escoar sua produção para outras localidades.

Como destaca Tedesco (2015, p. 57), “até meados do século XX o trem tornou-se o principal meio de deslocamento de mercadorias”. Segundo o relatório apresentado ao Conselho Municipal em 31 de outubro de 1906, pelo intendente municipal Pedro Lopes de Oliveira, que se refere às indústrias e profissões, Passo Fundo contava com apenas uma cervejaria.³ Em fevereiro de 1909, o

³ OLIVEIRA, Pedro Lopes. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em 31 de*

jornal *O Gaúcho* de apresenta anúncios de duas cervejarias, a de *Freitas & Companhia* que se localizava na esquina entre as ruas Marcelino Ramos e do Comércio e a de Rodolpho Diesing, na rua Bento Gonçalves, como mostram as Figuras 1 e 2 respectivamente.



Figura 1. Anúncio da Cervejaria Freitas & Companhia. Fonte: Jornal *O Gaúcho*. Passo Fundo, p. 3, 7 fev. 1909. Acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR).

No texto do anúncio lê-se:

Dispendio de installações completas e de pessoal habilitado, esta fabrica se acha em condições de satisfazer com prestesa a qualquer pedido que lhe sejam feitos, garantido o mais escrupuloso aceio e cuidado na fabricação de seus productos, cuja fama cada vez se torna maior no municipio. Quer em preços, quer na qualidade dos productos, não teme competência.

O anúncio da *Cervejaria Freitas & Cia* (Figura 1) no jornal *O Gaúcho*, destaca os cuidados com relação à fabricação e à aceitação de seus produtos pelo público local. Entretanto, pouco se sabe sobre essa cervejaria, sendo esse anúncio a única menção encontrada sobre ela até o momento. Na Figura 2, verifica-se o anúncio da cervejaria de Diesing, no qual lê-se: “Esta fabrica montada com todo o escrupulo, tem sempre em deposito grande quantidade de seu fabrico estando pois apta para suprir os pedidos de sua distincta freguesia”.

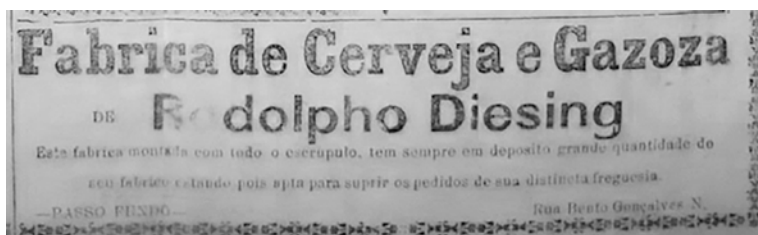


Figura 2. Anúncio da Cervejaria Rodolpho Diesing. Fonte: Jornal *O Gaúcho*. Passo Fundo, p. 4, 7 fev. 1909. Acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR).

O caso da cervejaria de Rodolpho Diesing se assemelha ao da cervejaria *Freitas & Cia*, não sendo encontradas maiores informações sobre esta cervejaria. No relatório apresentado ao Conselho Municipal, pelo intendente Coronel Gervásio Lucas Annes, há referência aos estabelecimentos existentes em Passo Fundo em 1911 e que confrontam os dados do ano anterior. Em 1910 o município contava com nove cervejarias, porém em 1911 a quantidade havia dobrado.⁴

Segundo o mesmo relatório, logo na primeira década do século XX, Passo Fundo contava com o expressivo número de 795 estabelecimentos, dentre eles, açougues, curtumes, ferrarias, médicos, padarias, olarias etc.⁵ É nesse mesmo período que uma dessas pequenas manufaturas começou a se destacar, a modesta fábrica de João Corá e de seu sócio Alexandre Bramatti. Inicialmente, Corá possuía uma casa comercial de secos e molhados. No jornal *O Gaúcho* de 1905 foi possível encontrar um anúncio de sua casa de negócios, que vendia uma grande variedade de produtos.

Como é possível conferir na Figura 3, no anúncio do comércio de Corá, inicialmente as casas comerciais não possuíam especiali-

⁴ ANNES, Gervásio Lucas. Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em reunião ordinária de 1º de novembro de 1911. Passo Fundo: *O Gaúcho*, 1911. (AHR)

⁵ Ibidem.

zação com relação aos artigos ali vendidos, uma vez que naquele período não existiam por aqui supermercados, estas eram as casas de negócios onde a população comprava os produtos para suas mais variadas necessidades. O sócio de Corá, Alexandre Bramatti, segundo o *Ca-*

Figura 3. Anúncio do Grande Baratilhão de João Corá. Fonte: Jornal *O Gaúcho*. Passo Fundo. p. 2, 11 abr. 1905. Acervo do AHR.

lendário do Município de Getúlio Vargas de 2019, desenvolvido em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (IHGGV), nasceu na comuna de Vaprio D'adda, próxima da cidade de Milão, na Itália, em 24 de março de 1879, tendo esposado Emília Tasson, com quem teve dez filhos⁶, não se sabendo, ao certo, quando se deu sua imigração para o Brasil. O caso de Bramatti é um tanto quanto peculiar, e trataremos de elucidá-lo um pouco mais no tópico seguinte.

Conforme o jornal *A Federação* de julho de 1912, na Seção Comercial, solicitou-se o arquivamento do contrato social da empresa sob o nome de Bramatti & Corá. Ainda segundo a nota, a empresa possuía um capital inicial de 90:000\$000, com a finalidade de fabricar e comercializar cerveja, gelo e o que mais convier.⁷

⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE GETULIO VARGAS. *Calendário do Município de Getúlio Vargas de 2019*. Getúlio Vargas. p. 5. 2019. (IHGGV).

⁷ SEÇÃO COMMERCIAL. *A Federação*. Porto Alegre. p. 2, 19 jul. 1912.



Figura 4. Vista do centro da cidade de Passo Fundo, 1912. Ao centro, vê-se a Cervejaria de Alexandre Bramatti e João Corá. Autor desconhecido. Acervo do IHPF.

A Figura 4 mostra a cidade de Passo Fundo por volta do ano de 1912. Com a cervejaria ao fundo, no centro da foto, percebe-se uma cidade em construção, ainda com aspectos interioranos, sem edificações aglomeradas e com a presença de plantações. No caso de Corá é possível verificar o exemplo de como o capital comercial estava envolvido no desenvolvimento de novas atividades industriais e comerciais.

Sandra Pesavento (1983) indica, que o capital comercial foi determinante para o surgimento e sucesso de novos empreendimentos, pois foi a partir de garantias e reservas de capital, que os proprietários puderam investir, importando equipamentos modernos, como as máquinas frigoríficas, tão necessárias a fabricação de cervejas de baixa fermentação, de maior aceitação na época. Boa parte das pequenas manufaturas ainda utilizavam a técnica de alta fermentação, pois não possuíam capital para comprar tais equipamentos, o

que de certa forma, contribuiu para o fortalecimento das indústrias com condições financeiras de modernizar seu maquinário.

Nesse período, Passo Fundo começa a receber mudanças significativas nas relações sociais e em seu espaço urbano, conforme Miranda e Machado:

A década de 1910 pode ser considerada a Belle Époque tardia passo-fundense. É lembrada como a época em que a cidade encontrou a sua modernidade: as ruas se iluminaram com a substituição do lampião a querosene por lâmpadas elétricas; a rede telefônica encurta distâncias; a instalação do primeiro banco agiliza o comércio; o primeiro cinema encanta os habitantes, e, entre outros movimentos, a área urbana adquire uma nova paisagem com a construção de hotéis e a inauguração de uma prefeitura “nova”, além da implantação dos trilhos, que a partir de então ligariam o Rio Grande do Sul, via Passo Fundo, com São Paulo e o resto do país. A Avenida Progresso, nomeada em 1913, incorporava o espírito daquela época (2005, p. 49).

O desenvolvimento econômico, atrelado ao trem e a outros fatores como o fluxo migratório que ainda acontecia, serviu como atrativo para que mais pessoas optassem pela região Norte do Estado para fixar moradia. Segundo Knack:

As primeiras décadas do século XX são marcadas por essa modernização do espaço urbano que modifica o cotidiano dos munícipes, introduzindo novas formas de sociabilidade, acelerando a vida dos passofundenses. Essas transformações eram traduzidas em novas necessidades em virtude do crescimento urbano do município (2016, p. 58).

As novas formas de sociabilidade da qual Knack discorre, acabam por se constituir em novos hábitos, como o de se reunir em esquinas, bares e cervejarias para beber após um dia de trabalho, era comum a realização de festas e jantares dançantes regados a chopp e churrasco nos anexos das cervejarias.

A CERVEJARIA SERRANA

A partir do ano de 1914, a cerveja aparece como item de exportação em Passo Fundo. Na mensagem oferecida ao Conselho Municipal, em 1915 pelo então intendente, Pedro Lopes de Oliveira, sendo a humilde soma exportada de 135 caixas, totalizando o valor de 4:050\$000 e o imposto total pago de 27\$000.⁸ No ano seguinte, chega em Passo Fundo o imigrante e mestre cervejeiro suíço Jorge Barbieux, com o intuito de fazer negócios e fixar residência. Segundo Nascimento:

Jorge Barbieux nasceu na localidade de St. Gall, na Suíça, no dia 29 de novembro de 1857. Permaneceu em sua Pátria até os 16 anos de idade, quando estudou, inicialmente, na Wormser Branner Schule-Worms. Mais tarde fez Estágio na Arminius Drauerrei-Kohlstad e, em junho de 1887, ingressou como técnico na Fábrica de Cerveja “La Alemanha” de Valência, já com 20 anos de idade, onde também aprimorou seus conhecimentos cervejeiros, tornando-se técnico de fama. Atravessou o Atlântico em demanda de Buenos Aires em 1896, e fixou-se como técnico cervejeiro, tendo requerido sua cidadania argentina, onde trabalhou alguns

8 OLIVEIRA, Pedro Lopes. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em 1 de novembro de 1915*. Passo Fundo, 1915. (AHR)

anos. Não tendo encontrado a terra ideal para viver, pensou em transferir-se para o Brasil, mais precisamente para o Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde existia uma organização cervejeira de certa fama, a Boop, Sassen, Ritter e Cia, assumindo a Direção Técnica, e passando a apresentar excelentes produtos. Em Porto Alegre, Jorge Barbieux casou-se com Maria Luiza Broler, a 08 de dezembro de 1900; contava, então, com 33 anos de idade e muita experiência de mundo. Permaneceu em Porto Alegre como Técnico da Cervejaria Boop, Sassen, Ritter e Cia. até 1914, quando transferiu-se para Montenegro, onde dirigiu, como técnico, a Fábrica de Cerveja Jahn (1995, p. 105-106).

Após o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, Jorge, então com quatro filhos: Walter, Constance, Bruno e Dagmar Barbieux, deixou a direção técnica da *Cervejaria Jahn* e transferiu-se para Passo Fundo, quando adquiriu a pequena cervejaria que pertencera a Alexandre Bramatti e João Corá (NASCIMENTO, 1995). Ao iniciar as atividades, passou a fabricar a cerveja “Gaúcha”, que segundo Nascimento (1995, p. 105-106) era “considerada, na época, uma das melhores da Serra”. Quando se fixou em Passo Fundo, Jorge Barbieux requereu sua cidadania brasileira.

É necessário discutir e pontuar algumas das informações que Nascimento mencionou em sua obra, pois em parte, são imprecisas e carecem de fontes. Começamos pela parte na qual se refere sobre a *Cervejaria Bopp, Sassen, Ritter & Cia*. De fato, houve a fusão dessas, que eram cervejarias distintas, em apenas uma companhia. Essa fusão deu origem a *Cervejaria Continental*, porém isso só iria ocorrer em primeiro de julho de 1924 (PESAVENTO, 1983, p. 138). Portanto levanta-se a hipótese de que Jorge Barbieux prestasse paralelamente algum tipo de assessoria técnica para as cervejarias

Bopp, Sassen e Ritter. Com relação a direção técnica da *Cervejaria Jahn* de Montenegro por parte de Barbieux, uma pequena nota do jornal *Correio do Município* de 1916, na seção de hospedes e viajantes, faz menção a uma viagem de Jorge Barbieux, então diretor técnico da cervejaria do senhor Gustavo Jahn, para Porto Alegre.⁹ Nota-se aqui, que mesmo estando com negócios encaminhados em Passo Fundo em 1915, Barbieux ainda possuía vínculos com a *Cervejaria Jahn* em 1916.

Com relação à venda da *Cervejaria Bramatti e Corá*, não é possível determinar quais as motivações que levaram João Corá e Alexandre Bramatti a venderem a cervejaria, nem os vínculos familiares e afetivos dos envolvidos. Mas é possível que o tenham feito por motivos financeiros, já que em 1915 consta nos registros do Arquivo Público do Estado do Rio o Grande do Sul (APERS) um processo de execução fiscal movido pelo Banco da Província do Rio Grande do Sul contra os sócios Bramatti e Corá¹⁰. Ainda naquele ano, a *Serrana* aparece como sendo adquirida pela *Bromberg & Comp.*, empresa importadora de máquinas industriais alemãs, sediada na capital do estado e que revendia, entre outras máquinas, aquelas necessárias ao fabrico da cerveja industrial:

A firma Bromberg & Comp., de Porto Alegre, acaba de vender aos srs. Jorge Barbieux e Otto Bade a fabrica de cerveja que pertenceu aos srs. Bramatti e Corá. Ao que nos consta, a dita fabrica começara a produzir no proximo verão. Não só porque resurge esta fonte amortecida de receita como tambem, e principalmente, pelo desenvolvimento de mais uma industria entre nós, reputamos um melhora-

⁹ HOSPEDES E VIAJANTES. *Correio do Município*. Caxias do Sul. p. 1, 31 jan. 1916.

¹⁰ Processo de Execução Fiscal movido pelo Banco da Província do Rio Grande do Sul contra Bramatti e Corá. 1915. APERS.

mento municipal á atividade aquella industria, cuja direcção será confiada a um dos compradores, profissional competente no fabrico de cerveja, segundo estamos informados.¹¹

Após vender sua parte da cervejaria em Passo Fundo, Alexandre Bramatti se estabeleceu em Getúlio Vargas, que em 1918 passou a ser distrito do recém-emancipado município de Erechim. Em agosto daquele ano, o jornal *A Federação* publicou o anúncio da inauguração da fábrica de cerveja de Alexandre Bramatti e Antônio Pilhoni naquela localidade:

A 18 do corrente foi inaugurada neste povoado a nova fabrica de cerveja, gazosas e aguas mineraes, da firma Bramatti & Pilhoni. Esta fabrica, que se acha amplamente installada com machinismos modernos, deu inicio ao fabrico de dois typos de cervejas que, como os demais productos, pela sua pureza e paladar, estão destinados a um largo consumo e acceitação. São proprietários da nova fabrica os antigos profissionaes, snr. Alexandre Bramatti e Antonio Pilhoni.¹²

Ao comprar a *Cervejaria Bramatti & Corá*, Jorge Barbieux associou-se aos irmãos Otto e Hugo Bade para melhor desenvolver o novo negócio. Em agosto de 1916, o jornal *A Federação* divulgou a notícia das deliberações da Junta Comercial do Rio Grande do Sul. Nela consta o arquivamento do contrato social da empresa *Bade Irmãos & Barbieux* de Passo Fundo, com capital inicial de

¹¹ FABRICA DE CERVEJA. *A Voz da Serra*. Passo Fundo, nº 30, p. 2. Acervo do AHR.

¹² FABRICA DE CERVEJA EM ERECHIM. *A Federação*. Porto Alegre. p. 7, 23 ago. 1918.

90:000\$000 para o comércio e fabrico de bebidas em geral.¹³ Na mensagem apresentada ao Conselho Municipal, pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira, em 1916, é registrado que “mais um importante estabelecimento industrial acaba de fundar-se nesta cidade, a fábrica de cerveja, gazosas e aguas mineraes dos srs. Bade Irmãos & Barbieux, que promete grande desenvolvimento”.¹⁴ A capa do jornal *A Voz da Serra* de setembro de 1916, traz uma nota referente a fábrica de cerveja, nela constam alguns detalhes importantes sobre os sócios e algumas características físicas da fábrica:



Jorge Barbieux, mestre cervejeiro e sócio-proprietário da *Bade Irmãos & Barbieux*. Acervo digital do IHPF.

Dentro de poucos dias reencetará seu trabalho, paralisado ha cerca de dois anos, a importante fabrica de cerveja pelo systema frigorifico montada à rua Paysandú esquina da avenida General Netto, nesta cidade, pela extincta firma Bramatti & Corá. Esse estabelecimento industrial foi ultimamente adquirido pela firma Bade Irmãos & Barbieux, constituída pelos srs. Otto e Hugo Bade e Jorge Barbieux, os quaes estão no proposito de imprimir-lhe vigoroso impulso e certamente o conseguirão, attento o grande esforço que vai presidindo o trabalho de restauração e aperfeiçoamento da fabrica, na qual varias machinas novas foram introduzidas agora, completando o vasto conjunto necessario a um estabelecimento que, como esse, visa trabalhar em

¹³ JUNTA COMMERCIAL. *A Federação*. Porto Alegre. p. 7, 8 ago. 1916.

¹⁴ OLIVEIRA, Pedro Lopes. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal na reunião ordinária de 1916*. Passo Fundo, 1916, p. 12. (AHR)

larga escala. Em vista dessa reforma, dada a excelente agua de que dispõe o estabelecimento, suprida por crystalina fonte que brota dentro do próprio edificio, e attente a circumstancia de dispôr a firma de um profissional competentíssimo na pessoa de seu sócio Jorge Barbieux, que já trabalhou em fabricas importantes como a Becker de Porto Alegre, onde permaneceu por espaço de 16 annos, - claro é que o estabelecimento poderá produzir cerveja igual ás melhores do Estado, constituindo-se fator importante na vida industrial do nosso municipio.

No trecho seguinte a nota traz alguns detalhes sobre a capacidade produtiva da fábrica, destacando a capacidade de armazenamento de sua câmara frigorífica e os tipos de produtos que irá produzir:

A fabrica trabalhará tambem em gazonha, aguas mineraes e licores, para cujo fabrico estão sendo feitas as competentes installações. O serviço do estabelecimento, que abrange tambem a fabricação de gelo e a illuminação electrica de seus compartimentos, feita por 30 lampadas de 50 velas cada uma, é accionado por um motor da força de 28 cavallos, consumindo lenha e nós de pinho. O frigorifico da cervejaria é amplo, podendo esfriar uma área de 150 metros quadrados e mantê-la na temperatura de 1° acima de zero centrigado, permittindo a frigorificação de 100.000 litros de cerveja a cada vez. A fabricação desta começará na próxima semana, pretendente a firma expola á venda por todo o mez de Outubro entrante. Haverá duas marcas desta bebida: Serrana (branca), typo Vienna, e Creoula (escura), typo Munich. A fabricação de gazonha, aguas mineraes e licores, começará tambem por estes poucos dias. Eis as informações que em rapida vi-

sita colhemos sobre o importante estabelecimento dos srs. Bade Irmãos & Barbieux.¹⁵

É necessário pontuar uma peculiaridade da cervejaria, que desde o princípio de seu funcionamento, sob a nova direção, segundo a nota do jornal, possuía o maquinário necessário para fabricar cerveja de baixa fermentação, além de possuir um frigorífico de tamanho significativo, que possibilitava a fábrica de constituir estoque e um mestre cervejeiro de ofício. Portanto, é possível que a nova cervejaria se colocou em relativa vantagem comercial e tecnológica, frente às outras



Otto Bade, sócio-proprietário da Bade Irmãos & Barbieux. Acervo digital do IHPE.

pequenas manufaturas de Passo Fundo. A nota também menciona que, Jorge Barbieux havia trabalhado para a *Cervejaria Becker* de Porto Alegre, pertencente ao grupo da *Cervejaria Continental*, o que de certa forma, alimenta a hipótese levantada anteriormente, de que ele atendia, paralelamente, ou possuía vínculos com cervejarias da capital do estado. Em novembro de 1916, novamente na capa do jornal *A Voz da Serra*, a cervejaria dos irmãos Bade e de Barbieux é mencionada. Dessa vez, para noticiar sua inauguração, no dia 19 do corrente mês:

Domingo ultimo, pela manhã os srs. Bade Irmãos & Barbieux inauguraram festivamente a sua importante fabrica de cerveja, licores, aguas mineraes e gazoza, estabelecida á rua Paysandu esquina da avenida General Netto. Ao acto compareceu extraordinario

¹⁵ FABRICA DE CERVEJA. *A Voz da Serra*. Passo Fundo, p. 1, 16 set. 1916.

numero de pessoas de todas as classes sociaes, bem como a banda de musica regida pelo maestro Claro Gomes. Aos presentes foi servido um churrasco á gaúcha, regado a cerveja e schopps da casa, bebidas estas cuja distribuição foi feita profusamente. Durante o acto fizeram uso da palavra os srs. Adelino Pereira de Souza, Ernesto Lacombe, João Annes e Irineu Goulart, saudando a firma e pondo em relevo a importancia da fabrica. Em nome dos srs. Bade Irmãos & Barbieux agradeceu essas saudações e o comparecimento dos presentes, o redactor d' *A Voz da Serra*. Faltou ainda o sr. Alcides Lima, que tambem saudando os proprietarios do estabelecimento, lembrou a grande cooperação dada a este pela firma Bramatti & Corá, que o erguera, e finalmente encerrou a serie de brindes o redactor desta folha, prestando homenagem á grande data que passava, consagrada a festa da Bandeira Nacional e terminando por erguer um viva ao Brasil, calorosamente correspondido pelos presentes. Os srs. Bade Irmãos & Barbieux foram alvo de geraes e expressivas felicitações pela qualidade magnifica dos seus productos, que na opinião de todos podem competir com os melhores do Estado. Conforme ha tempos noticiamos, a fabrica inaugurada passou por grandes e dispendiosas reformas, sendo dotada de novas e aperfeiçoadas machinas para os serviços accessorios da fabricação da cerveja e bebidas do seu ramo. Com estes melhoramentos e dada a procura assás lisongeira que vão tendo os seus productos nesta e noutras praças, não poderá deixar ella de elaborar nesta nova phase uma producção considerável, contribuindo largamente para a receita publica.¹⁶

Segundo Nascimento (2005), em um primeiro momento a cervejaria lançou a marca de cerveja Gaúcha, em seguida, passaram

¹⁶ INAUGURAÇÃO DE FABRICA. *A Voz da Serra*. Passo Fundo, p. 1, 25 nov. 1916.

a fabricar as marcas Creoula e Serrana. Em 1917, o jornal *A Federação* publicou o anúncio de arquivamento dos registros das marcas, Creoula e Serrana de Bade Irmãos e Barbieux na Junta Comercial do Rio Grande do Sul.¹⁷ Na Figura 5, a ilustração do rótulo da Cerveja Creoula.



Figura 5. Rótulo da Cerveja Creoula. Fonte: Disponível em: <https://i.pinimg.com/564x/12/ff/af/12ffa569170d1efd4cb1453fe4b238a.jpg>

No rótulo da cerveja *Creoula* (Figura 5) é possível verificar, ao fundo, a representação da cervejaria e uma mulher afro-brasileira. Uma peculiaridade perceptível durante esse período é a associação de elementos negros ou menções à África nos rótulos de cerveja preta. É possível verificar isso nos rótulos de cervejarias comentadas anteriormente como a *Cervejaria Bopp* que fabricava a cerveja “Negrita” e a *Cervejaria Ritter* que fabricava a cerveja “Africana”. Na Figura 6, reproduz-se o rótulo da *Cerveja Serrana*.

¹⁷ MARCA REGISTRADA. *A Federação*. Porto Alegre. p. 8, 8 fev. 1917.



Figura 6. Rótulo da Cerveja Serrana. Fonte: Disponível em: <https://i.pinimg.com/564x/a8/5b/c8/a85bc8d0978a20343d75bfbdad5720dc.jpg>

No rótulo da cerveja Serrana (Figura 6) novamente aparece ao fundo a representação da fábrica de cerveja, neste rótulo o prédio aparece com características diferentes da anterior, com maior tamanho, dando a entender que houve modificações em sua estrutura física. Também constam informações sobre o processo de fabricação da cerveja, em baixa fermentação, as premiações e o teor alcoólico de 3,2%.

Em julho de 2005 a revista *Água da fonte* da Academia Passo-Fundense de Letras, publicou uma entrevista com Leofrida Thevenet Barbieux, realizada pelos membros da academia, Paulo Domingos Monteiro e Pedro Ari Veríssimo da Fonseca¹⁸. Na época da entrevista, Leofrida, com 93 anos de idade, revela questões im-

¹⁸ Viúva de Walter Barbieux, filho de Jorge, que passou a trabalhar com o pai na cervejaria na década de 1920, após temporada de estudos na Alemanha, onde se graduou como técnico cervejeiro. UM ENCONTRO COM A MEMÓRIA VIVA. *Água da Fonte*. Passo Fundo, ano 2, n. 3, 2005, p. 14-15.

portantes para o entendimento de situações da vida cotidiana do município de Passo Fundo e suas relações com a cervejaria, além de trazer detalhes sobre o funcionamento da mesma e de seus respectivos proprietários. Em um dos trechos publicados, Leofrida expõe o seguinte:

As garrafas de cerveja eram acondicionadas em caixas de madeira, com quadradinhos também de madeira. Para transporte mais longe, as garrafas eram empalhadas com a palha da cevada. O lúpulo vinha da Tchecoslováquia, enrolado em linho. A cevada era importada da Argentina. O transporte era feito em trens, e para onde estes não chegavam, através de carroças.¹⁹

Em mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo então intendente Dr. Nicolau Araújo Vergueiro em 1923, Passo Fundo contava então com apenas três cervejarias.²⁰ Em outro trecho transcrito pelos entrevistadores, Leofrida cita uma ampliação da fábrica em 1926 e a importação de uma caldeira trazida pelo trem de Porto Alegre até Passo Fundo que, segundo ela, a cidade teria parado para ver a operação de transporte até a cervejaria.²¹ Na Figura 7, a cervejaria ao final da década de 1920, tirada pela parte da frente, onde é possível identificar carroceiros e caminhoneiros que provavelmente faziam o transporte e distribuição da bebida para outras localidades.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal na reunião ordinária de 1923*. Passo Fundo, 1923. (AHR).

²¹ UM ENCONTRO COM A MEMÓRIA VIVA. Água da Fonte. Passo Fundo, ano 2, n. 3, 2005, p. 14-15.



Figura 7. Fotografia da Cervejaria Serrana de Bade, Barbieux e Cia. em 1929. Fonte: Acervo IHPF. Autor desconhecido.

Na sequência da entrevista, Leofrida relata outros detalhes sobre os demais produtos, como o guaraná e a limonada gasosa que a fábrica também produzia:

O guaraná, natural, vinha do Amazonas em tonéis. A limonada gasosa era produzida com limão natural que vinha de Marcelino Ramos. Todos os produtos eram naturais, com água natural, de um poço artesiano perfurado especialmente para isso. O limão era pasteurizado e conservado em garrafas de vidro, por isso sempre, inverno e verão, podia ser produzida a limonada. Apenas na água de soda, ia um produto químico, o sódio. Além da Cerveja Serrana, era fabricada a Cervejinha Preta Gauchita.²²

A partir deste trecho constata-se a dinâmica da fábrica, que possuía variedade de produtos, ampliando o seu público-alvo.

²² Ibidem.

Além dos aspectos produtivos, Leofrida relata que a fábrica trabalhava em prol do coletivo passo-fundense, desempenhando funções como o abastecimento da comunidade em períodos de seca:

A cervejaria era a mãe da seca, pois as pessoas se beneficiavam do poço artesiano, ao tempo em que a cidade só dispunha da água do poço. Walter era muito preocupado com a questão social e fazia questão de ceder água para todos. Nas épocas de seca, era uma verdadeira romaria de pessoas em busca de água. As secas sempre foram periódicas e frequentes. Os moradores das casas próximas se beneficiavam regularmente da água cedida pela cervejaria. As pessoas portadoras de insuficiência respiratória valiam-se do oxigênio produzido na cervejaria, nas crises agudas. Até Dona Jovina Vergueiro, esposa do Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, beneficiou-se de um tubo de oxigênio fornecido pela empresa.²³

Ao longo da década de 1930 a Cervejaria Serrana passou a participar de exposições e competições a nível regional e estadual, ganhando projeção. A cervejaria de Alexandre Bramatti, localizada no recém-fundado município de Getúlio Vargas, é que empregara certa concorrência à *Cervejaria Serrana*. O jornal *A Federação* de 1934, traz a informação do arquivamento do contrato social da Alexandre Bramatti e Filhos, com capital social de 165:000\$000 para fabrico de bebidas em geral. Na seção da Junta Comercial do Estado no dia anterior.²⁴ Nessa mesma década, a Cervejaria Bramatti também conservava um filial na cidade de Passo Fundo, garantindo sua abrangência regional no mercado de bebidas.

²³ Ibidem.

²⁴ SEÇÃO COMERCIAL. *A Federação*. Porto Alegre. p. 3, 3 abr. 1934.



Figura 8. A filial da Cervejaria Bramatti e Filhos em Passo Fundo, na rua General Canabarro. Fonte: Album Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República – 1889-1939. Porto Alegre, p. 303. Biblioteca da PUC-RS.

Em 1936, o jornal *A Federação*, traz uma reportagem sobre a promulgação da Lei Orgânica do município de Getúlio Vargas. Um dos trechos menciona uma visita à fábrica de Alexandre Bramatti:

Recebido gentilmente pelo sr. Bramatti fomos convidados a entrar em seu escritório, onde, depois de saborearmos um copo do delicioso chopp, por ele fabricado, entabulamos uma breve palestra. O sr. Bramatti respondendo a uma pergunta que lhe dirigimos, disse que sua cerveja está tendo tanta aceitação desde Marcelino Ramos até Santa Maria, que se viu obrigado a ampliar os porões de seu estabelecimento, afim de poder atender os pedidos diariamente recebidos. E não somente isto. Os srs. Alexandre Bramatti & Filhos foram obrigados a retirar, os anúncios de seus produtos nos jornais, por não poder ainda a sua fábrica produzir tanto quanto são as encomendas. Sem medo de errar, podemos dizer que a fabrica de cerveja em apreço é um estabelecimento que honra a industria nacional.²⁵

²⁵ GETULIO VARGAS, *A Federação*. Porto Alegre. p. 7, 22 fev. 1936.

A edição comemorativa da 1ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira Anexa do *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional* do município de Passo Fundo de 1939, destaca que a produção industrial de cerveja de Passo Fundo no ano anterior, chegou a 300.000 litros de cerveja.²⁶ Também destaca a participação das cervejarias *Serrana* de Passo Fundo e *Bramatti & Filhos* de Getúlio Vargas, ambas dividindo o primeiro prêmio para indústrias alimentícias e de bebidas da exposição, demonstrando que ambas comparilhavam e estavam fortemente presentes no mercado regional. Na Figura 9 é possível verificar o local dedicado à exposição dos produtos da *Cervejaria Serrana* no evento. É possível averiguar o bem ornamentado *stand* da Cervejaria Serrana, o grande sortimento de produtos, além das tradicionais barricas de chope feitas de madeira.



Figura 9. Fotografia do Stand da Cervejaria Serrana. Fonte: Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo de 1939. Acervo do AHR.

²⁶ Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do município de Passo Fundo de 1939. Passo Fundo: Editora Guias Ilustrados Municipais, 1939. (AHR)

No relatório do ano de 1939 apresentado ao interventor Oswaldo Cordeiro de Farias, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, a produção de cerveja no município chegou a um milhão de litros.²⁷ A edição 675 da revista *A Noite Ilustrada* de 1942, destaca que a Cervejaria Serrana teria a capacidade produtiva anual de um milhão de garrafas,²⁸

como mostra o anúncio na Figura 10. A propaganda exalta as qualidades dos produtos da cervejaria. Na década de 1940, a *Cervejaria Serrana* havia se consolidado como uma expressiva e organizada indústria cervejeira, atraindo a atenção de outras indústrias do segmento e como consequência o interesse em adquiri-la. Nesse mesmo período, adentrava fortemente no Estado grandes conglomerados cervejeiros do centro do país, a *Cervejaria Antártica Paulista* e a *Cervejaria Brahma*. Com uma política expansionista, essas logo passaram a controlar boa parte do mercado cervejeiro rio-grandense, em um processo estratégico de aquisição e incorporação de

Cervejaria Serrana
 ALEM DE UMA ÓTIMA CERVEJA, FABRICA
 EXCELENTES GASOSAS



Já assinalamos noutra reportagem quanto as indústrias da cidade de Passo Fundo concorrem para a riqueza do parque industrial do Rio Grande do Sul. Ali a iniciativa particular é uma esplêndida realidade.

A Cervejaria Serrana, da firma Bade, Barbicux & Cia., é um estabelecimento à altura do surto progressista que ali se observa. Um dos seus produtos, a cerveja Serrana, conquistou depressa bons mercados pelas suas qualidades e excelente sabor, o mesmo ocorrendo com as águas gasosas, também do seu fabrico.

Sua produção anual atinge seguramente um milhão de garrafas, consumidas nas principais praças do grande Estado.

A firma proprietária da Cervejaria Serrana é constituída pelos Srs. Jorge Barbicux, Otto Bade e Walter Barbicux, todos com um tirocinio industrial que tem possibilitado o grande êxito dos seus apreciadíssimos produtos.

Figura 10. Anúncio da Cervejaria Serrana na Revista *A Noite Ilustrada*. Fonte: *A Noite Ilustrada*. Rio de Janeiro. p. 5, 28 fev. 1942. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁷ FERREIRA, Arthur. *Relatório apresentado ao Exmo. Senhor Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal de 1939*. Passo Fundo, 1939. (AHR)

²⁸ CERVEJARIA SERRANA. *A Noite Ilustrada*. Rio de Janeiro. p. 5, 28 fev. 1942.

pequenas e médias indústrias bem instrumentadas localizadas pelo interior. Pesavento aponta que:

Vinculadas a um processo de acumulação de capital que se ligava ao eixo dinâmico da economia nacional (o café paulista), as empresas do centro do país não só possuíam maior disponibilidade financeira e capacidade produtiva, como se achavam localizadas junto ao maior mercado consumidor do Brasil: o eixo São Paulo-Rio (1983, p. 138).

O maior grupo cervejeiro do estado naquela época, a *Cervejaria Continental*, possuía grande influência no círculo industrial rio-grandense e tampouco conseguiu frear o avanço da *Antártica* e da *Brahma*, mesmo tendo adotado uma política de expansão semelhante à daquelas cervejarias. Conforme Köb:

O acesso a financiamento mostrou-se a longo prazo efetivo para o sucesso ou insucesso de uma empresa produtora de cerveja. Ao contrário das cervejarias de manufatura, resultava o setor industrial num empreendimento com altas quotas de custos fixos. A aquisição de máquinas a vapor e de fazer gelo, a construção de armazéns refrigerados e a necessária exploração da capacidade de produção, bem como da rede de distribuição, estavam além das possibilidades de uma simples empresa (2000, p. 39).

Em determinado momento, face à grande concorrência empregada pelas grandes cervejarias, cabia a estas pequenas e médias manufaturas apenas subsistir, limitando-se a vender seus produtos local ou regionalmente. A ampla maioria acabou encerrando suas atividades face às dificuldades financeiras ou na manutenção dos negócios, e as em melhores condições, eram adquiridas por cervejarias maiores. Para Pesavento,

aquelas empresas que contavam com maior dose de capitalização prévia via comércio puderam adquirir tecnologia mais avançada no exterior, o que permitiu que algumas cervejarias se configurassem como verdadeiras fábricas. Tal processo foi acompanhado por uma concentração industrial – aglutinação de empresas com maior capacidade produtiva – e desaparecimento de pequenas unidades (1983, p. 152).

Em abril de 1945 o jornal *A Noite* noticiou que a *Cervejaria Brahma* acabou por adquirir a *Cervejaria Leonardelli* de Caxias do Sul, uma das maiores do estado (PESAVENTO, 1983). Foi nessa mesma época que Otto Bade negociou a venda de sua parte da *Cervejaria Serrana* para a *Cervejaria Continental* de Porto Alegre.²⁹ Deste modo, a *Cervejaria Serrana* passou a operar como uma filial da *Continental* em Passo Fundo. Com o falecimento de Jorge Barbieux em 1945, seu filho Walter assumiu a cervejaria como sócio majoritário junto a *Continental*. No ano seguinte, a *Brahma* adquiriu a *Cervejaria Continental* em uma grande transação comercial, passando a operar todas as subsidiárias da cervejaria, como a *Cervejaria Serrana*, em Passo Fundo (PESAVENTO, 1983). No mesmo ano, Walter acabou optando então por vender a sua parte, marcando o fim da *Cervejaria Serrana* e o início da *Cervejaria Brahma* em Passo Fundo, passando a funcionar sob o nome *Brahma*, em 1947.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora casualmente exploradas pela historiografia, as cervejarias estiveram presentes e foram protagonistas no processo de indus-

²⁹ UM ENCONTRO COM A MEMÓRIA VIVA. Água da Fonte. Passo Fundo, ano 2, n. 3, 2005, p. 14-15.

trialização do Brasil. A constituição de fábricas de cerveja a partir da iniciativa de imigrantes europeus foi possível, em sua maioria, pelo conhecimento prévio sobre sua fabricação, pela herança social ou pelo intercâmbio cultural. Cabe destacar, que boa parte dessas fábricas teve em sua origem, o excedente gerado a partir do capital comercial, o que possibilitou o processo de industrialização das cervejarias. É possível argumentar que, o processo histórico que resultou no encerramento das atividades de pequenas e médias cervejarias do interior do Rio Grande do Sul, a exemplo da *Cervejaria Serrana*. Ocorreu de forma que, conforme a bebida foi se popularizando entre as diversas camadas da sociedade, visto seu baixo custo e aceitação, a demanda pelo produto aumentava consideravelmente, proporcionando às fábricas mais bem equipadas e com maior capacidade de produção e distribuição, experimentarem um crescimento econômico gradual. Entretanto, alguns fatores se mostraram determinantes para o desenvolvimento e expansão de algumas indústrias cervejeiras. A constituição de um capital inicial, oriundo majoritariamente da atividade comercial paralela a atividade industrial, a infraestrutura da localidade, logística, o tamanho do mercado consumidor, além de fatores externos como a possibilidade de conseguir financiamentos para investir no negócio. As implicações deste processo culminaram no desaparecimento significativo das pequenas e médias cervejarias e a constituição de monopólios no mercado, fenômeno este, que pode ser observado em âmbito nacional. Contudo, isso não significou o fim absoluto, tampouco acabou com a iniciativa de se produzir artesanalmente a própria cerveja. Uma parcela de pequenas e médias indústrias desse segmento experimentou o sucesso e crescimento econômico em anos mais tarde.

REFERÊNCIAS

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

KÖB, Edgar. Como a cerveja se tornou bebida brasileira: a história da indústria de cerveja no Brasil desde o início até 1930. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 161, n. 409, p. 29-58, 2000.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

MIGLIORANZA, Cristiane. O surgimento da imprensa em Passo Fundo e sua estreita ligação com o partido republicano – a vida de Gervásio Annes de 1889 a 1917. *Anais do I Seminário de História Regional*. Passo Fundo: UPE, 2006.

MIRANDA, Fernando B. Severo de.; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santana Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

TEDESCO, João Carlos. *A Gare e o trem em Passo Fundo: sinergias econômicas (1898-1978)*. Porto Alegre: EST, 2015.

VIAN, Cristian. *História da indústria cervejeira em passo fundo (1880-1947)*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2020.

FONTES

ANNES, Gervásio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em reunião ordinária de 1º de novembro de 1911*. Passo Fundo: O Gaúcho, 1911. (AHR).

CERVEJARIA SERRANA. *A Noite Ilustrada*. Rio de Janeiro. 28 fev. 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

INAUGURAÇÃO DE FABRICA. *A Voz da Serra*. Passo Fundo. p. 1, 25 nov. 1916. (AHR).

FABRICA DE CERVEJA EM ERECHIM. *A Federação*. Porto Alegre. 23 ago. 1918. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 out. 2020.

FABRICA DE CERVEJA. *A Voz da Serra*. Passo Fundo. 16 set. 1916. (AHR).

FERREIRA, Arthur. *Relatório apresentada ao Exímio Senhor Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias*, D. D. Interventor Federal de 1939. Passo Fundo, 1939. (AHR).

GETULIO VARGAS, *A Federação*. Porto Alegre. p. 7, 22 fev. 1936. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 out. 2020.

GUIA ILUSTRADO COMERCIAL, INDUSTRIAL E PROFISSIONAL DO MUNICIPIO DE PASSO FUNDO DE 1939. Passo Fundo: Editora Guias Ilustrados Municipais, 1939. (AHR).

HOSPEDES E VIAJANTES. *Correio do Município*. Caxias do Sul. 31 jan. 1916. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 out. 2020.

Jornal *O Gaúcho*. Passo Fundo. 11 abr. 1905. (AHR).

Jornal *O Gaúcho*. Passo Fundo. 7 fev. 1909. (AHR).

Jornal *O Getuliense*. Getúlio Vargas. 21 dez. 1937. (IHGGV).

JUNTA COMMERCIAL. *A Federação*. Porto Alegre. 8 ago. 1916. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 out. 2020.

MARCA REGISTRADA. *A Federação*. Porto Alegre. 8 fev. 1917. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 out. 2020.

OLIVEIRA, Pedro Lopes. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em 31 de outubro de 1906*. Passo Fundo, 1906. (AHR).

OLIVEIRA, Pedro Lopes. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em 1 de novembro de 1915*. Passo Fundo, 1915. (AHR).

OLIVEIRA, Pedro Lopes. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal na reunião ordinária de 1916*. Passo Fundo, 1916. (AHR).

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETULIO VARGAS. *Calendário do Município de Getúlio Vargas de 2019*. Getúlio Vargas, 2019. (IHGGV).

SECÇÃO COMMERCIAL. *A Federação*. Porto Alegre. 19 jul. 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bn-digital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 out. 2020.

SEÇÃO COMERCIAL. *A Federação*. Porto Alegre. p. 3, 3 abr. 1934. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bn-digital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 out. 2020.

Revista *Água da Fonte*. Passo Fundo, ano 2, n. 3, 2005. (AHR).

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal na reunião ordinária de 1923*. Passo Fundo, 1923. (AHR).





À NOSTALGIA DA CHAMINÉ COMO
EFEITO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO:

*o caso da Cia. Cervejaria Brahma em Passo Fundo
(1947-1997)*

JÊNIFER DE BRUM PALMEIRAS



A trajetória da *Cia. Cervejaria Brahma* em Passo Fundo já foi abordada em diversas publicações, seja em textos jornalísticos, em produções acerca das comemorações de momentos históricos da cidade ou mesmo em pesquisas acadêmicas sobre a economia, a urbanização e o patrimônio histórico do município. Todos eles expõem, em alguns aspectos, momentos contraditórios dessa trajetória, como, por exemplo, o fato de que a decadência da fábrica foi consequência do crescimento urbano da cidade.

Contudo, é paradoxal que o desenvolvimento de uma cidade, enfatizando a sua expansão geográfica urbana, tenha sido o ponto de partida para o fechamento de uma indústria, pois um dos objetivos do planejamento urbano é colaborar para que as indústrias sejam expandidas¹, melhorando circunstancialmente o desenvolvimento da cidade. Assim sendo, foi por esse motivo que a fábrica fechou? Afinal, uma indústria com trezentos funcionários poderia funcionar efetivamente no centro da cidade?

Nosso objetivo neste texto é responder a essas perguntas, descrevendo sucintamente o processo de instalação, operação e fechamento da *Cia. Cervejaria Brahma* em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, entre os anos de 1947 e 1997. Além disso, abordamos o papel da empresa através da percepção de ex-funcionários, destacando o que afetou diretamente a vida desses trabalhadores dentro

¹ Enfatizado nos textos de Knack: *Industrialização e Urbanização no centenário de Passo Fundo/RS – 1957* (2016) e *O discurso da industrialização, a urbanização e o imaginário progressista em Passo Fundo entre 1950 e 1980* (2021, p. 69-94).

da comunidade onde residem, e apresentamos, ainda, pelo viés da nostalgia do ex-funcionário, a desindustrialização ocorrida após o fechamento da *Cia. Cervejaria Brahma* em Passo Fundo, em 1997, relacionando-a ao desenvolvimento da cidade.

Ao investigarmos a desindustrialização, fazemos uso da metáfora da “nostalgia da chaminé”, que busca invocar a perda, resgatar o passado e trazer à memória o quanto foi significativo o trabalho na indústria para os funcionários e para a comunidade em que estava inserido. Este não esquecimento resulta da necessidade de manter viva a empresa fisicamente, construindo um marco para que todos vejam que ela ali existiu.

Fora do campo econômico e político, um campo interdisciplinar de pesquisa, chamado de “estudos de desindustrialização”, se enraizou. Fundamentalmente, a desindustrialização é um processo de ruína física e social, bem como parte de um projeto político mais amplo que deixa as comunidades da classe trabalhadora empobrecidas e desmoralizadas. O esquecimento forçado é parte integrante desse processo, posto que à medida que moinhos e fábricas são demolidos, instituições da classe trabalhadora são desestruturadas e áreas são recontextualizadas como algo novo.

A maioria dos pesquisadores que trabalham esse tema vêm de comunidades desindustrializadas. Muitos parecem ser filhos e netos de trabalhadores deslocados, mais uma manifestação da meia-vida da desindustrialização. Por essa razão, talvez, o campo se baseie principalmente na história oral, a fim de recuperar a vivência da perda do emprego e verificar como essa mudança estrutural se espalha pela vida de indivíduos, famílias e comunidades. Essas conexões pessoais ajudam a explicar a necessidade dos pesquisadores de testemunhar o processo de desindustrialização e torná-lo visível para os outros.

Em nossas investigações iniciais², o caso da *Cia. Brahma* no Norte do Rio Grande do Sul está inserido no contexto inaugurado pela globalização do capital e que culmina na desorganização do trabalho urbano-industrial testemunhado desde o século XIX. Nesse sentido, a “nostalgia da chaminé” faz parte das experiências que aconteceram em outros países da América e da Europa, em contextos semelhantes, embora muitos pesquisadores tragam a nostalgia do mundo social, do capitalismo industrial e do pós-guerra expressado de várias maneiras, a partir do desenvolvimento da “indústria de patrimônios” ao fenômeno da desindustrialização em publicações como os “Livros de Mesa” (CLARKE, 2015).

Aliás, existe uma prática de romantizar o trabalho industrial: através da publicação de livros com imagens da estrutura física de fábricas abandonadas, e não de trabalhadores, como forma de descrever o trabalho realizado dentro da fábrica que os inseriu em suas comunidades, e como eles viveram após a desindustrialização (STRANGLEMAN, 2013; HIGH, DAVID, 2007). Os autores chamam a atenção para o fato de que essas publicações fazem sucesso porque há um público que as consome, e são os ex-funcionários que buscam perpetuar os momentos de trabalho vividos. A partir disso, buscamos compreender, por meio da percepção dos ex-funcionários, se a “nostalgia da chaminé” como efeito da desindustrialização expõe a precariedade do trabalho orientado aos interesses do mercado em detrimento das condições laborais.

Além das entrevistas com os ex-funcionários da Cia. Cervejaria Brahma em Passo Fundo (RS), apresentamos dados coletados com base na pesquisa documental efetuada em jornais e demais

² O texto faz parte da tese de Doutorado em História (em construção 2019-2022) que versa sobre a *Cia. Cervejaria Brahma* em Passo Fundo/RS e seu impacto econômico e político (1947-1997).

publicações encontradas no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, Instituto Histórico de Passo Fundo e Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

QUANDO TUDO COMEÇOU...

Em 1947, a *Cia. Cervejaria Brahma*, com sede no Rio de Janeiro/RJ, adquiriu a *Cervejaria Serrana* em Passo Fundo³, transformando-a em *Cia. Cervejaria Brahma*, filial de Passo Fundo. Conforme descrito na solicitação de averbação do imóvel em que se encontrava a fábrica:

COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA, Sociedade Anônima Brasileira, com sede no Rio de Janeiro à rua Marques de Sapucaí 200, e Filial nesta cidade à Avenida General Neto, 174, por seu gerente e procurador abaixo assinados, tendo adquirido todas as quotas de Capital da extinta CERVEJARIA SERRANA LIMITADA, sucessora de BARBIEUX & CIA., por sua vez sucessora de BADE, BARBIEUX & CIA., conforme atesta com a inclusa fotocópia n. 010937 de certidão passada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, vem mui respeitosamente, solicitar a Va. Excia. Se digne mandar proceder averbação na Escritura Pública n. 2720, anexa ao presente, da circunstancia de que o imóvel constante da mesma passa a pertencer à suplicante, designada COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA, FILIAL PASSO FUNDO/RS⁴.

³ Processo do Pedido de Averbação da Escritura Pública n. 2720, registrado em cartório em 30/12/1947. Arquivo Histórico Regional. Caixa 71 Comarca de Soledade 1ª Vara, 1948.

⁴ Idem.

No texto jornalístico publicado no jornal *O Nacional* é descrito: “Em Passo Fundo, a importante fábrica de bebidas, que muito honra o nosso parque industrial, está situada à Avenida Gal. Neto, 171”, ou seja, na zona urbana da cidade. Entretanto, o Plano Diretor de 1953 destacava a necessidade de uma reestruturação urbanística de cidade, afirmando que a zona industrial deveria estar próxima da ferrovia, e não no centro da cidade, com o propósito de não limitar o desenvolvimento econômico da cidade.

Procurador

A nostalgia da chaminé como efeito da desindustrialização: o caso da Cia. Cervejaria Brahma em Passo Fundo

Embora os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1953 e 1979 descrevessem rotas urbanísticas com grande potencial para a criação de uma área apropriada para expandir o setor industrial de Passo Fundo, a Cia. Cervejaria Brahma não foi contemplada com tal ação, pois o ciclo econômico da cidade entre 1950 e 1980 se baseava no transporte, na agricultura e na indústria, sobretudo através da produção de implementos agrícolas, seguida pela produção alimentícia, sem destaque para a bebida.

A questão aqui levantada em relação à localização da fábrica é importante para entendermos a dificuldade enfrentada pela empresa no simples fato de realizar o carregamento dos produtos em caminhões para a venda. Os relatos dos ex-funcionários descrevem vários problemas ocorridos: “Na verdade dava até medo ver o caminhão sair, a gente pensava que ia tombar, pois para se chegar até a estrada era preciso dar umas voltas”. Ou, “Com o tempo não era só a dificuldade com a saída dos caminhões, e sim com a reclamação dos vizinhos, quanto ao barulho da fábrica, o cheiro do esgoto...”.

O fato contraditório apresentado aqui é que o PDDU da cidade enfatizava que o crescimento econômico futuro seria a partir do transporte, o que nos remete ao passado histórico da cidade em relação ao “caminho dos tropeiros”, destacando-se pela condição rodoferroviária, que promoveria o desenvolvimento urbano industrial, tendo como base a produção agrícola⁵.

As dificuldades eram evidentes, mas a *Cia. Cervejaria Brahma* sempre movimentou a cidade: pagava os melhores salários, mantinha um refeitório adequado para os funcionários, investia em publicidade, presenteava as entidades e os funcionários com o famoso Chopp em épocas festivas e possuía, claro, um time de fute-

⁵ Exemplificado em DAL MORO; KALIL; TEDESCO. Urbanização, Exclusão e Resistência: estudos Sobre o Processo de Urbanização na Região de Passo Fundo. 1998.

bol que era o orgulho entre todas as filiais da Cia. Brahma no Brasil⁶. Conforme a publicação a seguir, pode-se notar que a empresa era prestigiada nos jornais locais.

Melhoramentos na cervejaria Brahma

Desde que adquiriu a antiga Cervejaria Serrana, desta cidade, a Companhia Cervejaria Brahma, uma das maiores organizações do ramo em todo o continente sul-americano, vem empreendendo esforços no sentido de ampliar e melhorar as instalações desse estabelecimento industrial, colocando-o em nível igual ao dos demais que possui no País. E nesse sentido já muito foi conseguido. Mas a direção da filial de Passo Fundo da Cervejaria Brahma tem um

plano ainda muito maior. Atualmente, por exemplo, já está sendo fabricado em Passo Fundo o famoso e preferido **Brahma Chopp**, produto dos mais procurados e de fabricação excelente. Aqui cabe informar que a reportagem conseguiu apurar que esse produto está sendo distribuído pela Cervejaria Brahma, aos revendedores, ao preço de Cr\$ 3,30 a garrafa. No entanto, esses revendedores colocam a bebida no varejo ao preço de Cr\$ 6,00, não sabemos fiados em

quê, pois a cerveja é fabricada e distribuída aqui mesmo, não existindo, portanto, flete, nem outras despesas. Outra iniciativa da atual direção da Brahma é a construção de um grande pavilhão de alvenaria que servirá de depósito de vasilhame, carpintaria e engarrafamento. Esse pavilhão, que está sob a responsabilidade do sr. Helmuth Heidrich, deverá ficar concluído até o fim do corrente ano e está situado na Rua Barão do Rio Branco, defronte à fábrica.

Visitem P. Fundo o diretor da Cia. Cervejaria Brahma

O sr. Walter Prugger regressou hoje a Porto Alegre

Vindo da Capital do Estado, no desempenho de suas altas funções, esteve ante-ontem e ontem nesta cidade, o sr. Walter Prugger, diretor da grande indústria de bebidas brasileiras — a Companhia Cervejaria Brahma.

O sr. Walter Prugger, que exerce seu cargo em Porto Alegre, na filial Continental, veio a Passo Fundo afim de visitar a filial da Companhia Cervejaria Brahma, nesta cidade, procedendo à inspeção periódica, como é de praxe da

importante organização.

S. s. foi recebido pelo sr. Roberto Schaan, dinâmico gerente da filial passofundense, cujo trabalho muito tem concorrido para assinalar o progresso crescente da Brahma nesta vasta região do Estado.

O sr. Prugger, palestrando ontem com a reportagem de O NACIONAL, manifestou a sua satisfação pela atividade do gerente Roberto Schaan, exaltando a ação proficiente que o mesmo tem desenvolvido aqui,

correspondendo a extraordinária procura que os produtos Brahma vêm encontrando por parte de seus consumidores.

Igualmente, o sr. Walter Prugger expressou sua alegria em observar a ampliação dos serviços e das instalações da filial Brahma, o que constitui, sem dúvida, índice de seguro progresso, numa demonstração de que a cidade vai progredindo aceleradamente, como ocorre com P. Fundo, que hoje se apresenta como uma das mais belas e pujantes cidades do Rio Grande do Sul, graças às iniciativas públicas e particulares.

Dr. Odaglas Salgado

DOENÇAS DE CRIANÇAS
REGIMES ALIMENTARES

Fonte: Jornal *Diário da Tarde* e *O Nacional*, de 11 nov. 1954. Acervo do AHR.

⁶ Relatos dos ex-funcionários, que em alguns casos eram contratados em primeiro lugar pelas suas habilidades futebolísticas. O time da filial Passo Fundo, ao viajar para disputar os jogos, conhecia as demais fábricas e percebia as diferenças infundáveis no espaço e no maquinário, sendo essas muito mais modernas que a indústria de Passo Fundo.

A década de 1980 inaugurou a era da ecologia, e a Brahma, preocupada com o bem-estar do meio ambiente, instalou a sua estação de tratamento de despejos industriais, a primeira da região. Para mais, a mudança se estendeu aos funcionários, visto que a empresa implantou um moderno restaurante nas dependências da fábrica, tornando-se, também, uma das empresas pioneiras nesse tipo de benefício social na cidade (KNACK, 2013).

O início dos anos 1990 foi marcado pelas mudanças que sinalizavam melhores momentos para a economia, enunciadas ao final do governo Sarney (1985-1990) enquanto reação à aprovação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, o enxugamento do Estado ganhou maior vitalidade com o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), posto que o Brasil precisava acabar com o principal problema econômico: a inflação. Também, deveria enfrentar a defasagem tecnológica da indústria, problema que o governo Collor combateu por meio da criação de uma nova moeda, da mudança de leis trabalhistas, da abertura do mercado nacional e

Cinquentenário da Companhia Cervejaria BRAHMA

Acaba de completar cinquenta anos de existência a grande Companhia Cervejaria Brahma, pujante entidade industrial que hoje constitui o orgulho de Passo Fundo, do Estado e do país.

Nascida, conforme seus dirigentes expressam com orgulho, sob a inspiração do lema «Trabalho, Qualidade e Progresso», a grande organização industrial tem feito pelo progresso nacional muito mais que dezenas de indústrias congêneres, movida por um ideal, por uma determinação firme, que é trabalhar pelo maior engrandecimento e expressividade de indústria nacional.

A Companhia Cervejaria Brahma mantém organizações no Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Passo Fundo. E nós, passofundenses, sentimo-nos particularmente orgulhosos com a grande fábrica que a firma mantém nesta cidade, muito fazendo, aliás, pela maior propagação do nome de Passo Fundo pelo Brasil em fóra, porque não há anúncio, não há rótulo de seus produtos magníficos que deixe de mencionar a cidade de Passo Fundo.

A filial local tem como gerente essa figura digna e simpática, que é o sr. Roberto Schaan, de grande proficiência e cavalheirismo. Queremos aqui salientar o nobre gesto de S. S. para com os funcionários da Companhia, concedendo uma gratificação especial a todos, por motivo da passagem do cinquentenário da firma.

Congratulamo-nos, assim, merecidamente, com a Cia. Cervejaria Brahma, seus dirigentes e funcionários, e, particularmente, com o sr. Roberto Schaan, pelo transcurso de tão grata efeméride.

Fonte: Jornal *O Nacional*, de 13 ago. 1954.
Acervo do AHR.

da privatização de estatais, consubstanciadas no que ficou conhecido como Plano Collor.

A partir de então, a *Cia. Cervejaria Brahma* de Passo Fundo participou ativamente do processo de desenvolvimento da cidade. Ainda, para acompanhar a modernização nacional da economia da década de 1990, a empresa passou a produzir, para todo o Rio Grande do Sul, a cerveja SKOL, suspendendo a fabricação, após 45 anos, da tradicional Brahma Chopp, cuja produção foi absorvida pela filial Continental em Porto Alegre (RS) (FERREIRA, 2007).

Apesar das dificuldades, muitas transformações influenciaram o desenvolvimento econômico de Passo Fundo a partir da Cia. Cervejaria Brahma, principalmente no tocante à matriz da Cervejaria no Rio de Janeiro, pois foram esses movimentos que conceberam a trajetória da filial no Rio Grande do Sul. Em 1946, a empresa carioca alvoreçou o mercado ao se associar à Continental, de Porto Alegre, visto que a empresa já havia comprado parte da Cervejaria Serrana em Passo Fundo, e, em 1947, a adquiriu integralmente. Nos anos seguintes, a empresa continuou se expandindo além das fronteiras do Rio de Janeiro. Em 1960, comprou a Cia. Paulista de Cervejas Vienenses, transformando-a em filial Agudos; em 1962, inaugurou a filial Nordeste, em Cabo de Santo Agostinho (PE); e, finalmente, em 1980, a Brahma aumentou significativamente sua participação no mercado ao comprar a Skol/Caracu.

Entretanto, a expansão escondia problemas internos, apesar da marca forte, a empresa sofria pulverização de suas ações na bolsa e tardava na tomada de decisões. Essa combinação de fragilidade de gestão com uma marca forte chamou a atenção dos executivos do Banco Garantia, Jorge Paulo Lemann, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira, que já eram famosos por empreitadas bem-sucedidas. Assim, por US\$ 60 milhões, compraram a Cia.

Cervejaria Brahma, tendo Marcel Herrmann Telles a incumbência de dirigir a nova empresa (PILAGLIO; LANDI, 2018).

As primeiras medidas tomadas foram demissões, cortes de gastos supérfluos e reescalamentos de funções. Convém destacar que poucos funcionários se adaptaram, pois não houve apenas mudanças na gestão da empresa, mas sim em toda a cultura organizacional. Ainda, as estratégias de negócios adotadas, como a modernização dos parques fabris e a reestruturação organizacional e funcional para o aumento da rentabilidade, acarretaram redução da força de trabalho.

Em suma, as modificações ocorreram em todos os níveis, a saber: implantação de novos programas como Qualidade Total, metas individuais e departamentais (posteriormente setoriais), novo organograma funcional, gerenciamento utilizando itens de controle e verificação no processo, padronização nas tarefas e operações, implantação de novo sistema no gerenciamento e controle de custos por áreas, incentivos individuais (bônus), programas para contratação de novos profissionais sem vícios ou vínculos com a empresa, programa de desenvolvimento e aprimoramento de profissionais, contratação temporária e contínua de estagiários em todas as áreas, e terceirização de várias funções e/ou setores.

De acordo com o relato de ex-funcionários que atuaram nessa fase de aprimoramento e permaneceram na Cia. Cervejaria Brahma após o seu fechamento em Passo Fundo, sendo realocados em outras fábricas, percebemos que a implantação foi gradativa, iniciou-se de maneira mais intensa no Departamento Pessoal e culminou no Departamento Industrial.

Em Passo Fundo, as primeiras mudanças se deram a partir do recebimento de equipamentos de outras fábricas espalhadas pelo país. Ou seja, ao modernizarem o seu maquinário, enviavam as má-

quinas obsoletas para a filial passo-fundense, que a cada dia diminuía a sua produção. No entanto, a diminuição produtiva não ocasionava demissões diretas, e sim muitos desvios de funções, o que gerou, após o fechamento da filial, inúmeros processos trabalhistas.

Convém salientar que as demissões ocorriam, porém, os funcionários mais antigos eram demitidos para se aposentarem. Na época, a empresa estava na contramão do que geralmente ocorria, porque a maioria dos seus funcionários antigos estavam na empresa numa média de 20 anos de trabalho, ou seja, já haviam passado pelo regime de estabilidade⁷. Em contrapartida, muitas empresas, para evitar o travamento na produtividade, não permitiam que seus empregados alcançassem o prazo de dez anos.

Afinal, no sistema de estabilidade, aos funcionários dispensados antes de completar dez anos era devida uma indenização, correspondente ao valor de um mês de salário para cada ano trabalhado, ao ultrapassar esses dez anos, para consolidar a garantia da estabilidade, o valor da indenização era o dobro. Esse não era o caso da Cia. Cervejaria Brahma, visto que cumpria suas obrigações e tratava de fazer provisões (insuficientes devido ao efeito inflacionário sobre a quantia a ser indenizada) para arcar com os pagamentos.

Já com o advento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), implementado em 1966 para compensar o fim da estabilidade, e obrigatório após a Constituição de 1988, as empresas poderiam manter os dois regimes. No caso da Cia. Cervejaria Brahma, isso impunha um passivo trabalhista incalculável, além de ser um empecilho à produtividade e à renovação do quadro de funcionários (PILAGLIO, LANDI, 2018). Consequentemente, muitos ex-funcionários da filial de Passo Fundo não compreenderam

⁷ Relato de ex-funcionários que foram demitidos durante esse processo e receberam a indenização.

o impacto da demissão por receberem essa indenização, somente mais tarde notaram que fazia parte da estratégia de reestruturação.

Com a revitalização da Cia. Cervejaria Brahma, a concorrência com a *Antarctica* se tornou ainda mais acirrada, sobretudo nos anos 1990. No entanto, com o passar do tempo, o ambiente de negócios mudou, e a estratégia de digladiarem diariamente não atendia mais aos interesses das duas empresas. Nesse sentido, o impensável ocorreu dois anos após o fechamento da filial Passo Fundo: a fusão das duas empresas centenárias criou a maior empresa brasileira no setor de bebidas, a Ambev (ABDALLA, 2019; PILAGLIO, LANDI, 2018).

O APAGAR DAS LUZES

O fechamento da filial da *Cia. Cervejaria Brahma* em Passo Fundo foi resultado de um plano estratégico maior envolvendo várias unidades. Dado que as unidades mais antigas (filial Rio de Janeiro, São Paulo, Hanseática, Continental e Passo Fundo), localizadas em centros urbanos, apresentavam maiores dificuldades e problemas operacionais. Em Passo Fundo, o principal problema provinha da movimentação de grandes veículos de transporte circulando nas ruas centrais, o que contribuía para o aumento do congestionamento nas vias urbanas de circulação. Nesse contexto, existia a necessidade de áreas internas maiores para os pátios de estacionamento dos veículos de transporte de matéria-prima e produto acabado.

Ainda, a emissão de gases gerados pela queima de combustíveis fósseis nas caldeiras era outro problema, aliás uma característica dessas unidades era a grande chaminé de alvenaria. Na filial passo-fundense, devido à área disponível ser restrita, ampliações e/ou modernizações tornavam-se muito onerosas e quase impos-

síveis. Por fim, o tempo de operação de certas áreas das unidades (engarrafamento, armazéns de garrafa e produtos) era restrito em função do ruído gerado pelos equipamentos e pela própria operação no processo. Sublinhamos que o problema era ainda mais grave no caso de Passo Fundo, pois a unidade era dividida em três blocos por duas vias públicas, ou seja, a necessidade de funcionários terem de circular entre os blocos no seu turno de trabalho retardava as operações⁸.

Além disso, é necessário levar em consideração a questão tributária como um fator importante na tomada de decisão, dado que cada estado possui uma composição da carga tributária com valores diferentes. Portanto, construir uma nova unidade acarreta vantagens imensas, haja vista que existe um incentivo fiscal por parte do estado e do município para a implantação, visando tornar o investimento mais atraente para o investidor através de isenção parcial ou total, por um período, de alguns impostos.

Sendo assim, a introdução de uma unidade em Lages/SC e outra em Viamão/RS, com capacidade para atender em curto e médio prazo as áreas anteriormente atendidas pelas filiais Passo Fundo e Continental em Porto Alegre, culminou no fechamento de ambas⁹. A construção dessas novas unidades levou em consideração o aumento da demanda natural do produto, bem como as condições ideais para futuras ampliações (módulos).

APÓS O FECHAMENTO, A NOSTALGIA DA CHAMINÉ

Mas afinal, o que é a metáfora da “nostalgia da chaminé”, mencionada no início desse texto? Frequentemente as críticas à metáfora

⁸ Relatos de ex-funcionários.

⁹ Idem.

são vagas, iniciamos mapeando o que podemos olhar como exemplos dessa tendência. Tentamos resumir os mais variados estudos projetados para públicos diferentes. Alguns são acadêmicos, outros são concebidos como história local, regional ou mesmo industrial, enquanto outros são claramente livros de belas-artes que objetivam desenhar os assuntos industriais (HIGH, DAVID 2007; STRAN- GLEMAN, 2013; CLARKE, 2015). Relacionadas ao último tipo, estão aquelas por e para o movimento do explorador urbano.

Em sua pesquisa na fábrica francesa *Moulinex* e através de depoimentos das ex-operárias, Clarke (2015) elucida a maneira como elas lidaram com o fechamento da empresa. Assim, entre lembranças boas e ruins do trabalho e manifestações para se manterem unidas não só como forma de interação, mas para juntas reivindicarem direitos, ainda que posteriores¹⁰, surge a nostalgia da indústria que desempenhou um papel na construção da nova forma de ativismo social (BOYM, 1995; COWIE, 1999).

O fechamento da fábrica da Cervejaria Brahma é descrito pelos ex-funcionários como uma morte lenta, pois foram sendo realizadas alterações ao longo da década de 1990, como diminuição de mão de obra e mecanização da estrutura fabril, embora eles só se deram conta após o fechamento. Nos relatos, afirmam que ficaram surpresos com o fechamento abrupto sem aviso, dizem ter sido “fechada da noite pro dia”.

Vale ressaltar que foi realizado um grande movimento por parte dos ex-funcionários, sindicato e gestão pública, por meio de vereadores e deputados, para que a fábrica fosse reaberta. Entretanto as ma-

¹⁰ Como parte da pesquisa já realizada para a tese de doutoramento sobre a Cia. Cervejaria Brahma, destacamos que nos 537 processos judiciais que foram utilizados como fontes, encontramos 351 processos abertos após o fechamento da fábrica, que buscavam reparação de direitos trabalhistas. A empresa manteve 7 funcionários do setor administrativo trabalhando com pendências financeiras e judiciais até o ano de 2005.

nifestações foram em vão, a decisão já estava tomada, e o que restou foi uma estrutura no centro da cidade que ocupava quatro quadras da área urbana. Além, é claro, de uma chaminé enorme, avistada de longe, para que nenhum cidadão esquecesse da existência Brahma.

Nesse contexto, foi iniciado o processo de patrimonialização da fábrica. O projeto de lei apresentado destacava a importância do tombamento, reforçando as experiências ligadas ao progresso, industrialização e poder econômico do início do século XX. A justificativa revelava o interesse na memória que se queria preservar, descrita pelo autor, o vereador Sebastião F. Ribeiro:

Do ponto de vista histórico, registros do início do século, mostram que naquele local, é lógico, de forma artesanal, já funcionava uma cervejaria. Para o nobilíssimo historiador passo-fundense, Ney Eduardo Possap d'Avila, em 1902 estava em pleno funcionamento a cervejaria do “seu” Corá. É desta época que se tem notícia do nascimento da industrialização em Passo Fundo. trata-se da história viva de Passo Fundo, que cresceu, desenvolveu-se, transformou-se sempre com a definitiva participação daquela indústria, inicialmente a cervejaria do “seu” Cora, depois Bade, Barbieux & Cia. e finalmente a Brahma¹¹.

Conforme Knack (2013, p. 24),

a intenção do projeto é para manter uma memória referente ao progresso e à industrialização do município, colocando em segundo plano o trabalho dos operários que faziam funcionar a fábrica. Ainda memoriam as transações comerciais e industriais que envolvem o patrimônio, a iniciativa de Jorge Barbieux, o fundador

¹¹ Processo n. 414/97. Data 14/08/1997. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo.)

da cervejaria, as negociações que levaram a compra da cervejaria pela Brahma em 1947, mas não foi feita referência aos operários que a habitaram a região e prepararam a cerveja que essas companhias vendiam.

Paralelamente, o projeto tramitou com muitas manifestações para o não tombamento, mas a pressão de empresas privadas durou até 1999. Por fim apenas foi possível tomar como patrimônio do município a chaminé da fábrica¹². Os jornais locais publicaram textos com depoimentos sobre o fechamento da fábrica, bem como editoriais de jornalistas e historiadores.

A repetição da nostalgia da chaminé é destacada por palavras e expressões como: *saudade, tristeza, na época, lamentamos; perdas, encerramento; lacuna na memória da cidade*. A mesma linha textual se repetiu por três meses após o fechamento da Cervejaria Brahma, com pautas desde a possibilidade de reverter o acontecimento até a possível irrecuperabilidade da economia da cidade em razão da saída da fábrica.

Através das imagens a seguir, podemos verificar como os jornais abordaram as consequências do fechamento, descritas como a desindustrialização da cidade, gerando no leitor a *nostalgia da chaminé*.



Fonte: Jornal *Diário da Manhã*, 4 e 5 maio 1997. Acervo do AHR.

¹² Lei n. 3275 de 16 de dezembro de 1997.

Deputado acusa Brahma de oportunismo no uso do Fundo

Se o parque fabril não for aproveitado, poderá ser pedido seu tombamento

O líder da bancada do PSB, deputado Beto Albuquerque, está encaminhando à mesa da Assembleia Legislativa um projeto de lei propondo a alteração da lei do Fundopem, com a finalidade de impedir o uso de recursos destinados às empresas que, ao criarem novas unidades, fechem outras já existentes. Para ele, a estratégia significa uma compensação e o governo não pode premiar esse tipo de política empresarial, que sob o argumento de ampliação de fábrica, utiliza recursos duas vezes. O Fundopem não pode se prestar a estimular essa atitude de mudança de endereço de empresa. Temos que estimular empresários que queiram efetivamente ampliar a sua produção, o número de empregos, construindo unidades sem o fechamento de outras, ressalva o deputado. A decisão foi tomada a partir do depoimento do diretor regional da Cervejaria Brahma, Augusto Pires, na Comissão de Finanças e Planejamento do Legislativo gaúcho, sobre o fechamento de uma filial de indústria



Deputado Beto Albuquerque em Passo Fundo e da criação de uma nova unidade em Viçosa. O parlamentar havia mantido contato com a presidência da empresa, solicitando o comprometimento de um representante na Comissão, para tentar reverter a situação formada em Passo Fundo. Mas, o

diretor geral da Cervejaria foi claro, ou seja: "não existe a menor possibilidade da Brahma ser reinstalada em Passo Fundo". "Lamentavelmente a lógica que a Brahma está impondo ao Rio Grande do Sul é a mesma dos grandes conglomerados econômicos. É a

lógica da frieza e da ausência de qualquer compromisso com o social, busca apenas o lucro, impondo a Passo Fundo uma perda irreparável, depois de 50 anos de convivência, gerando o desemprego e perda de receita", argumentou Beto Albuquerque.

Por outro lado, o deputado destaca o compromisso assumido pelo governo do Estado, através do representante da Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, Paulo Michelacci Rodrigues, presente à reunião, de canalizar recursos de qualquer natureza para que outra empresa possa ocupar o parque fabril, com a produção de outro tipo de mercadoria com vistas à geração de empregos e arrecadação para Passo Fundo. "Se que isso precisa ocorrer dentro de um breve espaço de tempo. Caso contrário, vou propor imediatamente às autoridades competentes e à sociedade passo-fundense o tombamento histórico do patrimônio da Brahma. Única maneira de evitar a especulação imobiliária e ao mesmo tempo proporcionar à sociedade o uso do local para a realização de diversas atividades", garantiu. Compareceram ao encontro, o presidente do Conselho de Trabalho da Alimentação, Marcos Figueira e Ivano Bernades, representado a AchiFF.

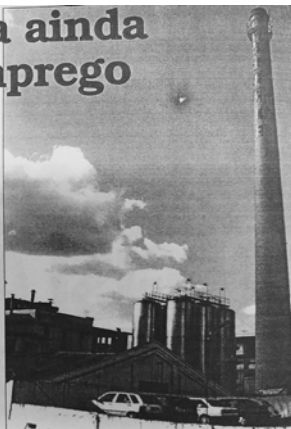
Demitidos da Brahma ainda não conseguiram emprego

A demissão de 147 empregados em consequência da desativação da fábrica da Brahma, ainda repercute junto aos trabalhadores, que não conseguiram nova colocação no mercado, em Passo Fundo. Com salários entre R\$ 387,00, que recebia pequena parte do grupo; muitos com vencimentos médios de R\$ 450,00 e outros que recebiam cerca de R\$ 1.700,00, a maior dificuldade para arrumar novo emprego tem sido o fato de que, praticamente todos, tinham tarefas específicas, como operadores de máquina e cervejeiros. As informações são de Miguel Luis dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação. Os desempregados têm procurado diversas empresas, fazendo cadastro, mas a situação é preocupante, segundo Miguel. Para os que ganhavam os maiores salários, há muitos interessados em estabelecer-se por conta própria, em outras localidades, inclusive no litoral, salienta o sindicalista.

Uma parte do grupo de ex-funcionários, que tinha um tempo mínimo de cinco anos de vínculo com a empresa, mas havia trabalhado com 24 anos no emprego, está vivendo com os recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Miguel dos Santos acrescenta que a possibilidade de transferir-se para a fábrica da Brahma que vai ser instalada no município de Viçosa, na região da Grande Porto Alegre, não está sendo cogitada pelos ex-funcionários da empresa de Passo Fundo. A perspectiva, na análise de Miguel, é de que muitos desses trabalhadores acabem se sujeitando a trabalhar como operários da construção civil, para não sair de Passo Fundo, mas recebendo salários menores.

O Sindicato está preocupado com as dificuldades que algumas empresas do setor de alimentação estão enfrentando em Passo Fundo, como do segmento de bebidas e aves, alertando para que as lideranças também acompanhem esse quadro para evitar que ocorra novo problema social no município.



Fonte: Jornal *Diário da Manhã*, de 09 maio 1997. Acervo do IHPF e Jornal *O Nacional*, de 17 maio 1997. Acervo AHR.

Esta configuração do texto incide os efeitos da desindustrialização sobre o leitor: tanto quanto demissões generalizadas minaram as funções e contribuições econômicas da classe trabalhadora ao município, a falta de "lealdade" da empresa em fechar a fábrica em benefício próprio (reduzir impostos) também demonstrou o impacto na economia.

Nesse viés, o jornal *Diário da Manhã* publicou nos cadernos de Economia e Geral duas notícias que induziram o leitor a associar

causas diretas para o fechamento da fábrica: primeiro, a Lei Complementar n. 87/1996, conhecida como Lei Kandir, que previa a isenção do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários, como itens agrícolas, semielaborados ou serviços, foi aprovada 18 meses antes do fechamento da Brahma; segundo, a notícia sobre o atual momento do município com a queda do ICMS.

Já os textos a seguir continuaram explanando o acontecido, bem como revelaram como a sociedade estava reagindo, com a entrevista do presidente do Sindicato, Miguel Luís dos Santos e do vereador Luciano Azevedo.

Brahma deixa mais de 100 desempregados

Com o fechamento da Cervejaria Brahma de Passo Fundo, 105 funcionários ficaram desempregados. Dessa forma, em reunião com a direção da empresa, foram definidas algumas questões básicas com relação à rescisão

de contrato de trabalho dos ex-funcionários.

Na reunião, ocorrida ontem à tarde, no San Silvestre Palace Hotel, ficou definido que no dia dois de maio será feita uma nova reunião para definir o quadro dos funcionários com estabilidade. Além disso, segundo Miguel Luís dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e ex-funcionário da empresa, ficou decidido que, além da rescisão de contrato, os funcionários com até cinco anos de serviço, receberão um abono de um salário e meio do que recebiam, os com até dez anos receberão dois salários e os com mais de dez anos três salários e meio.

Funcionários com estabilidade devem receber 100%, pois somente foram demitidos devido ao fechamento da fábrica, uma vez que a empresa possui outras unidades. Dessa maneira, 105 funcionários

estão desempregados, os demais possuem estabilidade de emprego.

De acordo com Santos, a possibilidade de reaproveitamento em outras unidades é mínima, apenas um ou dois podem ser transferidos, pois os demais estão todos demitidos.

Os funcionários vinham realizando uma vigília, em frente à fábrica, pelo não fechamento. Como as expectativas da unidade continuar acabaram, a vigília terminou ontem, "porém fica o questionamento, não só do sindicato, mas também dos ex-funcionários, quanto às autoridades que ficaram de fazer alguma coisa para a fábrica permanecer, mas não fizeram nada. Apenas dizem estar realizando reuniões, mas isto somente agora, com o desfecho final, de uma ameaça que vinha sendo feita há mais de dois anos, do possível fechamento", explica.

DE 01/JAN/95 A 31/DEZ/96 (R\$)	
RESGATADOS	TOTAL
ACUMULADOS	29.438.763,19
(7.021.815,25)	
2.476.557,25	8.611.343,48
(1.491.332,14)	
(2.283.581,25)	(2.283.581,25)
(8.193.851,12)	33.784.545,84
2.621.686,86	2.987.417,62
(3.222.985,66)	(7.136.126,75)
	47.013.983,93



Miguel Luís dos Santos, presidente do Sindicato (Foto Getulio)

Azevedo defende ação preventiva para evitar novos casos

Presidente da Câmara de Vereadores, Luciano Azevedo (PPB), preocupado com o fechamento da fábrica da Brahma de Passo Fundo, defendeu, na tribuna, o desenvolvimento de uma ação preventiva por parte da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio para evitar a ocorrência de novos casos. Para o vereador, o município está enfrentando uma situação muito delicada, onde empresas estão fechando suas portas e trabalhadores perdendo seus empregos.

Luciano Azevedo disse que "nós queremos é que empresas sejam atraídas para o município, gerando empregos e fortalecendo nossa economia", explicando que com este espírito está sugerindo ao competente secretário da Indústria e Comércio, Fernando Scoretegnaga, a criação de uma equipe permanente de acompanhamento da atividade comercial e industrial das empresas de nossa cidade.

PREVENTIVA - O presidente do Legislativo defende uma ação preventiva para auxiliar as empresas de Passo Fundo a se expandir. Para isso,

Azevedo entende que a Secretaria da Indústria e Comércio precisa ter periodicamente uma radiografia completa da situação das empresas no sentido de auxiliar e ampliar suas atividades, gerando novos empregos, fortalecendo-as e com isso evitando problemas como os que estão ocorrendo.

Em relação às críticas de que as autoridades teriam começado a se mobilizar tarde para evitar o fechamento da fábrica da Brahma, Luciano Azevedo explica que é preciso ter consciência que uma empresa desse porte não deixará de fechar suas portas simplesmente porque o Prefeito e os vereadores estão citando os fatores da situação econômica da empresa, localização geográfica, possibilidade de ampliação, custo da mão-de-obra e da matéria-prima, como decisivos na manutenção ou não das atividades. É preciso que as forças da comunidade se unam e realizem um trabalho preventivo, de acompanhamento das empresas e de atendimento a suas reivindicações, no sentido de fortalecê-las, conclui.



Vereador Luciano Azevedo (PPB)

Fonte: Jornal *O Nacional*, de 24 abr. 1997. Acervo AHR.

Ao mesmo tempo em que os jornais traziam os fatos que estavam ocorrendo e/ou iriam impactar futuramente, destacavam que a área da fábrica poderia abrigar um novo negócio para gerar novos empregos. Já em outra página, questionava-se o projeto do vereador Sebastião F. Ribeiro, que trabalhava a preservação do prédio como patrimônio histórico, para manter a memória dos trabalhadores e do próprio trabalho que fomentou a economia da cidade.

Para fechar as ilustrações, as capas dos jornais noticiaram a demolição da fábrica, o que tornou real o fim de uma estrutura que representava a memória daquele trabalho, a morte, assim descrita nos textos internos, retratando um último suspiro da nostalgia da chaminé. No caso da Brahma, a única estrutura que ficou foi justamente a chaminé da fábrica, tombada como patrimônio do município, após longos anos de tramitação do projeto entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.



Fonte: Jornal *O Nacional*, de 13 e 14 set. 1997. Acervo do AHR.

Alguns ex-funcionários guardam objetos, como copos, garrafas personalizadas e quadros produzidos para brindes em festas comemorativas durante a existência da fábrica, como uma lembrança dos anos mais felizes de suas vidas, posto que eram reconhecidos na

cidade por trabalharem na Brahma e se sentiam parte da sociedade pelo trabalho que exerciam, independentemente da função¹³.

Segundo Strangleman (2013), os trabalhadores que têm lembranças da vida profissional, bem como o impulso de preservar lembretes físicos de seu passado industrial podem ser vistos nos fenômenos de comunidades, como as dos campos de carvão no Reino Unido, os ex-operários, querendo marcar a passagem de uma indústria guardaram antigas rodas de poço e lâmpadas usadas para iluminar os túneis de mineração.

Ainda, justificam a conservação desses objetos para mostrá-los aos filhos e netos que nasceram após a desindustrialização, enfatizando a importância do passado para a constituição do presente (EMERY, 2019; HIGH, DAVID, 2007).

A cidade de Passo Fundo, com o fechamento da *Cia. Cervejaria Brahma*, foi impactada fortemente na economia local, arrecadação de impostos e concentração de renda da população. Conforme pesquisadores da área econômica, quando se amplia o conceito “clássico” de desindustrialização é possível encontrar uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente. Ou seja, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia (OREIRO, FEIJÓ, 2010; SCHROEDER, R.; BRÜGGER, 2017).

A desindustrialização ocorrida no caso da *Cia. Cervejaria Brahma*, filial Passo Fundo/RS, mostra a nostalgia da chaminé dos ex-funcionários não só como a melhor lembrança do passado, mas

¹³ Objetos e fotografias mostrados durante as entrevistas realizadas.

como o ensejo em que se moldaram após perderem seus empregos e, consequentemente, construíram seu presente.

Agradecimento: A todos os ex-funcionários, residentes e não residentes na cidade de Passo Fundo (RS), e demais pessoas ligadas de alguma forma à Cia. Cervejaria Brahma, que gentilmente, durante vários meses de 2020 e 2021, aceitaram falar comigo em suas casas, por telefone e redes sociais. E em especial: Alcides José Lovison, Jose Luiz Loch e Mariane Loch, Carlos Zimmermann, Cláudio Luis e Elisabete Algarve, Carlito Bina, Flávio Schneider, Prof. Paulo Fernando de Oliveira, Nicolau Neri Gomes, Odilon Cardozo Borges e Silvio Carrão.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, A.; *De um gole só* – A história da AMBEV e a criação da maior cervejaria do mundo. São Paulo: Portfolia-Penguin, 2019

BOYM, S. The Future of Nostalgia, p. xiv. The critical potential of nostalgia is also highlighted in Stuart Tannock, 'Nostalgia Critique', *Cultural Studies* 9: 3 1995

CLARKE, J. Closing Time: Deindustrialization and Nostalgia in Contemporary France, *History Workshop Journal* 79, 1, 2015.

COWIE, J. *Capital Moves: RCA's Seventy-Year Quest for Cheap Labor*. Copyright Cornell University Press 1999.

DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1947- 1997. Arquivo Histórico Regional e Instituto Histórico de Passo Fundo.

DIÁRIO DA TARDE. Passo Fundo: Diário da Tarde, 1947. Arquivo Histórico Regional

FERREIRA, E. S.; *Cervejaria Serrana, Continental e Brahma*. In: 150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo. Org. Osvandré Lech. Passo Fundo: Méritos, p. 148-150, 2007.

FRITZSCHE, P. 'Specters of History: Of Nostalgia, Exile and Modernity', *American Historical Review* 107: 5, December 2001

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Questões sobre o patrimônio histórico de Passo Fundo/RS: 1990-2002*. Mouseion, n.14, abr, 2013, p. 21-36.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO/RS – 1957. *História: Questões & Debates*, [S.l.], v. 64, n. 1, jul. 2016

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *O discurso da industrialização, a urbanização e o imaginário progressista em Passo Fundo entre 1950 e 1980*. In: VANIN, A.A; CARVALHO, D.V; DINIZ, P.H.C. (Org.). *Passo Fundo: estudos históricos: espaços e urbanização*, volume III. 1ed. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021, v. III, p. 69-94.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C.; Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n.2, 2010

O NACIONAL. *Passo Fundo: O Nacional, 1947 – 1997*. Arquivo Histórico Regional e Instituto Histórico de Passo Fundo.

PILAGLIO, O.; LANDI, A. *De duas uma: a fusão na mesa*. São Paulo: Bella Editora. 2018.

PDDU- Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano - 1953 e 1979. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Arquivo Histórico Regional.

STRANGLEMAN, T. "Smokestack Nostalgia", "Ruin Porn", or Working-Class Obituary: The Role and Meaning of Deindustrial Representation. *International Labor and Working Class History*, 84, 2013.

SCHROEDER, R.; BRÜGGER, N. *The Web as History. Using Web Archives to Understand the Past and the Present*. UCL Press: London, 2017.





À DINAMIZAÇÃO DAS OLARIAS NO MEIO
RURAL DE PASSO FUNDO (1960-1980)

SIRLEI DE FÁTIMA DE SOUZA



Na década de 1960, as olarias locais destinadas à fabricação de telhas e tijolos de barro de forma artesanal foram as que mais dinamizaram economicamente o distrito de São Roque, destinando a produção ao município de Passo Fundo, aos municípios vizinhos e aos estados de Santa Catarina e Paraná.

O distrito de São Roque localiza-se ao sul do município de Passo Fundo e as suas características quanto à topografia, tamanho da propriedade e regime de trabalho diferenciam-no das áreas de campo, onde teve o início das lavouras mecanizadas, pois compreende uma área de matas, com predomínio da pequena propriedade. São Roque passou a ser distrito em 10 de novembro de 1961 (SOUZA, 2013, p. 57).

Nessa região, saída para o município de Marau, teve grande concentração de olarias que compreendia algumas comunidades rurais, como São Roque, São José, Vila Rosso, Nossa Senhora das Graças e São Valentim. Isso não significa desconsiderar as outras regiões, como Carazinho e Erechim, por exemplo.

Alguns imigrantes (alemães e italianos), posteriormente os seus descendentes, entre os anos de 1910 e 1930 estabeleceram-se no distrito de São Roque e mais tarde, atraídos pelas vantagens que o meio urbano oferecia, algumas dessas famílias ou alguns membros dessas famílias migraram para onde atualmente é o bairro São Cristóvão e Vila Planaltina (SOUZA, 2013, p. 59).

A arte de modelar o barro já era da cultura de muitos povos, indígenas, africanos e europeus. Em áreas de imigração de euro-

peus no interior das novas colônias, os processos migratórios fizeram com que houvesse uma intensidade maior dessa prática secular de modelar o barro na fabricação de telhas e tijolos. A dimensão mercantil desses produtos aumentou a demanda devido à escassez da madeira.



Figura 1. O tijolo maciço foi a marca da produção nas olarias de Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo.

O processo artesanal de fabricação de telhas e tijolos maciços foi a marca da produção nas olarias de Passo Fundo, como pode ser observado nas Figura 1 e 2.



Figura 2. Confecção artesanal do tijolo de seis furos em olaria do meio rural de Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo.

Neste texto ressaltamos a importância das olarias e dos estabelecimentos comerciais/industriais de base artesanal, assim como as leitarias, alambiques, selarias, ferrarias, pedreiras, moinhos fize-

ram parte do cenário desse espaço, tiveram o período de destaque no meio rural e posteriormente ocorreu o fechamento de muitos desses estabelecimentos, apenas alguns deram continuidade ao trabalho após passarem por uma remodelação.

AS OLARIAS E A URBANIZAÇÃO DE PASSO FUNDO

A expansão do comércio de telhas nas olarias esteve relacionada, inicialmente, à urbanização crescente do município de Passo Fundo e cidades vizinhas, pois os oleiros relataram que os produtos eram vendidos para a construção de estabelecimentos e residências que se instalavam nesses municípios, como postos de saúde, escolas, hotéis, hospitais, comércio e indústrias. A imprensa local fez referência à urbanização do município:

É construída uma casa por dia em Passo Fundo
Notável é sem dúvida, o desenvolvimento de Passo Fundo, que vai crescendo num ritmo acelerado, de modo que o cognome de Metrópole da Serra vem ser-lhe aplicado com inteira justiça. Em verdade, por onde quer que se lance os olhos, pelo centro ou por qualquer dos bairros, vêem-se casas em construção ou casas construídas que se vão remodelando, paulatinamente, o antigo aspecto da cidade. Segundo o relatório apresentado pela prefeitura Municipal, ainda não divulgado, nada menos de 365 casas foram construídas durante o ano findo de 1950 e, por pasmosa coincidência, esse é o número exato das construções realizadas aqui, de forma que foi construída em Passo fundo uma casa por dia, exatamente. Isso, porém, sem contar as reconstruções que atingem o número de 62.¹

¹ “É construída uma casa por dia em Passo Fundo”. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 1, 8 jan. 1951.

O avanço das construções apontava para a demanda de tijolos e telhas. A dificuldade de os moradores do distrito de São Roque manterem-se apenas com a agricultura, após o fechamento de moínhos no meio rural, fez com que procurassem alternativas para a ampliação da renda e sustento da família.

“Colocamos olaria porque naquela época era difícil viver, só tinha um milho, um feijãozinho, não tinha soja que nem agora. Se plantava pouco. Meu pai com oito filhos! No início, nós não tínhamos prática, queimamos e estragamos os primeiros tijolos, mas com a ajuda de quem sabia, começou a dar certo. Só a primeira fornada que não deu certo. Era só uma questão de tecnologia. Barro tinha, só não se sabia fazer a mistura do barro forte com o mais fraco. Tendo o barro forte que tem uma liga, com uma mistura qualquer do fraco dá certo. Então, tinha gente, tinha barro, se sabia que a cidade tava crescendo, que tá louco, principalmente Marau. Então, a olaria foi a solução.”²

Assim, o trabalho nas olarias tornou-se uma nova opção, a técnica da produção de telhas e tijolos foi difundindo-se, favorecida pela abundância de material, o barro, e pelo mercado que se abria para o consumo do produto, isso na década de 1960. Conforme a entrevista, “onde tinha um sapo que cantava num banhado já tinha uma olaria montada”.³

Em concomitância com o avanço na produção agrícola, em grande parte pelo processo de modernização produtiva nos anos

² Entrevista direta com Antônio Manfroi, 60 anos; de 1964 até 1995 (por 31 anos) trabalhou na olaria de sua família localizada na Comunidade de Passo do Chinelô, meio rural de Passo Fundo.

³ Entrevista com Deodado Rosso concedida a Sirlei de F. Souza no dia 24 de janeiro de 2002.

60, as olarias também evoluíram muito nesse período. A Tabela 1 expressa bem isso.

Gênero	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado
Extração mineral não metálico*	53	175
Couros e peles	2	115
Alimentares	26	509
Madeira	40	344
Mecânica	2	-

Tabela 1. Gêneros da indústria de Passo Fundo em 1960. Fonte: IBGE. Censo econômico – Indústria, Rio Grande do Sul, 1960. * Essa variável caracteriza, em grande parte, as olarias.

Da década de 1960 para a de 1970, percebe-se um grande crescimento de indústrias de extração mineral não metálico. Desse modo, a implantação das olarias esteve ligada ao crescimento das cidades de Passo Fundo e da região (Tabela 2).

Gênero	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado
Extração mineral não metálico	94	373
Couros e peles	3	133
Alimentares	85	468
Madeira	17	196
Mecânica	3	-

Tabela 2. Gêneros da indústria de Passo Fundo 1970. Fonte: Idem, 1970.

As muitas casas de comércio no meio rural e no meio urbano, as quais articulavam mercantilmente a agricultura e as atividades industriais e artesanais (ou, então, o artesanato industrial como era o caso das olarias), demonstraram esse vínculo de atividades rurais

com as demandas urbanas. Muitos comerciantes do meio rural tornaram-se, após 1960, comerciantes urbanos em Passo Fundo, como as famílias Busato, Di Domênico, Zaffari, Ughini, Tascheto, Andretta, Rosso, Borowoski, Zanatta, Zanella, Zílio, Grazziotin, entre outros.

Com a urbanização, a expansão do comércio de telhas teve uma estreita ligação com o comércio de suínos e com os frigoríficos Z.D. Costi Cia. Ltda. (COSTI, 2013, p. 1-12) e Indústrias Frigoríficas Planaltina S/A, instaladas no bairro São Cristóvão, Passo Fundo. Nesse período muitos comerciantes das cidades vizinhas vendiam os suínos para os frigoríficos, e na volta passavam pelo distrito de São Roque, onde compravam as telhas. Com isso, muitos oleiros não precisavam sair dos seus estabelecimentos para vender, pois eram os comerciantes que procuravam o produto. Portanto, em razão das olarias, os frigoríficos também levaram vantagens, assim como os comerciantes, que podiam fazer uma viagem casada, cobrar menos pelo frete tendo em vista que o caminhão não retornava vazio.

A expansão econômica, demográfica e territorial do oeste catarinense no início esteve em correlação com os frigoríficos e olarias de Passo Fundo. Isso foi relatado por vários entrevistados que faziam questão de dizer que suas telhas e tijolos “iam também para fora do estado”.

As primeiras olarias fabricavam telhas devido ao fato de que a demanda por tijolos não era tão intensa em razão da oferta abundante de madeira. As olarias de telhas desempenharam um papel importante na economia do distrito de São Roque, pois abasteciam com seus produtos o município de Passo Fundo, os municípios vizinhos e também os estados do Paraná e Santa Catarina (SOUZA, 2013, p. 80).

“Tivemos olaria aqui desde os anos 40. Fomos a segunda olaria em São Roque e a segunda também de telha na região de Passo Fundo. A primeira foi do Lubian. Telha francesa. Naquele tempo era tudo manual, retirava o barro até de 4 metros de fundura, prejudicava a saúde, mas não tinha outro jeito. Frio com o quente, levantar de noite por causa do fogo enfrentando geadas, levantava olhar se tinha que colocar lenha [...]. Vendíamos em Passo Fundo. Nos primeiros anos com carroça, depois de uns dez anos compramos caminhão. Fizemos sociedade com o Maggi De César por uns quantos anos no início, daí ele garantia o comércio. Se vendia para Passo Fundo, mas do Paraná e de Santa Catarina, cansou de vir caminhões buscar, vinham os que entregavam porcos nos frigoríficos em Passo Fundo e, também desciam trazendo outras mercadorias; subiam sempre cheios de telhas, muito mais telhas do que tijolos [...]. Éramos em dez filhos, fazíamos em torno de dois mil telhas por dia. O De César fornecia o maquinário e parte da infraestrutura e nós fornecíamos a telha. Depois se desativou a sociedade e eles montaram a Cerâmica São João, ficaram nossos concorrentes.”⁴

Segundo o entrevistado, na comunidade de São Roque havia mais de vinte olarias, dentre as quais das famílias Lubian, Zanotto, Laimer, Donato, Taufer e Rosso. Segundo o entrevistado, todas produziam telhas.

A rede de transporte, já em franca expansão (caminhões e trem), nas décadas de 1960 e 1970 favoreceu, em muito, o comércio. Porém, grande parte dos oleiros, inseridos no horizonte da agricultura familiar, não tinha condições de modernizar as técnicas.

⁴ Entrevista direta com Pedro Zanon, 75 anos, 54 anos “lidando com olarias” no Distrito de São Roque.

Os entrevistados reclamaram do poder dos comerciantes e construtoras ao determinar o preço dos tijolos e telhas, enfatizaram a dificuldade de vender no mercado urbano sem a intermediação de comerciantes. Muitos desses comerciantes formaram capitais diversificados e tornaram-se grandes proprietários de terra, não deixando sua atividade comercial, ou melhor, ampliando sua atividade, inclusive alargavam sua ação no ramo industrial. A indústria de máquinas e implementos agrícolas na região de Passo Fundo, bem como a frigorífica, foi uma expressão clara disso.

Muitos oleiros só conseguiram comprar caminhão por volta dos anos 70, quando a urbanização regional e sua consequente demanda por ambientes construídos foi intensificada.

“Pelos anos 50 é que começou mesmo. A nossa foi no final dos anos 60. Barro tinha a vontade, o comércio de Marau e Passo Fundo não vencia dar conta de tanto tijolo que queriam, os que tinham olaria já diziam isso. Quando iniciamos, era cheio de pessoal que vinha aqui pra comprar, mas nós fazia pouco, imagina eu fiquei viúva, com quatro filhos pequenos, a olaria tocada com burro, arrancar o barro tudo à mão, que sacrifício. A amassadeira era de pé, tudo era com sacrifício. Ainda vinham os comerciantes e queriam pagar pouco, vinham muitos caminhoneiros que queriam frete; só que a gente não podia botar o nosso preço. Quanto mais movimento tinha, mais espremido era o preço que eles pagavam [...]. Lá pelos anos 70 meu marido comprou caminhão, daí a produção também aumentou porque as cidades na região ficaram grandes, Marau cresceu muito, Passo Fundo, Carazinho, gente da região vinha fazer pedido aqui.”⁵

⁵ Entrevista direta com Graciema Marcon, 66 anos, por quarenta anos foi proprietária e, também, trabalhadora de olaria; reside no meio rural de Passo Fundo.

Os entrevistados foram unânimes ao colocar que, após a presença do caminhão, houve uma redução nos ganhos, pois quem não tinha caminhão próprio, que custava muito e não era acessível à grande maioria dos oleiros do meio rural, tinha de dividir os ganhos com os intermediários transportadores e/ou comerciantes.⁶

Na realidade, comerciantes e caminhoneiros (em alguns casos podiam ser um só) tiveram uma grande ligação com as olarias e com a intermediação dos produtos da agricultura de pequeno porte, como a evidenciada no município pelos produtores familiares. Alguns oleiros para evitar a intermediação adquiriram o caminhão. Nesse sentido, um de nossos entrevistados demonstrou a importância desses para a otimização mercantil e produtiva da olaria.

“Com a olaria, em três anos, compramos caminhão. Transportava direto. Aqui eram muitos caminhões que vinham para carregar. Era só caminhoneiro que fazia frete ou dos próprios comerciantes, dos que queriam construir também. O caminhão facilitou uma barbaridade, se entregava rápido, se carregava mais, se podia fazer um melhor planejamento, se vendia pra mais longe e se ganhava mais, né, porque aumentava a produção.”⁷

Um entrevistado disse:

“Não sei a quantidade de casas particulares, casa de comércio, o hospital de Marau forneci de início ao fim, prédios em Passo Fundo, foi um período,

⁶ Apenas para informar, é bom que se diga que, após os anos 70, quando do intenso processo de adensamento populacional de Passo Fundo e a consequente dinâmica do setor da construção civil, muitos proprietários de olarias se tornaram comerciantes diretos ou sócios de estabelecimentos de venda de materiais de construção, principalmente os mais distribuídos nas vilas e bairros da cidade.

⁷ Entrevista com Cleomar Marcon, proprietário de olaria no meio rural de Passo Fundo.

lá pelos anos 70, que deu uma febre de prédio que só pra vê, e não tinha tijolo que chegasse. Nós vendia pra comerciantes, muitos compravam, vinham aqui e barganhavam preços, queriam sempre carregar com pressa, alguma vez nós tinha de carregar com a pá, do forno para o caminhão, por não poder esperar mais esfriar. Eles exigiam e queriam pagar pouco. Depois foi diferente. Quando compramos caminhão, nós, daí, planejava a entrega e ganhava mais, só que o caminhão custava muitos anos de trabalho.”⁸

Alguns oleiros conseguiram diversificar as atividades, inventar, adaptar-se às novas exigências e processos no âmbito da arquitetura e da construção civil.

“Essa olaria começou com meu avô, nem sei te dizer quando, aqui, aqui mesmo nesse lugar. Passou de avô para pai, de pai para filho e de filho para meus filhos. Viemos nesse ramo, agregando melhorias na agricultura, sempre no trabalho da família. Fazíamos telha, depois o barro enfraqueceu, fomos para os tijolos maciços, agora de uns dez anos pra cá, produzimos tijolo de seis furos. Esse dá menos serviços, tem mais saída, é um trabalho mais leve, só exige mais investimentos, porém, o mercado nunca falta.”⁹

Na maioria das olarias, o trabalho era basicamente familiar, “caso fosse necessário, contratavam-se outros, parentes ou vizinhos, que trabalhavam por dia.”¹⁰ Quando as vendas começaram

⁸ Entrevista com Antônio Manfro, já informada.

⁹ Entrevista direta com o sr. Lubian, proprietário de uma olaria no meio rural de São Roque e um dos poucos que encontramos que produz tijolo de seis furos e que possui uma estrutura moderna de funcionamento no ramo.

¹⁰ Idem.

a aumentar e faltava mão de obra para realizar o trabalho, eram contratados empregados, que, em muitos casos, residiam em casas dos oleiros ou em algumas peças do conjunto da moradia, como galpão, porão etc.

Entretanto, é interessante enfatizar que os oleiros lançavam mão do mutirão, solicitavam auxílio temporário dos vizinhos e parentes residentes no meio rural, trocavam serviços, remuneravam o tempo de trabalho de forma não mercantil. O uso do trabalho assalariado e com membros do meio urbano dava-se em caso de muita necessidade.

“Não era fácil encontrar peão, pois o trabalho na olaria era pesado e tu não podia pagar muito porque daí não tirava tanto lucro. Alguns, nós pegava pra lidar na roça. O trabalho pesado era tirar o barro do barreiro. Fazer fogo, ficar perto do fogo de madrugada, com geada também, não era e não é fácil. Levantar de noite, ir fazendo fogo sem intensificar demais, depois de uns três dias controlar o resquente e o arrocho no final, saber fazer certo para não perder a fornada, com fogo, sabe, é sempre meio perigoso, controlar a fumaça, saber, pela fumaça, como é que tá a queima, já pensou estourar uma fornada de 15 mil tijolos! Fazer fogo a cada duas horas de madrugada, no relento, com geada ou com chuva. Peão, então, além de difícil, só mesmo em precisão, em troca de dia alguns faziam também pra quando precisasse colher na roça, né. Nós precisava sempre duas pessoas na embocadura na amassadeira, duas para cortar e duas para transportar no carrinho; duas ou três no barreiro, dava, então, para fazer tudo ao mesmo tempo, porque tinha gente em casa, né, tudo da família. Quando era para enfiar, aí sim íamos todos juntos, pois era um forno de 15 mil tijolos, daí precisava gente,

né [...], pegar gente de fora da comunidade aqui era só mesmo quando não tinha mais como dar conta. Era comum a gente se trocar serviços; nós precisávamos na olaria e eles nas capina, na colheita, roçar capoeira, né, daí ia se trocando serviço.”¹¹

O trabalho nas olarias era considerado pesado, porém, estava em correspondência com as demais atividades agrícolas, ou seja, de grande expressão da manualidade em razão da carência financeira das unidades familiares, do número ampliado de filhos e dos parques e caros recursos técnicos existentes. Um entrevistado revela bem isso:

“Os de hoje não fazem ideia do que e como se trabalhava antigamente. Queria ver se meus filhos fariam hoje o que fazíamos nós na olaria, arrancar barro de até quatro metros de profundidade com pá, no muque mesmo, cortar quase duzentos sacos de trigo com foicinha, levantar de madrugada para trabalhar que nem fazíamos e nossos pais faziam nós fazer. Era tudo com muito mais sacrifício, mas mesmo assim se fazia com mais prazer, porque se sabia que era assim mesmo, não tinha outra alternativa e, se tivesse, nós não tínhamos condições, o ganho era reduzido e a família era grande [...]. A olaria dava sempre essa segurança porque nós nunca ficamos sem vender o produto.”¹²

As técnicas manuais expressavam a necessidade de grande destreza, força física, desgaste de energia física, manifestação da consciência de que o trabalho nas olarias era muito pesado, difícil e que “desgasta a saúde”.

¹¹ Entrevista com Antônio Manfro, já informada.

¹² Entrevista direta com o Sr. Pedro Zanon, já informada.

O trabalho nas olarias desenvolvia-se paralelamente à agricultura e, em geral, envolvia todos os membros da família. Algumas mulheres disseram que alternavam o tempo de trabalho entre a roça, a casa, as miudezas e a olaria. Cada olaria necessitava, em média, de quatro a cinco trabalhadores. O começo da jornada era, em geral, muito cedo, em torno das 5 ou 6 horas da manhã, em razão da necessidade de carregar a carroça e/ou o caminhão, de lidar com o forno e o fato de a extração do barro ser um trabalho pesado, portanto, facilitado em momentos de temperatura não alta nas primeiras horas da manhã.

O trabalho da mulher na olaria foi destacado pela entrevistada:

“Nós não ficava pra trás por ser mulher, não. Era trabalhoso, pesado, ainda que sempre tinham homem pra ajudar, nós tirava barro, colocava na amassadeira; tinha dias que conseguia fazer até dois mil tijolos. Se trabalhava até a hora que se enxergava [...]. Na olaria era muito pesado o trabalho.”¹³

Em geral, evitava-se interromper o fluxo do trabalho. Em determinadas circunstâncias, pelo fato de ser, em grande parte, trabalho familiar, prolongava-se a jornada, indo noite adentro ou, então, começando mais cedo da manhã.

O homem fazia o trabalho considerado mais “pesado”: no barreiro, no amassamento, no forno (enfornar e desenfornar), no carregar o caminhão. As mulheres e adolescentes, nos trabalhos denominados mais “leves”: cortar tijolos, empilhá-los, transportá-los após sua confecção na prensa etc.

As telhas eram, após moldadas, postas em grades de madeira e empilhadas. Depois de secas, eram “desbarbadas” com um obje-

13 Entrevista com Ângela Rebechi, já informada.

to cortante, telha por telha, e levadas ao forno. Em geral, eram as mulheres que faziam isso, pois era considerado “serviço mais leve”.

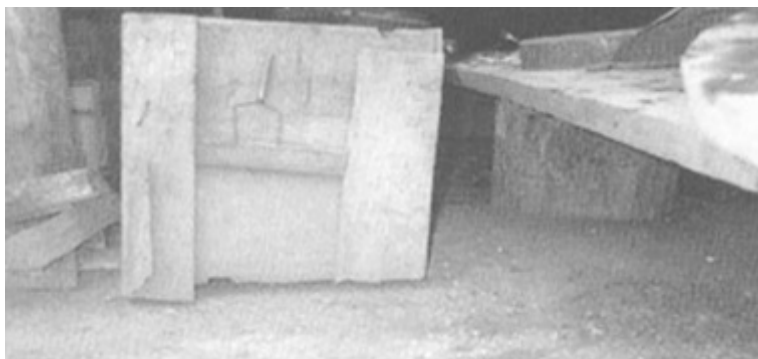


Figura 4. Instrumentos utilizados para refilar as telhas em olarias de Passo Fundo.
Fonte: Sirlei F. Souza.

Não há dúvida de que o trabalho das mulheres era fundamental, tanto na perspectiva da “ajuda” quanto na possibilidade de elas próprias se envolverem com a roça para permitir o trabalho dos homens nas olarias.

Um entrevistado nos informou isso, ou seja, essa dinâmica entre processos técnicos, racionalidade do tempo, distribuição de tarefas, qualidade da matéria-prima, saberes em torno da dinâmica da temperatura e clima, o sacrifício e o acervo técnico presente na atividade:

“Olha, dependendo do clima e da precisão, se começava no escuro ainda. Começava no barreiro, arrancar a mão até três metros de fundura, botava sobre o meio e depois atirava em cima da gaiota; puxava com boi até o amassador no depósito; botava na amassadeira tocada com burro. O barro sai da amassadeira e precisa um ou dois para cortar. Pega o tijolo já pronto, bota em cima do carrinho, quan-

do tá cheio, ia vinte tijolo, levava para o galpão, bota eles de pé espaçado e deixa uns dez dias até botar no fogo. Nesse tempo, necessita-se dar uma gradeada neles para eles secar melhor. No forno fica de três a quatro dias com fogo, depois outro tanto de dias para esfriar. Daí vai para o estoque ou pro caminhão; no início era para as carroças e rumando ao comércio [...]. O brabo do tijolo artesanal desse jeito é que precisava de 25 a 30 dias para planejar a entrega, pois veja só: uns 12 dias de para secar e gradear, quatro dias para queimar e uns cinco para esfriar, isso tudo se dava certinho, se o tempo não chovia demais ou se não dava alguma geada forte. Dependia, então, do tempo. Esse é o problema que todos os oleiros não bem estruturados têm [...]. Depois de alguns anos, lá pelo final dos anos 70, compramos um trator, daí ficou melhor, mais fácil.”¹⁴

Em meados dos anos 70, praticamente todas as olarias do meio rural de Passo Fundo possuíam energia elétrica. A disseminação desse recurso técnico no meio rural, o crescimento da demanda, o capital acumulado com a atividade e com outras culturas na atividade agrícola (em particular da soja) permitiram certa modernização das olarias.

A energia elétrica substituiu a tração animal na confecção dos tijolos, raros foram os oleiros que não a adquiriram em sua propriedade. A maromba, em algumas olarias mais modernas, com a luz elétrica, substituiu a amassadora tradicional e vertical. A retroescavadeira mecânica, com a aquisição do trator, substituiu a pá e a força humana em atividades consideradas mais pesadas. O caminhão caçamba, em algumas olarias, substituiu a gaiota puxada a bois. A esteira substituiu o carrinho empurrado por força humana, em ge-

14 Entrevista com Antônio Manfroi, já informada.

ral por mulheres e adolescentes. O caminhão substituiu a carroça puxada por ternos de mulas ou bois no transporte do produto até o mercado consumidor. Assim, ora fabricando telhas, ora tijolos, os oleiros adaptavam-se às exigências do mercado, permanecendo, a maioria, por várias décadas, até meados dos anos 80.

Havia uma grande correlação entre a produção e o comércio de telhas e tijolos entre oleiros urbanos e rurais. Um dos exemplos foi a família Maggi De Césaró, que em 1948 adquiriu uma olaria e passou a fabricar telhas e tijolos, dando início a um grande empreendimento no ramo, registrado como Cerâmica São João.¹⁵

O referido empreendimento, segundo o entrevistado, sempre foi familiar. Primeiramente em parceria com a família Tagliari, com a olaria no meio rural de Passo Fundo, depois com o Zanon, em São Roque, posteriormente a família transferiu seu empreendimento para o espaço urbano de Passo Fundo. O entrevistado conta:



Maggi De Césaró,
fundador da
Cerâmica São
João. Fonte:
Acervo IHPE.

“Havia necessidade de insumos para nossa própria construção, daí, fizemos sociedade com o Zanon em São Roque pela metade dos anos 40. Porém, tínhamos um olaria no Valinhos só de tijolos. Nós precisávamos também de telhas. Em 1953 houve uma inovação nas técnicas de fabricação de tijolos e de telhas, os primeiros feitos com máquina a vácuo, mas, 35 anos depois introduzimos inovações também com seis furos através do primeiro secador artificial e o primeiro forno-túnel automático [...]. A Cerâmi-

¹⁵ Entrevista direta com Sérgio De Césaró, já informada.

ca São João foi e continua sendo expressão de uma grande indústria da cerâmica na região de Passo Fundo, talvez a mais inovadora e com maior volume de produção e a que mais exporta produtos modernos como as várias formas de telhas e de tijolos”.¹⁶

Não temos dúvida em afirmar que as máquinas intensificaram as atividades, porém não reduziram o montante do trabalho, apenas foi canalizado para atividades de maior intensidade, ou seja, na confecção, empilhamento, queima e carregamento de tijolos.

Com a estrutura mecânica mais presente, intensificou-se a velocidade e o ritmo do trabalho, aumentou o volume da produção, exigiu maior destreza e habilidade, a produção de melhor qualidade, principalmente pela maromba¹⁷ e prensa automática. A primeira funcionava como extrusora, ou seja, permitia comprimir o barro e retirar o ar, dar pastosidade à argila (“pastão”), alongando-a, contínua e homogeneamente, para ser prensada na forma de tijolo ou telha. Essa permitia moldar o barro na saída através da boquilha, produzindo a extração de uma moldagem mais filamentosa, melhor misturada e mais padronizada, ou seja, mais adequada aos padrões do mercado (MASSEI, R., 2001, p. 36).

A maromba e a prensa rotativa – a primeira amassava o barro, a segunda moldava o produto (telha ou tijolo) – permitiam dar

¹⁶ Idem.

¹⁷ “A maromba é uma amassadeira elétrica, responsável pela extrusão da argila. Na maromba existe um dispositivo, os calcadores, que empurram a argila fazendo com que ela atravesse as grelhas. Há, ainda, uma câmara de vácuo, que retira o ar e umedece a massa, dando-lhe a consistência necessária para o corte ou a prensagem. Abaixo dessas grelhas, há um caracol – sistema de hélices sem fim – que efetua a compressão através de uma boquilha. Por essa boquilha sai uma massa homogênea, contínua, levemente aquecida: o pastão. Maromba é, portanto, um monobloco com hélices sem fim no seu interior, com uma câmara de vácuo”. MASSEI, R. *As inovações tecnológicas e o caso dos oleiros. Mecanização das olarias em Ourinhos – 1950-1990*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 2001. p. 36.

qualidade ao produto final, porém exigia altos custos, aliados inclusive à exaustão do barro e/ou a necessidade de aquisição junto a terceiros que inviabilizavam o funcionamento de muitas olarias.

“A olaria começou em 1966 ou 1967. Era uma sociedade com o Ivo Santin. Resolveram botar olaria porque a terra era pouca, tinha barro ali. Era só de tijolo, tocada com um burro. Quando faleceu o Luiz, em 1970, terminou a sociedade com o Ivo, paguei a parte dele e toquei a olaria com os filhos. Tinha muito comércio do tijolo, mais para Passo Fundo. O Gentil Brotto é que vinha carregar caminhões, Passo Fundo crescia muito. Isso durou até 1988 quando foi transferida para a propriedade do Cleomar, continuando com a mesma atividade. Agora o barro é arrancado com retroescavadeira, antes era com a pá. Ela foi modernizada, agora com caminhão, trator e motor a diesel, só que o custo era muito alto e o preço do tijolo baixou. O lucro ficou menor e os custos mais altos, só que se não for assim, não dá mais, porque pagar gente de fora daí sim é que não vale a pena.”¹⁸

As máquinas eliminaram em parte, pelo menos na extração no barreiro (jazida), o contato com o barro frio, com a água fria e o sol com o corpo quente e suado; reduziram o tempo em algumas tarefas, principalmente na atividade indicada; permitiram tornar mais leve, menos sofridas e prejudiciais algumas práticas. Esse processo foi bem salientado por alguns oleiros mais antigos, que vivenciaram as várias etapas das atividades no decorrer do tempo. Eles consideram que hoje é bem mais leve, “nem se compara com o que nós sofriamos e, ainda tu achas poucos que queiram trabalhar em olarias; têm outros serviços mais leves e que ganham mais”.¹⁹

¹⁸ Entrevista com Graciema Marcon, já informada.

¹⁹ Pedro Zanon. Entrevista já citada.



Figura 6. Graciema Marcon, 75 anos, com sua nora e neto na sede de sua atual olaria no meio rural de Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo.

Segundo os entrevistados, antes dos novos processos técnicos a atividade reclamada em termos de dificuldade e sacrifício era a queima, atividade mais delicada, sofrida e importante, pois, se um erro acontecesse, não haveria mais retorno, ou seja, não teria mais como reaproveitar a matéria-prima. Um erro na verificação da temperatura, um pouco de lenha além do necessário, podia ocasionar a perda de 15 a 20 mil tijolos, ou mais de 10 mil telhas. Por isso que alguns oleiros disseram que ficavam acordados, muitas vezes, dependendo do tipo de lenha, a noite toda. Se não tivesse possibilidade de revezamento, ficavam até três noites quase sem dormir. O esquite, que é a parte inicial do processo, mais leve em termos de intensidade de fogo, necessitava de muito cuidado. Essa técnica inicial precisava atingir paulatinamente em torno de 1.000 graus, só aí é considerada a queima, que, dependendo de como foi até então, poderia durar até 30 horas.

A cor da fumaça e do tijolo, a quantidade de brasa e o verme-

lho do tijolo eram processos que configuravam a necessidade das ações. O próprio forno ia atestando, aliado a esse processo estava a conhecida “prática” do oleiro, que madrugada adentro conseguia operacionalizar todo esse cuidado. Essa atividade não era considerada pelos entrevistados como a “mais pesada”, porém era a mais ingrata pela sua intermitência, absorvia algumas noites, e a exposição do corpo, em especial o rosto e as mãos, concomitantemente entre frio e calor, frio e chuva.

Nas narrativas de entrevistados, essa prática poderia ocasionar consequências aos olhos, pele do rosto, problemas reumáticos, gripes fortes, queimaduras nas mãos etc.

“[...] a lida com o tijolo sempre exigiu destreza e ciência, principalmente no fabrico do tijolo e na queima; saber dosar o barro, a qualidade, saber quanto esgotar de água. Hoje tem de saber misturar outras coisas, alguns usam serragem, outros, casca de arroz, alguns, terra vermelha. Se a dose não for certa, o tijolo pode quebrar antes mesmo de ir para o forno. Agora, com telha não, tem de ser prático [experiente], saber o barro que se sabe que é forte, o barro fraco, porque a telha é mais fina, mais pesada e comprida e pode quebrar mais facilmente [...]. As doenças das olarias a gente vai sentindo quando envelhece, principalmente as costas, os braços e o pulmão, é muita fumaça, é marca de queimadura em várias partes do corpo, nos braços principalmente.”²⁰

Constatamos que os fornos não se alteraram praticamente em nada em quase todas as olarias que visitamos. Segundo os entrevistados, “a técnica é aquela e deu, mudou pouco desde que conheço olaria”; encontramos poucos termômetros para medir a tempera-

²⁰ Entrevista com Graciema Marcon, já informada.

tura e auxiliar o cuidador da queima. Desse modo, a padronização da temperatura no processo de queima dependia exclusivamente da “ciência de quem já tem prática na lida”.



Figura 7. Fornos de olarias artesanais no meio rural de Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo, Sirlei Souza.

A venda de telhas começou a diminuir na década de 1970, período em que coincidiu com a redução da venda de suínos, quando a banha foi substituída pelo óleo de soja. Ocorreu, então, a substituição das telhas francesas pelas de cimento amianto e, com o aumento das construções em alvenaria, ampliou-se o mercado do tijolo.

“Produzir telhas até seria melhor, pois nós tínhamos barro próprio, barro forte, o problema é o investimento alto que se tinha de fazer e, depois, também, concorrer com a Cerâmica São João, era difícil. Quem fazia telha e tinha condições de vender e de produzir uma telha boa, não tinha dúvida que ganhava dinheiro e tinha colocação certa, ainda que depois a grande maioria preferiu cobrir as casas com brasilite ou algumas até de zinco, aí a telha quase se foi; daqui ficaram poucos.”²¹

²¹ Entrevista com Antônio Manfro, já informada.

A presença de olarias nas atividades da unidade familiar fez com que a agricultura fosse modernizada (em termos técnicos e de máquinas) e reduzida em termos de aplicação de força de trabalho. Porém, com a cultura da soja sendo intensificada, a lucratividade da atividade agrícola foi reduzindo a atividade das olarias. Esse foi outro fator que colaborou para a decisão de alguns oleiros extinguirem essa atividade.

As olarias rurais começaram a enfrentar as consequências de concorrências mais eficazes de empreendimentos mais bem estruturados no mercado urbano ou, então, dessas mesmas, em razão da falta de organização dos oleiros, da precarização das relações de trabalho na olaria pelo fato de que o agricultor não contabilizava o custo da mão de obra familiar, entre outros aspectos inerentes à forma tradicional e artesanal de produzir o tijolo e a telha.

Porém, é necessário perceber que outros processos estavam envolvidos, entre os quais a inexistência de mão de obra disponível na unidade, a carência de lenha e de matas passíveis de serem derrubadas, a não compensação financeira de contratação de trabalhadores externos à unidade familiar, a rentabilidade compensadora da cultura da soja, a possibilidade de utilizar o terreno da olaria para montagem de aviários com a produção de frangos integrada às agroindústrias instaladas na região, as novas exigências da legislação em relação à extração do barro, a impossibilidade de concorrer com as indústrias cerâmicas de Passo Fundo e de outros estados que vendiam seus produtos na região de Passo Fundo, a redução da matéria-prima (barro) e a necessidade de adquiri-lo de terceiros com custo elevado, a necessidade monetária urgente e sistemática do agricultor familiar em razão dos processos técnicos adquiridos para a olaria e as atividades agrícolas, a depreciação de certos instrumentos de produção, a extração desmesurada e descontrolada

do barro, a legislação trabalhista, a oferta mais atrativa de trabalho no meio urbano, a crise da pequena agricultura familiar provocada pela monocultura da soja.

Conforme Sérgio De César, “o pequeno oleiro criou as condições internas para sua extinção e/ou seleção”, pois a produção rural no município de Passo Fundo era intensa até os anos 80. Diz o entrevistado que “os proprietários de olarias, na necessidade de obter uma certa receita, por menos que fosse, acabava vendendo seus tijolos por preços muito baixos, colaborando, com isso, para baixar a média de preços” e, conseqüentemente, a média de lucro. Inviabilizava, assim, o próprio setor a inovar as técnicas e a conjuntura do setor que estava oferecendo e exigindo.

Na fala de Sérgio De César, não foram os grandes empreendedores os únicos causadores de reduzir o número de olarias que operavam pós-década de 80, e sim as próprias condições objetivas e de organização dos pequenos empreendedores, do estilo de vida do agricultor familiar da região.



Figura 8. Decadência e fechamento de olarias no meio rural de Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meio rural de Passo Fundo, em particular na região onde se situam as comunidades de São Roque, São Valentim, São José, Vila Rosso, entre outras, havia muitas olarias. As olarias tiveram seu intenso dinamismo nas décadas de 1940 a 1980. As múltiplas atividades dos agricultores familiares estavam em correspondência com a dinâmica dos comerciantes rurais e urbanos, com a intensa urbanização de Passo Fundo e a presença de frigoríficos.

A ocupação das terras no entorno de Passo Fundo por descendentes de imigrantes foi fundamental para o processo do trabalho com olarias. A descoberta de barreiros e sua possível exploração na confecção de telhas e tijolos, o crescimento da urbanização regional, a existência de mão de obra disponível nas unidades familiares, a necessidade de expansão da diversificação produtiva, a crise da cultura do trigo, a baixa rentabilidade financeira do suíno, a disponibilidade de matas passíveis de serem derrubadas, a necessidade de uma receita sistemática e alternativa para a unidade familiar, entre outros aspectos, estão no centro desse dinamismo econômico que caracterizou Passo Fundo nesse período.

As atividades nas olarias exigiam domínio de técnicas, força física e conhecimento prático, como clima, estações, inovações e exigências do mercado. A mão de obra assalariada e a aquisição do barro de terceiros eram pouco comuns em razão da impossibilidade de lucro. A necessidade de utilizar a mão de obra familiar era a grande alternativa para a unidade produtora, também para o consumidor e o comerciante.

Para o trabalho nas olarias, até os anos 80, praticamente não era contemplada a legislação e nem o registro trabalhista. Não havia grande fronteira entre oleiros trabalhadores e oleiros patrões, que eram trabalhadores também. Havia ainda estratégias em que a

força de trabalho era estendida nas relações de vizinhança, compadrio, parentesco etc., em geral eram produzidas no interior e exterior da olaria.

Essas relações de proximidade e o horizonte moral das unidades familiares do meio rural maximizavam os fatores de produção. O fato de a mão de obra ser quase exclusivamente familiar auxiliava na maximização do fator trabalho, no entanto, em algumas circunstâncias escondia certa relação de exploração interna, como, por exemplo, a utilização de crianças e mulheres idosas em atividades insalubres e pesadas, assim também a mão de obra externa contratada temporariamente e alicerçada em acordos e combinações locais, fruto de relações familiares extensivas.

Vimos que vários fatores contribuíram para a redução significativa das olarias no meio rural associados a processos internos nas unidades familiares e externas em termos de concorrência e legislação.

Atualmente, algumas reduzidas olarias estão presentes no meio rural de Passo Fundo. Visitamos algumas em funcionamento, outras com atividades ainda expressiva na “forma antiga”, artesanal. Segundo seus proprietários, se não fosse assim, com redução de custos e aproveitando a “mão de obra que ainda existe, não lucraria nada”.²² Já outras, mais bem aparelhadas, com motor tocado a luz ou combustível, com sistemas mais modernos de extração do barro, com estoques e revendas próprios em Passo Fundo, também revelam dificuldades em relação ao preço, à concorrência com o grande industrial local e também o de fora da região.

A grande preocupação dos poucos oleiros que ainda operam é no sentido das novas exigências ambientais, que, segundo entre-

²² Cleomar Marcon, entrevista já informada.

vistados, obrigam o fechamento das olarias, pois estão na pauta das novas exigências, dentre outras, pagamentos de taxas pela exploração do barro, preservação de áreas com existência e passagem de água, fiscalização na venda e tributação do tijolo, regularização do uso da força de trabalho externo, coibição do uso de mão de obra de adolescentes, regularização da empresa e da profissão de oleiro, dentre outras exigências e taxas financeiras pela extração de minerais.

Enfim, das olarias, na realidade, restaram as vivências, experiências e saberes de um contingente de agricultores familiares, paisagens alteradas em razão da retirada do barro, vínculos intensos da atividade com a urbanização em Passo Fundo e com os frigoríficos, que também não existem mais, narrativas de um trabalho penoso e que “estragava a saúde”, manifestações de exploração na esfera do preço pelos comerciantes, inovações que amenizaram o sacrifício, mas que trouxeram junto o aumento de custos e a necessidade de trabalhar ainda mais, o esgotamento da matéria-prima e as novas legislações consideradas por muitos dos nossos entrevistados como impeditivas da atividade.

As olarias manifestam horizontes de memória pela sua ausência e significado, seu lugar expressivo na economia do meio rural e por marcar o ambiente construído na paisagem urbana de Passo Fundo e região.

REFERÊNCIAS

- CENSO Econômico de 1950 - RS. IBGE, Rio de Janeiro, 1956.
- COSTI, Celi Maria Ribeiro. Z.D. Costi & Cia. Ltda. In: LECH Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 232.

COSTI, M.; RIBEIRO, C. M. História de um núcleo fabril: Frigorífico Z.D. Costi Cia. Ltda, Passo Fundo (RS). In: ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL, VII. 16, 17 e 18 de out./2003. *Anais...* Passo Fundo, p. 1-12.

MASSEI, R. *As inovações tecnológicas e o caso dos oleiros*. Mecanização das olarias em Ourinhos – 1950-1990. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SOUZA, F. Sirlei. *Tradição X modernização: a ação dos clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. Passo Fundo: UPF, 2004.



Z. D. COSTI E PLANALTINA:

*da criação ao desmonte de duas indústrias frigoríficas
em Passo Fundo (1948-1993)*

PEDRO HENRIQUE CARRETTA DINIZ
CALIANE CHRISTIE OLIVEIRA DE ALMEIDA



Em meio à intensificação do processo de industrialização do Brasil, acompanhando o projeto nacional desenvolvimentista, os anos 1950 e 1960 se conformaram como um período de significativo desenvolvimento para Passo Fundo. Até meados do século XX, as dinâmicas agroindustriais da cidade e região adquiririam uma característica mais comercial, o que resultou na construção de fábricas de banha, carnes, bebidas, etc., aprofundando e complexificando as redes de comércio e de integração inter-regional (TEDESCO; SANDER, 2002).

Concomitante à outorga do Plano Urbano de 1953, a então conhecida Avenida Mauá – atual Avenida Presidente Vargas – e, por consequência, a região conformada pela grande São Cristóvão, ganhou maior importância nas dinâmicas socioeconômicas, conformando um vetor de crescimento para a cidade. Além disso, a referida via também possibilitava a ligação de Passo Fundo com outras importantes cidades na região, a exemplo de Marau, Serafina Corrêa, Nova Prata, Bento Gonçalves e Caxias do Sul (GOSCH, 2002).

Nesse contexto, diversas empresas começaram a se instalar na região do Bairro São Cristóvão, que se tornou o berço de algumas das mais importantes fábricas da cidade, a citar o Frigorífico Z. D. Costi e o Frigorífico Planaltina, construídos entre fins da década de 1940 e meados dos anos 1950, às margens da Avenida Presidente Vargas. Estes, conformam-se como os objetos de estudo do artigo ora apresentado, que o objetiva investigar a importância, sobretu-

do de natureza socioeconômica e urbana, decorrentes da implantação dos mencionados complexos fabris (DINIZ, 2021).

Figura 1. Mapa de localização do Frigorífico Planaltina em relação ao Frigorífico Z. D. Costi. Fonte: DINIZ, 2018.

O FRIGORÍFICO Z. D. COSTI & CIA. LTDA

sua empresa. Foi então construído o *Frigorífico Z. D. Costi e Cia Ltda.*, o primeiro de Passo Fundo, que recebeu o nome em homenagem ao seu idealizador. Zeferino Costi foi agricultor, bancário, comerciante e diretor da *Costi S/A – Indústria e Comércio*, empresa de sua família na cidade de Encantado/RS, onde também foi prefeito entre os anos de 1936 e 1938. Uma década depois, tendo larga experiência na fabricação de



Figura 2. Zeferino Demétrio Costi e Alice Sana, sem data. Fonte: Tedesco; Souza, 2016.

produtos de origem pecuária, decidiu se instalar em Passo Fundo e inaugurar sua própria fábrica (ONACIONAL, dez. de 1979, p.14).

Na época, a cidade não possuía infraestrutura adequada para receber empreendimentos dessa natureza, muito menos mão de obra qualificada para realizar as atividades que, no início, conformavam-se apenas como a compra, o preparo e a venda de banha (TEDESCO et al., 2005). Em contrapartida, Passo Fundo dispunha de matéria-prima em abundância e estradas suficientes para o transporte de mercadoria. Segundo Costi e Ribeiro (2003), a facilidade de escoamento de produção foi um dos motivos que levaram o empresário implantar o Frigorífico na cidade, pois havia possibilidade de acesso à capital, Porto Alegre, seguindo pelo município de Marau, e para Santa Catarina, seguindo por Vacaria.

Dois anos após a fundação de sua empresa, Zeferino Demé-

trio Costi se juntou ao empresário Felix Sana, formando uma sociedade e ampliando a empresa. Neste momento, as histórias dos dois frigoríficos que estão sendo estudados neste artigo se cruzam, uma vez que, anos mais tarde, Felix Sana desfez sua sociedade com a família Costi e fundou o Frigorífico Planaltina (DINIZ, 2021).

Tratando-se da implantação, a área que foi adquirida para a construção do Frigorífico Z. D. Costi era afastada do centro tradicional da cidade, ficando a entrada principal do complexo fabril na mencionada Avenida Presidente Vargas (Figura 3).

O Frigorífico empregou mais de mil pessoas em seu apogeu (década de 1970) e impactou o bairro e a cidade no sentido econômico, cultural e social: “[...] havia festas no Clube Industrial, churrascos, desfiles comemorativos, palestras e comemorações religiosas. Os troféus recebidos pelo Grêmio Esportivo Costi ainda podem demonstrar o trabalho dedicado de sua equipe desportiva” (COSTI E RIBEIRO, 2003, p.7).

Figura 3. Entrada do Frigorífico Z. D. Costi, no Bairro São Cristóvão. Sem data. Foto Czamanski. Fonte: Museu Histórico Regional.



PRODUTOS SUÍNOS
Deliciosa
CARNES DE SUÍNOS
CORTUME COSTI
Z. D. COSTI & CIA. LTDA.



Figura 4. Vista traseira do Frigorífico Z. D. Costi, vendo-se o curtume de couro suíno. Sem data. Foto Czamanski. Fonte: Museu Histórico Regional.

Matérias publicadas nos jornais locais da época demonstram que os principais produtos fabricados e comercializados pelo frigorífico eram: banha de porco; congelados de suínos; presuntos cozidos; salames; copas; subprodutos para alimentação animal; couro curtido; e carnes frescas, todos registrados com o *slogan* da marca Deliciosa (Figura 5). As mercadorias da “Organização Z. D. Costi”, além de serem muito populares em Passo Fundo e na região noroeste gaúcha, eram amplamente distribuídas nos principais centros consumidores do Brasil, como em São Paulo e Rio de Janeiro, e exportadas para outros países, a exemplo dos Estados Unidos, Chile, Grécia e Bélgica (O NACIONAL, dez. de 1979, p.14).



Figura 5. Embalagens dos Produtos Deliciosos em 1959. Fonte: Acervo Z. D. Costi. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo.

Seguindo a tendência observada em inúmeras localidades do país, os empresários da família Costi perceberam a necessidade de fixar os operários que estavam chegando da zona rural e não possuíam moradia, ainda nos primeiros anos da implantação da fábrica. Era preciso ensinar-lhes um novo ofício, pois grande parte deles cresceu no campo, possuía estreita relação com as atividades agrícolas e raramente havia trabalhado no setor frigorífico, evidenciando a falta de mão-de-obra qualificada em Passo Fundo naquele período. Havia também a necessidade de mantê-los por perto, proporcionando-lhes melhores condições de vida e, assim, produzindo e gerando mais lucro para a empresa.

Dessa maneira, entre os anos de 1948 e 1959, os três conjuntos de casas da Vila Z. D. Costi foram construídos no entrono da fábrica – sendo os dois primeiros de propriedade da fábrica e o terceiro de um rentista, em terras de André Rebecchi –, totalizando em torno de 115 unidades habitacionais (DINIZ; ALMEIDA, 2021).

A construção da Vila Z. D. Costi estabeleceu certa dependência entre inquilino e proprietário, fomentando ambiguidades nas relações trabalhistas, principalmente em relação à reivindicação

de direitos por parte dos funcionários. Como destacado por Blay (1985), nesses casos, a moradia pode ser considerada uma mercadoria, cujo valor de “aluguel” é composto de quatro principais fatores: da renda do solo; do lucro do capital de construção; dos gastos com reparações; e da amortização anual do valor de construção. Nos conjuntos de moradias onde o proprietário é também o empregador, tem-se o lucro do emprego direto da força de trabalho mais a parcela correspondente à renda do solo. Portanto, verifica-se uma dupla estratégia de acumulação de capital.

O encerramento das atividades se deu 45 anos após a sua inauguração, no ano de 1993, quando também se deu início ao processo de desmonte das duas primeiras etapas da vila operária. Em 2014, toda a massa falida da empresa, inclusive as casas, foi demolida e deu lugar às obras do mais novo shopping center da região, o Passo Fundo Shopping. Quanto aos motivos da falência, a política econômica inflacionária daquele período foi uma das principais causas. Tedesco et al. (2005) colocam, também, a diminuição do consumo de banha em detrimento ao óleo de soja ao longo da década de 1980, como fator fundamental para tanto. Destacam, ainda, o papel preponderante das modificações das regras sanitárias e problemas internos de gestão como motivos que culminaram na decadência da fábrica.

O fato de a cidade ter se desenvolvido em direção ao bairro São Cristóvão também dificultou as atividades fabris. Conforme o relato de um dos antigos funcionários – que trabalhou no setor de abate e desossa entre os anos de 1973 e 1993, residindo em uma casa pertencente à segunda etapa da vila operária –, o mau cheiro proveniente da produção passou a incomodar os moradores locais, que começaram a solicitar providências à administração pública em relação ao funcionamento fabril. Além disso, por mais que

houvesse equipamentos para o tratamento de efluentes e lagoas de aeração, os rejeitos derivados da sua produção acabaram poluindo o Arroio Santo Antônio, existente no local; que também culminou em reivindicações populares (DINIZ, 2021).

Desse modo, pode-se dizer que entraves jurídicos, aspectos econômicos, mudanças no contexto produtivo, questões ambientais e relacionadas ao conforto da população, tornaram as atividades fabris insustentáveis e culminaram no encerramento das atividades do Frigorífico Z. D. Costi. Outras indústrias do mesmo ramo instaladas na região, de característica familiar, também não conseguiram acompanhar o processo de modernização da produção alimentícia e, aos moldes do caso estudado, entraram em crise e decretaram falência nas décadas de 1980 e 1990, como é o caso do Frigorífico Sarandi S/A e do Frigorífico Planaltina S/A, que será analisado a seguir.

AS INDÚSTRIAS REUNIDAS PLANALTINA S/A

A história do segundo frigorífico que está sendo abordado neste artigo iniciou em outubro de 1956, quando o empresário Felix Sana se desligou da sociedade a qual fazia parte no Frigorífico Z. D. Costi & Cia. Ltda e fundou as Indústrias Reunidas Planaltina S/A (ou Frigorífico Planaltina), algumas quadras de distância da sua antiga empresa.

Nos levantamentos realizados no Arquivo Histórico Regional, foi encontrada uma carta do empresário Félix Sana, endereçada à Entidade Z. D. Costi & Cia. Ltda., datada de 1955, explicando os termos contratuais referentes à venda de sua participação societária do mencionado frigorífico, que ocorreu em comum acordo com o sócio majoritário, Sr. Zeferino Demétrio Costi:

Ratificando os entendimentos verbais havidos hoje com o sócio-gerente Sr. Zeferino Demétrio Costi, levo ao vosso conhecimento que ficou acertada a venda de minha participação na Sociedade, nas condições que passo a expor: faço a venda de minha participação social, inclusive no que diz respeito aos fundos de reserva existentes ou que venham a ser criados, lucros a serem apurados em balanço a ser feito, pelo preço de Cr. \$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil cruzeiros) [...] (SANA, 1955, s/p).

Naquele mesmo ano, Félix Sana solicitou à Prefeitura de Passo Fundo um financiamento no valor de um milhão de cruzeiros para a instalação do Frigorífico, que empregaria em torno de 200 operários e possibilitaria o abate de 500 suínos e 20 bovinos, além da produção de 1.000 couros, diariamente:

Para a instalação do bloco industrial que o cidadão Felix Sana vai incorporar, o Município, tendo em vista estimular a produção industrial na cidade (Art. 62 da Lei Orgânica), fará uma contribuição de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) à sociedade presentemente em organização e da qual é organizador o mesmo cidadão, para a instalação e funcionamento, nas adjacências da cidade, de um estabelecimento frigorífico [...] de que tanto precisamos para propiciar labor honesto à enorme parte da população, que não tem onde se ocupar para o abençoado ganha-pão de todo o dia (PASSO FUNDO, 1955, s/p).

Nesse contexto, em outubro de 1956, começou a funcionar as Indústrias Reunidas Planaltina S/A, fabricante dos produtos da marca “Orquídea”. No balanço geral encerrado em abril de 1958, consta que, naquele ano, a entidade valia mais de 15 mi-

lhões de cruzeiros (considerando os bens ativos fixos), divididos entre: “Cr\$8.913.497,70 em terrenos e edificações; Cr\$5.637.713,10 em maquinário e instalações; Cr\$548.148,30 em móveis e utensílios; e 150.000,00 em veículos” (JORNAL DO DIA, 1958, p.10). Atestando o sucesso do empreendimento, esses valores representam mais de 15 vezes o empréstimo solicitado por Félix Sana, em 1955.



Figura 5. Felix Sana, fundador do Frigorífico Planaltina. Disponível em: <https://bit.ly/3AT2zNv>. Acesso em jun. 2022.

No ano de 1959, já existiam representações do Frigorífico Planaltina nas cidades do Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo e Vitória, como veiculado na imprensa local à época. Em 1960, foram criadas representações em Ourinhos e Bauru, no interior de São Paulo, e também em Porto Alegre. Os principais produtos da marca Orquídea eram banha, frescais (carnes frescas), salgados (charque/carne de sol), toucinhos (pele e gordura de suínos), bacons, presuntos, copas, salames e fiambres.

Diferente do caso analisado anteriormente, o Frigorífico Planaltina se desenvolveu com capital familiares e de forma associativa, via “cotas-capital”, possibilitando com que alguns funcionários, especialmente os que começaram a trabalhar ainda na instalação da fábrica, se tornassem acionistas. Conforme consta na Ata de Assembleia Geral Extraordinária do ano de 1961, os acionistas das Indústrias Reunidas Planaltina S/A representavam mais de dois terços do capital social (TEDESCO et. al., 2005).

Indústrias Reunidas PLANALTINA S. A.
 MATADOURO — FRIGORÍFICO — CURTUME
 FABRICANTES DOS SABOROSOS PRODUTOS **ORQUIDEA**
BANHA — FRESCAIS — SALGADOS — TOUCINHOS — BACONS — PRESUNTOS
— COPAS — SALAMES e FIAMBRES EM GERAL
 Os nossos Produtos são exportados para as principais praças do País.
PASSO FUNDO: AV. PRESIDENTE VARGAS S/N. CAIXA POSTAL, 231
RIO DE JANEIRO: CASA SAMPAIO CEREALIS LTDA. RUA ALCANTARA MACHADO, 27
 — Filial —
CURITIBA: ELOY CARLOS FALAVINHA R. Visconde de Guarapuava, 2.745
SÃO PAULO: R. Américo Brasileiro, 268 Fone: 33-3228 — Ca. Postal, 1.865
VITÓRIA: AGENCIA VITÓRIA LTDA. R. General Osório, 78 - Sub.

INDUSTRIAS REUNIDAS PLANALTINA S/A
PRODUTOS "ORQUIDEA"
 MATADOURO — FRIGORÍFICO — CURTUME
MATRIZ: Av. Presidente Vargas, S/N. PASSO FUNDO Caixa Postal, 231 Prod. Varg. PLANALTINA
FILIAL: Antônio Brasileiro, 268 SÃO PAULO Caixa Postal, 1868 Prod. Varg. ORQUIDEA
REPRESENTAÇÕES: Rio de Janeiro Casa Sampaio Cereais Ltda. — Rua Alcântara Machado, 27 — Rio de Janeiro
 Porto Alegre Agência Vitória Ltda. — Vitória
 Curitiba Eloy Carlos Falavina — Rua Visconde de Guarapuava, 2745

INDUSTRIAS REUNIDAS PLANALTINA S/A. Ao encio desta magna data, em que se comemora em todos os quadrantes de nossa Pátria, o 136.º aniversário da presença do valeroso Emperador e a data máxima do Movimento, associou-se ao homenagem, estudando essas duas laboriosas classes prosperidade da grandiosa de nosso progresso.
 — PASSO FUNDO — Rio Grande do Sul —

Figuras 6 e 7. Propagandas do Frigorífico Planaltina. Fonte: JORNALDO DIA (set. de 1959, p. 10 e jul. de 1960, p.16).

O Frigorífico Planaltina foi implantado em terrenos localizado cerca de 500m de distância do Frigorífico Z. D. Costi, em uma área que, como visto anteriormente, ainda estava em processo de urbanização na década de 1950. O processo de implantação do Planaltina possui grandes semelhanças com o observado no caso previamente abordado. Porém, a gleba escolhida era significativamente menor, ocupando a área de, aproximadamente, uma quadra (Figura 6).



Figura 8. Fotografia aérea do Frigorífico Planaltina. Aos fundos, também se pode observar a fábrica da Semeato. Foto: Deoclides Czamanski, década de 1960.

A via principal de acesso ao complexo frigorífico se dava pela Avenida Presidente Vargas, mas, em virtude de um grande talude que separava os prédios fabris da avenida, o acesso às edificações se dava pelas laterais, por meio da então denominada Rua Planaltina¹. Na década de 1960, é possível identificar algumas residências no entorno do frigorífico, bem como a fábrica de equipamentos agrícolas Semeato, demonstrando a vocação do bairro São Cristóvão naquele período.

Percebe-se que o terreno pertencente ao Frigorífico Planaltina era significativamente menor do que o do frigorífico anteriormente analisado. Entretanto, pode-se inferir que isso não se refletiu

¹ A via recebeu o nome de Rua Dorvalino Souza por meio do decreto n° 2421/1988, de 08 de janeiro de 1988.

na produtividade da empresa: no auge de sua produção, apontado como sendo entre os anos 1960 e 1970, o Planaltina superou o Z. D. Costi e conquistou o primeiro lugar em abate de suínos no estado do Rio Grande do Sul (TEDESCO et. al., 2005).

Diante desse contexto, a direção do Frigorífico Planaltina começou a lotear glebas para vender aos funcionários, conformando aos poucos uma vila operária nas imediações da fábrica. Além disso, durante os levantamentos realizados nos arquivos da Câmara de Vereadores de Passo Fundo, foram identificados os dados de aprovação das plantas do loteamento Vila Santa Rita, localizado cerca de 3 km ao sul do frigorífico, também de propriedade das Indústrias Reunidas Planaltina S/A. Conforme o Decreto Municipal nº 62/1979, de 20 de junho de 1979, o novo loteamento tinha um total de 260.481,85m² e em torno de 600 lotes, sendo que 131.236,15 m² foram incorporados ao município (DINIZ, 2021).

Observando o supracitado quadro, considera-se que o Frigorífico Planaltina esteve diretamente ligado ao desenvolvimento socioeconômico e urbano da porção sudeste da cidade, localizado em uma área que até então pertencia à grande São Cristóvão e era destinada ao uso rural. Kalil (2003) destaca que o Estado também teve parcela significativa de contribuição para o desenvolvimento da localidade, por meio da construção de um conjunto habitacional financiado pela COHAB-RS, no ano de 1969, composto por 52 casas isoladas. Segundo Ferretto (2012), essas casas foram compradas, em sua maioria, pelos funcionários do Planaltina.

O fim das atividades do Frigorífico Planaltina ocorreu em 1985, e se deu praticamente pelos mesmos motivos que culminaram na falência do Frigorífico Z. D. Costi oito anos depois. Uma das principais fontes de lucro da empresa era a produção e comercialização de banha, que estava em declínio na década de 1980 com

a popularização do óleo de soja. Além disso, as novas regras fitossanitárias modificaram os processos de produção e alguns problemas internos afetaram o funcionamento da empresa. Tedesco et. al. (2005) destacam que, nos últimos anos de funcionamento do frigorífico, os acionistas tentaram reverter a crise por meio da venda dos lotes da Vila Santa Rita, assim como de toda a frota de veículos, mas não obtiveram os resultados necessários para tal.

Atualmente, o local onde funcionava o Frigorífico Planaltina serve como depósito de areia e tijolos. As edificações históricas estão em ruínas, fadadas ao esquecimento e ponto em cheque a rememoração da história passo-fundense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto tratou brevemente dos reflexos, sobretudo de natureza socioeconômica e urbana, decorrentes da implantação dos frigoríficos de nome Z. D. Costi e Planaltina, entre os anos de 1948 e 1993, na cidade de Passo Fundo. Nesse sentido, observou-se muitas transformações no bairro São Cristóvão em decorrência da construção das mencionadas fábricas às margens da então chamada Avenida Mauá, o que se deu concomitantemente ao processo de expansão horizontal da malha urbana, iniciado nos anos 1950, e em meio à outorga do Plano Urbano de 1953.

Desse modo, por terem sido as primeiras grandes fábricas de carne da cidade, os frigoríficos possibilitaram a chegada de novos moradores e ajudaram a acentuar a vocação industrial do bairro São Cristóvão, que passou a concentrar grande parte das fábricas de Passo Fundo nas décadas seguintes. Com a criação destas fábricas, conjuntos habitacionais operários e benfeitorias resultantes, como a abertura e/ou alargamento de vias, extensão de linhas de

transporte público até o local, etc., o bairro passou de periférico no início da década de 1950 para integrado à malha urbana pouco tempo depois, adquirindo uma importância econômica que perdurou até a década de 1990 e remanesce, mesmo que mais timidamente, até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alternam. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

COSTI, Marilice e RIBEIRO Celi Maria Costi. História de um núcleo fabril: Frigorífico Z.D. Costi Cia. Ltda, Passo Fundo, RS. *Arquitextos* 043; texto especial 208, dezembro de 2003. Portal Vitruvius.

DINIZ, P. H. C.; ALMEIDA, C. C. O. de. Vila Z. D. Costi: a história e a arquitetura resultante de um grupo de moradias operárias em Passo Fundo. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online), [S. l.], v. 19, p. 1-19, 2021. DOI: 10.11606/1984-4506.risco.2021.172310. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/172310>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DINIZ, Pedro Henrique Carretta. *Habitação e trabalho: as vilas e loteamentos operários de Passo Fundo (192-1980)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade Meridional, 2021.

FERRETTO, Diego. Passo Fundo: *Estruturação Urbana De Uma Cidade de Média Gaúcha*. Dissertação De Mestrado, Universidade De São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.16.2012.tde-17072012-143123.

GOSCH, L. R. M. *Passo Fundo, de Saturnino de Brito ao Mercosul – projetos e imagens urbanas*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

INDÚSTRIAS Reunidas Planaltina S.A. – Matadouro e curtume. *Jornal do Dia*, 20/09/1959, p.10.

INDÚSTRIAS Reunidas Planaltina S.A. – Produtos Orquídea. *Jornal do Dia*, 24/07/1960, p.12.

INDÚSTRIAS Reunidas Planaltina S.A. – Relatório da Diretoria. *Jornal do Dia*, 19/06/1959, p.11.

MENÇÃO empresarial: Z. D Costi e Cia Ltda. O Nacional, 25/12/1979, p.14.

O NACIONAL. Ascensão e queda de um frigorífico. 2018. Disponível em < <http://www.onacional.com.br/geral/cidade/84901/ascensao+e+queda+do+frigorifico>>. Acessado em 08 de jul. de 2018.

PASSO FUNDO, Decreto nº 62/1979. Aprova plantas e projeto do loteamento Vila Santa Rita, como especifica. Diário Oficial, Passo Fundo, 1979.

TEDESCO, João Carlos et. al. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre: EST, 2005.

TEDESCO, João Carlos. SANDER, Roberto. *Madeireiros, Comerciantes e Granjeiros: Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo*: UPF, 2002.

TEDESCO, João Carlos; SOUZA, Sirlei de Fátima. *Frigoríficos e olarias em Passo Fundo: dinâmicas industriais em sinergias - 1940 a 1980*. Erechim: All Print Varella, 2016.

AGRADECIMENTOS

O presente O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - código de financiamento 001.





EMPREENDEDORES, FAMÍLIAS EMPREENDEDORAS E O COMÉRCIO:

*alguns aspectos da dinâmica do desenvolvimento
de Passo Fundo (1900-2000)*

DENIZE GRZYBOVSKI



O comércio é um dos segmentos da economia que revela a dinâmica do desenvolvimento local¹ em razão do seu papel de suprir as necessidades de consumo das populações e gerar empregos. Sendo assim, é possível afirmar que a história do comércio de um dado território contribui para a reflexão sobre o processo de desenvolvimento local e para que seja desvelado o papel contributivo de empreendedores e de algumas famílias de comerciantes na sua dinâmica. Tais reflexões sobre a história de formação e a dinâmica do desenvolvimento de um território servem de elementos para pesquisadores da área organizacional compreenderem as posições estratégicas que sucessores de empreendedores e herdeiros de grupos empresariais estão tomando na história presente. Para tanto, considero a história das suas famílias (famílias empreendedoras) e as suas tradições como bens estratégicos para impulsionar/manter o negócio da família.

Neste capítulo de análise da história e das dinâmicas econômicas de Passo Fundo, volto o meu olhar para o comércio local e sua formação e para a lógica empreendedora presente nos comerciantes, mas não sem antes reconhecer a sua dimensão regional, o processo de ocupação do território e as consequentes (inter)relações familiares e sociais decorrentes das migrações internas de imigrantes de diferentes etnias, já descritas por Grzybovski e Pereira (2013), Tedesco, Batistella e Neumann (2017) e outros historia-

¹ Os estudos sobre o desenvolvimento local desdobram-se em duas frentes, uma tradicional, aquela que reproduz a lógica capitalista em escala localizada, e uma que segue a lógica da solidariedade. Ver mais em Martins e Caldas (2009).

dores, e suas contradições observadas por Tedesco e Sander (2002) no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo.

Assim, tenho como propósito apresentar alguns elementos, de uma forma panorâmica e genérica, sobre a contribuição de algumas famílias de comerciantes na dinâmica do desenvolvimento de Passo Fundo no período histórico demarcado pelos anos 1900 e 2000. A tarefa de produzir um diagnóstico sobre o comportamento empreendedor de um empresário e seus impactos no desenvolvimento local não é tarefa fácil, mas a história de formação do território inspira pensar os empreendimentos comerciais familiares e as suas estratégias de competição e/ou cooperação, considerando as dimensões espaciais do desenvolvimento. Muito mais complexo e desafiador é mensurar a contribuição de uma família empresária, que tem diferentes ramos familiares dentro dela, no processo de desenvolvimento não apenas local, mas no âmbito de uma região que se costuma definir como “novas colônias”. Por essa razão, aqui se apontam possibilidades e percepções não de uma historiadora, mas de uma administradora que ousa pensar o empreendedorismo, as empresas familiares e o desenvolvimento do comércio de Passo Fundo a partir de uma parte da sua história.

Como descrevem Grzybovski e Pereira (2013, p. 112), as “novas colônias” foram resultado do fluxo migratório interno dos imigrantes, de europeus, estimulados “pelo processo de ocupação de parte do território riograndense que, hoje, representa a região colonial no Rio Grande do Sul”. As migrações internas, especialmente aquelas que chegaram a Passo Fundo, representam um trajeto percorrido por famílias de italianos e de outras etnias da região hoje conhecida como Serra Gaúcha para a região Norte do estado, como descreve Tedesco (2000) em sua obra *Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX*.

Para dar conta da reflexão proposta, sem pretensão de esgotar as análises e de dar conta de toda a sua complexidade, lanço mão das noções de famílias empreendedoras (FEs), aquelas que expandem suas atividades para vários negócios e ativos patrimoniais de forma a gerar riqueza financeira e socioemocional, e de organizações de fronteira familiar (OFFs), aquelas que operam na interface das FEs e de outros sistemas, formando um ecossistema organizacional relacionado às famílias, como descrevem De Massis, Kotlar e Manelli (2021).

Então, o que faço aqui é simplesmente sinalizar alguns eventos e pressupostos que indicam e fundamentam a dinâmica do desenvolvimento do comércio de Passo Fundo, iniciando pela descrição de alguns dados históricos sobre a formação do território. Na sequência, teço alguns comentários sobre como as FEs formaram algumas empresas familiares, enquanto outras formaram as OFFs. Complemento minhas reflexões indicando o aspecto político dos empreendedores no comércio de Passo Fundo na constituição de organizações associativas por eles formadas.

Para ilustrar tais reflexões, insiro estratos de falas de membros das FEs que descrevem a formação e a dinâmica dos seus empreendimentos no comércio de Passo Fundo. A fonte dos dados são livros, artigos científicos, jornais locais, páginas eletrônicas de empresas e de entidades de classe, documentos e relatos disponíveis em acervos históricos, bem como entrevistas com empreendedores dirigentes de empresas familiares, as quais foram realizadas no ano 1998 e formam o arquivo pessoal da autora.

BREVE REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento é um campo de estudos e esse termo, por muito tempo, se apresentou por meio dos conceitos de crescimento e de

evolução, os quais são distintos entre si, pois indicam mudança de ordem quantitativa ou qualitativa (SIEDENBERG, 2006), tanto individuais quanto coletivas e se diferenciam pela forma como se processam (Theis, 2009).

Assim, ampliamos a concepção teórica do termo e indicamos novas possibilidades em favor de uma dimensão de desenvolvimento mais humano, menos desigual (THEIS, 2009), mas especialmente sugerimos ao leitor um olhar atento ao desenvolvimento investigando microprocessos, os quais são descritos por Brandão (2012) a partir do reconhecimento de que numa dimensão local há hierarquias, poderes e decisões estratégicas exógenas à localidade.

Ao trazer Brandão (2012) para o debate do desenvolvimento, abro espaço para discutir território associado à noção de desenvolvimento local e também a noção de empreendedorismo regional, impressa por Julien (2010). Com esse conjunto de noções teóricas que formam as diferentes dimensões e concepções do desenvolvimento, percebo a possibilidade de considerar as diversas escalas espaciais do desenvolvimento, apesar de elas não estarem sendo pontualmente identificadas, e de ir além da bipolaridade “local” versus “global” mesmo quando se está analisando um determinado território.

Uma possibilidade considerada é a noção de “meios territoriais”, a qual é assim descrita por Julien (2010, p. 159):

Meio é o lugar e ao mesmo tempo o mecanismo coletivo que pode explicar e facilitar os diferentes laços sociais, permitindo assim desabrochar de um espírito empreendedor coletivo, fornecendo os recursos de base, tais como a informação e os meios de transformá-la em conhecimento a fim de enfrentar os desafios da nova economia. O meio é então um elemento-chave do empreendedorismo regional,

em particular dos territórios afastados dos grandes centros, como a condição de que a região seja suficientemente extensa para oferecer uma variedade de recursos. [...]Ele é, portanto, a fonte de uma cultura empreendedora que pode, se fraca, desacelerar a multiplicação e o desenvolvimento das empresas locais ou, ao contrário, se forte, favorecê-los. Ele é, portanto, o fator que melhor explica por que a região se atrasa ou perece.

A noção de meios territoriais indica muitas questões que envolvem a construção de um espaço social e econômico articulado organicamente entre o local, a região do seu entorno, mas também o regional (“estado”), o nacional e o internacional. Nos meios territoriais, elementos da política, economia, história, tradições, relações de confiança entre os atores se misturam e indicam ações desses atores como agentes de transformação do lugar numa perspectiva social, educacional, ambiental e ética.

Essa abordagem teórica provoca reflexões sobre como o local, e por extensão a região/território, pode definir seus passos para alcançar o desenvolvimento, sendo papel dos diferentes agentes de mediação – que aqui considero poder público, universidades, associações de classe – mediar essa reflexão e também realizar ações na sua direção. Sob essa perspectiva múltipla e complexa que se apresenta o desenvolvimento local, é imperativo considerar a teoria do novo regionalismo (KLINK, 2001; SOUZA; CARVALHO NETO, 2009).

Conforme Martins e Caldas (2009) descrevem, pela vertente tradicional do desenvolvimento local, o espaço é considerado o local onde a lógica capitalista produz desigualdades, tanto de recursos quanto de poder, por meio da concorrência, da cobiça e do medo. Contudo, pela vertente contra-hegemônica (solidária),

o espaço é considerado o local de experimentação dos princípios da igualdade, solidariedade e sustentabilidade no uso dos recursos naturais. Por consequência, a análise do local pela vertente contra-hegemônica revela relações econômicas pautadas na parceria e na cooperação, as quais podem orientar os diferentes atores sociais a adotarem comportamentos mais autônomos do que dependentes de outros agentes econômicos de fora do território.

A respeito, Becattini (1994), ao realizar a análise socioeconômica de um arranjo produtivo local, descreveu o sistema de valores e a ética do trabalho e da família como elementos que conformam e determinam os principais aspectos da vida local. O sistema de valores, trabalho e família, por sua vez, não está dissociado de um conjunto de instituições, normas e regras constituídas para disseminar os valores à sociedade, estimulando os membros à sua adoção e à transmissão por diferentes gerações. Complementarmente ao mercado e às instituições educacionais e religiosas, formam o sistema e determinam a dinâmica do lugar as organizações políticas locais, as associações de classe, políticas, culturais e de solidariedade.

UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Passo Fundo, município criado em 28 de janeiro de 1857 pela Lei Provincial nº 340, foi um território ocupado pelas tribos indígenas Tapes e Caingangues nas primeiras décadas do século XIX. Posteriormente, se formou um povoado pela presença de colonizadores, vindos das “velhas colônias”, e por tropeiros que seguiam com suas tropas de muares em direção à Província de São Paulo, o maior mercado consumidor de muares.

Na sua origem, a história de formação do território de Passo

Fundo é descrita pelos memorialistas como uma região “infestada por índios hostis”, cuja ocupação por brancos é decorrente da migração interna das “velhas” para as “novas” colônias dos colonizadores. Contudo, foram os tropeiros, vindos da fronteira sul em direção a São Paulo, os maiores responsáveis por fazer de Passo Fundo um lugar de passagem e de acolhimento seguro das tropas, pois era um lugar alto e com “boa aguada”. Assim, o povoado Passo Fundo passou a ser conhecido como “caminho dos paulistas”, atraindo investimentos e empreendedores e formando o núcleo urbano mediado pela ferrovia. Outras denominações são encontradas em sua história, dentre as quais se destacam: “terra de passagem”, “terra da dualidade”, “terra das múltiplas etnias” (LECH, 2007, p. 15). Tedesco e Sander (2002, p. 45) afirmam que a região de Passo Fundo foi um “corredor de passagem de missionários e tropeiros”.

O comércio local se desenvolveu em razão de diferentes eventos históricos que marcaram a história da formação do território de Passo Fundo, mas a ferrovia está presente na maior parte dos relatos. No Arquivo Histórico Regional (AHR), encontra-se relato sobre a chegada dos trilhos em Passo Fundo, ocorrida em 1898, mencionando que a ferrovia “deu um novo impulso à região norte do Rio Grande do Sul, que estava ainda bastante isolada do restante do estado e que, com a linha de trem, se conecta com mais facilidade e agilidade também com o restante do país”.²

Monteiro (2007, p. 69) destaca outros eventos históricos que determinaram alguns traços da cultura do lugar e do tipo de casas de comércio que seriam fundadas por empreendedores forasteiros, bem como por famílias empreendedoras:

² ROSA, Lucélia da; MOTTA, Fernanda. *A chegada dos trilhos em Passo Fundo*. Memórias do AHR. Disponível em: <https://www.upf.br/ahr/memorias-do-ahr/2010/a-chegada-dos-trilhos-em-passo-fundo>.

[...] a passagem das tropas de muares, o trânsito de forças militares, a produção de erva-mate e o comércio de couros de animais silvestres, associados à generosidade do cabo Neves em permitir a concentração de moradores em suas terras, viabilizaram o surgimento da atual cidade de Passo Fundo, sendo os fatores determinantes para a prosperidade do município.

A produção de erva-mate contribuiu para Passo Fundo ter vários “armazéns de secos e molhados” comercializando a matéria-prima da “bebida símbolo” do gaúcho (Rio Grande do Sul, 2003). O chimarrão, além de ter sido adotado nas casas de comércio para atrair os clientes, também se tornou o símbolo da cidade, representado pelo “Monumento da Cuia”, instalado na Praça Marechal Floriano, no centro da cidade, tendo as torres da Catedral Nossa Senhora Aparecida ao fundo (Figura 1).



Figura 1. Monumento da Cuia, na Praça Marechal Floriano. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/historico>.

A Figura 2 possibilita que se tenha uma visão geral das casas de comércio atacadista que existiam na Avenida Presidente Vargas, em 1959, com grande circulação de caminhões trazendo diferentes produtos rurais.



Figura 2. Visão geral do comércio atacadista na Avenida Presidente Vargas, em 1959.
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/historico>.

Moreira (2007, p. 69) destaca também outro elemento característico do lugar, que é “o tipo humano que colonizou Passo Fundo: famílias com tradição de colonização, descendentes de homens e mulheres que, com o trabalho dos seus escravos, tinham desbravado os planaltos paranaenses”. E, com base nesses traços culturais e sociais característicos do seu povo, o território passo-fundense vai sendo formado e diversas casas de comércio são estabelecidas. Gradativamente, Passo Fundo vai se transformando, migrando da agricultura para o comércio e para a indústria (Tedesco; Souza; Cecchet, 2005), para, nos anos 2000, se consolidar como um polo regional na prestação de serviços educacionais e de saúde.

EMPREENDEDORES, FAMÍLIAS EMPREENDEDORAS E O COMÉRCIO LOCAL

Dos anos 1950 em diante, Passo Fundo passou a concentrar atividades agropecuárias, agroindustriais, industriais e de serviços, as quais contribuíram para o crescimento do comércio local (TEDESCO *et al.*, 2005) em razão do volume de recursos financeiros que por aqui circulavam. Essa dinâmica local faz de Passo Fundo um território de atração de empreendedores e de FEs, a exemplo das famílias de: João Zaffari, que migra de Vila Maria; Ronaldo Czamanski, que migra de Nova Prata; Walter e Elóy Sobiesiak, que migram de Carazinho; além da família Busatto, que migra de Antonio Prado; e parte da família de Valentin Grazziotin, que migra de Flores da Cunha.

CASO GRAZZIOTIN: UMA ORGANIZAÇÃO DE FRONTEIRA FAMILIAR (OFF)

O caso da família de Valentin Grazziotin é especialmente importante para ser analisado, tendo em vista que a família permanece em Antonio Prado. Quem migra no final do ano 1949 são quatro irmãos (Tranqüilo, Plínio, João e Idalino), os quais têm um propósito claro, qual seja o de empreender nas atividades de comércio em uma região que definiram como “rica”.

A história é assim descrita na página eletrônica do grupo empresarial consolidado em Passo Fundo:

[...] quatro irmãos resolveram iniciar um negócio, ainda no final do ano de 1949: Tranqüilo, Plínio, João e Idalino. O negócio ao qual se dedicaram deveria ser um atacado. A cidade escolhida deveria ser localizada em uma região rica, que possibilitasse aos jovens comerciantes comprar

produtos agrícolas locais e vender nos centros maiores. Além disso deveria ter prosperidade bastante para que pudesse comprar produtos manufaturados nos grandes centros e realizar boas vendas na região. Teria que ser uma cidade bem servida por rodovias e ferrovias e de fácil acesso, pois isso significava ser um bom centro comercial. A escolha recaiu sobre a cidade de Passo Fundo no Planalto Riograndense que preenchia os requisitos e ainda contava com uma fábrica de cerveja e grandes frigoríficos, gerando um grande tráfego de caminhões e intenso comércio local.³

Os irmãos empreendedores chegam em Passo Fundo, com o dinheiro emprestado pelo pai, e, em 1950, abrem um “atacado e varejo de secos e molhados”, o qual se tornou uma “próspera casa comercial”. Então, em 1952, o pai Valentin e os outros irmãos ingressam na sociedade e o que hoje conhecemos como “Grupo Grazziotin” se expandiu para outras atividades além do varejo (exportação, importação, fornecedora de grãos, seguros, agropecuária, financiadora, etc.) e constituiu novas empresas (Lojas Grazziotin, Tottal Casa & Lazer, Por Menos, Franco Giorgi, GZT, Centro Shopping, Grazito Serviços Financeiros, Grato Agropecuária, Grazziotin Financiadora, Floresta Grazziotin). Foi assim que se formou uma das primeiras OFFs passofundense.

A noção de “região rica”, que os irmãos Grazziotin procuravam, foi descrita por Pierre-André Julien⁴, em sua obra, lançada no Brasil em 2010, *Empreendedorismo regional e economia do conhecimento*, na qual propõe a reflexão: Por que algumas regiões são

³ Disponível em: <https://www.grazziotin.com.br/index.php/a-empresa/nossa-historia/>.

⁴ Pierre-André Julien é professor emérito da Université du Québec à Trois-Rivières (Canadá). Foi um dos fundadores do Institut de Recherche sur les PME, em Québec, da Association Internationale de Recherche en Entrepreneuriat et PME e da Revue Internationale PME, além de ser colaborador da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



Figura 3. Família Valentin Grazziotin e Raquel Bordin (sentados ao centro) em foto de 1947. Em pé, da esquerda para a direita, em destaque aparecem Tranquillo, João, Plínio e Idalino. Fonte: Página eletrônica da empresa.

empreendedoras, com muitas criações e crescimento de empresas, enquanto outras, ainda que vizinhas, não? Orientado por essa pergunta de pesquisa, Julien (2010) afirma que o empreendedorismo vai além da dinâmica dos empreendedores e de suas empresas. A riqueza de uma região estaria no ambiente de residência e de atuação do empreendedor, uma discussão teórica que contempla a noção de território e de cultura empreendedora construída pelos participantes do referido território.

Os argumentos utilizados por Julien (2010) estão na abordagem geográfica (ou “de economia regional”) do empreendedorismo. Para sustentar sua tese, o referido autor demonstra que uma região difere de outra pela sua capacidade de manter/sustentar/criar/abrir empresas, o que ocorre por meio de laços que sustentam o dinamismo do território, como o fornecimento de recursos e de capital social. Na minha percepção, é assim que os irmãos Grazziotin descrevem Passo Fundo, cidade que escolheram para empreender.

As famílias empreendedoras de (i)migrantes e descendentes

de italianos, alemães, suíços, poloneses, judeus, entre outras etnias descritas por Grzybovski e Tedesco (2000), Grzybovski e Pereira (2013) e Tedesco, Batistella e Neumann (2017), são as responsáveis pela constituição dos empreendimentos comerciais de Passo Fundo. No conjunto, as famílias de comerciantes representam uma rede de relações (inter)familiares reproduzidas em diferentes empreendimentos de sucesso por onde circulam informações ricas, as quais adquirem status de fonte de energia, nas palavras de Julien (2010, p. 187), “para fazer funcionar e estimular os atores e favorecer” o empreendedorismo na região. Assim, os empreendedores locais provocam o “contágio empreendedor”, que sustenta a aprendizagem (inter)organizacional e enriquece as estratégias empresariais.

Ainda, a dinâmica do desenvolvimento de Passo Fundo como um território que se formou apoiado por FEs permite introduzir outra reflexão, agora na perspectiva da inovação. No sentido posto por De Massis, Kotlar e Manelli (2021), os empreendimentos comerciais de Passo Fundo formam um ecossistema organizacional relacionado às famílias de migrantes, que aqui permanecem por gerações. Se, por um lado, a análise dos 150 anos de Passo Fundo revela desaparecimento de algumas empresas comerciais (“casa de comércio dos Verardi”⁵ Busatto, Langaro e Cia., Casa Arno, Incomeba, por exemplo), por outro lado, confirma a solidez de empresas familiares e de grupos empresariais familiares (Grupo Zaffari, Grupo Grazziotin, Casa Natal, Botas Gabriel, Auto Esporte, Camozzato Tecidos, dentre outras).

Uma das vertentes da teoria do novo regionalismo (KLINK, 2001; Souza; Carvalho Neto, 2009) instrumentaliza minha análise ao reconhecer a existência de uma rede de relações entre as famílias

⁵ Ver mais sobre a história de Luigi Ricci (oleiro e construtor) e as estratégias adotadas para formar seu patrimônio em Tedesco, Batistella e Neumann (2017, p. 223-224).

de comerciantes locais, as quais se articulam em torno de relações interempresariais baseadas nas estratégias de cooperação, na troca de informações e no estabelecimento de relações de confiança. Como relações entre famílias de comerciantes locais, ainda cito a família de José Camozzato, proprietária de uma loja de tecidos, e a família de João Zaffari, proprietário da Comercial Zaffari.

A “casa de comércio”, como José Camozzato definiu em seu livro (Zaffari; Zaffari, 1986, p. 106), foi aberta em 1959. Clelci, uma de suas filhas, casou-se com João Zaffari, cuja família empreendedora era proprietária da Casa Brasília. Juntos, João, Clelci e outros membros da família de João Zaffari foram responsáveis por transformar a Casa Brasília no grupo empresarial “Comercial Zaffari”.

CASO COMERCIAL ZAFFARI: OUTRA ORGANIZAÇÃO DE FRONTEIRA FAMILIAR (OFF)

A Comercial Zaffari tem sua origem em Vila Maria, na década de 1950, pela iniciativa empreendedora de Paulo e Ermelinda, que, junto com seus filhos, abrem um “armazém de secos e molhados” como canal de comercialização dos produtos rurais que produziam em sua propriedade (Di Primio, 2020). Por uma decisão familiar, foi em 1957, ano em que o município de Passo Fundo comemorava seu primeiro centenário, que nascia um armazém de secos e molhados da família, o qual seria gerenciado por um dos filhos de Paulo e Ermelinda, João Zaffari. João Zaffari, no entanto, faz sociedade com seu irmão, Primo Zaffari, e decidem dar ao armazém o nome fantasia de “Casa Brasília”.

O negócio entre irmãos deu certo e cresceu. Então, em 1964, João e Primo convidam seus outros irmãos, Iduvino e Darcy, e o pai, Paulo Zaffari, para trabalharem na Casa Brasília. Para tanto, a

razão social “Irmãos Zaffari” é alterada para “Comercial de Cereais Zaffari Ltda.”, e o nome fantasia, mantido até hoje, passou a ser Comercial Zaffari.

Em 1968, a Comercial Zaffari inaugurou o primeiro supermercado na Avenida Presidente Vargas. Na sequência, outras lojas foram abertas e o “armazém de secos e molhados” gradativamente foi cedendo espaço à “Comercial Zaffari”. Essa empresa se tornou um dos maiores empreendimentos comerciais no segmento supermercadista em Passo Fundo e na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, com lojas nas principais cidades. E, por meio da marca Stock Center, se expandiu também para cidades no estado de Santa Catarina.



Primeiro supermercado da Comercial Zaffari, localizado na Avenida Presidente Vargas, 1969. Foto Czamanski. Fonte: Fotos Antigas de Passo Fundo (Facebook).

O reconhecimento do papel que a Comercial Zaffari representa para Passo Fundo não ficou restrito à dimensão econômica do empreendimento familiar. Além da geração de empregos nas unidades produtivas da Comercial Zaffari, da Stock Center e do Bella Città Shopping Center, importantes ações sociais são realizadas. A formação de jovens para o mercado de trabalho, por exemplo, que ocorre por meio do Projeto João Zaffari e que tem como objetivo desenvolver competências profissionais e pessoais, já formou mais

de 400 alunos. O projeto “Troca de livros gauchinho”, lançado em 2015, é outro exemplo de projeto social, contudo, esse tem como objetivo incentivar o desenvolvimento da comunidade por meio da leitura.

A família Zaffari diversificou suas atividades, mas sempre manteve o foco no varejo. Em cada nova loja, os conceitos modernos de supermercado baseado no sistema de compras *self-service* ditaram o ritmo da inovação e, assim, se formou um grupo empresarial familiar que atua no mercado por meio de três grandes marcas, as quais são apresentadas na Figura 4.

Enfim, os retratos de um armazém de secos e molhados (Figura 5) pensado e construído pela família de João Zaffari continua crescendo, se expandindo e fazendo a diferença para muitos jovens, leitores e famílias de baixa renda por meio da geração de empregos e da manutenção de diferentes projetos sociais.



Figura 4. Marcas do grupo empresarial Comercial Zaffari. Fonte: Página eletrônica da Comercial Zaffari.



Figura 5. Máquinas e equipamentos de escritório que retratam a história do empreendimento. Disponível em: <https://www.upf.br/noticiadetalhei/retratos-de-um-armazem-de-secos-e-molhados-a-uma-rede-de-supermercados>.

Uma frase atribuída a João Zaffari, reproduzida na Figura 6, ilustra bem o pensamento dos gestores atuais do grupo Comercial Zaffari. No cotidiano, a Comercial Zaffari adota práticas humanizadas na gestão de pessoas, transmitindo a ideia de que nessa empresa há “pessoas trabalhadoras” e não “recursos humanos”.

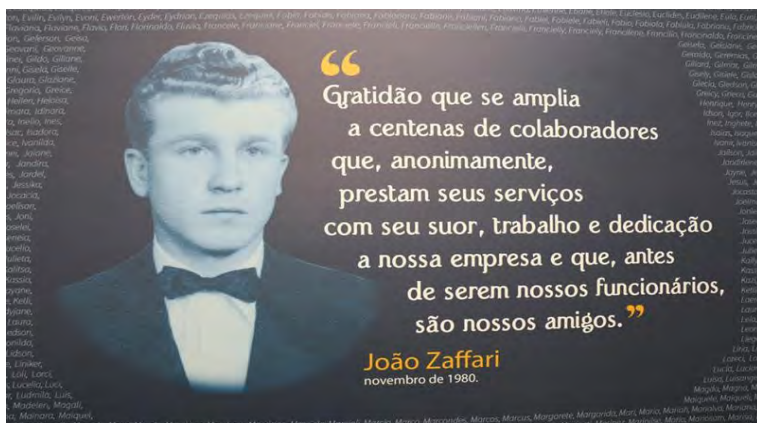


Figura 6. Frase de João Zaffari, na exposição “Comercial Zaffari, 60 anos de História”. Disponível em: <https://www.upf.br/noticiadetalhei/retratos-de-um-armazem-de-secos-e-molhados-a-uma-rede-de-supermercados>.

O conceito de “armazém de secos e molhados”, que deu origem ao grupo Comercial Zaffari, mudou para “supermercado”. Novas tecnologias foram incorporadas em todos os setores, mas a gestão humanizada preconizada por João Zaffari nos anos 1980 permanece.

ENTIDADES DE CLASSE DE APOIO AOS EMPREENDEDORES NO COMÉRCIO LOCAL

Com espírito coletivista e voltado para o desenvolvimento local, as famílias empreendedoras de Passo Fundo reconhecem a necessidade de estreitar relações e fortalecer seus laços de forma a gerar cooperação ao invés de apenas competir no comércio local. Assim, os empresários se reúnem e decidem, primeiro, constituir uma associação. Alguns anos mais tarde, sentem necessidade de fundar um sindicato para dar apoio às decisões da associação. Já na década de 1960, mobilizados por líderes locais, instalam em Passo Fundo a terceira entidade de apoio.

Tais organizações foram pensadas pelos empresários para serem as responsáveis pela articulação em torno de um projeto comum, que era a sustentabilidade dos empreendimentos locais. Assim, nascem a Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio de Passo Fundo (Acisa), o Sindicato do Comércio Varejista de Passo Fundo (Sindilojas) e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Passo Fundo (CDL Passo Fundo).

A Acisa, fundada em 1921, tinha o objetivo de estudar meios para facilitar as atividades comerciais e industriais. O Sindilojas, uma entidade de classe fundada em 1948, foi constituído para representar e defender os direitos coletivos e individuais do comércio varejista a pedido da então Associação Profissional dos Lojistas do Comércio de Passo Fundo, atual Acisa. O CDL Passo Fundo, fun-

dado em 1964, é uma organização de apoio ao desenvolvimento da classe empresarial por meio da promoção de ações de capacitação e da oferta de serviços relativos ao crédito ao comércio local.

Acisa e CDL Passo Fundo, com objetivos distintos, foram responsáveis em reunir interesses dos empresários dos diferentes setores da atividade econômica, mas especialmente atuaram (e continuam atuando) como mediadores das estratégias de cooperação e qualificação das relações interempresariais com vistas a impulsionar o comércio local.

Tais articulações entre diferentes atores no território me faz teorizar sobre desenvolvimento, me apropriando das ideias de Julien (2010) sobre o contágio empreendedor. O contágio empreendedor implica pensar em intercâmbios de conhecimentos e fortalecimento das redes que atuam na intenção de promover a geração de renda, de conhecimentos, de tecnologias, de saberes tradicionais e inovadores; envolve também noções de regional e de territórios, de novas formas de diferentes arranjos territoriais.

O desenvolvimento de uma região precisa capitalizar, valorizar, compreender as potencialidades, as riquezas de um território que foram histórica e processualmente produzidas pelos coletivos que o compõem, com sinergias entre sujeitos locais e democratização na gestão dos processos. E, também, como um espaço “de aprendizagem”, revelado pelo “enraizamento territorial dos processos de aprendizagem coletiva organizados institucionalmente” (LINS, 2007, p. 127).

Ainda, proponho pensar o desenvolvimento do comércio local pela socialização de conhecimentos, o que me parece estar presente no papel demandado da Acisa, do Sindilojas e do CDL Passo Fundo, além de outras organizações não citadas aqui, mas que são igualmente importantes não apenas para disseminar conhecimen-

to, mas também na sua produção, como é a Universidade de Passo Fundo (UPF).

A tecnologia produzida pela Universidade, seja nos trabalhos de conclusão de curso, seja nas pesquisas desenvolvidas em nível de graduação, mestrado e doutorado, além de estar disponível aos empregadores, também cumpre seu papel social ao formar profissionais conectados com tecnologia e inovação. Assim, a UPF contribui desde a década de 1950 com o desenvolvimento do comércio local, seja atraindo consumidores, seja qualificando a mão-de-obra local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de alguns aspectos de formação de Passo Fundo revela se tratar de um espaço social, econômico e político formado e vinculado a um processo de deslocamento interno de descendentes dos primeiros imigrantes em busca de novas terras. Alguns aspectos do contexto histórico-social, sobretudo elementos gerais do processo (i) migratório ocorrido a partir da segunda metade do século XIX, contribuíram para a formação da cultura e do espaço social do comércio de Passo Fundo. Esses revelam articulações entre a estrutura socioeconômica do meio rural, por meio de agricultores e pecuaristas investidores, com a dinâmica de desenvolvimento do meio urbano, por meio da aplicação de recursos financeiros ou empréstimos para familiares/parentes/amigos constituírem “armazéns de secos e molhados”, “casas de comércio”, hospedarias/hotéis, sapatarias, olarias.

Com evidências empíricas da dinâmica local, mesmo que singelas, é possível recuperar a noção do desenvolvimento pela vertente contra-hegemônica para dizer que na história dos empreendimentos comerciais familiares de Passo Fundo encontram-

-se fragmentos que reproduzem relações econômicas pautadas na parceria e na cooperação, comportamentos dos empreendedores, de seus sucessores e de outros membros de suas famílias que sugerem práticas mais autônomas e de solidariedade que mesclam a lógica do capital com a social em favor da sustentabilidade. Assim o fazendo, FEs e gestores de OFFs orientam comportamentos dos demais atores sociais.

Ao me propor a refletir sobre o empreendedorismo e as empresas familiares no contexto do comércio de Passo Fundo usando fatos, eventos e marcos da sua história de formação, muitas foram as possibilidades de recortes temporais. Contudo, a lista de empresas familiares cinquentenárias ativas no comércio passo-fundense sugere que há algo na história de formação do território que pode ser útil para compreender como tais empresas se mantêm vivas, prósperas e familiares. De forma muito simples, porém comprometida com a história do lugar e sendo fiel à história contada pelas famílias empreendedoras nas páginas eletrônicas de suas empresas e pela mídia local, traços comuns foram aparecendo e vincularam-se à dinâmica e às diferentes fases do processo de desenvolvimento local.

Passo Fundo deixou de ser uma terra/corredor de passagem, seja de missionários ou de tropeiros, para ser uma terra de acolhimento de empreendedores e de famílias empreendedoras. Combinando as diferentes atividades econômicas (agropecuária, indústria, comércio e prestação de serviços, especialmente de saúde e de educação), a sociedade passo-fundense foi se formando e criando sua própria identidade por todo século XX, de prosperidade. Seus “filhos”, que num sentido figurado representam os sucessores dos empreendedores que fundaram as empresas do comércio local, foram instrumentalizados intelectualmente pela Universidade de Passo Fundo e transforam “a empresa familiar” numa “organização

de fronteira familiar – OFF”, fazendo da história de suas famílias e das tradições do lugar bens estratégicos para impulsionar/manter o negócio da família.

Concluo este texto afirmando que o olhar holístico das famílias empreendedoras a partir da história de um território revela a variedade de ativos que criam ou adquirem ao longo do tempo, a exemplo das marcas e das empresas complementares criadas pelas famílias empreendedoras Grazziotin e Zaffari. É essa variedade de ativos que, uma vez unidos, gera riqueza financeira e socioemocional para as FEs, mas principalmente promove o desenvolvimento socioeconômico do território em razão da variedade de organizações que estabelecem para preservar, gerir e/ou administrar tais ativos, como fundações, seguradoras, financiadoras, escritórios, holdings, museus e outros. Tais OFFs operam na interface da família empreendedora e outros sistemas, formando um ecossistema organizacional relacionado à família e contagiando outros empreendedores a ocuparem o mesmo território.

REFERÊNCIAS

- BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). *As regiões ganhadoras. Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras, Portugal: Celta, 1994. p.19-32.
- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2012.
- DE MASSIS, A.; KOTLAR, J.; MANELLI, L. Family firms, family boundary organizations, and the family-related organizational ecosystem. *Family Business Review*, v. 34, n. 4, p. 350–364, 2021. <https://doi.org/10.1177/08944865211052195>
- DI PRIMIO, F. *Do bolicho aos supermercados: um panorama histórico e*

cultura do comércio no Rio Grande do Sul. Uruguaiana: Conceito, 2020.

GRZYBOVSKI, D.; PEREIRA, A. S. Desenvolvimento econômico na região colonial no Rio Grande do Sul: uma análise das implicações da Constituição Econômica de 1891. *Desenvolvimento em Questão*, v. 11, n. 24, p. 110–140, 2013. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.24.110-140>

GRZYBOVSKI, D.; TEDESCO, J. C. *Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflito*. Passo Fundo: Edipuf, 2000.

JULIEN, P. A. *Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2010.

KLINK, J. J. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação produtiva no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LECH, O. (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

LINS, H. N. A região de aprendizagem como temática e ângulo de observação. *Nova Economia*, v. 17, n. 1, p. 127-162, jan./abr., 2007.

MARTINS, R. D.; CALDAS, E. D. L. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. *Interações (Campo Grande)*, v. 10, n. 2, p. 207–218, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei n. 11.929, de 20 de junho de 2003*. Institui o churrasco como “prato típico” e o chimarrão como “bebida símbolo” do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.929.pdf>

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. *Cadernos EBAPE.BR*, n. 4, n. 4, p. 1-15, 2006. <https://doi.org/10.1590/s1679-39512006000400011>

SOUZA, S. D.; CARVALHO NETO, A. Reestruturação produtiva, trabalho e estratégias de desenvolvimento local à luz da teoria do novo regionalismo. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 7, n. 2, p. 270–293, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000200007>

TEDESCO, J. C. *Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: EST, 2000.

TEDESCO, J. C.; BATISTELLA, A.; NEUMANN, R. M. (Orgs.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Ere-

chim: All Print Varella, 2017.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

TEDESCO, J. C.; SOUZA, S. F.; CECCHET, R. Da agricultura ao comércio e à indústria: frigoríficos, moinhos e olarias em Passo Fundo (1950 a 1990). Algumas considerações. In: TEDESCO, J. C. *et al. Agroindústria, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005.

TEDESCO, J. C. *et al. Agroindústria, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez., 2009.

ZAFFARI, J.; ZAFFARI, C. C. (Eds.). *Idos tempos*. Memórias de José Camozzato: dos 5 aos 80 anos. Passo Fundo: Berthier, 1986.





ESPELHO FIEL DA
POTENCIALIDADE ECONÔMICA:

*a 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e
Feira Anexa de Passo Fundo (1939)*

ALEX ANTÔNIO VANIN



O intuito do presente texto é analisar o processo de organização e execução de um evento ocorrido em Passo Fundo: a 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa, realizada em fevereiro e março de 1939. O evento, de cunho notadamente econômico, esteve atrelado a interesses de classe vinculados ao segmento ruralista do município, organizado sob a Associação Rural de Passo Fundo, fundada em 1938. Os membros da Associação desempenharam papel fundamental na realização da Exposição, pois foram seus articuladores e organizadores.

Dessa forma, partindo de declarações, manifestos e publicações da Associação Rural em periódicos da imprensa passo-fundense e estadual, e também fazendo uso do material de divulgação da Exposição, intentar-se-á traçar um panorama dos objetivos dessa instituição representativa dos interesses desse setor da sociedade civil, enfocando na promoção da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo como materialização desses interesses.

A realização da Exposição não pode ser compreendida apenas como um recorte local e desvinculado de seu contexto histórico. Longe de retratá-la apenas como um evento isolado em si, propõe-se articular sua realização, bem como a ação de seus organizadores, ao cenário econômico do país no período da década de 1930, ainda na antessala da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

As transformações ocorridas em relação à política econômica adotada pelo Governo Federal a partir do início daquela década

conduziam o Brasil a uma nova orientação de desenvolvimento econômico muito pautado na industrialização, é verdade, mas que não secundava a necessidade do desenvolvimento agrícola, antes, o reconhecia enquanto o possibilitador do progresso industrial.

Nesse sentido, a realização de uma exposição agropecuária em Passo Fundo era expressão local de uma série de mudanças neste campo e que se planejava e visava em termos macroeconômicos. Convém, portanto, tratar acerca da organização do evento e seus articuladores em nível regional, tratando também do evento em si, analisando sua realização e os sentidos e imagens que eram refletidas – ou que se queriam refletir – neste “espelho” da potencialidade econômica de Passo Fundo.

NOVOS RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930

Por se tratar de um evento de cunho econômico, por assim dizer, a Exposição deve ser contextualizada a partir de uma compreensão mais ampla de macrorrelações vinculadas ao desenvolvimento econômico no Brasil do período dos anos 1930. Para tanto, convém tratar sobre o desenvolvimento das atividades agropecuárias em Passo Fundo naquele período, estabelecendo correlação entre o cenário regional e as políticas nacionais implantadas ao longo dessa década.

Desde o início do período republicano até o final da década de 1920, a agroexportação brasileira, centrada na monocultura do café, era controlada pelas oligarquias que dominavam a produção cafeeira e, por conseguinte, a cena política do período. Com a Crise de 1929 e a destituição das oligarquias cafeeicultoras do centro de decisão da esfera governamental, a política econômica que passou a ser assumida pelo Estado brasileiro no pós-Revolução de 1930, des-

tacou-se por assumir novas facetas, dentre as quais, especialmente a de incentivar uma maior participação do governo e da estrutura do Estado na economia nacional.

Segundo Furtado (1958), desde fins do século XIX o governo federal havia sido submetido aos objetivos da política econômica dos cafeicultores, visto que mecanismos de defesa da economia cafeeira tiveram relativa eficácia até a Crise de 1929. Todavia, as condições e alterações na economia que se criaram no Brasil na década de 1930 assumiram um caráter acíclico, já que a produção de bens de capital cresceu frente a um contexto de precárias possibilidades de importação. A crise experimentada pela cultura do café foi também uma crise que alijou o poder central, então hegemonicamente regido pelas oligarquias cafeeiras, criando as condições para o fortalecimento de um poder centralizado e permitindo um processo de transformações em âmbito nacional, alterando a estrutura organizacional do Estado Nacional (FURTADO, 1972).

De acordo com Fonseca (1989), um intervencionismo estatal na economia passa a ser edificado como uma forma de ação necessária para as transformações entendidas como pungentes à sociedade brasileira por parte dos que haviam tomado o poder em 1930. A intervenção proposta pelo governo enquanto política de Estado sobre a economia, contudo, não era uma inovação na forma de governar, visto que a interferência do Estado processava-se desde o período anterior a 1930, principalmente com a política de proteção ao café. Assim, as transformações dar-se-iam através de mudanças, sobretudo no âmbito da economia, setor mitigado pela crise internacional e pela quase que exclusividade do setor agroexportador como principal gerador das divisas nacionais.

Durante os anos 1930, a centralização do papel do Estado na economia consolida-se, atribuindo a este a condição de irradiador

do futuro desenvolvimento propalado pelos discursos do governo revolucionário, em clara crítica aos opositores destituídos, servindo de argumentação ideológica contra o concebido “atraso” experimentado pelo Brasil até então. O modelo agroexportador que havia regido as relações comerciais brasileiras nas décadas anteriores encontrava-se em crise definitiva, exigindo novos mecanismos que contornassem os obstáculos da economia mundial que se interpunham sobre a nacional. A substituição de importações foi uma das alternativas buscadas para contornar a queda no fluxo das importações através do incentivo à produção interna, bem como a adoção de políticas de controle fiscal, monetário e cambial (FONSECA, 1989).

Conforme Pierucci *et al.* (2007), para compreender esse período da economia brasileira, é necessária uma análise sistêmica do setor agropecuário, entendendo-o como um conjunto mais amplo e heterogêneo do que o setor agrário e rural da economia, bem como da sociedade do período. É também fundamental compreendê-lo como um sistema aberto e integrado às atividades dos demais setores da economia brasileira, interdependente e relacionado a outros e em consonância a um contexto econômico do capitalismo brasileiro de desenvolvimento dependente. Para além, a contribuição do setor agropecuário ao desenvolvimento econômico não se resume simplesmente a estatísticas de crescimento do setor, mas também a transferências e vinculações que se dirigem aos demais setores da economia. Há, portanto, nesse período, uma transição de uma “economia natural”, na qual um complexo rural relativamente fechado e autossuficiente é substituído por um setor agropecuário especializado e mercantilizado.

Em que pese o forte incentivo à industrialização projetado pelo governo Vargas, que alcançou resultados significativos de

crescimento entre 1933 e 1939, a estrutura econômica nacional manteve-se assentada sobre a exploração agrícola (FONSECA, 1989). Os investimentos na agricultura perfaziam os incentivos à policultura, almejando o aquecimento e a ampliação do mercado interno. Assim, a agricultura passa a incorporar a necessidade da racionalização do setor agropecuário, a partir da adoção de novas técnicas e o cultivo de novos gêneros que suprissem a demanda interna, substituindo a necessidade das importações.

Na esteira dessas mudanças no ordenamento econômico, o Ministério da Agricultura sob o governo Vargas, sobretudo a partir de 1933, incorpora novas atribuições que reafirmam sua atuação junto ao setor agropecuário. O referido ministério se torna especializado, introduzindo a “organização e o desenvolvimento da produção nacional”¹ como base de ação, estabelecendo-se sobre novos moldes e diretrizes, mais tecnicizados e racionalizados. Os serviços desenvolvidos e coordenados pelo ministério e seus respectivos órgãos passaram a ser executados por funcionários selecionados e capacitados para o desenvolvimento das funções, compondo-se, dessa maneira, um quadro técnico (FONSECA, 1989, p. 215)

A questão da produtividade agrícola sofre mudanças sensíveis quanto a sua composição e direcionamento após a ascensão dos revolucionários ao governo em fins de 1930. A reorganização ministerial promovida tão logo Getúlio Vargas assume como representante do governo provisório, começa a ser esboçada, atingindo, posteriormente, alterações profundas no funcionamento do aparelho estatal. Quanto à produção agropecuária, as maiores mudanças no cenário produtivo e de mercados começariam a to-

¹ BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ministro da Agricultura Juarez Távora referente ao período de 1930-1933, apresentado ao presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas*. Rio de Janeiro, 1934, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

mar novos sentidos a partir de 1933. Enfatizava-se a necessidade da cooperação entre os serviços subordinados à pasta da Agricultura, a fim de que fosse ampliada a sua eficiência individual e articulada, alcançando resultados diferentes aos dos obtidos até então, prática que se consolidaria nos anos seguintes. Atribui-se, portanto, certo dinamismo ao mecanismo de subordinação burocrática, posto que se passa a contar com diretorias intermediárias entre os serviços e o ministério, furtando-se da aprovação ministerial, legando maior agilidade ao funcionamento dos órgãos.

Aos poucos, o Ministério da Agricultura ganhava novos contornos, funções e direcionamentos. Despontavam os primeiros conceitos práticos de desenvolvimento objetivo sobre a produção agrícola, tal como a necessidade da racionalização da produção, esta última embasada no incentivo intensivo e extensivo que seria atribuído aos órgãos técnicos sob a subordinação do ministério. As reformas, portanto, têm por base a inserção de uma conotação científica à ação ministerial, justificando-se pela necessidade do desenvolvimento nacional. Diante disso, medidas como a adoção de técnicos capacitados ao desempenho das funções, a regulamentação de profissões relacionadas às atividades ligadas ao cultivo do solo e o incentivo à pesquisa tornavam-se recorrentes na composição dos órgãos responsáveis².

Novos encaminhamentos são estabelecidos nos serviços do Ministério da Agricultura quanto à produção agrícola. Dentre as atividades estabelecidas como de caráter primordial a serem desenvolvidas pelo governo constitucional estavam o ensino, a pesquisa e a experimentação, acompanhados pela justificativa de que

² BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ministro da Agricultura Juarez Távora referente ao período de 1930-1933, apresentado ao presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas*. Rio de Janeiro, 1934, p. 19-25. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

o conhecimento acerca dos gêneros cultivados, como os ciclos da planta, seu desenvolvimento e seu rendimento, adviria apenas dos investimentos em pesquisa, avaliando-se especificidades regionais, tipos de solo, de semente e de gênero cultivado. Em diversas partes do Brasil, o Governo Federal adquiriu áreas para a instalação de estações experimentais, como no norte do Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, enfocando nas pesquisas voltadas ao cultivo do trigo, cultura que receberia apoio para produção no Sul do país naquele período.

A estruturação de uma nova política de desenvolvimento agrícola justifica a adoção de medidas de proteção e incentivo à produção no período. Há a reorganização e regulamentação de novos órgãos. A partir de 1937, as campanhas de incentivo e de fomento à produção agrícola, animal e mineral são aprofundadas. Logo, o desenvolvimento econômico que deveria partir da agricultura é maximizado, visto como ideal e passa a ser explorado em diferentes âmbitos e de diferentes maneiras, diluindo-se em novas regulamentações e regimentos. Para tanto, promover a reorganização do mercado interno e aumentar a produtividade tornaram-se objetivos do Governo Federal ainda na década de 1930, fortalecendo a reorientação econômica nacional.

É após o estabelecimento do Estado Novo que a intervenção governamental incidiria mais sobre a agricultura brasileira. O fomento, a organização e defesa da produção também se tornavam pungentes à nova agenda econômico-política. Enfatizava-se a necessidade de o país “desenvolver e impulsionar todas as produções agrícolas que lhe possam beneficiar”³, sendo o Estado o pivô des-

³ BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório das atividades do ministério no ano de 1938 apresentado pelo ministro da Agricultura, Fernando Costa ao presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicidade Agrícola, 1939, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

sas novas relações de produção, atuando como o seu ordenador e coordenador.

No bojo do reordenamento da economia brasileira, em particular da economia sul-rio-grandense, é que se insere o município de Passo Fundo na década de 1930. Dentre o setor ruralista do município, as transformações que vem sendo proporcionadas pelas políticas de governo em relação ao setor agropecuário vão levar ao posicionamento e ao associativismo de indivíduos que partilham atividades diversas no campo, como a criação de animais e o cultivo de lavouras de extensão.

Na década de 1930, a nova orientação econômica, propagada pelo governo federal, passaria a subsidiar investimentos no setor agropecuário em âmbito local. Em 1937, um investimento do governo estadual já havia sido consolidado em Passo Fundo e correspondia ao interesse do poder público em investir na região: o *Centro de Distribuição de Sementes de Trigo*, que funcionava no centro da cidade, à Av. General Netto, próximo à estação ferroviária. O Centro, criado para “melhor atender o fomento da lavoura tritícola na Região Serrana”, em realidade, atuou na distribuição de sementes em nível estadual, enviando-as para municípios de todas as regiões do Rio Grande do Sul. Realizava, também, um tecnicizado processo de seleção das sementes, classificando-as, expurgando impurezas e imunizando-as de moléstias que grassavam no período, sendo acessadas pelos produtores da região por denotar maior qualidade e produtividade. A partir deste investimento, segundo notícia publicada pelo ente público na imprensa local, o município de Passo Fundo havia se tornado o “maior centro de propaganda e difusão da lavoura tritícola do Brasil”⁴.

⁴ O NACIONAL. *Centro de Distribuição de Sementes de Trigo*. Passo Fundo, 24 maio 1939. Acervo do AHR.

Não podemos esquecer da instalação da já citada *Estação Experimental de Passo Fundo*, inaugurada em 1938. O estabelecimento, instalado na zona rural do município, no distrito de Coxilha, na localidade do então Desvio Englert, foi outro importante investimento público, dessa vez federal, na produção tritícola regional, sobretudo. A Estação, para além de selecionar as sementes, imunizá-las e disseminá-las entre os produtores, difundia também instruções e ensinamentos sobre cultivo, principalmente do trigo (TEDESCO; SANDER, 2005).

Nesse período de intenso investimento público, que será acompanhado por investimentos privados no setor agropecuário, é que se fundará, efetivamente, uma entidade que congregará esta fração de classe em relação às possibilidades de se conquistar melhores condições de financiamento, de acesso a melhores produtos e, ao mesmo tempo, fazer frente à defesa de seus interesses. Tem-se aí a criação da Associação Rural de Passo Fundo que seria a organizadora da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa. Contudo, para compreender mais a fundo acerca da entidade nos bastidores deste evento, vale explorar um pouco acerca de sua formação e atuação em Passo Fundo, ainda que, ao tempo de realização da Exposição, esta fosse relativamente recente.

A ASSOCIAÇÃO RURAL DE PASSO FUNDO: A IDEALIZADORA DA EXPOSIÇÃO

A realização da Exposição Agro-Pecuária e Industrial está atrelada à Associação Rural de Passo Fundo, da qual partiu a idealização e organização do evento. Criada oficialmente em 26 de dezembro de 1937, pouco mais de um ano antes da Exposição ocorrer, a Associação Rural de Passo Fundo era uma aspiração do setor ruralista local

ainda da década anterior e possuía origem em interesses, anseios e expectativas da mesma classe de produtores rurais que a criava naquele momento. De acordo com Salatino (2020), a formação de associações rurais consistia na criação de um coletivo organizado, em que indivíduos se uniam em socorro mútuo, baseadas na reciprocidade de seus sócios e no provimento de garantias dependendo da modalidade, como previdência, seguro agrícola, empréstimo, crédito e outros serviços ou benesses, atendendo a um público e a um fim específicos.

A origem da Associação Rural, pelo menos em termos de idealização, remontava há quase duas décadas e, curiosamente, estava atrelada à realização de uma outra exposição agropecuária: a 1ª Exposição-Feira, realizada em 1921. Do que se pode apurar, até fins da década de 1930 apenas esse evento carregou o sentido de demonstrar o elemento econômico do município com uma exposição da produção pecuária, isto é, da criação de gado bovino, suíno, ovino e outros, e foi realizado por iniciativa do fazendeiro e comerciante local Faustino Rodrigues da Silva, em parte de suas terras ainda não loteadas àquela época, na Vila Rodrigues, ocorrendo entre os dias de 23 e 25 de dezembro de 1921.

A 1ª Exposição-Feira ainda contou com uma comissão organizadora que reuniu produtores rurais da cidade e município de Passo Fundo, como Ney de Lima Costa, Dr. Joaquim Brasil Cabral, Dr. Moreno Loureiro Lima, Dr. Ramão Lopes da Rosa, Medardo Rodrigues Sanz, Horacio Mello, Cantidio Pinto de Moraes e os coronéis Anibal Lemos de Mello, Francisco Leandro de Quadros e Antonio Fernando da Motta, todos vinculados ao setor agropecuário regional e estadual. É desse estrato de produtores rurais vinculados à criação de animais que se encetou um ensaio à primeira tentativa de “união da classe” dos ruralistas em Passo Fundo.

A realização da 1ª Exposição-Feira foi capaz de mobilizar a criação de um grupo de produtores rurais identificados entre si e mobilizados primeiramente em torno do evento e, posteriormente, em prol da fundação de uma entidade associativa. Conforme editorial do jornal *A Época*, dirigido por Ney de Lima Costa, um dos dirigentes da 1ª Exposição,

A classe dos criadores, não resta dúvida, é uma das que mais intimamente se acha ligada ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, representando o maior coeficiente financeiro do Estado sulino. Já quase todos os municípios do Rio Grande possuem Associação dessa natureza e a de Pelotas é um exemplo vivo da força dos criadores, mostrando o quanto pode uma classe unida num mesmo ideal altruístico. [...]

Affrontar com elevação de vista, com coragem, amparada na certeza da victoria, sem medir sacrificios moraes e materiaes, será a função da futura directoria da Associação Rural de Passo Fundo.

O Rio Grande marcha para frente em busca de seus ideaes e Passo Fundo não pode mais viver ao doloroso *statuo quo* em que se vinha mantendo, num condemnavel indifferentismo aos seus problemas vitaes. [...].

Passo Fundo, com esse gesto de nobreza, congregando uma classe que vive ainda entregue á causticante rotina de tempos idos, prestará não só um serviço a si mesmo, mas ao glorioso Rio Grande do Sul⁵.

Logo, a ideia inicial era de se criar uma entidade associativa que congregasse interesses desse setor da sociedade civil. A co-

⁵ A ÉPOCA. *Associação Rural*. Passo Fundo, 1º dez. 1921, capa. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

missão organizadora dessa exposição ficou encarregada de, após o evento, fundar a Associação Rural de Passo Fundo, que deveria vincular-se à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), fundada em 1909 e que, em 1921 seria fundida à União de Criadores para a formação da Federação Rural do Rio Grande do Sul. A comissão encarregada de criar a *Associação Rural de Passo Fundo* chegou a receber convite da Federação Rural para a filiação à entidade estadual, mas acabou declinando-o, devido à ainda inexistência oficial da Associação, ainda em setembro de 1922⁶.

A economia do município de Passo Fundo, desde o início do século XX, havia experimentado novas dinâmicas e sinergias em diversos setores, sobretudo a partir da instalação da estrada de ferro ao longo da última década do século XIX e que conectaria, após 1910, Passo Fundo à malha ferroviária nacional. Pelos trilhos, o escoamento produtivo da região foi incrementado, permitindo a exportação de produtos e gêneros diversos para outras regiões do país. Na esteira da interligação de mercados e de trocas de produtos, a produção agrícola e pecuária se mantinham como carro-chefe, sendo ladeados pela indústria extrativista da madeira, principal atividade econômica desenvolvida em vários distritos de Passo Fundo, como Carazinho, Coxilha e Erechim. E havia ainda toda uma zona produtiva vinculada à pequena propriedade, ao cultivo de gêneros variados, também nos distritos, sobretudo nas regiões que foram abrangidas por projetos de colonização pública - como a Colônia Erechim - ou privada.

⁶ A ÉPOCA. *Associação Rural*. Passo Fundo, 16 set. 1922, p. 4. Acervo do IHPF.



No mapa, vê-se a extensão do município de Passo Fundo em meados da década de 1920. As zonas destacadas em vermelho demarcam as “zonas coloniais” existentes na região. Na simbologia empregada, aparecem o milho, o trigo e a madeira como principais produtos da agricultura e da indústria extrativista. Quanto à criação de animais, a estatística do governo do estado levantou as seguintes cifras: 200.000 cabeças de gado vacum, 26.900 de gado ovino, 265.000 de suínos, 39.000 de cavaleiros e 17.500 de asininos. RIO GRANDE DO SUL. Repartição de Estatística do Estado. *Esboço de Mappa Estatístico*. Porto Alegre: Litografia da Livraria do Globo, 1926.

A pecuária no município de Passo Fundo, que havia sido desde a gênese do povoado, mantinha-se com importante ponta do setor produtivo, apesar da crise no setor. De acordo com dados dos relatórios da Intendência Municipal durante a gestão do intendente Armando Araujo Annes (1924-1928), a criação de gados vacum, cavalar, suíno e outros tinha sua parcela de participação econômica, seguida pelo beneficiamento e comercialização de produtos derivados, como cabelos, couros, lãs, banha etc.⁷ Além disso,

⁷ RELATÓRIO do Intendente Armando Araujo Annes apresentado ao Conselho Municipal de Passo Fundo em 20 de novembro de 1926. Passo Fundo: A Nacional, 1927.

foi também durante essa gestão que foi construído, às expensas da municipalidade, o Matadouro Municipal, que passou a servir-se da disponibilidade do gado vacuum criado pelos pecuaristas da região.



Inauguração do Matadouro Municipal, em 1926. Fonte: Relatório do Intendente Armando Araujo Annes apresentado ao Conselho Municipal de Passo Fundo em 20 de novembro de 1926. Passo Fundo: A Nacional, 1927.

Conforme afirma Gasparotto (2016), o início da década de 1920 foi um período de intensa crise na pecuária sul-rio-grandense, devido à falta de mercado, de créditos para investimentos e fatores climáticos e sanitários, como surtos de febre aftosa. A organização dos criadores em associações servia ao combate à crise instaurada no setor, propugnando-se a “união de classe” como forma de estabelecer a defesa de seus interesses. Dessa forma, podemos conjecturar que a organização da 1ª Exposição-Feira estivesse intimamente atrelada ao contexto de crise, e tenha se constituído enquanto uma manifestação dos ruralistas do município de Passo Fundo, sendo certamente um ponto inicial da organização dessa fração de classe em âmbito local. Após 1922, não encontramos ne-

nhuma indicação que desse conta de esclarecer que a Associação Rural de Passo Fundo foi efetivamente constituída enquanto instituição naquela década. Provavelmente, frente ao contexto de crise ao qual foi referido anteriormente e que se alastrou pelo restante daquela década, atingindo a atividade econômica de pecuaristas, criadores e charqueadores; em nível estadual, após as contendas da Revolução de 1923, apenas em 1927 se consolidaria a entidade de representação dos pecuaristas e criadores, a (re)fundada, a Farsul. De fato, a ausência de informações na imprensa local ao longo do supracitado período talvez possa assinalar que a Associação Rural não tenha se efetivado ou, se assim o foi, tenha se resumido a uma atuação restrita e administrativa.

É apenas na década seguinte que a Associação Rural reaparece, mantendo-se vinculada ao mesmo setor da sociedade civil, enquanto entidade empenhada em posicionar-se a frente dos interesses dos ruralistas locais, notadamente não apenas os pecuaristas, como na primeira tentativa de fundação da entidade, mas já também aí inseridos tricultores, nesse período em que as políticas do governo federal em relação à economia têm no desenvolvimento do setor agropecuário o foco de várias ações.

Nesse espectro de possibilidades, o setor vinculado à produção agropecuária resolve organizar-se em nível municipal, possivelmente antevendo um maior investimento e intervenção do Estado junto, por exemplo, às instituições bancárias, mas principalmente no Banco do Brasil, como veremos a seguir. Dessa forma, decorrente de um contexto mais amplo de investimentos públicos no setor, é que supomos ter-se gerado o “ímpeto” pelo associativismo ruralista local. Na imprensa passo-fundense, no mês de dezembro de 1937, é que a ideia de constituir uma Associação Rural parece ressurgir, através de um convite público, por meio do qual concitava-

-se os interessados a inserirem-se nos quadros da Associação Rural, em processo de “reorganização”; o anúncio partira de pecuaristas, triticultores e madeireiros da região, na figura de João Kruehl, João Carlos Waihrich, Ivo Pio Brum, Romeu Torres de Azevedo, Epaminondas Ribeiro, Conrado Rodrigues Sanz, Amador Bueno de Araujo, Innocencio Schleder, Victorio Dinardo, Herminio Silveira e José Julio Mendes, este último auxiliar veterinário estadual. De acordo com a declaração,

Attendendo a inadiável necessidade de reorganizar a Associação Rural, deste município, para que possam os seus filiados gozar das multiplas vantagens que lhes offerece a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, vimos convidar a V. S. para tomar parte na reunião [...]. Na reunião serão tratados diversos assumptos de vital interesse para a classe rural e feita detalhada exposição sobre os fins da Associação Rural, que visa unir os criadores, para dar-lhes maior força, facilitando meios pelos quaes possam pleitear direitos que lhes assistem e vantagens que isoladamente não obteriam⁸.

No dia 26 de dezembro de 1937, dia da reunião anteriormente mencionada, foi fundada efetivamente a Associação Rural de Passo Fundo. A eleição provisória realizada naquele momento seria substituída por uma nova, realizada no ano seguinte, que escolheu o pecuarista João Carlos Waihrich e Romeu Torres de Azevedo como presidente e vice, respectivamente; a diretoria eleita foi composta por Ivo Pio Brum, João Salton, Italo Bevengnu e Verdi de Cesaro e Hermínio da Silveira como secretário-geral⁹. Desses,

⁸ O NACIONAL. Passo Fundo, 22 dez. 1937, p. 4. Acervo do AHR.

⁹ IL GIORNALE DELL'AGRICOLTORE. *De Passo Fundo*. Caxias, 12 maio 1938, p. 9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

de acordo com a publicação *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo* – elaborada para registrar e coligir dados sobre a Exposição – teriam sido João Carlos Waihrich e Herminio Silveira os seus articuladores principais, o primeiro, experiente pecuarista e antigo sócio do então extinto *Saladeiro São Miguel*, da indústria do charque, e o segundo, naquele momento, diretor do Consórcio Profissional Cooperativo dos Produtores de Trigo de Passo Fundo¹⁰, logo, vinculado diretamente à triticultura na região e expoente de uma incipiente associação, que provavelmente foi diluída nos quadros de integrantes da Associação Rural. Ao tempo da realização da Exposição, a Associação já contava com cerca de 340 membros, distribuídos por todo o município.

A partir de 1938, na imprensa citadina e estadual é que se passa a identificar ações diversas manejadas pela Associação Rural, essa talvez sendo organizada e exercendo atividades pela primeira vez. Instalada no centro da cidade, na rua Moron, defronte à Praça Marechal Floriano, a sede da Associação Rural foi inaugurada em 3 de maio de 1938. A Associação, em seus primeiros tempos, engajava-se na disponibilização de um veterinário e de um agrônomo para seus associados, além de ser distribuidora de formicidas e outros produtos agrícolas e veterinários¹¹. A Associação também se responsabilizava pela distribuição de sementes aos associados e mantinha, em sua sede, “prospectos e ensinamentos da cultura do milho, alpiste, girassol e etc., para distribuição”, promovendo, nesse mesmo âmbito, conferências com especialistas em diversos assuntos concernentes ao “interesse da classe”¹².

¹⁰ O NACIONAL. *Consórcio Profissional Cooperativo dos Produtores de Trigo do Município de Passo Fundo*. Passo Fundo, 14 abr. 1936, p. 4. Acervo do AHR.

¹¹ O NACIONAL. Passo Fundo, 19 jun. 1940, p. 38. Acervo do AHR.

¹² O NACIONAL. *Associação Rural*. Passo Fundo, 25 abr. 1938, p. 4.

Por meio de declarações concedidas à imprensa, a Associação se mostra favorável à política de limitação do preço do trigo nacional, colocada pelo governo federal através do Ministério da Agricultura¹³. Ainda em 1938, congratula o presidente da república pela criação na cidade de uma agência do Banco do Brasil, considerada como uma “velha aspiração das classes productoras” de Passo Fundo¹⁴. Muito provavelmente por influência deste grupo que fazia parte da Associação Rural, é que a sede da agência do Banco do Brasil acabou sendo instalada ao lado da sede da Associação, na Casa Kieling.



Na marcação, a sede da Associação Rural de Passo Fundo, na década de 1940. No edifício à direita da Associação, na então Casa Kieling, foi instalada a sede da primeira agência do Banco do Brasil em Passo Fundo, em 1939. Foto Moderna de Armando Czamanski. Acervo pessoal de Igor Schneider Calza.

O discurso de inauguração proferido pelo gerente da agência bancária tem a tônica desenvolvimentista característica no período

¹³ DIARIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 30 dez. 1938, capa. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴ CORREIO DA MANHÃ. *Velha aspiração de Passo Fundo*. Rio de Janeiro, 29 abr. 1938, p. 9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

do Estado Novo. O enfoque da narrativa recai justamente sobre a carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) que, ainda sob o governo constitucional, havia sido cancelada em maio de 1937. De acordo com Redivo (2018), esta foi uma fórmula utilizada no período do governo Vargas para subsidiar o crédito, através da subscrição de ações do Banco do Brasil. Dessa forma, correlacionava-se na política pública o desenvolvimento econômico e a necessidade de existência de crédito, pois “não é possível, nas condições econômicas do mundo moderno, dissociar as ideias de comércio e indústria, da existência do crédito” (TRUDA, 1937 p. 3, *apud* REDIVO, 2018, p. 68). Esse provavelmente se constituía, nos primórdios da Associação, enquanto um elemento central e, não por acaso, por vezes a entidade tratou de publicar na imprensa local acerca das condições para se adquirir os empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola.

Percebe-se que a Associação Rural, ainda em seu primeiro ano de organização se mostrou ativa em suas funções propostas e na promoção de outras mais. É nesse mesmo contexto que, em setembro de 1938, em uma das assembleias da entidade, surge a ideia de realizar uma “exposição agro-pecuária e industriária”, a ser realizada no ano seguinte, no final de fevereiro, de modo que coincidissem com a colheita do trigo e da uva, gêneros que receberiam o maior destaque na ocasião¹⁵. Desde esse momento, buscou-se no poder público municipal o apoio à realização do evento, que foi de pronto concedido e seria o intermediador junto às outras instâncias do governo estadual.

A realização de uma exposição, proposta pela iniciativa privada e apoiada pelo poder público aglutinaria os interesses parti-

¹⁵ O NACIONAL. *Associação Rural*. Passo Fundo, 14 set. 1938, p. 4. Acervo do AHR.

culares dos produtores do município, ao mesmo tempo que promoveria não só a divulgação das políticas de incentivo e fomento dos governos federal, estadual e municipal ao setor agropecuário, como também reproduziria parte da propaganda estado-novista em relação ao papel do trabalho e da produção para o progresso e desenvolvimento econômico do país.

A EXPOSIÇÃO:

O REFLEXO DA POTENCIALIDADE ECONÔMICA

A 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa, como planejado pela Associação Rural, realizou a partir da última semana de fevereiro de 1939. O evento, preparado em tempo exíguo – em torno de seis meses entre a idealização e a concretização – serviria, pois, como uma espécie de “vitrine” da economia passo-fundense, ou como um “espelho da potencialidade econômica” do município, como descreveu o prefeito de Santa Maria, Dr. Antonio Xavier da Rocha, no relato de suas impressões acerca da Exposição¹⁶. Para a montagem deste “espelho”, foram construídos diversos pavilhões e cercados, em uma área ainda afastada do centro da cidade à época, nos arrabaldes da Vila Vittorio Veneto, depois nomeada como Vila Exposição, justamente em alusão a este evento¹⁷.

¹⁶ GUIA Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Bagé: Editora Guias Ilustrados Municipais, p. 10. Fundo Nicolau Araujo Vergueiro. Acervo do AHR.

¹⁷ A Exposição Agro-Pecuária e Industrial, em suas duas edições – houve a realização de uma 2ª Exposição, no ano de 1940 – embora ainda pouco recordada na historiografia passo-fundense, deixou uma marca que até hoje é rememorada pelos habitantes de parte da cidade de Passo Fundo. O local que abrigou o evento em 1939 e 1940, próximo ao atual cruzamento da Avenida Presidente Vargas e a rua Albino Lazzaretti, ficou por muito tempo conhecido como “Exposição”, emprestando o nome ao aglomerado urbano que ali se formava no período, compondo a “Vila Exposição”, ou ainda como “Bairro Exposição”. No ano de 1965, a alusão à Exposição foi substituída por um nome vinculado à construção da

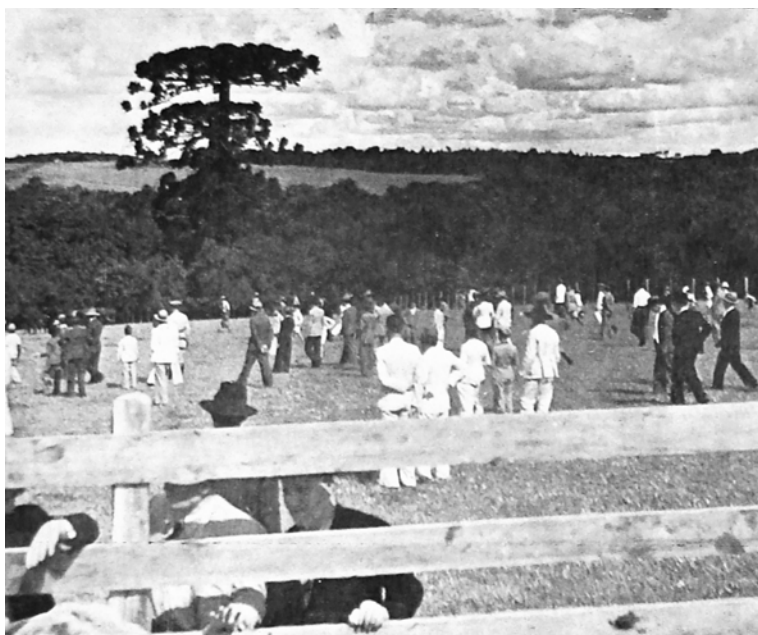


Vista geral da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

A Exposição, primeiramente planejada para ocorrer apenas na última semana do mês de fevereiro de 1939, foi estendida por mais uma semana em decorrência de imprevistos climáticos, que impossibilitaram, durante vários dias, a visitação e a exposição de animais, sobretudo, fora dos pavilhões. Isso impactou, segundo a imprensa local, no número de visitantes que se fizeram presentes no evento. Embora não exista registro de um número de visitantes que concorreram aos *stands*, sabe-se que pelo menos nos dois primeiros dias da Exposição cerca de 15 mil pessoas circularam por ali, montante abaixo do esperado, tendo em vista a participação de entidades e representações de outros municípios. Para reunir público, para além do passo-fundense, houve empenho da Diretoria da Associação Rural em divulgar e promover o evento para outros pontos do estado, buscando congregiar autoridades, entidades e produtores rurais, inclusive com a compra de horários de propaganda nas emissoras de rádio Gaúcha e Farrroupilha, de Porto Alegre¹⁸.

Igreja São Cristóvão, passando a adotar a denominação de “Bairro São Cristóvão”.

¹⁸ DIÁRIO DA MANHÃ. 1ª *Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo*. Passo Fundo, 1º mar. 1939. Acervo do IHPF.



Registro do público que visitou a 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

A cerimônia de inauguração da Exposição contou com a presença de autoridades locais, como a do prefeito Arthur Ferreira Filho e dos comandantes do Exército Federal e da Brigada Militar, mas também com autoridades externas, como a de Ataliba de Figueiredo Paz, então secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, representando o interventor federal Osvaldo Cordeiro de Farias, a de prefeitos do estado, como de

Carazinho, Soledade, Palmeira, Tupanciretã e Vacaria e do representante da Farsul, Guido Mondin. Simbolicamente, a cerimônia de abertura promovida pela Associação Rural buscava a chancela e o reconhecimento das autoridades públicas, já que, sendo apoiado pelo poder público municipal, a Associação havia conseguido angariar verbas também do governo do estado e da União para a realização do evento.



Sessão de inauguração da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

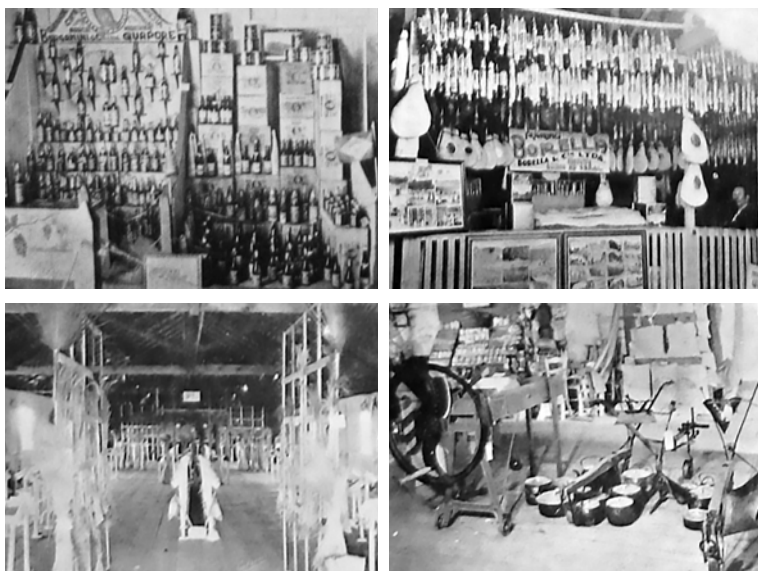
Os participantes da Exposição, conforme noticiava os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, eram provenientes de diversos municípios do estado, que se fizeram representar, como, Porto Alegre, Soledade, Palmeira, Tupanciretã, Vacaria, Getúlio Vargas, Pelotas, Ijuí, Iraí, dentre outros. Mais do que apresentar a pujança da produção do município de Passo Fundo, era essa também uma feira de negócios, em que se transacionavam os gêneros produtivos e os animais expostos.



O Pavilhão de Festas, o principal da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

A Exposição como de praxe em eventos dessa tipologia – ainda nos dias de hoje – promovia premiações aos participantes por meio de uma comissão julgadora que selecionava animais e produtos que demonstrassem a melhor qualidade ou desempenho nos estandes. Os participantes concorreram em diversas categorias, que se estendiam desde a criação de animais, produção de grãos, bebidas, erva-mate e ainda outras atividades fora do setor produtivo, como do comércio, distribuindo-se medalhas e menções honrosas para os mais bem colocados na apresentação e qualificação de seus produtos. Vale dizer que não apenas particulares participaram do evento enquanto expositores, já que foram montados estandes para se expor a produção dos distritos de Passo Fundo e outros para demonstrar a produção de órgãos vinculados à Secretaria da Agricultura do estado, como a Diretoria de Agricultura, a Inspeção de Apicultura do Taquari e a Estação Experimental e Fitotécnica de Alfredo Chaves¹⁹. Nos pavilhões, ficaram distribuídos os produtos coloniais, os produtos oriundos da indústria alimentícia e variada.

¹⁹ GUIA Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Bagé: Editora Guias Ilustrados Municipais, p. 10. Fundo Nicolau Araujo Vergueiro. Acervo do AHR.



Alguns dos *stands* de produtos coloniais e indústrias variadas da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

A Exposição, como seus promotores provavelmente esperavam, consumou-se em evento de peso na região e reforçou certamente uma ideia já nascente sobre a pujança do município de Passo Fundo na produção do cereal que mais recebia incentivos do Governo Federal à época: o trigo. Nos discursos proferidos durante as comemorações, Passo Fundo já figurava como um dos maiores produtores do cereal no país. Nesse período, o lema do governo em relação ao trigo é destaque: “*Plantae Trigo! Elle é a fartura dos lares, a gloria nos campos e a riqueza da Pátria.*”²⁰. Por isso, ao trigo, na Exposição, foi dedicado um pavilhão inteiro, com amostragem de centenas de variedades do cereal.

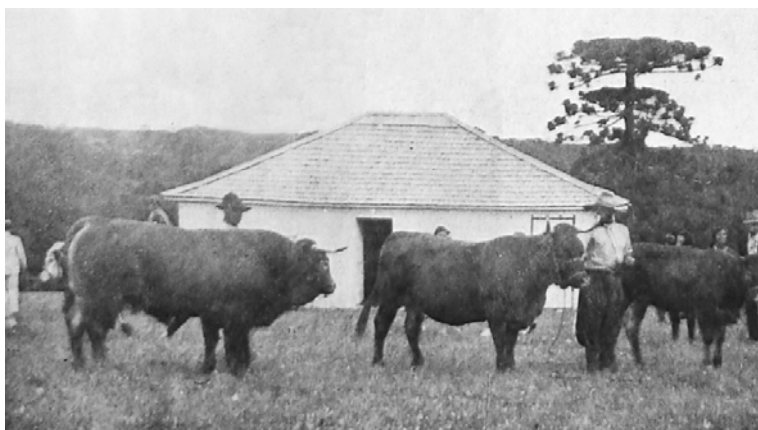
²⁰ SUL MENSARIO ILUSTRADO. Porto Alegre, nº 7-8, p. 26. Acervo do Projeto Passo Fundo.



Participantes da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo analisando uma amostra de trigo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

O trigo já se assentava como carro-chefe da produção regional, destacando-se em Passo Fundo e Erechim, principais produtores do cereal. Esse cenário de destaque apenas se confirmaria ao longo das duas décadas seguintes, pois, devido a investimentos no setor, Passo Fundo consolidar-se-ia efetivamente como o maior produtor de trigo do país nesse período. Expressão disso é a escolha de Passo Fundo como Capital Nacional do Trigo em 1957, ano em que também se comemorou o centenário da emancipação político-administrativa. Pouco antes, em 1955, houve também a criação da Cooperativa Triticola de Passo Fundo (Coopasso), que se tornaria a segunda em termos produtivos em toda a América Latina (Tedesco, 2015).

Fora dos pavilhões, concentravam-se os animais de criação que ficavam expostos. Na área externa, realizavam-se desfiles, concursos e avaliações dos animais.



Currais onde eram conservadas criações de animais expostos e apresentação de gado bovino e ovino na 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Os carneiros da imagem acima pertenciam a raça Rommey Marsch. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.



Curral de suínos na 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo, da Granja “Júlio Borella”, pertencente a *Borella e Cia. Ltda.*, frigorífico instalado no então distrito de Marau. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*, op cit.

Ainda antes da Exposição acontecer, a Associação Rural patrocinou a organização de uma publicação no formato de guia, lançado naquele mesmo ano: o *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo*²¹. Organizada em três partes, a obra reuniu aspectos socioeconômicos do município sob a administração do prefeito Arthur Ferreira Filho, organizou um índice geral dos estabelecimentos comerciais e industriais de todo o município e dedicou uma sessão de fotografias alusivas ao evento. A Exposição, ainda em 1939, foi matéria de destaque na revista *Sul Mensario Ilustrado*, que louvou a realização do evento por parte da Associação Rural e o apoio prestado pelo poder público.

²¹ GUIA Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Bagé: Editora Guias Ilustrados Municipais. Fundo Nicolau Araujo Vergueiro. Acervo do AHR.

Associação Rural de Passo Fundo e sua 1.^a Exposição Agro-Pecuária e Feira Anexa

Realizada de 25 de Fevereiro a
1 de Março de 1939



DR. ATALIBA DE F. PAZ
Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado
do Rio Grande do Sul.



SR. JOÃO CARLOS WAIHRICH
Presidente da ASSOCIAÇÃO RURAL DE PASSO
FUNDO.

O Rio Grande do Sul, como todo o Brasil, está tomado de uma febre enorme de produzir, multiplicando as atividades em todos os setores, com o desenvolvimento crescente da lavoura, da pecuária, da indústria e consequentemente o florescimento rápido do comércio, montando os valores e estabelecendo o grande curso da riqueza econômica e dinâmico por onde circula toda a contradição criadora do trabalho dignificante.

Vemos, pois, um despertar de forças novas, entrando no jogo franco dos surtos de progresso, com uma que até agora viviam no silêncio, apovaram à luz da publicidade, surpreendendo o visitante, com a exposição marcante de seus produtos, atestando do seu ajustamento e muito galhardamente, demonstrativo forte, do valor do homem que vai conquistando de glória, palmo a palmo, na conquista da terra, o caminho da civilização.

Entre as zonas que se tem distinguido com seu dinamismo criador, podemos apontar, no extremo sul do país, a região serrana, com o surto crescente da lavoura e o desenvolvimento da pecuária, onde o sítio tem um lugar de destaque, transformando o sítio, como paróquia da terra, na horta — moeda circulante em todas as partes do mundo.

Com essa indústria progressiva, alicerçada na lavoura, tem a serra avançado, colocando-se num plano econômico bastante vantajoso, pois de dia a dia sua fortuna duplica, e novos estabelecimentos industriais levantam no espaço a figura retinela das chaminés, formando mais uma fábrica de produtos suntuários; mais uma serra organizada; ou mais um núcleo de trabalho, que vai converter o fruto serrano no Pão Nosso de Cada Dia!

E' digno de menção, esse afã de produzir que se nota na prospera região serrana, onde os trens de ferro avançam, rumo ao coração verde do Brasil, vindos de São Paulo, Rio, tem os vagões atalados do Haxba, Pym, Madras, Vitor, Produtos da Pecuária, Maço, Couron, Selo, Produtos Sólidos, Farinha de Mandioca, Avena, Cevada e, sobretudo, para Gloria Noss, TRIGO! TRIGO! TRIGO!

E os produtores! Lá estão eles, mostrando, nos seus produtos, que não são apenas produtores, mas também, produtores de uma civilização, mais nacionalista, mais afirmativa de terra nova que almeja a honra quando o beijo doce da charrua cede em benção fecunda sobre as lavadeiras que se multiplicam.

Zonas coloniais, onde o Italiano e o Germanico tem contribuído com o valor de seus braços honestos e construtores e com a força de seus saques governos, para a construção desta Pátria grandiosa que será a Pátria de seus filhos, e a terra da promessa num futuro próximo, como celeiro do mundo!

Integrado na paisagem sadia da região serrana, olhando os pinheiros esbeltos filigranando o espaço, com as ruínas alegres, como núcleos carismáticos, ofertando de benção nas taboas que sacrificam para se multiplicarem os lares; olhando encantado as lavadeiras de trigo madurando, e as fabeiras e os melões, a gente sente esse dia risonho de amanhã, em que o suor de nosso rosto viverá consagrado afirmar definitivamente a vitória da RACA NOVA — num culto de nacionalismo sadio, com a plenitude perfeita de genuína província, de sul fecundo, de Pátria encantadora e feliz! BRASIL!

Então, haverá uma caudal das festas destes dias, aliando as gravuras estampadas nestas paginas quentes, refletindo em alacridade o dia grandioso de hoje.

E o esforço dos filhos de Passo Fundo será lembrado, na glória de sua 1.^a Exposição Agro-Pecuária e Feira Anexa, onde o espírito empreendedor de João Carlos Waihrich, Presidente da Associação Rural local, auxiliado e prestigiado pelo governo do município, representado na figura de seu prefeito, Dr. ARTHUR PEREIRA FILHO, conseguiram demonstrar que Passo Fundo é uma comuna trabalhadora, que luta na conquista do Pão Nosso de Cada Dia, aumentando a Glória e o bem-estar do grande mundo moral e econômico de nosso amado BRASIL.

Nos grandes salões, o Sr. Secretário de Agricultura conversa com o Sr. João Carlos Waihrich, Presidente da Associação Rural de Passo Fundo, e, aliado, depois de ter percorrido todas as dependências do certame. "Sim, senhor Presidente da Associação Rural, estou extremamente interessado em ver, em primeira mão, o desenvolvimento de uma comuna, com uma variedade algarímbica, de valor produtivo dessa terra e da dedicação dos lavandeiros à cultura de suas lavadeiras. Assim, trabalhando e produzindo, temos para a lavoura, aliando com bases sólidas os fundamentos econômicos do Brasil". — O Sr. Secretário falou e refletiu em silêncio profundo, como se estivesse a pensar de terra nova, um caminho inspirado, quando seu nome foi.

E o Sr. João Carlos Waihrich, então, agendado, pelo polido instituidor do Sr. Secretário, encaminhado o senhor da corte numa zona agora luminosa de propagação, como bom filho desse povo que tem fundado com luz fecunda sua vida de individualidade e política.

Capa da matéria da revista *Sul Mensario Ilustrado* sobre a Associação Rural e a 1.^a Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo; à esquerda, vê-se o secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, Ataliba de Figueiredo Paz, à direita, o articulador da Associação Rural e da Exposição, João Carlos Waihrich. Fonte: Revista Sul Mensario Ilustrado, op. cit.

Ao fim das festividades, a Exposição foi considerada exitosa em seus intentos, malgrado a ocorrência contínua de chuvas que

impossibilitaram as visitas em boa parte dos dias do evento. Na imprensa, não faltaram exaltações à iniciativa da Associação Rural em promover a Exposição, advindas de autoridades municipais e suas impressões sobre o sucesso das atividades desenvolvidas. No ano subsequente, em 1940, uma segunda – e última – edição da Exposição foi realizada, superando os resultados da precedente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fins da década de 1930, as feições da economia brasileira já se diferiam em muito daquelas existentes na década anterior. Ao longo desse curto período, havia-se iniciado um processo de reestruturação e diversificação das atividades econômicas desenvolvidas no país no setor agropecuário, processo esse guiado pelo Estado, sob um manto do intervencionismo estatal, aprofundado com a instalação da ditadura do Estado Novo, em 1937. Os dois períodos de governo de Getúlio Vargas, principalmente após a instalação do Estado Novo, estiveram empenhados em modificar a estrutura produtiva do setor agropecuário, principalmente pela via da reestruturação do Ministério da Agricultura.

A 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo refletiu em muito esse contexto de reorientação econômica guiada pelo Estado em fins dos anos 1930. Grandes investimentos no desenvolvimento do setor agropecuário refletiram na possibilidade de organização dos ruralistas passo-fundenses, agrupados sob a Associação Rural de Passo Fundo. Criar unidade, fortalecer demandas, reivindicar direitos, organizar o acesso ao crédito pelo governo, além de oferecer serviços e produtos aos associados, no seu conjunto, garantiram à entidade a fixação de seus membros e possibilitaram maiores investimentos no setor por par-

te da iniciativa privada. A Exposição serviu para demonstrar não apenas a produção e a “potencialidade econômica” do município, mas seguramente também para revelar a organização e capacidade produtiva do setor agropecuário vinculado à Associação Rural, afirmando a entidade associativa e demarcando sua presença no norte do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1972.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1972].

GASPAROTTO, Alessandra. “*Companheiros Ruralistas!*”: Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 330f. Tese (Doutorado em História) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, vol. 11, 2007.

REDIVO, André da Silva. *A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e o modelo de financiamento do estado desenvolvimentista no Brasil entre 1937 e 1969*. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SALATINO, Albas Cristina Couto dos Santos. Associações Rurais: a emergente necessidade de organização coletiva. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado et al. *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Passo Fundo: Acervus Editora, vol. 2, 2020, p. 113-138.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Editora UPF/EST Edições, 2007



A COOPERATIVA COOPASSO:

*sinergia econômica entre agricultura e indústria
em Passo Fundo (1955–1980)*

JOÃO CARLOS TEDESCO



É impossível falar em história econômica de Passo Fundo e/ou no norte do estado sem mencionar as cooperativas agrícolas e, dentre elas, a Coopasso - Cooperativa Tritícola de Passo Fundo. Ela agrega um amplo processo social (no meio rural), político (papel do estado, políticas de desenvolvimento na metade do século XX), econômico (transformações na base técnico-mecânica e agrônômica da agricultura), industrial (agroindustrialização da agricultura) e financeiro (crédito e a intermediação financeira nas atividades agrícola e de fomento em geral). Ao mesmo tempo que ela incorpora um processo de determinação externa, o induz e dinamiza como ator social e institucional. Na realidade, a Coopasso consolida um ciclo de desenvolvimento econômico-produtivo na região norte do estado, que tem na cultura do trigo das décadas de 1950 e 1960 e na de soja da década de 1970, na modernização técnico-econômico-capitalista de boa parte dos produtores e na agroindustrialização seus grandes pilares.

Torna-se muito difícil num breve texto dizer o que foi a Coopasso, o que ela representou para, especificamente, Passo Fundo, a sua inserção num contexto mais amplo, o que ela induziu e promoveu na industrialização de Passo Fundo, na geração de renda e emprego, bem como nas atividades agrícolas para pequenos, médios e grandes produtores. Na realidade, essa experiência merece um estudo aprofundado, amplo, correlacional, entendendo a dinâmica histórica do período e das mediações delas (cooperativas agrícolas) entre a esfera governamental, os capitais internacionais e os agricul-

tores, seus vínculos políticos, correlações internacionais, mercados, passagem da sua performance tritícola para mista, com ênfase na cultura da soja, de cooperativa (de âmbito local/regional) para mega-cooperativa empresariais em escala de mercados internacionais e de múltiplas atividades a jusante e a montante da agricultura.

Não podemos esquecer que a Coopasso chegou a tornar-se a segunda maior cooperativa agrícola do Brasil, esteve atrás apenas da Cotrijuí em termos de capital, recursos humanos e movimento financeiro em vários anos da década de 1970. Em alguns anos das décadas de 1970 e 1980, foi considerada a maior empresa de Passo Fundo, chegou a ter mais de 3 mil funcionários diretos em suas amplas e variadas atividades espalhadas pela região norte do estado e, também, no centro-oeste do Brasil. No início da década de 1980, possuía mais de 12 mil sócios e mais quase duas dezenas de filiais em vários municípios da região norte, bem como grandes empreendimentos no Centro-oeste do país.

Nosso objetivo aqui é dar ênfase a esse empreendimento, pontuar alguns processos, de uma forma sintética e panorâmica, que foram considerados centrais, sua origem, seu contexto, consolidação regional (norte do estado), agigantamento e seu fechamento, demonstrando a sua importância para a dinâmica econômica do município não só do meio rural, mas, também, urbana. O pano de fundo é demonstrar que a Coopasso foi constituída com a forte presença dos médios e grandes proprietários fundiários do município, tornou-se uma megaempresa em função e por eles, porém, foi, como se costuma dizer, “quebrada” por razões de mercado e de um conjunto de processos relacionais e econômicos que têm nesses sujeitos também profundas implicações.

Para isso, servimo-nos de documentos da referida cooperativa (Atas de reuniões e Assembleias Ordinárias e Extraordinárias),

notícias de jornais, em particular, os de Passo Fundo (*O Nacional* e *Diário da Manhã*), seu jornal próprio (*Agro Jornal*), entrevistas com ex-diretores, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, lideranças rurais e revisão de literatura sobre o tema.¹

CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA COOPASSO: BREVES INFORMAÇÕES

A Coopasso abriu suas portas em fevereiro de 1955; período de grandes mudanças na sociedade brasileira, na dinâmica das políticas econômicas, principalmente as que implicavam modernização, papel do estado, associativismo de produtores, industrialização do país, grande presença de capitais internacionais aplicados à esfera produtiva, em geral, de caráter industrial e financeiro que se encontravam na esteira da dimensão econômica desenvolvimentista, nas suas políticas de substituição de importações, de crescimento econômico endógeno, de grande intensidade de investimentos na esfera da urbanização e de consolidação da propriedade privada da terra. É um período histórico muito fértil no âmbito econômico e de modernização (tecnológica, produtiva e social).

¹ O presente texto tem como base uma pesquisa maior que desenvolvemos nos primeiros anos do século XXI. Organizamos um livro com Paulo Ivan S. Beux, Sirlei de Fátima de Souza e Renan Cechet intitulado *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre; EST Edições, 2005. Posteriormente, em 2016, escrevemos um outro livro, intitulado *A cooperativa Coopasso: associativismo e contradições da modernização agrícola no norte do RS – 1955-1985*. Erechim, All Print, 2016. O primeiro objetivou analisar o complexo agroindustrial em Passo Fundo, no qual a Coopasso fazia parte; o segundo, analisar a cooperativa Coopasso no interior de um amplo e contraditório processo de modernização agrícola da região norte do estado. Neste sintético texto, mais como uma escrita informativa, utilizamos conteúdos já desenvolvidos nos dois livros, alterados em alguns aspectos, reescritos em outros. Agradecemos ao fato dos colegas da primeira produção em ter permitido utilizar conteúdos desenvolvidos em conjunto. Enfim, a base histórico-analítica encontra-se nos materiais que referimos. Utilizamos parte das entrevistas que havíamos realizadas na época (2004 e 2005). Alguns dos entrevistados já faleceram.

O modelo de cooperativismo apregoado e desenvolvido em meados da década de 1950, em quase todos os municípios do sul do país, foi expressão de interesses e de iniciativas da esfera pública, no interior do grande programa de modernização da agricultura. Em nível local, a Coopasso passou a ser expressiva de interesses de grandes proprietários em geral, conhecidos com granjeiros, ou seja, produtores que estavam se modernizando em termos técnicos, voltados à produção de trigo.

As cooperativas agrícolas que surgiram entre as décadas de 1950 e 1960 tiveram uma característica e um processo produtivo industrial ligado à cultura do trigo. No caso específico no norte do Rio Grande do Sul, no início da década de 1930, o Governo Federal instalou em Passo Fundo um centro de pesquisa cujo objetivo era de selecionar as sementes e obter assistência técnica para viabilizar melhoramentos, principalmente, da cultura do trigo. Vários municípios foram beneficiados com a Estação Experimental do Englert (atualmente, pertencente ao município de Sertão) porque passaram a receber, além de sementes escolhidas e imunizadas, ensinamentos e sugestões para a cultura. No relatório da Estação Experimental de Passo Fundo, do ano de 1940, consta que a referida tinha uma ampla zona de abrangência (em torno de 14 municípios), sendo a maior das zonas fisiográficas do estado em matéria de produção de trigo. Nessa área, o cultivo do trigo atingiu 258.617 hectares em 1957 e 201.500 toneladas de grãos em 1955, ou seja, produziu-se na região 25% do trigo do estado. A entidade foi importante na opção e incentivo à produção de trigo na região de Passo Fundo já que envolveu pequenos produtores, colonos descendentes de imigrantes, pecuaristas e granjeiros (SCHILLING, 1982).

Uma questão importante e que tem a ver com o surgimento e desenvolvimento da Coopasso é que, parte das lavouras de pecuá-

ria extensiva do norte do estado foi canalizada para a produção de trigo, em particular na região do Planalto Médio, a qual tinha o município de Passo Fundo como central. Neste período, cresceu a indústria de moagem do trigo, cuja capacidade passou de 2.974.469 t. para 5.939.448 ton.; os moinhos triplicaram-se em quatro anos, passando de 216 em 1952 para 579 em 1957 em todo o estado (SCHILLING, 1982, p. 109).

O trigo, no pós-1945, por alguns anos, constituiu-se num dos fatores de recuperação da agricultura do Rio Grande do Sul, especializando unidades produtivas e levando a que pequenas e médias propriedades aumentassem a produção nessa fase, em meio à grande propriedade e ao sistema de arrendamento que estava nascendo. Passo Fundo era um dos principais municípios do estado no cultivo do referido cereal. O trigo integrou o mercado nacional, reorganizou o serviço de pesquisa agrônômica, definiu normas para a industrialização nacional e internacional para facilitar sua distribuição. A tabela a seguir demonstra que Passo Fundo era o terceiro maior produtor de trigo do estado.

Municípios	Kg	%
Cruz Alta	20.610.430	8,75
São Borja	18.107.412	7,64
Passo Fundo	12.131.180	5,12
Ijuí	11.476.849	4,84
Não Me Toque	7.878.526	3,32

Tabela 1. Localização da produção de trigo no Rio Grande do Sul de 1965 (os cinco maiores municípios). Fonte: adaptação feita da CCLFST (Comissão Central de Levantamento e Fiscalização das Safras Triticolas), safra 64/65.

Na década de 1950 continuava-se com a política governamental, ainda da década de 1930, após a crise do café provocada

pela crise econômica internacional do final da década de 1930, ou seja de diversificar a economia nacional, integrar mercados internos, dinamizar as “indústrias naturais” (SCHILLING, 1982), cooperativizar os produtores rurais para serem mais eficientes e, com isso, subsidiar a estrutura industrial e, ao mesmo tempo, exercer a mediação de interesses e ações governamentais junto ao produtores rurais (BEUX, 2003). A agricultura expressou esse novo paradigma econômico no país. Nas décadas posteriores, houve grande investimento público em facilitar a aquisição de máquinas, insumos e implementos agrícolas, bem como redefinição produtiva na onda modernizante que se consolidava mundo a fora.

O trigo passou a ser plantado em grandes extensões, principalmente em terras de campo, ou seja, que até então eram destinadas à pecuária. Os pequenos produtores, que há tempo vinham produzindo o referido cereal, passaram a ganhar um parceiro desse período em diante, o granjeiro. Este caracterizou-se na região centro-norte do estado, em particular, na microrregião do Planalto Médio, como um produtor modernizado, que incorporou, com intensidade, as políticas públicas para o setor agrícola, em particular, as que estavam envolvidas com o trigo e, em meados dos anos 60, com a cultura da soja. Em geral, o granjeiro era um profissional citadino (advogado, médico, funcionário público, bancário, dentre outros), que, percebendo a nova reconfiguração da agricultura e da esfera pública, resolveu voltar-se para atividade agrícola como complemento ao que vinha desenvolvendo até então. Muitos desses, primeiramente, tornaram-se arrendatários de campos, outros, adquiriram grandes extensões de terra.

Com o avanço da agricultura moderna, pós-década de 1950, sob a orientação da produção de excedentes e do binômio trigo e milho, redes moageiras instalaram-se na região com mais inten-

sidade, sendo um dos primeiros empreendimentos de um campo empresarial que se consolidará mais adiante com o que passou a se denominar de complexos agroindustriais, sendo a Coopasso um deles. Com isso a produção de trigo cresceu consideravelmente entre as décadas de 1950 e 1960. A pecuária, em crise há muito tempo, em boa parte, foi transformada e, em suas terras, intensificaram-se práticas de arrendamento para a produção do trigo. No setor urbano, o mercado consumidor estava se intensificando em razão do aumento populacional e da renda, bem como um processo agroindustrial absorvedor dessa nova dinâmica de produção rural/agrícola.

Produto	1950		1960	
	Ton.	Área (ha)	Ton.	Área (ha)
Trigo	127.267	176.291	171.783	283.836

Tabela 2. Produção total e área cultivada de trigo na região de Passo Fundo em 1950 e 1960. Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e 1960.

Uma entrevista com um granjeiro e comerciante em Passo Fundo, esse dinamismo é relatado atribuindo como causa o aumento da população urbana, portanto, de consumidores, a modernização agrícola desenvolvida pelos granjeiros e as políticas agrícolas:

“Com o avanço do trigo e da crescente vinda de gente para a cidade, já tinha bastante morador, né, os Grazziotin resolveram sair do ramo do comércio agrícola. Isso foi nos anos 60, final me parece. Passaram para o ramo de eletrodomésticos; foram os maiores da época; vendiam pra todo o lado. Aquela região da cidade estava muito habitada já. Pequenos agricultores vieram morar na cidade, vinham de todas as colônias da região. A cidade

atraia, como continua atraindo ainda hoje. Tinha trabalho e Passo Fundo era ainda um grande centro comercial, e depois se acreditava que a soja viria ser o ouro verde da agricultura e da cidade também. Os granjeiros, no final dos anos 50, diziam isso. [...]. A pecuária é que estava mal, a madeira também, apesar de que muitos madeireiros foram para regiões pouco exploradas ainda tipo Santa Catarina, Irai, para lá, né. [...]. Pecuáristas arrendavam terras, vendiam; vendiam terra e o gado também. Então muita gente veio para cá, trabalhador, né, que perdeu seu ofício. A [Vila] Hípica, a Santa Marta, a Vila Luíza e outras por aí, o São José [acrescenta a esposa do entrevistado], tudo isso veio nesse período dessas mudanças”.²

Esse processo dotou a agricultura regional de um papel fundamental no desenvolvimento econômico e estruturou um segmento de produtores com alto poder de consumo, de absorção dos pacotes tecnológicos, de volumes de capitais e de poupanças que foram direcionadas em grande parte para os granjeiros.

Estamos muito de acôrdo que no ano em que aqui se realizou a VII Festa Nacional do Trigo – 1957 – seguindo o exemplo de outras cidades, houvesse por bem o ilustre edil passo-fundense mandar plantar trigo nos canteiros da Avenida Brasil, como que demonstrando aos forasteiros que aqui o cereal-rei medra até mesmo nas ruas da cidade.³

² Entrevista direta com Sr. Nilo Quadros, em agosto de 2000. O referido foi um grande proprietário de terra e um dos primeiros a plantar trigo em Passo Fundo com tecnologias modernas.

³ Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 14 ago., 1958, p. 2.



Trigo plantado nos canteiros da Av. Brasil, para mostrar a pujança da cultura no município, durante o ano do Centenário de Passo Fundo, em 1957. Revista Manchete. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

As cooperativas agrícolas tiveram um papel preponderante nas novas diretrizes para a agricultura e na intensa expansão da cultura do trigo e, posteriormente, da soja. Práticas cooperativistas foram comuns em setores produtivos do Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1980). No segundo Governo Vargas, a cultura do trigo teve muitos avanços, porém, sofria problemas de estrangulamento, principalmente em termos de produtividade, comercialização, variedades, importações de trigo mais barato, intenso poder dos grandes moageiros e comerciantes, além dos solos esgotados em algumas regiões produtivas em razão da ausência de assessoria técnica e condições financeiras de produtores, em particular, os pequenos (SINGER, 1973). O associativismo agrícola (cooperativas e sindicatos) surge como alternativa a esse contexto de expansão com problemas estruturais do setor tritícola.

Vargas entendia que a modernização social, econômica e política passaria pelo meio rural através da policultura, agricultura

familiar, redução do poder e da irracionalidade econômica do latifúndio, da retirada do abuso de poder econômico de atravessadores, em particular, dos comerciantes de produtos agrícolas, dentre outras questões.

O associativismo, pelo canal das cooperativas agrícolas, auxiliaria para viabilizar um novo processo em correspondência com as diretrizes governamentais e os interesses do/e para o meio rural/agrícola. Através dessas cooperativas (crédito, produção e consumo), obter-se-iam a organização produtiva, a racionalidade mercantil e a garantia do trabalho, além da vitalidade de todas as forças econômicas e financeiras. Na realidade, o sistema cooperativista estaria na ótica de uma política desenvolvimentista, pois além de promover o progresso econômico, estaria sob a tutela de políticas públicas e tocaria num setor estratégico da economia que estava necessitando de uma grande transformação técnica, de mercado e infraestrutural.

O governo Vargas buscou centralizar na esfera de governo vários processos que conduziam o produto para além dos produtores. Entidades de controle do setor foram criadas, políticas que dificultavam a importação num momento e a facilitavam em outros, fiscalização do comércio e a industrialização do produto, definição de quotas de importação em correspondência com a aquisição do produto nacional, controle sobre a indústria moageira, a “nacionalização” do trigo por esse setor moageiro, ou seja, uma estratégia de burlar a compra do trigo nacional, pois o estrangeiro era mais barato, processo esse realizado pela adulteração de documentação e embalagem do produto (ONODY, 1970).

O setor cooperativo se mostrava necessário em razão disso tudo também, pois a esfera pública intencionava transformar as cooperativas com a função de intermediação nesses processos mer-

cantis para fragilizar o poder da indústria moageira. A matéria do jornal *O Nacional* é expressiva disso:

A triticultura nacional e os grandes moinhos
A crise do financiamento, armazenagem, silagem, transportes e colocação do trigo nacional decorre de interesse de grupos econômicos poderosos, situados até mesmo dentro dos governos estaduais e federais.

Dissemos e repetimos o Serviço de Expansão do Trigo, subordinado ao Ministério da Agricultura, é um órgão desapeado e incapaz de atender, ainda que em partes mínimas, as suas relevantes tarefas, seja no setor agrícola, comercial ou industrial. São altos os interesses em jogo, na indústria moageira, calculados, hoje, em mais de 20 milhões de cruzeiros, para serem esses interesses, mediante ação dos poderes competentes, subordinados aos de ordem coletiva.

Frente ao cenário de concorrência com a produção e comercialização do trigo americano, os triticultores, organizados em cooperativas, em associações em nível local e nacional, passaram a realizar os conhecidos Encontros do Trigo. Nesses encontros, regados de festividades, havia manifestações e reclamações do setor em razão da importação do trigo, do preço baixo do produto, do poder dos moageiros em definir padrões e exigências em torno do produto, o problema do armazenamento e comercialização. Os referidos encontros congregavam delegações de triticultores, representantes de associações rurais, cooperativas e federações, pesquisadores da triticultura, autoridades, políticos e representantes de outras categorias sociais, através de suas entidades. Os festejos dos Encontros do Trigo aconteciam uma vez por ano em municípios alternados;

era uma grande oportunidade de intercâmbio, barganhas com representantes do Governo Federal que se faziam presentes, manifestações de apoio ao setor, bem como reivindicações se mesclavam com outras ações.⁴

Em termos regionais, Passo Fundo, pelo fato de ser um grande cenário de produção de trigo e do contingente de granjeiros, não ficava de fora dos encontros e dos congressos que discutiam as questões em torno do mesmo. A ci-



Cartão Postal da VIIª Festa Nacional do Trigo – “Planta trigo e colhe ouro”. Produzido pela Secretaria de da Agricultura, Indústria e Comércio. Acervo IHPE.

dade foi palco, por ocasião de seu centenário (1957), da 7ª Festa Nacional do Trigo e do 7º Congresso Nacional da Triticultura.⁵ Lideranças políticas e sindicais em nível regional, com projeção estadual e nacional, surgiram nesse contexto. Partidos políticos constituíram-se e fortaleceram-se nesse cenário. O sindicalismo rural, por exemplo, foi uma grande expressão da organização dos agricultores, em geral, pequenos e médios. O grande agricultor estava no centro do processo cooperativo. O sindicalismo rural surge

⁴ Sobre as festas do trigo na região e, em particular, em Passo Fundo, ver TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento de Passo Fundo – 1900-1960*. Passo Fundo/Porto Alegre: UPF Editora/ EST, 2002.

⁵ Ver TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeiros, comerciantes e granjeiros...*

nos anos 50 e início dos de 60 como demanda também de governo, mediado, em grande parte, pela Igreja Católica, inclusive para fazer frente a outros movimentos políticos com ideologias não em conformidade com as intenções de governo e da referida instituição religiosa. Esse embate foi intenso no período (BRESSAN, 1978). Na realidade, o sindicalismo rural surgiu na concomitância das cooperativas; ambos realizavam ações em conjunto, pois muitas de suas intenções se afinavam, bem como possibilidades de espaços de reivindicações, principalmente no campo dos preços dos produtos agrícolas, intermediação de financiamentos, assistência e seguridade social, dentre outras.⁶

No final da década de 1950, os conflitos entre produtores e governo se acirraram em razão dos preços das máquinas e insumos aplicados à produção de trigo. Dentre as causas que levaram à crise do trigo por mais de uma década a partir do final da década de 1950, podemos citar as irregularidades climáticas, doenças resultantes de chuvas fortes no momento da colheita, ausência de recursos para desenvolver pesquisa e novas variedades, estações experimentais com poucos recursos, falta de conhecimento de grande parte de pequenos agricultores que se inseriram na cultura, dificuldade de comercialização, armazenamento e transporte, aumento do custo para a formação das lavouras, preços baixos do trigo para favorecer o preço baixo do pão e de seus similares ao consumidor urbano e, assim, penalizando o produtor e o famigerado Acordo do Trigo com os Estados Unidos, de 1955, que viabilizava a importação de trigo barato e que perdurou por mais de dez anos, a alta dos preços dos insumos, etc. Isso tudo sem falar na deterioração nos termos de troca entre bens industriais e da produção agrícola. Schilling ilustra

⁶ Ver análises em BENETTI, M. D.; FRANTZ, T. R. *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul (1957-84)*. Porto Alegre: FEE, 1985, p. 106.

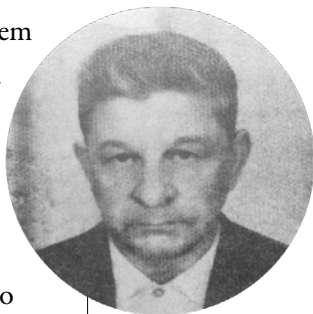
a última questão dizendo que, em 1956, para comprar uma ceifeira com 12 pés de corte, o triticultor precisava de 54 toneladas de trigo; já em 1960, para obter a mesma máquina, eram necessárias 150 toneladas.⁷

É em meio a essas oscilações de crise que o cooperativismo agrícola surge, ou seja, é estruturado para obter um desempenho econômico eficiente (SCHNEIDER, 1999).

A COOPASSO: CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

A Coopasso nasceu com 11 sócios, em fevereiro de 1955, sob a Presidência de Álvaro Lucas, com o nome de Cooperativa Triticola do Planalto Ltda. Diz o editorial do jornal que a referida aconteceu como “fruto do idealismo de onze pessoas, que viam no movimento cooperativista uma das mais poderosas alavancas do progresso”.⁸

Ela surge localmente como demanda de um grupo de granjeiros, apoiados e incentivados pela Igreja Católica e por entidades associativas que já haviam se estruturado em outras partes do



Álvaro Lucas,
primeiro Presidente da
Coopasso, em 1955.
Fonte: Agro-Jornal.
Coopasso. Passo
Fundo, 1977, p. 2.

⁷ Sobre a questão da deterioração nos termos de troca entre agricultura e indústria nos anos 60 e 70, ver DELGADO, N. G. A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI, M, D. (Org.). *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO – 1957/1980*. Porto Alegre: FEE, 1992, p. 35–101.

⁸ *Cooperativa Jornal*, Passo Fundo, ano 1, n.1, abr., 1974, p. 1.

estado. Para Fauth Mello,⁹ a Coopasso começou pequena, mas foi se agigantando. Ela teve papel importante no âmbito do estoque, comércio, insumo, transporte, compra e financiamento. Na Ata da fundação da Coopasso, há o registro dos que participaram da reunião e, pode-se perceber a presença dos granjeiros pela indicação da granja e/ou fazenda indicada no documento.

“As pessoas e os grupos empresariais rurais, a seguir relacionados, iniciaram as atividades da referida Cooperativa: Comandos Agrários Ltda. do senhor Hermano Bonaspetti; Granja Santa Terezinha do Senhor Álvaro Lucas; Granja São Jorge Ltda. do senhor Valdemar Lângaro; Fazenda Agrícola Entre Rios Ltda. do senhor Antônio Marson Filho; Granja Santa Anália Ltda.; Granja Passo do Anis Ltda., representada pelos senhores Enio Prates, José João Gallas, Hugo Alovisi, Guaracy Marinho, Ernesto Busatto. Participaram também Grisa Comércio Agrícola Ltda., representada pelo senhor Aron Birmann.”¹⁰

Segundo um dos últimos presidentes da referida cooperativa em entrevista, havia, no surgimento e desenvolvimento da Coopasso, a presença do grande capital agrícola e de representantes do comércio a jusante da agricultura. Os objetivos da Coopasso, quando de seu surgimento, estavam em adequação com as diretrizes econômicas, sociais, culturais e políticas que deram origem ao cooperativismo de produção e comercialização agrícola no Brasil. Em síntese, em termos de ações práticas e que poderiam atrair o agricultor, eram:

⁹ Antoly Fauth Mello, 60 anos, agrônomo, granjeiro e agropecuarista. Entrevista direta em agosto de 2004.

¹⁰ Ata de Fundação da Cooperativa Triticola do Planalto Ltda., fev., 1955, p. 1. Livro de Atas n. 1.

“adquirir máquinas para seus associados, ou por conta desses, instrumentos agrários, calcário, sementes, fertilizantes, mercadorias para o abastecimento dos sítios ou fazendas, instalar armazéns ou depósitos apropriados para atender aos objetivos da cooperativa, inclusive silos para a conservação do trigo; selecionar sementes, orientar e instruir os associados por intermédio de técnicos acerca da agricultura em geral, prestar a devida orientação e assistência nas operações de crédito em favor dos associados, junto à carteira de crédito do Banco do Brasil; promover intensa campanha pelo maior incentivo da triticultura; pleitear, junto aos poderes públicos, facilidades de transporte e redução de fretes para o escoamento rápido dos produtos dos associados; importar máquinas e instrumentos agrários”.¹¹

Após a fundação da Coopasso havia necessidade de oferecer vantagens para os agricultores para, em primeira mão, fazer parte do quadro associativo, posteriormente, fidelizar sua entrega de produção. Tanto o associado, quanto o quadro administrativo da cooperativa viam-se de uma forma pragmática, buscando otimizar fatores, seja de entrega de produto, ou de obter melhores vantagens nos preços e nos financiamentos. Na realidade, o espírito associativo envolvia educação cooperativista, consciência coletiva, otimização de processos a partir do horizonte coletivo e, não da perspectiva individualizada. Para adquirir isso, havia necessidade de muita preparação, sensibilização, organização e liderança; dimensões essas, ao que podemos perceber, pouco presentes na fundação da referida instituição, além de que os meios que a viabilizaram foram impressos, como nos disse um entrevistado, de cima para baixo. Coopera-

¹¹ Ata de Fundação da Cooperativa Tritícola do Planalto Ltda., fev., 1955, p. 3 e 4.

tiva e associado eram dimensionados como dois sujeitos e não um só. Isso esteve evidente desde as primeiras reuniões do quadro associativo com o da administração, com a definição dos objetivos e intenções da Coopasso. Na realidade, como a cooperativa foi identificada desde o início com os médios e grandes produtores, vistos como granjeiros, não havia essa possibilidade e nem necessidade de dimensionar um coletivo para além da maximização das trocas mercantis (em múltiplas atividades) entre ambos.

Nesse sentido, percebe-se que seus objetivos estavam em adequação ao modelo produtivista implementado na agricultura e que viria ao encontro, particularmente, dos interesses dos granjeiros e, também do capital urbano industrial a montante (máquinas, implementos, insumos químicos, etc.).

“O grande capital agrícola esteve na cooperativa; a cooperativa era identificada com o granjeiro; teve até mais de 12 mil sócios, mas eram eles, os granjeiros, que opinavam e que usavam mais a instituição. [...]. Os dirigentes da cooperativa, seus fundadores, logo entenderam que o único caminho para a independência do produtor, isto é, a única possibilidade que o mesmo tinha de participar como um verdadeiro parceiro nesse mercado passava pelo fortalecimento da cooperativa, pela constituição de uma unidade econômica eficiente e poderosa. Com efeito, numa luta entre gigantes, ou a cooperativa é um deles ou o produtor permanecerá, como em tantas outras atividades, subordinado ao puro interesse dos demais agentes que atuam no mercado. Mas, para isso, necessitavam de muito dinheiro, de fundos para montar um complexo comercial/industrial de grande porte. Diante dessa situação, o trigo e as culturas subsidiárias como a soja, a linhaça, o milho, etc. representavam economias poderosas ligadas a interesses mais poderosos ainda. Motivo

que levou a cooperativa, no final dos anos 60 e por toda a década de 1970, a fazer grandes investimentos para se aparelhar em condições, a fim de exercer com independência a defesa do produtor”.¹²

O segundo presidente da entidade, para a gestão 1957-58, foi o senhor Mário Menegaz, que era do ramo industrial (máquinas e implementos) e agrícola (moageiro) e grande proprietário de terras, tornando-se, logo após essa data, referência política no município. Pesquisando as Atas do Conselho de Administração desde março 1957, quando do fim do mandato bianual do senhor Álvaro Lucas, e, também, sob a gestão de Mário Menegaz, constatou-se que as grandes questões discutidas no conselho giravam em torno de temas como financiamento aos produtores, importação de adubo, construção de depósitos, aluguéis de armazéns, preços mínimos do trigo, estatutos, honorários aos diretores, bem como a preocupação em torno da VII Festa e Congresso Nacional do Trigo em Passo Fundo de 1957. Em 1958, discutia-se a instalação de depósitos de óleos e graxas para os agricultores associados, bem como a obrigatoriedade de entrega da produção pelos associados.

Em nenhuma ata ou outro documento que pesquisamos havia qualquer manifestação de preocupação em relação ao êxodo rural de pequenos agricultores, que, segundo os dados, evidenciavam-se na região de Passo Fundo. Muitos pequenos agricultores abandonavam suas propriedades e/ou as vendiam e migravam para a cidade ou outra fronteira agrícola do estado e/ou de Santa Catarina. Esse processo na região foi muito intenso. Nada disso foi problematizado, em termos de discussão pública, no interior da Coopasso.

¹² Entrevista direta com o Sr. Walter Fett, granjeiro e Diretor Presidente da Coopasso; ele foi um dos liquidantes da instituição (1985 e em outros anos por ocasião de seu fechamento).

Segundo os registros nos Cadernos de Atas da Entidade, a primeira assembleia geral ordinária só aconteceu quatro anos depois de sua fundação (12/01/59). Na oportunidade, discutiu-se a situação financeira da cooperativa e para eleger a nova diretoria no biênio 59/60. O Sr. Ênio Prates Kelpp foi eleito presidente com 58 votos, fato esse que revela a pouca presença ainda de sócios nos primeiros anos de sua fundação.¹³ Ênio era proprietário de várias granjas em Passo Fundo. Em todo o quadro administrativo até então, segundo nosso levantamento, não foi percebida a presença de algum membro que não fosse grande produtor. Nos escalões inferiores, os quais, em grande parte, eram assumidos por profissionais urbanos, não havia presença de pequenos agricultores. Isso nos fez entender o papel e o comparecimento dos granjeiros na instituição, seu poder e a presença nas decisões da referida, processo esse que se repetiu por muitos anos nos quadros administrativos e consultivos dela. A esfera do poder, na realidade, estava centrada nesse grupo. A Coopasso nasceu e foi gerenciada até então pelos granjeiros; as decisões partiam desses e, boa parte das ações estava direcionada para esses, pois eram os que materializavam o volume maior de entrega de produtos e de aquisições (adubos, insumos, financiamentos, crédito, etc.).

O Banco do Brasil tornou-se, desde o início da Coopasso, um grande aliado nos processos financeiros (empréstimos à instituição cooperativa e aos agricultores). Isso fazia parte da política nacional de incentivo e fomento financeiro à agricultura. O referido banco possuía garantias no interior da instituição cooperativa por ser ela a intermediária junto aos agricultores, por ter facilidade nos trâmites burocráticos, pois não estaria tratando e nem analisando as condi-

¹³ Não conseguimos obter a informação de quantos sócios efetivos havia nesse período.

ções e as garantias individuais dos agricultores. Isso era atribuição da cooperativa, como barganha para obter vantagens financeiras para ela também.

Não podemos esquecer que havia uma política pública federal, via Banco do Brasil, que incentivava o modelo produtivista brasileiro e utilizava as cooperativas para fazer a mediação, o que refletia uma política de abertura e entrada de recursos financeiros externos para serem aplicados ao setor produtivo agrícola, sob a égide de políticas públicas setoriais. Porém, a preocupação revelada nas reuniões da Coopasso era de que o montante extrapolava o que o governo permitia, além do mais, parte desses recursos deveriam ser para a montagem da infraestrutura. Em toda a história da Coopasso está presente essa identificação do “grande na retirada dos benefícios financeiros do governo”.¹⁴ Em 1960, por exemplo, foram adquiridos altos empréstimos junto ao Banco do Brasil para a aquisição de adubos a fim de favorecer os associados. Aliás, a Coopasso intermediava grandes quantidades de insumos em troca de produtos. Esse processo fazia parte de uma lógica mercantil da referida instituição atrelada que já estava aos grandes grupos a jusante e a montante da agricultura, bem como de um processo em nível nacional de insumização na prática produtiva dos produtos agrícolas da pauta de exportação e dos articuladores da modernização agrícola. Em março de 1962 foi eleita a nova diretoria em Assembleia Geral Extraordinária, tendo como eleito a Presidente o senhor Augusto Trein com 43 votos. Esse era um dos maiores granjeiros da região, em vista disso tornou-se, também, político de expressão nacional. Na referida assembleia, e por toda a década de

¹⁴ Entrevista direta com Auxílio Rebechi. Ele foi conselheiro da Coopasso por muitos anos, bem como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo por mais de uma década.

1960, a questão da fidelização do associado, os problemas na comercialização de trigo e soja (limites de espaço para estocagem), autorização para contrair empréstimos, em geral junto ao Banco do Brasil, integralização de quotas-capital, crescimento industrial, dentre outros aspectos, tornaram-se centrais.¹⁵ Na verdade, são todos processos que vinham se intensificando ainda da década anterior e que marcaram toda a história da Coopasso.

As Atas do final da década de 1960 expressam sempre a preocupação dos associados e da diretoria em torno do aumento da quota-capital (parcela financeira deixada pelos associados na cooperativa). Os primeiros, pelo excesso de aumento; os segundos, pela necessidade de montagem de infraestrutura. A dificuldade de fazer poupança interna, bem como o comprometimento junto aos bancos por empréstimos, obrigava a Coopasso a contar com esse aval dos associados. Esses conflitos que se manifestavam nas assembleias revelavam a ausência do espírito associativo, participativo e coletivo que nessa relação se produzia. Os processos e decisões, bem como a remuneração do quadro administrativo não eram objetos de decisão coletiva, nem mesmo a montagem da infraestrutura e os intensos desembolsos e comprometimentos financeiros. Isso ficou evidente no final da década de 1960. No caso específico da Assembleia Geral Ordinária de 30 de novembro de 1968, está expresso um intenso questionamento sobre o agigantamento da Coopasso, sobre altos salários de executivos, sobre quota-capital elevada, sobre a necessidade de “supervisionar os balanços da Fecotrigo, para se ver como estão sendo usadas estas verbas pela empresa”.¹⁶ Esse processo revela conflitos internos em termos de gestão e poder, dúvidas sobre os investimentos, a sua performance ligada ao trigo etc.

¹⁵ Ver Atas de todo o ano de 1963, p. 39-45.

¹⁶ Ata de Assembleia Geral Ordinária de, 30 nov., 1968, p. 76.

DE COOPERATIVA LOCAL A MEGAEMPRESA: DÉCADAS DE 1970 E 1980

A soja começava a dividir opiniões, espaços e negócios, junto com o trigo, no interior da Coopasso, a partir do final da década de 1960, bem como ampliar investimentos, financiamentos e compromissos com os produtores, além do que a própria cooperativa monta um processo industrial, aos moldes do já existente para o trigo, com a intenção de agregar valor ao novo produto que estava em franca expansão na região. Desse modo, as constantes crises do trigo e o novo produto (soja) adentrando para as lavouras de verão, fizeram com que a dimensão tritícola das cooperativas ganhasse outro dinamismo e ampliasse seu foco de ação, reconfigurando-se interna e externamente.

Na Ata da Assembleia Geral de 28/03/69 está colocado que “toda a comercialização da soja produzida pelos associados deve ser feita por intermédio da Cooperativa”.¹⁷ Os associados discutiam muito sobre a obrigatoriedade ou não da entrega de trigo e soja em razão da incipiente infraestrutura de armazenamento, bem como ao fato de que muitos granjeiros ainda possuíam vínculos com grandes comerciantes, representantes de multinacionais que atuavam no ramo e que, por industrializar o produto e agregar-lhe valor, expressavam melhores condições de remuneração do agricultor. Segundo um dos dirigentes entrevistados,

“No fundo, se dizia que se cobrava a integralização, mas, no fundo, não se fazia. Isso sempre aconteceu. A Coopasso foi uma mæzona para muitos associados, os que mais reclamavam, os que queriam mamar mais saíam sempre em vantagem. Por isso que quebrou. Atraia os grandes e para mantê-los os

¹⁷ Livro de Atas, n. 1, out., 1969, p. 22.

isentava da quota, pagava até mais, isso fazia com a Cooperativa girasse com grande volume, tivesse barganha nas negociações externas, porque tu sabes que no mercado de soja é você estar no meio de um tiroteio, você tem que saber por onde vai, com quem você está se metendo, ninguém conhece verdadeiramente esse mercado ainda hoje. A Coopasso fez coisa que hoje se sabe que não deveria ter feito, mas fez porque se entendia que era, penso eu, a melhor forma de se fazer num mercado de grande concorrência e pelo fato de querer ou ter optado por entrar nele e, em grande”.¹⁸

Era prática comum os diretores receberem altas gratificações da Instituição ou de outras empresas por terem realizado negócios lucrativos para a Coopasso, “como é o caso da compra de adubo que deu uma boa margem de lucro, por isso merecia a gratificação”.¹⁹ O espírito que perpassava na cabeça de muitos dos diretores era de que estavam administrando uma empresa qualquer e, não uma cooperativa e/ou uma representação associativa, por isso a racionalidade de gestão não estava em adequação à filosofia cooperativista.

Em novembro de 1968 foi eleita a nova diretoria que teve Lothar Neuhaus, com 56 votos, como Diretor Presidente e Ari Dalmolin para vice-presidente. No final da década de 1960, a Coopasso adquiriu um armazém no Porto de Rio Grande para viabilizar exportação-importação.²⁰ Na década, a referida instituição lançava os alicerces e a política para o agigantamento que aconteceria na década posterior. O volume intenso de produção e de uma forma brusca pegou a Instituição despreparada em termos de infraestrut-

¹⁸ Entrevista com Valter Fett. Ele foi um dos Presidentes da Coopasso. Sua gestão foi no período da grande crise da instituição.

¹⁹ Idem.

²⁰ *Jornal Diário da Manhã*, Passo Fundo, jan./fev., 1967, edição especial.

tura, bem como o número de sócios cresceu consideravelmente no final dos anos 60, principalmente em razão da cultura da soja e da necessidade de insumos em torno do produto e da garantia de comercialização.

A década de 1970 aprofunda o modelo produtivista brasileiro centrado na produção de excedentes agrícolas, na consolidação do complexo agroindustrial, na ampliação da fronteira agrícola (centro-oeste, em particular), na seletividade do produtor rural e na estruturação de um modelo empresarial de cooperativas agrícolas.

A presença do capital estrangeiro foi fundamental para a maturação do complexo agroindustrial, via empresas, tecnologia e crédito. A orientação de políticas para a agricultura visualizava a criação de complexos agroindustriais com o encargo de exercer toda prática globalizante e modernizante dos vários setores da produção e interligando-os setorial e tecnicamente (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

A partir do final da década de 1960 e por toda a de 1970, a Coopasso esteve sempre envolvida em grandes empreendimentos infraestruturais (construção de silos, indústrias, expansão com sedes e postos avançados em vários municípios da região de Passo Fundo), grandes empréstimos junto ao campo financeiro (Banco do Brasil, BRDE, City Bank e BNCC, principalmente), elevação da quota-capital na proporção de 2% sobre o total da entrega do produto de cada associado.²¹



Ari Dalmolin esteve por mais de uma década ligado à direção da Coopasso, bem como à Fecotrigô e à CentralSul. Fonte: *Jornal O Nacional*. Passo Fundo, 24 jan., 1970, p. 5.

²¹ Ver Atas de assembleias gerais extraordinárias de jan., jun. e set., de 1969.

Na década de 1970, algumas preocupações continuavam centrais, dentre elas, a compra dos silos da Cibrazém no bairro Vera Cruz, fato esse que tornou a Coopasso uma das maiores do Brasil em capacidade de armazenamento. Portanto, um dos problemas da década anterior (infraestrutura de armazenamento) seria sanado, no entanto, fortaleceram-se outros, ou seja, o endividamento e o agigantamento. Esse último também como expressão do quadro de associados que, em 11 de novembro de 1970, por ocasião da eleição de Ari Dalmolin como Diretor Presidente, contava com 2.030 associados; em 1971, já atingia 2.105. Na década de 1970, o trigo perdeu muito espaço no interior da cooperativa. A Coopasso enfrentou uma concorrente de peso, a Samrig, uma grande multinacional especializada no ramo industrial e comercial de oleaginosas.

A década de 1970 marcou a modernização técnica, organizacional, a expansão física, comercial e industrial, a intensificação da insumização agrícola promovida pela Coopasso. Até 1971, a Cooperativa possuía capacidade para estocagem de até 18000 ton. A produção de soja e milho ia além de 70.000 ton. Na administração de Ari Dalmolin construiu-se o maior silo graneleiro do Brasil, na época, inaugurado pelo Presidente Médici, com capacidade para 70.000 ton.; construiu-se, também, um armazém graneleiro com capacidade de 42 mil ton., armazém esse para sementes com capacidade para 300 mil sacas; construiu-se, também, vários armazéns em cidades e distritos. Isso tudo permitiu que a cooperativa atingisse mercados externos; em 1974, vendeu 71.638 ton., equivalente a U\$14.943.003,50; bem como absorveu grande parte da produção agrícola regional; em 74 recebeu 2.300 milhões de sacas, em 1978 atingiu seu pico, recebendo 2.900 milhões de sacas.²²

²² Jornal *Agro-Jornal*. Passo Fundo, Coopasso, fev., 1975, n. 10, p.9



Silos da Coopasso em Passo Fundo. Foto Czamanski.

Esse processo de entrada com força total no mercado concorrencial da industrialização e comercialização interna e externa da soja, fez com que a Coopasso adotasse algumas práticas arrojadas para atrair o associado, principalmente oferecendo vantagens nos preços, alugando silos e armazéns pela região, recebimento do produto de não-associados, viagens nacionais e internacionais para conhecer novas técnicas, importação de máquinas para a cultura, seleção de sementes, estrutura de transporte rodoviário e ferroviário, negociações com altos riscos, crescimento desmesurado, dentre outros aspectos. O mercado concorrencial, de certa forma, assim o exigia. Um entrevistado enfatiza o agigantamento da Coopasso, os empréstimos baseados na grande movimentação da cooperativa e a importância da empresa para Passo Fundo e região.

“A Coopasso teve uma época que recebia mais de 3 milhões de sacas. Eu mesmo entregava 100% para a Coopasso. A Cooperativa fazia a mediação nos financiamentos com o Banco do Brasil. A Coopasso

pegava muito dinheiro do Banco. A Cooperativa foi a maior compradora de produtos e vendedora de insumos da região, talvez até do sul do Brasil. O auge da Cooperativa foi de 72 à 78, período em que a soja na região deu muito bem. [...]. Os granjeiros ganharam muito dinheiro nesse período, muitos deles compraram terra no Mato Grosso e na Bahia. A Coopasso era deles”.²³

Segundo o entrevistado, a Coopasso era uma grande cliente do Banco do Brasil, bem como esse tinha na cooperativa um grande espaço de atuação e mediação das políticas de fomento para a agricultura. “O Banco do Brasil foi o grande banco da Coopasso”.

A Coopasso, no início da década de 1970, já conseguia efetuar diretamente grandes volumes de insumos para repassá-los aos produtores associados a um preço mais compensador. Segundo Rebechi, “esse era o trunfo dos granjeiros, porque eles faziam grandes compras de calcário e pagavam quando queriam, muitos até hoje não pagaram. Naquela época o calcário era tudo. As terras de campo, outras já gastas pela erosão das chuvaradas de inverno precisavam de calcário”.²⁴ Adubos e calcários eram os insumos por excelência e de maior demanda na agricultura modernizada. Sem esses, os níveis de produtividade não seriam de grande expressão, além de não reconfigurarem modernização produtiva. A cooperativa tinha essa função, para isso, havia montado um amplo setor de assistência técnica. Esse, junto com o de financiamento, era fundamental no bom andamento dos objetivos dos grandes investimentos que a Coopasso estava fazendo no período.

²³ Entrevista direta com Antoly Fauth Mello, 60 anos, granjeiro e pecuarista; membro do Conselho Fiscal da Coopasso.

²⁴ Auxílio Rebechi. Entrevista já informada.

Cooperativa Tritícola de Passo Fundo Ltda, Importou, diretamente dos Estados Unidos da América do Norte, vultuosa quantidade de adubos. Durante todo o sábado e até domingo pela manhã, o município de Passo Fundo permaneceu em constante evidência face ao movimento de alta expressão que a Cooperativa Tritícola de Passo Fundo Ltda., desenvolveu [...]. Caravanas passo-fundenses, porto-alegrenses, e de outros pontos do Estado para aqui rumaram com a finalidade de participar de um ato significativo: assistir o início da descarga de 24 mil toneladas de fertilizantes de primeira ordem, diretamente importados dos Estados Unidos da América do Norte pela Cooperativa Tritícola de Passo Fundo Ltda., e pela Cooperativa Tritícola Mista do Alto Jacui Ltda. (Cotrijal) [...].

Em 1974, assume a Presidência da Coopasso, o senhor Leonísio Angonesi. O período indicado marca uma profunda correspondência entre a Coopasso e o Banco do Brasil, a tal ponto que o próprio Presidente do Banco, em maio de 74, fez uma visita especial à Instituição. O grande problema no ano era a questão da exportação da soja. Reuniões em conjunto com as cooperativas da região, com a Fecotriço e com o Banco do Brasil buscavam encontrar soluções para esse problema. O próprio Presidente do Banco do Brasil, Ângelo Calmon de Sá, por ocasião da instalação pela Coopasso, em 1976, da maior fábrica de óleo do interior do Estado, a visitou. Além disso, no período, a Cooperativa continuou na sua proposta de ampliação da infraestrutura ao construir uma fábrica de ração balanceada, bem como silos em Pontão, Ernestina, Ciríaco (ilustrações a seguir), dentre outros, realizando, com isso, sua proposta de interiorização.

A legislação cooperativista, em correspondência com os inte-

resses dos grandes grupos de exportação agrícola, em geral multinacionais, não permitia que a ela fizesse transações externas de seus produtos. Discussões e pressões de ambos os lados se faziam presentes, bem como estratégias e alternativas foram encontradas pelos setores para resolver o problema. A constituição de centrais como a Fecotrig e, posteriormente, a CentralSul, permitiu que as cooperativas realizassem vendas de seus produtos no mercado externo.



Leonísio Angonese foi presidente da Coopasso entre 1973/77; foi o período de grande crescimento da cooperativa em termos infraestruturais, de recebimento de grãos e de associados. Fonte: pesquisa de campo. Entrevista direta.

A década de 1970 consolidou a Coopasso como grande empresa industrial, com fábrica de farelo e óleo de soja, fábrica de ração (100 ton./dia), fábrica de calcário (15 ton./hora), uma grande fábrica de ração balanceada. Houve a consolidação da internacionalização de suas referências técnicas de produção e de mercados.

As relações com os Estados Unidos permaneceram intensas, tanto em nível de mercado, quanto de difusão tecnológica. Delegações de diretores e sócios (granjeiros) viajaram para o referido país para visitar plantações de soja e trigo, fazendas de gado, fábricas de tratores, etc. Granjeiros como Valace Neuhaus, Luiz Graeff, Ivan Gasparotto, Joacir Stédile, Armando Bortolin, dentre outros, também se fizeram presentes. Na realidade, os Estados Unidos foram sempre o paradigma na referência de produção de soja para

os brasileiros. Em contrapartida, norte-americanos (grandes proprietários, agroindustriais e banqueiros) também, visitaram Passo Fundo e, em especial, a Coopasso (vice-governador do estado de Indiana, deputados e senadores). O objetivo de ambos era conhecer a realidade do cooperativismo brasileiro e a produção e comercialização da soja.

Esses intercâmbios internacionais marcavam o agigantamento da Coopasso, bem como a tornava visível nos grandes mercados dos produtos agrícolas. A sua dimensão de multicooperativa, ou multiempresa a jusante a fazia adotar práticas que poderiam comprometer sua racionalidade econômico-financeira e sua ideologia (cooperativismo) em razão dos intensos empréstimos e da entrada em canais dominados por grandes empresas que não possuíam o perfil associativo, fato esse que, na realidade, não era novo na instituição e muito menos preocupava o setor gerencial e os granjeiros que a tornaram assim.

Internacionalização e interiorização caminhavam juntas na década. Essa realidade revela a necessidade da Coopasso de avançar em termos regionais, absorvendo e garantindo matéria prima (produção) junto aos agricultores para fazer frente aos grandes investimentos e parcerias feitas com agentes internacionalizados. Em meados da década de 1970, o banco BRDE entra de uma forma intensa na Coopasso financiando a montagem de mais uma gigante indústria de óleo de soja para 600 ton./dia. Em 1977, a Coopasso inaugurou, então, a nova fábrica de óleo de soja. Na ocasião, o Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, esteve na Coopasso e aproveitou para fazer uma visita na Granja Santa Cecília dos irmãos Bassegio, no distrito de Coxilha, “uma das mais perfeitas lavouras brasileiras” disse o Ministro.²⁵ Em razão dessa intensa capacidade

²⁵ *Jornal Agro-Jornal*, Passo Fundo, Coopasso, out., 1977, p. 3.

de armazenamento e industrialização da soja, em 1978, a Coopasso recebeu um dos maiores volumes de produção, aproximadamente 4 milhões de sacas de soja. Segundo o *Jornal Agro-Jornal*, foi uma das maiores safras que o Rio Grande do Sul teve.²⁶ Nesse período, o trigo já havia se tornado um subproduto para a referida cooperativa; os negócios, a infraestrutura, os financiamentos e os incentivos eram dados à produção da soja e cada vez mais internacionalizados.



Presidente Ernesto Geisel e o Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, recebidos pela direção da Coopasso, em particular, pelo Sr. Ari Dalmolin, em novembro de 1974. Fonte: *Agro-Jornal*. Passo Fundo. Coopasso, nov., 1974, p. 1.

No final da década de 1970, quando a Coopasso consolidou seu complexo industrial do farelo de soja (com capacidade de moagem de mais de 720 ton./dia), ela já contava com quase 12 mil sócios. A Revista *Visão*, na edição de 78, na matéria “Quem é quem na economia brasileira”, identificava a Coopasso como maior empresa de Passo Fundo e uma das maiores do ramo no Brasil, com patrimônio líquido de 158,6 milhões de cruzeiros. A Coopasso foi

²⁶ *Jornal Agro-Jornal*, Passo Fundo, Coopasso, jan., 1976, p. 1.

considerada pela referida revista, no período, como a primeira empresa no estado nos setores agricultura e pecuária.

Como estratégia político-financeira, em 1977, a Coopasso elegeu pela primeira vez alguém que não era granjeiro para a sua presidência, ou seja, um alto funcionário do setor de crédito rural do Banco do Brasil, tendo como vice-presidente Júlio Gasparotto, esse, também, grande produtor rural. Essa prática revelou o desvirtuamento do sentido cooperativo que a Coopasso vinha desenvolvendo por toda a década de 1970. Houve alteração nos estatutos para viabilizar essa estratégia, pois até então não podia ocupar o cargo de presidente quem não fosse produtor rural.

O endividamento com o Banco do Brasil, a política de estreitamento com a instituição financeira e a garantia dessa última de ter seus empréstimos saldados pela cooperativa, dentre outros processos, estiveram na base dessa ação. Em seu discurso de posse, o novo Presidente, preocupado com o fato de associados não entregarem os produtos na Coopasso e, tentando atraí-los por inteiro, disse que,

“[...] toda a vez que deixardes de vender vossos produtos na Coopasso, estarei fortalecendo os nossos competidores, com o natural enfraquecimento de nossa instituição. Toda a vez que fizerdes vossos negócios fora da Coopasso, estareis, como se diz comumente, entregando o ouro aos adversários. Quanto maiores forem as transações da Coopasso, maiores serão os benefícios para seus sócios”.²⁷

Outro banco que financiou imensamente os agricultores foi o BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo). Em 1978, o referido instalou-se em Passo Fundo. Com isso, uma agência nova

²⁷ Jornal *Agro-Jornal*, Passo Fundo, Coopasso, maio, 1977, p. 12.

se somou com as demais, a fim de desenvolver linhas de crédito e financiamento aos associados e produtores em geral. A partir disso, a Coopasso facilitava o repasse de financiamentos junto aos associados, bem como os cativava para a constituição de referenciais modernos de produção que o crédito exigia e induzia.

Na mesma medida em que o referido banco atraía os agricultores, os endividava e comprometia a intermediação e a caução que a Coopasso dava junto às agências financeiras de fomento financeiro, bem como desenvolvia e alimentava objetivos e intenções não próprias ao sistema cooperativo agrícola, principalmente no tocante ao financiamento, práticas de comercialização com contratos de risco (adiantamento de câmbio, contratos de compra antecipados com preços pré ou pós-fixados).

Em 1979 houve uma grande quebra de safra da soja na região em razão da falta de chuvas. Aconteceu o que a cooperativa temia, ou seja, estava comprometida com os financiamentos e com a reduzida capacidade de absorção de safra. A Fecotrigo entrou em cena no sentido de desenvolver algumas iniciativas para fazer com que o produtor se mantivesse, mesmo em meio à crise, fiel às cooperativas. A década de 1970 terminou com a Coopasso consolidando um imenso parque industrial, porém, muito mais endividada do que no início da década, com crise de safra de soja, com imensos conflitos internos entre direção sócios, esses últimos acusando os primeiros de falta de transparência administrativa, de comprometimento da instituição com as dívidas.

Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que, na década, a Coopasso se agigantou num tempo curto demais, perdendo o controle gerencial e também da importância do quadro associativo, que passou a ouvir a voz de um grupo reduzido, em geral, granjeiros, que levavam vantagens com tudo isso, principalmente

na importação de insumos e na barganha por se manter ou prometer ser fiel na entrega do produto. A cooperativa investiu pesado na industrialização de subprodutos da soja, buscando agregar valor ao produto no mercado.

Por toda a década de 1970, houve a busca do crédito bancário público e privado, como solução para capitalização e para dar conta dos investimentos em diversificação e infraestrutura, para financiar dívidas com os agricultores, em particular os granjeiros, também foram importantes para tornar a Coopasso fragilizada frente aos agentes financiadores.

Segundo um dos presidentes da Coopasso, o final da década de 1970 revelou uma megacooperativa, porém, falida.

“Em maio de 1975 fiquei presidente eleito até maio de 1977. [...]. Promovi a interiorização da cooperativa com silos em Pontão, Ernestina, Ciríaco, Ser-tão. A intenção era formar um núcleo de silos para dar garantia de oferta de soja para a construção de uma grande fábrica de óleo. Foi promovida intensamente a extensão rural com agrônomos e técnicos. A intenção era criar lavouras modelos pela região, ampliar a modernização para produzir melhor, para corrigir os solos, melhorar as sementes, as variedades, o período de plantio. Formamos muitas lideranças rurais. Deu super certo. Montamos uma das maiores fábricas de óleo de soja do país. Em 1976 recebemos 2.700.000 sacas de soja; com a conclusão da fábrica no final de 1976, havíamos recebido 4.500.000 sacas de soja. Foi um período alto, de expansão da Coopasso, com fábricas, silos, grandes aquisições de calcário, adubos, adiantamentos de financiamentos com juros baixos e tempo longo de pagamento, pagamos preço sempre melhor aos produtores associados, distribuíamos a conta-soja para os associados. Vendíamos muita soja, inclusi-

ve para concorrentes no grande mercado, como é o caso da Samrig, Incobrasa, Granóleo e Olvebra. [...]. A Coopasso quebrou alguns meses depois de minha saída em razão de falta de visão e capacidade de compreensão do mercado da soja por quem assumiu depois; compravam a preço alto e não conseguiram otimizar o preço, tendo de vender pela metade do que compraram. O mercado começou a cair, junto com ele os associados e os compradores. Os adiantamentos de câmbio precisavam ser saldados e, dinheiro não tinha. Faziam balancete falso e frio para enganar os associados, porém, em pouco tempo tudo se revelou e a Coopasso estava falida.²⁸

A década de 1980 marcou alterações no quadro político brasileiro, principalmente no campo da redemocratização, dos movimentos sociais, da globalização econômica, dos altos e baixos de culturas agrícolas que eram até então referência principalmente no Sul do Brasil como é o caso da soja, da consolidação da expansão do produto no Centro-Oeste no país, de mercados abertos e de grande concorrência (BENETTI, 1992).

INSOLVÊNCIA E FECHAMENTO

Em meados da década de 1980, o liberalismo econômico adentrou para esse universo. O mau funcionamento e a ausência de credibilidade das cooperativas fizeram com que o próprio estado não apostasse mais nesse modelo. As agroindústrias se encarregaram de difundir tecnologia, de exercer a mediação junto aos produtores, em particular, os médios e grandes; além do mais, as intenções que o estado possuía quando incentivou e financiou a estruturação

²⁸ Leonísio Angonesi. Entrevista direta, já informada.

cooperativista já haviam sido realizadas. O complexo agroindustrial de carnes foi, a partir de então, envolver um amplo contingente de pequenos produtores no processo de produção integrada (frango e suínos). Esse foi o grande inovador e, também, uma das causas da falência de muitos frigoríficos tradicionais nos três estados do Sul do Brasil.

A década de 1980, ou pelo menos até a sua metade, consolidou a dimensão multicooperativista da Coopasso. A referida alterou processos gerenciais, profissionalizou executivos, criou novos departamentos, diversificou atividades e regionalizou-se através de várias unidades em municípios num raio de 70 km no entorno de Passo Fundo. Na opinião de um dos entrevistados, “a Coopasso copiou modelo de multinacionais, os diretores pensaram na soja e se agigantaram porque só com o trigo já era pequena. Em 84 surgiu a fábrica 2. Esse foi o grande complexo, a grande solução e, depois, o grande endividamento”.²⁹



Complexo administrativo da Coopasso, na Av. Presidente Vargas em Passo Fundo. Fonte: foto cedida por Ronaldo Czamanski.

²⁹ Entrevista direta com Auxílio Rebechi, já informada.

Em 1980, assume a Presidência da Coopasso o Sr. Júlio Gasparotto, também expressivo dos granjeiros. Em 1981, a Coopasso tinha 10.172 associados, todos eram classificados como produtores de soja.³⁰ Ela possuía um patrimônio líquido de Cr\$ 1.983.562, 000,00. Em 1984 e 1985, a referida atingiu seu máximo de capital e de sócios; esses já contabilizavam mais de 12 mil e, a cooperativa havia se transformado numa megaempresa, de grande referência regional e de expressão e visibilidade nacional; ocupava já o segundo posto no ranking das cooperativas agrícolas no Brasil.

No início da década de 1980, foi criada a CentralSul (Central de Cooperativas de Produção do Rio Grande do Sul), com o objetivo de atuar mais no âmbito econômico e deixar a Fecotriga mais no âmbito político, técnico e social das cooperativas, procurando preservar a promoção da doutrina cooperativista. Na metade dos anos 80, foi a CentralSul uma das causas das falências de muitas cooperativas no estado, justamente por tê-las comprometido em termos de mediação de grandes investimentos, de tê-las tornado avalistas de empréstimos e de financiamento para montagem de infraestrutura própria.

O crescimento espantoso da Coopasso, presente nos primeiros anos da década de 1980, produziu, também, necessidades mais rápidas e mais urgentes de respostas, sem a possibilidade de viabilizar canais de participação, de manifestações coletivas de associados, por meio de assembleias ou de qualquer outra forma de participação. Nesse dinamismo todo, as decisões gerenciais e administrativas necessitavam de urgência, muitas vezes, exercidas sem publicização maior e com total responsabilidade apenas do quadro administrativo. Um dos nossos entrevistados disse que “ninguém

³⁰ Fecotriga, *Anuário Expressão e Cooperativismo*, 1982. Documento.

entende o mercado da soja; ele tem múltiplos fatores; é coisa do dia, da hora; tem de estar atento; a decisão precisa ser imediata sob pena de perder dinheiro”.³¹ Uma nova racionalidade administrativa foi impressa para dar conta dessa complexidade gerencial e empresarial, desvirtuando, em grande parte, os princípios cooperativistas que deram sentido ao seu surgimento.

Em meados da década de 1980, várias cooperativas começaram a repensar todo o processo estrutural, sua atuação no mercado, sua dependência em relação ao setor financeiro, a tendência declinante de captação de recursos internos, etc. (FRANTZ, 1982). No fundo, para muitas cooperativas, pouco iria adiantar, pois estavam atoladas em dívidas e com um reduzido poder de aglutinação de seu quadro social, além desse estar sendo atraído pelos comerciantes e agroindústrias que estavam surgindo no período. Sem esquecer que muitos dos “comerciantes da soja”, como nos disse um entrevistado, eram associados da Coopasso, “deviam uma barbaridade, pegaram dinheiro dela para montar um comércio de soja paralelo, como representantes de multinacionais”.³²

Além do mais, em 1985, a empresa Perdigão instalou-se em Marau e começou a incentivar os processos de produção de frango no sistema de integração, ou seja, ela entregou os pintos e a ração e os agricultores engordaram o frango. Esse sistema fez com que muitas pequenas unidades produtivas reduzissem a produção de soja e ampliassem a de milho para o tratamento dos frangos, bem como canalizassem boa parte de suas atividades agrícolas para esse produto, acrescido ainda do fato de que a própria empresa possuía linhas de crédito e financiamento, bem como assistência técnica e absorvia grande parte da produção de cereais dos agricultores, pois

³¹ Entrevista com o Sr. Leonísio Angonesi. Já informada.

³² Entrevista com o Sr. Auxílio Rebechi. Já informada.

também possuía fábrica de ração. O milho e a soja compunham boa parte de seu produto. O problema da captação de recursos, por toda a década de 80, estava afundando as cooperativas em todo o Rio Grande do Sul. Frustrações de safras, dificuldades econômicas em geral, redução de recursos públicos, etc., obrigou as cooperativas a buscar ainda mais recursos de terceiros a juros caros. Esses processos revelaram a submissão das cooperativas ao capital financeiro (FRANTZ, 1982, p. 226).

O preço da soja oscilou muito, em alguns momentos houve grande redução, por toda a década de 1980. Crises no mercado externo, concorrências internacionais, concorrência com agroindústrias, redução de crédito, esgotamento da fronteira agrícola no estado e a abertura em outras regiões novas no centro do país, as necessidades infindáveis em relação aos empréstimos, ocasionando profunda dependência e endividamento, dentre outras questões de ordem interna em termos de controle e fiscalização no âmbito administrativo e gerencial, deram a marca da situação problemática da Coopasso na primeira metade da década de 1980.

Em 1983, o diretor Presidente passou a ser Sr. Telmo Gosh. Começou a administrar a Coopasso num período de reflexos negativos e de atos irracionais em termos econômico-mercantis realizados anteriormente, bem como demonstrou a infundada notícia da saúde financeira da instituição. O Balanço Contábil da Coopasso, de 28/02/83, já apresentava um prejuízo operacional de CR\$ 754.256.877,80. A necessidade de recursos para minimizar o pagamento de compromissos girava na ordem de CR\$ 5.029.000.000,00. Esse processo foi atribuído às negociações com a CentralSul e a desvalorização do cruzeiro, as quais aconteceram no ano anterior. Em 84, tentou-se implementar alguns planos de viabilização econômica e financeira de recuperação da Coopasso, prin-

principalmente por Bancos, empresas de negócio de exportação etc.; foram efetuados novos adiantamentos de câmbio, porém todos repassados diretamente aos associados, os quais tinham condições de subscrever capitalização, ou seja, a Coopasso não ganhava nada.

O processo de tentativa de reerguimento da Coopasso deu-se por toda a década de 1980, com chamamento para sócios não retirassem a quota-capital, deixassem uma quantidade de produto como injeção de recursos financeiros, empréstimos junto às agências bancárias, ao governo federal, obrigação de fidelização de entrega de produtos pelos associados, muitas campanhas no meio rural de conscientização da importância da cooperativa etc. Porém, os frutos foram pífios; a Coopasso não possuía mais credibilidade, havia outros comerciantes que compravam os produtos, dentre uma série de outros fatores ligados à corrupção, desvios de dinheiros, vendas de patrimônio sem licitação etc.

Presumindo uma possível liquidação da Coopasso, os jornais locais e mesmo da capital, divulgavam a notícia quase que diariamente, alertando para as consequências econômicas e sociais negativas se isso se viabilizasse para a comunidade regional. “Uma liquidação vai significar serragem no ventilador de toda a comunidade econômico-financeira de Passo Fundo. O estrago será muito grande caso ocorra a liquidação”.³³ Em meio à crise financeira, sem apoio da grande parte do quadro social, houve fechamento de silos pela região, bem como outros que foram lacrados pelo Banco do Brasil, em meio a um amontoado de pendengas judiciais financeiras e trabalhistas (essas, principalmente em relação aos diretores demitidos, à questão das quotas-capital de associados etc.), entrega de uma parte significativa do patrimônio ao City Bank, dentre outras questões.

³³ Colunista Ivaldino Tasca, *Jornal O Nacional*, Passo Fundo, 25, jan., 1985, p. 7.

Para agravar ainda mais a situação, o Diretor-Presidente, o Sr. Telmo Gosch se demitiu, juntamente com toda a diretoria em razão de “desconsiderar-se descompromissado com o associado por não ter recebido seu apoio através da entrega da produção e subscrição de novas quotas, sem o apoio necessário para o perfeito andamento da Cooperativa”.³⁴ O novo Presidente eleito em 25/06/84, para um mandato tampão, foi o Sr. Joel Rosso. Em julho de 1984, assume como Presidente o Sr. Antônio Ribas, num período em que acontece uma redução significativa dos financiamentos para os associados principalmente pelo Banco do Brasil; acontecem, também, demissões em massa de associados.³⁵ No final de 84, em alguns silos dos postos avançados, que ainda existiam, houve o impedimento de retirada da soja dos mesmos por parte de associados, os quais boicotaram a saída de caminhões, impedindo a Coopasso de cumprir contratos de fornecimento junto a indústrias; vários associados foram demitidos do quadro social por adotar essa prática.

Em setembro de 84, houve a alienação do Complexo Industrial da Vera Cruz e fechamento de unidades em Nova Araçá, São Domingos e Parai; foi aprovada a venda do Centro Administrativo da Rua Presidente Vargas por 3 bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros. Pensou-se, no final de 1984, em organizar um outro e, talvez último, plano de recuperação econômico-financeiro da Coopasso em razão da impossibilidade de se fazerem as desmobilizações necessárias e pretendidas para o saneamento do complexo da cooperativa. Em janeiro de 85 foi decretado o fechamento da loja do Centro Administrativo na Av. Presidente Vargas. Houve a demissão de todo o quadro administrativo em razão da falta de apoio dos associados à nova proposta de reestruturação da Coopas-

34 Ata do Conselho de Administração, 22 jun. 1984, p. 174.

35 Conforme Atas do Conselho de Administração, números 0637, 0638, p. 187–191.

so. Em fevereiro de 1985 assumiu, como novo Diretor Presidente o Sr. Walter Fett. Em 85, a dívida da Coopasso já atingia 50 bilhões de cruzeiros, realidade essa, agora muito visível e, sem grandes perspectivas. Essa situação obrigou a que se decretasse a liquidação, porém em meio a um processo jurídico de dificuldade dessa se viabilizar, a solicitação só efetivamente aconteceu em 18/01/86, em Assembleia Geral Extraordinária. Nessa, diante do esgotamento das propostas, foi votada a liquidação da Coopasso, definindo a Comissão dos Liquidantes sob a coordenação dos Srs. Walter Fett e Aldo Formigheri.

Poucas assembleias aconteceram pós-1986 (em média de 2 ou 3 por ano). O assunto girava sempre em torno da administração da liquidação, da ratificação dos atos dos liquidantes, seus honorários, negociações com bancos (City Bank, BRDE, com a CentralSul, BNCC, ICM, IAPAS, dentre outros), alienação e oneração de bens imóveis, a questão do capital integralizado dos associados, comercialização da soja, incorporação de reserva de correção monetária do capital da quota individual dos associados, etc. Em março de 1990, havia, ainda, 8.750 associados na Coopasso, sendo que atuantes não chegava a 1000. A auto demissão significaria perda de retirada de suas partes na capitalização. Com isso, percebe-se, o comprometimento financeiro da Instituição com o próprio associado. Na Assembleia Extraordinária de outubro de 1994 decidiu-se, 12 anos depois, que sejam acionados, jurídica e criminalmente, os principais responsáveis pela crise financeira, fato esse que, na realidade, nunca se evidenciou. Em junho de 95, a Coopasso, praticamente desmobilizada em termos de patrimônio, possuía, ainda, um déficit financeiro de curto prazo na ordem de CR\$ 6 milhões.

Em 30 de março de 1996, houve outra Assembleia Geral Ordinária, onde se manifestou explicitamente as dificuldades de se

buscar neste momento, a participação dos associados na capitalização da Cooperativa, pelos mais diversos motivos que vão desde a crise na agricultura, a descapitalização do setor, a reincidência da crise da cooperativa, a safra de soja não liquidada com o produtor, etc. Os senhores Aldo Formigueri e Sérgio Paulo Weber foram os últimos liquidantes da Coopasso. Em 27 de junho de 1997, o número de associados já estava reduzido em 2.800.³⁶ Em Assembleia Geral Extraordinária de 27/07/97 foram discutidos os processos e os resultados da liquidação da Coopasso, bem como a prorrogação desse processo pelo prazo de um ano.

O período em questão (década de 1980 até meados da de 90) expressou a dinâmica do agigantamento e, as condições para essa dinâmica, contraditoriamente, produziram sua falência. Na realidade, não foi só a Coopasso que faliu; esgotou-se todo o modelo cooperativista agrícola que havia adentrado para o processo produtivo e mercadológico internacional sob o comando da cultura da soja; poucas experiências sobreviveram até então.

REFERÊNCIAS

BENETTI, M, D. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO – 1957/1980*. Porto Alegre: FEE, 1992.

BENETTI, M, D.; FRANTZ, T, R. *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul (1957-84)*. Porto Alegre: FEE, 1985.

BEUX, P. I. S. *A articulação histórica da agricultura com o advento da agroindústria em Passo Fundo. Considerações sobre a constituição e a*

³⁶ Ata de Assembleia Geral Extraordinária, 27 jun., 1997, p. 197.

consolidação de um complexo agroindustrial – 1960-80. Passo Fundo. UPE, 2003. Mestrado em História. Dissertação.

BRESSAN, S. J. *Sindicalismo rural e sociedade: relações e história*. Porto Alegre: UFRGS, 1978.

FRANTZ, T. R. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola – O caso da Cotrijui*. Ijuí: Fidene 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

ONODY, O. *Economia do trigo no Brasil*. Relatório BNDE, 1970.

PESAVENTO, S. J. *República nova gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

SCHILLING, P. Trigo. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 3 (1): 109–136, 1982.

SCHNEIDER, J. O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento de Passo Fundo – 1900-1960*. Passo Fundo/Porto Alegre: UPF Editora/ EST, 2002.

TEDESCO, J. C.; BEUX, P. Ivan.; SOUZA, S. de F.; CECHECH, R. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

Anos	Nomes	Atividade econômica
1955/56	Álvaro Lucas	Granjeiro
1957/58	Mário Menegaz	Granjeiro e industrial
1959/61	Ênio Prates Kelpp	Granjeiro
1962/63	Augusto Trein	Granjeiro e político
1964/65	Pedro Bertagnolli	Granjeiro
1966/67	Guaracy Marinho	Granjeiro e político
1968/69	Lothar Neuhaus	Granjeiro
1970/73	Ari Dalmolin	Granjeiro
1974/76	Leonísio Angonese	Granjeiro
1977/78	Pedro Rebechi	Bancário e arrendatário
1979/82	Júlio Gasparoto	Granjeiro
1983/84	Telmo Gosch	Granjeiro
1984	Joel José Rosso	Sindicalista
1984/1985	Antônio Ribas Correia	Granjeiro
1985/1995*	Walter Fett	Granjeiro
1996/2001	Aldo Formigueri	Granjeiro
2001....	Carlos Alberto Fauth	Granjeiro

Anexo 1. Quadro da relação de presidentes da Coopasso e sua atividade econômica – 1955 - 2001. Fonte: organizada pelo autor a partir dos livros de atas da Instituição e de jornais locais. *A partir de 1996, a Coopasso não exerce mais suas atividades de cooperativa. Os presidentes posteriores apenas respondem por questões de ordem judicial e por um incipiente patrimônio ainda existente.



OS FATORES DETERMINANTES PARA
A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DE
SOJA EM PASSO FUNDO

TIAGO DALLA CORTE
THAÍS DALLA CORTE



Com uma população de, aproximadamente, 205 mil de habitantes em 2020, Passo Fundo, que surgiu em 1827 e se emancipou de Cruz Alta em 1857, está, atualmente, entre os municípios mais populosos do Rio Grande do Sul. O município conservou o sentido do seu nome de batismo indígena, que foi *GoioEn*, isto é, muita água, rio fundo. Por ser ponto de abastecimento na rota para São Paulo, já que o rio era marco referencial do percurso, o município atraiu residentes. Com a sua ligação à via ferroviária, em 1898, o processo de urbanização passo-fundense se acelerou, o que impulsionou as atividades econômicas. Além de hotéis, comércios, hospitais e indústrias, Passo Fundo se destacou, na agroindústria e no extrativismo, pela madeira, milho, banha, trigo, erva-mate, gado, feijão, açúcar, aguardente, farinha e fumo (SILVA; SPINELLI; FIOREZE, 2009).

No que se refere ao agronegócio, a cultura da soja, atualmente, domina a sua economia. Em 1950, a triticultura, representada no brasão do município como um de seus objetivos econômicos, entrou em declínio, dentre outras causas, por dificuldades de comercialização. Com o passar dos anos, mas, principalmente, pós-década de 1970, a sojicultura conquistou a área rural de Passo Fundo. Nesse contexto, ao final da década de 2010, aproximadamente, 87% do total dos hectares plantados no município era de soja. Na época, o plantio de soja representou cerca de 93% do total da produção agrícola do município, cujo faturamento resultou num valor aproximado de R\$ 150 milhões. Nesse período, a produção anual

de soja se consolidou num patamar de 150 mil toneladas com rendimento médio próximo de 3.900 kg/ha (IBGE, 2021).

Convém destacar que Passo Fundo, além dos grãos *in natura*, é um importante parque industrial para o esmagamento de soja, extração de óleo e farelo. A grande disponibilidade de soja na região permitiu a estruturação de uma moderna e sofisticada estrutura para a produção de proteína animal com a instalação de grandes frigoríficos e de fábricas para a sua industrialização. Ainda, tal movimento estruturou um eficiente sistema para o suprimento de insumos agrícolas modernos, como defensivos, maquinário, implementos, entre outros, bem como para a distribuição, o que inclui grandes empresas de *trading* global de grãos, armazenagem, supermercados e pequenos varejistas locais. Nesse sentido, os efeitos dinâmicos da cadeia produtiva da soja são sentidos em toda a economia de Passo Fundo e região.

Evidencia-se que Passo Fundo, portanto, apesar de, até meados de 1900, não produzir soja de forma mecanizada, tem, atualmente, a sua dinâmica econômica agrícola fundamentalmente atrelada a ela. Nesse contexto, considerando que a mudança num dos principais pilares da sua economia ocorreu em pouco tempo, a pergunta desta pesquisa é: quais foram os fatores determinantes para a consolidação da soja como a cultura de grãos dominante em Passo Fundo? Nessa perspectiva, o objetivo geral deste trabalho, sob os olhares da História e das Ciências Econômicas, é investigar os elementos que fundamentaram a consolidação da cultura de soja como principal cultura agrícola em Passo Fundo. Para tanto, na primeira seção, apresenta-se que Passo Fundo, por causa do clima, da possibilidade da adaptação da infraestrutura da triticultura, da realização de investimentos em pesquisa e tecnologia, dentre outras, adaptou-se ao cultivo da soja mecanizada. Já, na segunda

seção, explica-se os fatores conjunturais macroeconômicos que, diante das condições de produção, levaram à consolidação da sojicultura (ou do complexo soja) em Passo Fundo.

DA CHEGADA DA SOJA AO BRASIL À ADAPTAÇÃO DA CULTURA PARA O SEU CULTIVO EM PASSO FUNDO

A soja é o grão mais cultivado no mundo, em razão de seu elevado teor em proteínas, o que faz dela a principal matéria-prima na fabricação de rações para a alimentação de animais domésticos. Ainda, apesar do seu baixo teor de óleo, a soja, diante do aumento da demanda de biocombustíveis no século XXI, tem sido a responsável, juntamente com o dendê, pela maior parte da produção de óleo vegetal (EMBRAPA, 2010).

Hodiernamente, a soja cultivada é muito diferente das variedades ancestrais que lhe deram origem. Nos seus primórdios, a soja era uma planta rasteira encontrada na costa leste da Ásia, principalmente na China, na Manchúria. Seu registro mais antigo é do ano 2207 a.C. Sua evolução ocorreu do cruzamento natural, realizado por estudiosos da antiga China, entre duas espécies de sojas selvagens. Contudo, apesar de ser conhecida como um grão sagrado e de ser explorada intensamente na dieta alimentar do oriente há mais de cinco mil anos, o ocidente ignorou o seu cultivo até a segunda década do século XX, quando os Estados Unidos iniciaram a sua exploração comercial (DALL'AGNOL, 2007).

A partir da China, a soja foi introduzida, entre os séculos II a.C. e III d.C., na Coreia e, depois, no Japão. O botânico alemão Engelbert Kaempher, após viagem ao Japão, demonstrou aos europeus, em 1712, as possibilidades do uso da soja na alimentação.

Contudo, na Europa, o primeiro plantio experimental da soja ocorreu, somente, em 1739, quando o Jardim Botânico de Paris recebeu sementes enviadas da China por missionários. Alguns anos depois, em 1790, ocorreu o cultivo da soja, na Inglaterra, no Jardim Botânico Real. Convém destacar que o professor Friedrich Hamberlandt, da Universidade de Viena, foi um grande incentivador da cultura da soja, o qual obteve, em 1873, dezenove variedades oriundas do Japão e da China visando a sua adaptação para o bioma europeu. Em 1876, Friedrich Hamberlandt distribuiu sementes para vários países europeus, como Áustria, Alemanha, Polônia, Hungria, Suíça e Holanda (BONATO, 1987).

Convém mencionar que o interesse dos produtores norte-americanos surgiu mais tarde do que na Europa. A primeira referência, nos Estados Unidos da América (EUA), de cultivo da soja foi, em 1804, no Estado da Pensilvânia (BONATO, 1987).

No que se refere ao Brasil, a soja chegou em 1882, no Estado da Bahia, tendo sido trazida por Gustavo D'utra, para a realização de testes sobre a viabilidade de sua produção. As primeiras pesquisas evidenciaram que os germoplasmas das variedades oriundas dos EUA não eram adaptáveis às condições de baixa latitude da Bahia. Na década seguinte, em 1891, foram realizados novos testes na Estação Agronômica de Campinas, atual Instituto Agrônomo de São Paulo, os quais, conforme os resultados publicados em 1899, evidenciaram a adaptabilidade da soja às condições ambientais locais. Com o intuito de incentivar o cultivo da soja em SP, a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas distribuiu, em 1900, um total de 20 quilos de soja para 70 produtores. No ano seguinte, em 1901, o município de Campos Novos Paulista registrou o plantio de soja a partir de sementes distribuídas pelo Estado de São Paulo. No ano de 1908, também no Estado de São Paulo, os

imigrantes japoneses cultivaram soja para a utilização dos grãos na sua alimentação (DALL'AGNOL, 2007).

Em 1900, a soja foi testada no Rio Grande do Sul, onde as condições climáticas eram similares às do sul dos EUA, local da origem dos materiais. Em 1901, o engenheiro agrônomo Welhaüser realizou plantio experimental de soja no município de Dom Pedrito. Contudo, a introdução oficial da cultura no Rio Grande do Sul tem sido atribuída ao professor Graig da Escola Superior de Agronomia e Veterinária da Universidade Técnica, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em 1914. Em 1917, com o objetivo de utilizar a soja como café, o agricultor Francisco Seibota plantou no município de Tuparandi. Por sua vez, em 1923, Albert Lehenbauer cultivou algumas variedades de soja em Santa Rosa. Ainda, Henrique Löbbbe, em 1926, trouxe, dos EUA, 48 variedades de sojais e plantou em 1927. Em 1932, o Agrônomo Ceslau M. Biezanko, professor da Universidade Federal de Pelotas, distribuiu dois quilos da variedade Laredo na região de Guarani das Missões (BONATO, 1987).

Entre 1931 e 1933, o Instituto Agrônômico do Estado de São Paulo e a Estação Experimental da Cana e Plantas Oleaginosas de Piracicaba estudaram 23 variedades diferentes de soja. Assim como ocorreu nos EUA, durante as décadas de 1920 a 1940, as primeiras cultivares de soja introduzidas no Brasil foram pesquisadas mais com o propósito de avaliar seu desempenho como forrageiras do que como plantas produtoras de grãos para a indústria de farelos e óleos (DALL'AGNOL, 2007).

Em 1940, no Rio Grande do Sul, a produção comercial da soja teve início na região das Missões, no município de Santa Rosa, que é considerado o seu berço nacional. Em 1941, a soja apareceu, pela primeira vez, nas estatísticas oficiais do Rio Grande do Sul.

Nesse ano, também, a primeira fábrica de processamento de soja se instalou no Estado. No que se refere às estatísticas internacionais, o Brasil começou a aparecer como produtor de soja, somente, em 1949. Em 1955, além do seu enfoque *in natura*, em Santa Rosa, entrou em operação a Indústria Gaúcha de Óleo Vegetal Ltda. (IGOL). Já três anos mais tarde, começou a funcionar, no Estado, a indústria de óleo S.A. Moinhos Rio-Grandense (SAMRIG). Em razão da estrutura existente para o cultivo do trigo, principalmente nas regiões de Missões, Planalto Médio e Alto Uruguai, a cultura de soja se desenvolveu de forma acelerada, especialmente a partir da década de 1960. Visando o aumento de produtividade, em 1966, no município de Ibirubá, iniciou a Operação Tatu, que foi um plano estadual para o melhoramento da fertilidade do solo do Rio Grande do Sul, onde se concentrava quase a totalidade da produção comercial brasileira de soja na época (BONATO, 1987).

A soja, em comparação aos demais grãos, é a cultura que possui, atualmente, mais espaço, não só no Brasil, mas nas lavouras de Passo Fundo e do Rio Grande do Sul (IBGE, 2020). Contudo, até a globalização do agronegócio de soja brasileiro, no final do século XX, essa não era a história da soja em Passo Fundo.

Passo Fundo, até meados dos anos 1900, era conhecida como a capital do trigo. Em 1957, inclusive, há registros fotográficos dos canteiros da Avenida Brasil cobertos por plantações de trigo. A triticultura, até então considerada o ouro da produção agrícola passo-fundense, foi a responsável por projetar Passo Fundo no cenário nacional. Por causa dela, no município, foi criada a Cooperativa Tritícola de Passo Fundo Ltda. (COPASSO) e houve investimentos em pesquisa e tecnologia, os quais resultaram na abertura da Embrapa Trigo, da Faculdade de Agronomia da Universidade de Passo Fundo, da Fundação Pró-Sementes de Apoio à Pesquisa, da

Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças do Rio Grande do Sul (APASSUL) e de empresas de melhoramento genético. Por muitos anos, a área ocupada no RS pelo trigo, cujo cultivo era incentivado pelo governo militar, até mesmo por ele ser o responsável pela sua compra e entrega aos moinhos, era superior à da soja (DALMUTH, 2020).

Foi em 1968 que a cultura da soja, após adequada ao ambiente, já mecanizada a partir de 1955, começou a se expandir com maior velocidade pelo estado, em razão das dificuldades enfrentadas, desde 1950, pela triticultura, por causa do clima e do fim da intervenção estatal em sua compra. Até o início dos anos de 1970, a soja se caracterizava como uma cultura secundária em relação ao trigo, sendo plantada na sua resteva, com semeadura, normalmente, no final de novembro e durante o mês de dezembro, fora do período ideal e sem os cuidados necessários (CONCEIÇÃO, 1986).

Em razão da melhor rentabilidade da sojicultura, adaptou-se o *know-how* e a infraestrutura administrativa e operacional do trigo para a soja. Portanto, o trigo, que passou a ser coadjuvante da soja, foi indispensável para o protagonismo dela. Já que a soja se adaptou tão bem ao Rio Grande do Sul, os produtores rurais, na tomada de decisão para a expansão da sua produção, consideraram, além dos motivos determinantes, que são demanda e preço, outros fatores conjunturais, como o melhoramento genético do trigo (que permitiu, na mesma área e com as mesmas ferramentas, o seu cultivo de forma sucessiva à soja), a substituição de gorduras animais (banha e manteiga) por óleos vegetais porque são mais saudáveis, os incentivos fiscais, as taxas de juros baixas, a adaptação de maquinário, a facilidade de mecanização total da produção, o surgimento dos parques industriais, a realização de pesquisas financiadas pelos poderes público e privado, a melhoria da infraestrutura e da logís-

tica de armazenagem e de transporte para a exportação, o sistema de cooperativas para financiamento e comercialização, entre outros (BONATO, 1987).

Nesse contexto, o processo de desenvolvimento agroindustrial, no Brasil e no Rio Grande do Sul, é dividido em duas fases: antes da soja, até 1970, quando a agricultura possuía ainda certa conotação de subsistência, e depois da soja, de 1970 até os dias atuais, quando emergiu o Brasil agroempresarial (DALL'AGNOL, 2007). A soja, desde a sua chegada e adaptação à Passo Fundo, estava inserida no agronegócio, apesar do seu conceito ter surgido, apenas, em 1957, com a publicação do livro *A Concept of Agribusiness* de John Davis e Ray Goldberg. Convém destacar que o agronegócio é compreendido como todas as operações e transações antes, dentro e fora da porteira de diferentes cadeias que passaram a se unir numa única por causa da revolução tecnológica do campo e da indispensabilidade dos serviços de apoio para o cultivo e a comercialização dos produtos, *in natura* ou industrializados, agrícolas, pecuários, silvícolas e extrativistas (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

Com relação aos recursos para o setor, o crédito rural oficial constituiu a espinha dorsal do sistema de financiamento da agricultura. Nesse sentido, o volume de crédito agrícola, com destaque para os elevados montantes da década de 1970, foi o principal mecanismo de incentivo da abertura de novas áreas de cultivo, adoção de tecnologia e para a elevação da produção. No período, as taxas de juros reais para o crédito agrícola chegaram a situar-se entre 40 e 50% negativos. O volume de crédito agrícola era tão elevado que contribuiu para a eventual perda de controle da política monetária por parte do governo. Entretanto, ainda que não se possa negar os efeitos positivos da concessão de elevados volumes de crédito subsidiado para a expansão da produção de grãos, esse processo apre-

sentou efeitos negativos importantes em termos macroeconômicos e setoriais, resultando no forte processo inflacionário da década de 1980 e do começo da década de 1990 (BARROS, 1991).

Dessa maneira, o começo da década de 1990 é marcado por turbulências macroeconômicas que afetaram os investimentos na agricultura. Esse elemento culminou na transição para o padrão de desenvolvimento da cultura de soja vigente. Os dados históricos referentes à cultura de soja em Passo Fundo permitem identificar uma nova dinâmica de aceleração na transição entre os séculos XX e XXI.

O ponto (a) compreende a produção de soja em Passo Fundo no período entre os anos de 1994 e 2000. O comportamento da produção na Figura 1 permite identificar uma estagnação da produção dentro de um canal de baixa. Contudo, a partir de 2001, um novo comportamento é identificado no ponto (b), uma cunha de alta marca a aceleração da produção de soja até 2019. É importante destacar que o período de declínio da produção em 2005/06 correspondeu a um período de forte estiagem em Passo Fundo.

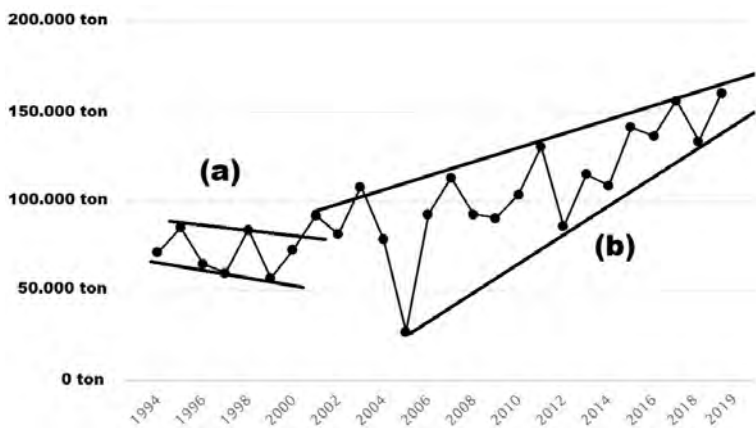


Figura 1. Comportamentos da produção de soja em Passo Fundo/RS entre 1994 e 2019. Fonte: Elaborados pelos autores com base nos dados do IBGE (2021).

No que se refere ao rendimento médio por hectare da cultura de soja, Passo Fundo obteve um incremento de 2.100 kg/ha entre 1994 e 2019. Conforme os dados históricos da Figura 2, o rendimento médio da soja por hectare, em 1994, no município, foi de, aproximadamente, 1.800 kg/ha. Já em 2019, o rendimento médio da produção atingiu o patamar de 3.900 kg/ha, o que correspondeu a 2,16 vezes o rendimento obtido em comparação ao ano de 1994. Destaca-se que o comportamento do rendimento médio por hectare apresentou a formação de um canal de alta na transição da década de 1990 para a década de 2000. Esse padrão fez com que, ao longo dos anos 2000, houvesse um forte incremento no investimento em tecnologia para a produção da cultura de soja no município.

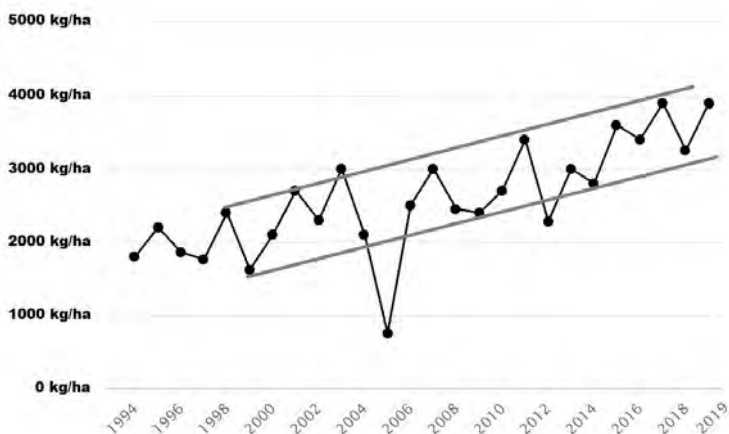


Figura 2. Rendimento médio por hectare da cultura de soja em Passo Fundo/RS entre 1994 e 2019. Fonte: Elaborados pelos autores com base nos dados do IBGE (2021).

Em 2019, a produção de soja, em Passo Fundo, alcançou, aproximadamente, 150 mil toneladas, um volume cerca de 2,5 vezes superior ao verificado em 1994. A aceleração na produção da

soja acarretou uma forte expansão nas receitas auferidas entre 1994 e 2019. Conforme a figura 3, em 2019, o valor da produção de soja foi de, aproximadamente, de R\$ 186,5 milhões de reais, enquanto, em 1994, o valor total da produção representou R\$8,8 milhões de reais. Assim, em 2019, houve um incremento de 21 vezes no valor da produção frente ao ano de 1994.

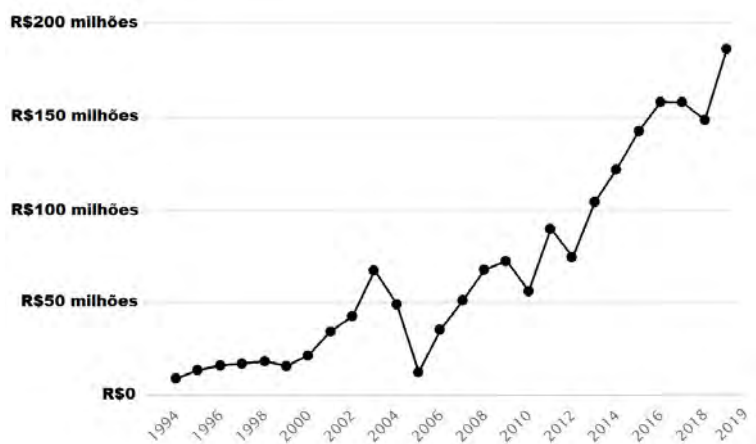


Figura 3. Rendimento médio por hectare da cultura de soja em Passo Fundo/RS entre 1994 e 2019. Fonte: Elaborados pelos autores com base nos dados do IBGE (2021).

Convém destacar que a relação entre o desenvolvimento de Passo Fundo e a soja não está ligada somente à sua produção municipal *in natura* para comercialização. O processo de consolidação da soja como principal cultura agrícola em Passo Fundo ocorreu com a ascensão da sojicultura no cenário local e nacional e coincidiu com o surgimento dos COREDEs. Além da produção agrícola, Passo Fundo desenvolveu uma ampla estrutura industrial, comercial e de serviços. Essa estrutura é denominada de complexo-soja, a qual engloba todos os componentes de sua cadeia produtiva. O

complexo soja local faz com que o município seja um dos destinos da produção da região, seja para armazenamento ou escoamento através de seu parque logístico ou para beneficiamento em farelo, óleo vegetal, biodiesel, glicerina, entre outros. Ainda, Passo Fundo, com sua grande diversidade de oferta de serviços de saúde, de educação e de lazer, acaba por receber um incremento de consumo e de investimentos dos integrantes da cadeia de soja de outros municípios que buscam melhores oportunidades para rentabilizar o seu capital, bem como melhores condições de estudo e de qualidade de vida para as suas famílias. Assim, Passo Fundo se beneficia, direta e indiretamente, da produção de soja local e do COREDE Produção (GOLLO, 2010).

Em 17 de outubro de 1994, a Lei n.º 10.283, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, conhecidos pela sigla COREDEs, os quais são fóruns de discussão para, entre outros objetivos, a promoção de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional harmônico e sustentável. O Decreto n.º 35.764, de 28 de dezembro de 1994, regulamentou os nomes e as abrangências territoriais dos vinte e um COREDEs inicialmente instituídos. Com o passar de alguns anos, alguns COREDES se desmembraram por razões geográficas, culturais, econômicas e sociais, o que resultou num total de vinte e oito COREDES no Rio Grande do Sul (COREDES RS, 2021).

Passo Fundo faz parte do COREDE Produção juntamente com os seguintes municípios: Almirante Tamandaré do Sul, Camargo, Carazinho, Casca, Chapada, Ciríaco, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhano, Muliterno, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Pontão, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do

Sul, Vanini e Vila Maria. Convém destacar que essa é a configuração mais recente do COREDE Produção, a qual, ao longo dos anos, sofreu alterações em razão do surgimento de novas divisões de regiões. Por isso, Água Santa, Barra Funda, Constantina, Nicolau Vergueiro, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Ronda Alta, Rondinha, São José das Missões, Sarandi, Sertão, Soledade e Tapejara, que, de acordo com o Decreto n.º 35.764/1994 compunham o COREDE Produção, não mais o integram (COREDES RS, 2021).

O COREDE Produção é reconhecido pela produção de soja, uma das matérias-primas mais exploradas na produção do biodiesel. A produção do referido COREDE foi um dos pontos destacados para a instalação, em 2006, da BsBios em Passo Fundo. Nesse contexto, empresas fornecedoras de óleo de soja entenderam a oportunidade de mercado de direcionamento da produção que se apresentava com a instalação da BsBios no município. A cadeia produtiva da soja é um dos principais contribuintes para a economia de Passo Fundo e dos municípios e do COREDE Produção, pois envolve diversos agentes, como produtores, cooperativas de grãos, fornecedores de insumos (máquinas e equipamentos, sementes, fertilizantes), empresas processadoras de grãos, instituições de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural, bem como universidades e faculdades que possuem cursos ligados ao agronegócio (GOLLO, 2010).

Em sua fundação, Passo Fundo, caracterizava-se pela presença de pequenas e médias propriedades agrícolas. Contudo, mesmo com a transformação de sua estrutura produtiva, passando de uma economia agrícola para uma economia urbana baseada no comércio, nos serviços e na indústria, o município continuou como um dos protagonistas da agricultura brasileira, especialmente quando se refere ao complexo soja (GOLLO, 2010).

Perante o exposto, convém destacar que, apesar da triticultura ter preparado as bases para a aceleração do agronegócio de soja no RS, a conjuntura econômica que conduziu ao domínio da sojicultura em Passo Fundo e região, diferenciou-se da época de ouro do trigo. Tal movimento exigiu mais avanços para que a cadeia produtiva conseguisse atender à crescente demanda. A ascensão do complexo soja, sobretudo a partir dos anos 2000, contribuiu direta e indiretamente para o desenvolvimento de Passo Fundo e região. Nesse contexto, pretende-se compreender os motivos que levaram à consolidação do agronegócio de soja em Passo Fundo.

OS FATORES DETERMINANTES PARA A CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DE SOJA PASSO-FUNDENSE

O Brasil é o segundo maior produtor e exportador mundial de soja e de derivados (IBGE, 2021). A inserção global do agronegócio de soja, inclusive o de Passo Fundo, foi impulsionada, principalmente, por fatores macroeconômicos. Foi no período do pós-guerra até a estruturação da nova ordem internacional, no final da década de 1980, que se formaram as bases para a internacionalização da agricultura brasileira.

A segunda metade do século XX se mostrou desafiadora para a agricultura brasileira. A racionalidade da política agrícola no período estava estruturada, fundamentalmente, sobre o programa de crédito. O crédito de investimento era o principal mecanismo de estímulo ao processo de adoção das novas tecnologias intensivas em capital, como mecanização, correção do solo e irrigação. O crédito de custeio permitia a compra de insumos (como fertilizantes químicos e sementes melhoradas) e o crédito de comercialização fornecia a oportunidade de transportar o produto no tempo, evi-

tando-se, assim, a concentração da oferta na época da safra. As aplicações dos recursos oficiais, com destaque para a década de 1970, foram os mais elevados do século XX (GUIMARÃES, 2007).

A partir do fim da década de 1980, com a disseminação do discurso mundial de liberalização, com a abertura de mercado e com a redução do papel do Estado na economia, o Brasil buscou uma estratégia de integração à economia mundial. O intuito político era, portanto, incorporar o mercado externo como um elemento de destaque na trajetória do crescimento econômico brasileiro. Nesse contexto, as exportações de produtos do agronegócio se demonstraram como uma das principais variáveis para a inserção internacional da economia brasileira (MAIA; LIMA, 2001).

Com relação à reorganização da Política Agrícola, o início de um novo planejamento aconteceu em 1991, quando o Presidente Fernando Collor sancionou as denominadas leis agrícolas que estabeleciam as diretrizes básicas e pautavam a ação do governo no setor. Ainda, por meio delas, foi estabelecido o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPAs). Em seguida, no âmbito do Ministério da Agricultura, foi criada a Secretaria Nacional de Política Agrícola (SNPA), sendo transferida para ele, também, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (MAIA; LIMA, 2001).

O primeiro desafio vencido para que o agronegócio pudesse destravar o seu potencial foi o processo inflacionário brasileiro. Para tanto, criou-se um ambiente de estabilidade econômica que permitisse o planejamento das atividades de médio e de longo prazo que favorecessem o desenvolvimento do setor. O segundo desafio enfrentado foi o baixo crescimento da economia que obstaculizava o desenvolvimento da agricultura, pois somente o crescimento econômico elevaria a demanda por produtos agrícolas (MAIA; LIMA, 2001).

Quando os preços são previsíveis, os agentes econômicos se

sentem mais seguros para tomarem decisões de consumo ou de investimento. Nesse contexto, a manutenção de níveis baixos de inflação é altamente desejável para que se obtenha um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento, corroborando com a visão da utilização de mecanismos da política monetária visando estabilizar a inflação (FRAGA; GOLDEFAJN, 2002).

O Plano Real apresentou êxito na estabilização do cenário econômico. Por meio do Real, o Estado buscou basear sua atuação na estabilidade macroeconômica, na abertura da economia (comercial, financeira e serviços) e numa nova relação Estado-mercado. Há o reconhecimento de que a estabilidade está conectada à realização de reformas mais amplas. Nesse contexto, as aplicações de uma série de reformas e de medidas liberalizantes afetaram a Política Agrícola. Entre elas, ganharam destaque o rebaixamento das tarifas alfandegárias para insumos e produtos agrícolas, a eliminação de todas as restrições quantitativas às exportações e às importações, o estabelecimento de legislação contra a concorrência desleal de produtos importados, a redução da carga tributária sobre a agricultura e a modernização da legislação dos serviços de armazenagem para tornar possível a negociação nos mercados financeiros de títulos lastreados em produtos (CARDOSO, 1995).

Como marco e dentro de um diálogo com a nova ordem comercial mundial, coube ao governo desempenhar um papel de protagonista no apoio ao setor de exportação, combatendo as políticas internacionais que subsidiavam a produção agrícola, principalmente dos países desenvolvidos, o que gerava efeitos mais permanentes de desestímulo à produção agrícola. O protecionismo e os subsídios praticados pelos países ricos para a manutenção da atividade agrícola reduziram de maneira mais significativa a partir de 2002 (BRUNO; AZEVEDO; MASSUQUETTI, 2012).

Nesse período, no que se refere ao consumo chinês (e, em escala maior, asiático), os dados de exportação do MAPA (2016) demonstraram que, a partir da safra de 96/97, a importação chinesa começou a figurar como resposta para as perguntas que afligiam a produção brasileira. Para ilustrar a importância desse movimento, destaca-se que, na safra de 13/14, a produção de soja atendeu, aproximadamente, metade da demanda chinesa (aproximadamente, 70 milhões de toneladas de soja). Esse movimento de importação da soja está diretamente ligado às dietas alimentares à base de proteína, dietas estas que se valorizaram a partir da aceleração do processo de globalização. Segundo dados da FAO (2016), é possível afirmar que vários países asiáticos adotaram dietas ocidentalizadas de proteína a partir de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol na Ásia em 2002 e as Olimpíadas na China em 2008. Esses países prepararam dietas especiais para os turistas dos eventos e ganharam a preferência da grande maioria das populações asiáticas. O resultado desse processo foi um aumento considerável no consumo de soja, além do milho, para a formulação de rações para a produção de carnes.

O período destacado de 1989 até 2001 marcou a queda do consumo de feijões, de ervilhas e de lentilhas, enquanto foi possível observar a aceleração no consumo de açúcar, de oleaginosas, de carnes e de leites e derivados. Evidencia-se que esse período é marcado pela aceleração do processo de globalização (FAO, 2016). Pode-se afirmar que a tendência da ocidentalização das dietas alimentares, isto é, ricas em proteínas, fortaleceu-se com a evolução dos processos de globalização (DALLA CORTE, 2019).

O impacto das reformas ocorridas no período da abertura comercial, da elaboração da nova Política Agrícola e da estabilização alcançada com o Plano Real são fatores que são fruto de um pla-

nejamento e de um amadurecimento da gestão pública brasileira. Não há como negar a importância desses fatores para a elevação da produção agrícola brasileira. Ainda, deve-se considerar que o período de 1995 a 2002 é caracterizado por uma crescente aceleração do processo de globalização e de ocidentalização da dieta alimentar (COELHO, 2001).

Durante as tentativas de reformas estabilizadoras para a economia, devido à falta de subsídios e do crédito rural, os produtores foram obrigados a utilizar com mais eficiência os seus recursos, o que acarretou a utilização de novas variedades de sementes e, ainda, no uso de tecnologias mais eficientes de preparo do solo e de mecanização (EMBRAPA, 2010).

A demanda por tecnologia e bens de capital do agronegócio brasileiro se desdobrou por causa da melhora dos preços para o agricultor, os quais, com acesso a financiamentos privados, foram os responsáveis por retomar o processo de mecanização da agricultura brasileira após 1996, o que auxiliou o movimento de ocupação produtiva do território e reanimou a indústria de bens de capital para o setor primário. Os avanços da tecnologia e o acúmulo de capital da agricultura permitiram a intensificação da exploração produtiva das áreas de cultivo brasileiras. Importa ressaltar que o movimento de importação chinesa da soja encaixa-se perfeitamente com o impacto direto da venda de máquinas agrícolas no Brasil (DALLA CORTE, 2019).

No alvorecer do século XXI, a tecnologia aplicada ao campo possibilitou que o Brasil dobrasse a sua produção de grãos, atingindo a casa de 100 milhões de toneladas (já que, em comparação com o início da década de 1980, a colheita havia sido, somente, de 50 milhões de toneladas). Esse alto desempenho aconteceu por causa dos ganhos de produtividade (EMBRAPA, 2010).

A nova rodada de modernização produtiva do Brasil – aquisição de bens de capital (maquinários), da inserção (regulamentação) de organismos geneticamente modificados, da expansão das linhas de crédito, da flexibilização cambial, entre outros – foi necessária para atender às crescentes elevações da demanda do agronegócio de soja pelo mercado internacional.

Através da consolidação da conjuntura de modernização produtiva surgiu um imenso parque industrial para o esmagamento da soja e de outros grãos, bem como para a extração do óleo e do farelo (COELHO, 2001). A disponibilidade de grande quantidade de farelo de soja e de milho permitiu o desenvolvimento de uma sofisticada estrutura para a produção de suínos, aves e leite e, também, a instalação de grandes frigoríficos e de fábricas para a sua industrialização. Ainda, criou-se um sistema eficiente de suprimento de insumos agrícolas modernos (fertilizantes, defensivos, maquinários agrícolas etc.) e um sistema de distribuição, que incluiu desde as grandes cadeias de supermercados até os pequenos varejistas locais (CONAB, 2014). Nesse sentido, os efeitos dinâmicos da produção de grãos são sentidos em toda a economia brasileira, inclusive, em Passo Fundo.

A cultura de modernização produtiva brasileira sofreu o seu primeiro grande choque com a crise imobiliária norte-americana de 2008. Essa grande crise afetou os preços internacionais e o mercado de crédito, solidificando a expectativa de que uma nova recessão para o setor agrícola estava se desenhando. Os seus eventos acarretaram uma série de mudanças no comércio mundial e na política econômica brasileira, bem como fizeram com que os ciclos de preços da soja encontrassem suporte no consumo de crédito da economia chinesa e na deterioração da economia brasileira na década de 2010 (DALLA CORTE, 2019).

A China despontou como condicionante fundamental para a estruturação do modelo de inserção global do agronegócio de soja brasileiro na transição entre o século XX e XXI. Tal importância decorreu de seu forte crescimento econômico nas últimas décadas, o qual foi estruturado em forte consumo de crédito. No início do século XXI, a República Popular da China se consolidou como o país mais populoso do mundo, com 1,39 bilhão de habitantes em 2018, e o terceiro maior do mundo em área terrestre. Em termos relativos, seu território abriga, aproximadamente, 20% da população mundial. A República Popular da China caracteriza-se politicamente como uma república socialista, governada pelo Partido Comunista da China (PCC) sob um sistema unipartidário (FMI, 2019).

Durante os anos 1990, o Partido Comunista Chinês propôs a abertura da economia chinesa – desde que houvesse controle efetivo dos processos e a tomada de decisões ocorresse por meio da intervenção do Estado. A “mudança” do regime econômico tinha como objetivo inserir a China no forte crescimento asiático. No final dos anos 1990, a China consolidou um forte período de expansão econômica, no qual o país retirou, aproximadamente, 150 milhões de camponeses da pobreza e manteve uma taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 11,2%. Na transição do século XX para o século XXI, a China reincorporou Hong-Kong e, depois, Macau ao seu território, impulsionando mais ainda o crescimento econômico. Em 2001, o país aderiu, formalmente, à Organização Mundial do Comércio (OMC) (BM, 2019).

Na década de 2010, os padrões de vida chineses seguiram melhorando embora a taxa de crescimento tenha começado a diminuir com a economia ainda excessivamente centrada no investimento fixo. A China, nesse período, manteve fortes laços políticos e econômicos com várias nações do mundo em desenvolvimento,

mais notavelmente com os países africanos e com as economias da América do Sul, tornando-se o maior parceiro comercial do Brasil. O forte crescimento econômico da China durante toda a década de 2000 fez com o país se tornasse um voraz e insaciável consumidor da soja produzida no Brasil. Tal fenômeno explica o bom resultado alcançado pelo setor da soja brasileiro e de todas as cadeias produtivas associadas, como a de maquinário agrícola, a de insumos, a de serviços e a de caminhões. Ainda, a cadeia produtiva de soja brasileira estava alinhada com a política de segurança alimentar chinesa (DALLA CORTE, 2019).

O termo “segurança alimentar” começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial. Durante o conflito, entendeu-se que um país poderia dominar o outro controlando o seu fornecimento de alimentos. Logo, a alimentação constituía-se uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência contra um país que não tivesse a autonomia na produção de alimentos. Portanto, essa questão possuía um significado de segurança nacional para os países, os quais visavam a formação de estoques “estratégicos” de alimentos, afinal, a soberania estava condicionada à capacidade de autonomia na produção alimentar (HUANG, 2018).

Nesse sentido, a política de segurança alimentar chinesa previu, no início da década de 2010, a formação de estoques estratégicos de soja em grãos na proporção de 50% do seu consumo anual. Enquanto os países europeus priorizavam a busca por garantias de origem e de certificação socioambiental de alimentos, a China focou a sua segurança alimentar, dando ênfase à garantia de suprimento de produtos, com destaque para a soja. Os principais usos da soja no país são para a produção de ração animal e para a geração de energia. Em função dos crescentes volumes necessários, a China não possui terra arável e recursos suficientes para o cultivo, sendo

que a compra de soja é vista como a importação recursos terrestres e hídricos (água virtual) (HUANG, 2018).

O ponto fulcral é que a China não tinha outras opções no mercado a não ser a soja brasileira, pois os EUA e a Argentina não conseguiam aumentar significativamente as suas produções em razão da intensa competição do cultivo da soja com outras lavouras, como as de milho, de trigo e de algodão. Nesse contexto, a China se tornou grande cliente da soja brasileira, pois o Brasil foi o único produtor que reuniu as condições necessárias para suprir a demanda por soja, dando segurança aos chineses e garantindo suprimentos crescentes de alimentos para o país. Dessa forma, os investimentos chineses aumentaram no Brasil, dado que os interesses nacionais dos dois países, China e Brasil, estão indo numa direção coincidente, o que reforça os laços comerciais. Em 2018, de cada 100 quilos de soja que o Brasil exportou, 82 quilos saíram dos portos brasileiros em direção à China. O país asiático importou no total 65 milhões de toneladas da oleaginosa (BACEN, 2019). Assim, a questão alimentar dos chineses se tornou um bom negócio para o Brasil, contudo a dependência que o agronegócio de soja brasileiro tem dos asiáticos cresce cada ano.

É possível afirmar que o complexo de soja brasileiro no século XXI expandiu sob a luz da forte ascensão econômica chinesa. Já na primeira década do século XXI, a China se consolidou como a segunda potência mundial em termos de seu Produto Interno Bruto e de seu comércio internacional, bem como em valor de ativos financeiros no exterior (MORRISON; LABOTE, 2011). Nem mesmo a crise global de 2008 foi capaz de interromper a sua trajetória de crescimento. Dessa forma, entende-se que as fontes do acelerado crescimento chinês devem ser mais bem compreendidas, pois se constituem como a essência na qual o agronegócio

de soja encontrou a sua dinâmica de expansão. Os dados do FMI (2019) apontam que, diferentemente das economias tradicionais, nas quais o consumo representa, aproximadamente, 70% do PIB, a economia chinesa embasou seu crescimento em cima de incríveis 50% de investimento do PIB, e, sobretudo, em um impressionante acúmulo de dívidas.

A China, no século XXI, concentra, aproximadamente, 1/5 da população mundial, a qual, a despeito do progresso econômico iniciado em 1978, ainda possui níveis relativamente baixos de renda *per capita*, desenvolvimento humano e urbanização. Nesse sentido, na proporção em que a população rural da China migra para os centros urbanos ocorre a aceleração do desenvolvimento baseado na “acumulação de capital” e em ganhos de produtividade (ROBERTS; HITE, 2000).

Esse processo de migração para os centros urbanos foi viabilizado pela acumulação de capital e pela adoção de tecnologia externa, os quais implicaram em um deslocamento para a China de parcelas significativas da produção manufatureira e de serviços anteriormente concentrados em países avançados e de outras economias periféricas (CUNHA, 2008). Como consequência, o aumento da população urbana e da renda chinesa se deparou com um mundo no qual os alimentos, as matérias-primas e a energia apresentavam altas em seus preços, o que contribuiu para o dinamismo exportador da agricultura brasileira (TRINH; VOSS; DICK, 2006).

O grande reflexo da elevação da renda chinesa para as economias exportadoras de matérias-primas, como o Brasil, foi o aumento da demanda por alimentos e por matérias-primas. Nesse sentido, o setor primário brasileiro que, por meio de suas cadeias de produção, apresentou um superávit comercial de, aproximadamente, US\$

10 bilhões no início do plano real, alcançou um superávit comercial de U\$ 93 bilhões vinte anos depois (AMORIN, 2018).

A dívida chinesa em relação ao PIB é maior que a média dos países emergentes desde o ano 2000. Contudo, a partir de 2008, o volume de dívidas cresceu de maneira acelerada, elevando o estoque de dívida com relação ao PIB de 150% em 2008 para 300% em 2018. Entre 2008 e 2018, o endividamento apoiou o crescimento. Segundo o FMI (2019), quando tanto o governo como as corporações estão endividadas, o fardo do crescimento recai sobre os indivíduos e suas economias. Contudo, se os três setores estão no vermelho, o crescimento econômico começa a depender de bolhas ou inflação, as quais, em última análise, conduzem a crises financeiras. Nesse caso, o crescimento econômico irá depender de mais e mais emissão de crédito e dinheiro. Isso já indica que a economia está altamente desequilibrada.

A expansão da urbanização ocorreu através da emissão de dívidas. Logo, foi por meio de uma bolha financeira que o agronegócio de soja brasileiro foi demandado. O aumento global de crédito, sobretudo na China, acelerou o processo de urbanização que descolou os preços dos imóveis e de outros ativos do seu real valor. Esse processo é similar ao que aconteceu nos EUA durante a crise das hipotecas, contudo em proporções muito distintas. Esse processo de urbanização e de elevação de renda por intermédio de dívida explica a correlação temporal e o ordenamento causal dos fatos, sendo a razão pela qual a demanda pelo complexo de soja cresceu de maneira proporcional à expansão da bolha financeira, ou seja, de uma forma nunca vista na história (DALLA CORTE, 2019).

Na figura a seguir, apresentam-se os fatores, explicados no decorrer desta pesquisa, que acarretaram a inserção global do agronegócio de soja brasileiro:

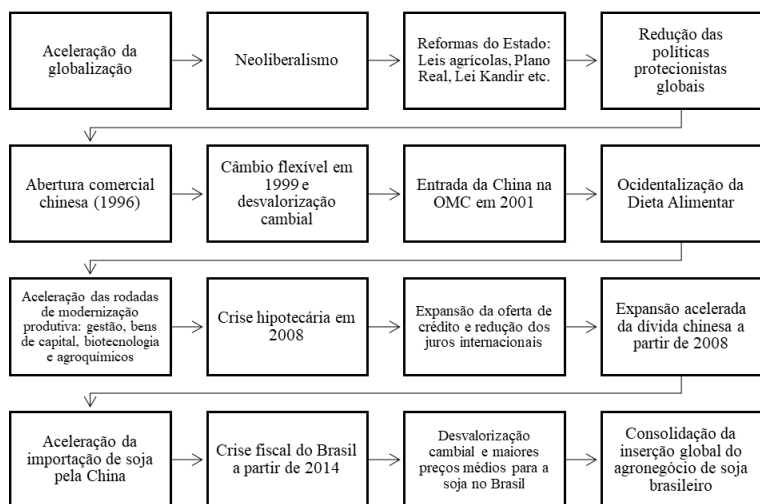


Figura 4. Fatores determinantes para a inserção da do agronegócio de soja brasileiro na ordem econômica global entre 1990 e 2018. Fonte: Elaborada pelos autores.

Esses elementos demonstram que o impacto internacional do agronegócio de soja contribuiu como um dos fatores de desenvolvimento de Passo Fundo e região, considerando que a soja se caracteriza como a cultura agrícola em destaque na sua economia. A inserção do agronegócio de soja passo-fundense na ordem econômica global foi resultado de diversos fatores, como da crise da triticultura, do desenvolvimento tecnológico, da ascensão do neoliberalismo, da ocidentalização da dieta alimentar, da redução de políticas protecionistas, da elevação dos preços agrícolas internacionais e do forte crescimento econômico chinês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação de Passo Fundo com a soja, na transição do século XX para o XXI, solidificou-se. Quando a triticultura entrou em cri-

se, a soja já estava sendo cultivada, de forma mecanizada, no Rio Grande do Sul. Com os fatores globais de demanda por proteína e óleos vegetais, o plantio da soja foi ocupando o espaço, no Brasil, de outras culturas de grãos.

Na década de 1990, a inserção internacional da cultura de soja apresentou seus primeiros contornos por meio das reformas liberalizantes do ambiente econômico mundial e brasileiro decorrentes da aceleração do processo de globalização. As reformas foram condicionantes, ainda que não diretos, para o sucesso do processo de globalização do agronegócio de soja brasileiro. O elemento determinante, em linhas gerais, foi o processo de expansão do crédito global, com destaque para a intensa acumulação de dívida na China para a intensificação do processo de urbanização. Tais elementos resultaram num acelerado ritmo de aumento da demanda por soja no país asiático, o que foi fundamental para a ampliação da produção do agronegócio de soja brasileiro.

O elo do início do processo de elevação da produção agrícola brasileira para atender o mercado externo foi o preço. No caso da cultura de soja, os preços recebidos pelos produtores são derivados, principalmente, dos preços internacionais da soja definidos pela oferta e pela demanda do produto. Convém referir, então, que os preços internacionais reagiram devido às consideráveis mudanças da demanda mundial de alimentos na transição entre os séculos XX e XXI, de sobremaneira, com a entrada da China no mercado agrícola internacional, buscando comprar, principalmente, soja *in natura*.

Ante o exposto, deve-se destacar a velocidade de resposta oferecida pelos produtores brasileiros frente à melhora de preços e de renda. A resposta rápida da agricultura brasileira, em termos de ampliação de área para cultivo e de elevação da produção e da

produtividade, relacionou-se aos incentivos, à estrutura e às políticas agrícolas. Esses incentivos caracterizaram-se como elementos necessários ao processo de globalização. Entretanto, eles não foram suficientes para iniciá-lo. Sem a demanda chinesa, responsável por elevar os preços internacionais, não haveria motivação para a ampliação da produção de soja.

Ainda, a elevação da demanda por alimentos e por matérias-primas pela economia chinesa se consolidou como um grande reflexo da elevação de renda de sua população. O aumento da renda da população chinesa acarretou um grande salto para as economias exportadoras de matérias-primas, como o Brasil. O superávit chinês acelerou com a entrada do país na OMC e com a intensificação do processo de urbanização, que alterou o padrão de dieta alimentar, o que tornou a China a maior importadora mundial de soja e de outras *commodities* agrícolas no início do século XXI, criando uma relação comercial desses produtos com a agricultura brasileira.

O realinhamento global do agronegócio de soja brasileiro não foi um fenômeno transitório, mas representou uma mudança estrutural de importância histórica para a economia do Brasil e, consequentemente, de Passo Fundo.

Entre 1960 e 1990, em razão da expansão da demanda internacional, a qual elevou os preços, a cultura da soja, que passou a ser o principal produto agrícola, impulsionou a inserção de Passo Fundo na economia global. O binômio trigo-soja – *commodities* cultivadas em Passo Fundo, respectivamente, no inverno e no verão, em razão da existência dos fatores adequados, ainda que com alguns gargalos, para produção, armazenamento e escoamento – fortaleceu a economia do município e da região.

Em 1996, ano da reabertura comercial chinesa, Passo Fundo apresentava uma produção de soja levemente superior a 50

mil toneladas, com um valor de produção estimado em R\$ 16 milhões. O rendimento médio da soja por hectare, em 1996, no município, foi de, aproximadamente, 1.860 kg/ha. Ao final da década de 2010, a produção de soja atingiu, aproximadamente, 150 mil toneladas, uma quantidade três vezes maior do que a verificada no início do processo de internacionalização. Nesse período, o rendimento médio da produção se aproximou de 3.900 kg/ha, o que correspondeu ao dobro do rendimento obtido em comparação ao ano de 1996. Com a consolidação internacional do agronegócio de soja, a cultura dominou a área rural de Passo Fundo, abrangendo 86,9% do total dos hectares plantados no município em 2018, o que representou 92,7% do total da produção agrícola, com um valor aproximado de R\$ 150 milhões. Portanto, quando comparado a 1996, o valor total da produção agrícola de soja, em 2018, foi nove vezes superior (IBGE, 2021).

Logo, a soja se caracteriza como a principal cultura de grãos da economia de Passo Fundo. Além da produção e da comercialização da soja *in natura*, Passo Fundo se beneficia do seu complexo industrial para o processamento do grão, a fim de transformá-lo em farelos e óleos. Convém destacar que o parque industrial de Passo Fundo recebe grãos de toda a região para beneficiamento. Ainda, a disponibilidade de soja na região favorece as cadeias produtivas de proteína animal, consolidando a presença de grandes frigoríficos. O município concentra importante infraestrutura de fornecimento de maquinário, de insumos, de comercialização, de pesquisa e de logística relacionados à soja. Dessa maneira, enquanto a cadeia do trigo conectou a cidade de Passo Fundo ao cenário nacional, a cadeia da soja a conectou ao cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- AMORIN, Ricardo. *Negócio da China*. 2015. Disponível em: <http://ricamconsultoria.com.br/news/artigos/negocio-da-china/>. Acesso em: 15 out. 2021.
- BACEN. *Banco Central do Brasil: séries temporais*. 2019. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 12 out. 2021.
- BARROS, Geraldo Sant' Ana de C. A agricultura e o ajuste fiscal. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 45, p. 318-328, jan. 1991.
- BM. Banco Mundial. *The world bank in China*. 2019. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/region/sar>. Acesso em: 7 out. 2021.
- BONATO, Emídio Rizzo; BONATO, Ana Lúcia Variani. *A soja no Brasil: história e estatística*. Londrina: EMBRAPA, 1987.
- BRUNO, Flávio Marcelo Rodrigues; AZEVEDO, André Filipe Zago de; MASSUQUETTI, Angélica. Os subsídios à agricultura no comércio internacional: as políticas da União Europeia e dos Estados Unidos da América. *Ciência Rural*, [S. l.], v. 42, n. 4, p. 757-764, abr. 2012.
- CARDOSO, Fernando H. *Discurso de despedida: filosofia e diretrizes de governo*. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 1995.
- COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de Política Agrícola (1931-2001). *Revista de Política Agrícola*, Brasília, ano X, n. 3, p. 3-58, set. 2001.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Indicadores da Agropecuária*: 2014. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro>. Acesso em: 20 set. 2021.
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950 a 1975*. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento, 1986.
- COREDES RS. *Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <https://forumdoscoredes.org.br/>. Acesso em: 8 dez. 2021.
- CUNHA, André Moreira. *A Economia Política do "Milagre Chinês"*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- DALLA CORTE, Tiago. *O agronegócio da soja brasileira e a sua interna-*

cionalização na ordem econômica global entre 1990 e 2018. 2019. 235 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

DALL'AGNOL, Amelio *et al.* *O complexo agroindustrial da soja brasileira*. Londrina: Embrapa, 2007.

DALMUTH, Claudia. O 'ouro' da produção agrícola passo-fundense. *Jornal O Nacional*. Passo Fundo, ago. 2020. Disponível em: <https://www.onacional.com.br/cidade,2/2020/08/07/o-ouro-da-producao-agricola-pass,111569>. Acesso em: 12 set. 2021.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. *A Concept of Agribusiness*. Boston: Harvard University, 1957.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Soja: resultados de pesquisa*. 2010. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacao/1019642/soja-resultados-depesquisa-20102011>. Acesso em: 12 set. 2021.

FAO. Food and Agriculture Organization. *FAOSTAT*. 2016. Disponível: <http://www.fao.org>>. Acesso em: 14 out. 2021.

FMI. Fundo Monetário Internacional. *IMF DATA*. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices>. Acesso em: 16 out. 2021.

FRAGA, Arminio; GOLDFAJN, Ilan. *Política Monetária no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2002.

GOLLO, Silvana Saionara. Inovações e estratégias de cooperação e competição no biodiesel: o caso de fornecedores de óleo vegetal à BsBios – Passo Fundo. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, ano 16, n. 34, p. 60-85, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4261/2747>. Acesso em: 12 nov. 2021.

HUANG, Jikun *et al.* Trade liberalization and China's food economy in the 21st century: implications for China's national food security. In: ROZELLE, Scott D.; SUMNER, Daniel A. (Ed.). *Agricultural Trade and Policy in China: Issues, Analysis and Implications*. Londres: Routledge, 2018, p. 55-80.

IBGE. *Produção agrícola*. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/pesquisa/14/10193>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MAIA, Fernandes Maia; LIMA, Ricardo Chaves de. Abertura econômica brasileira e seu impacto sobre as exportações agrícolas: Abordagem de Mundell-Fleming usando auto-regressão vetorial. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, n. 32, p. 822-841, nov. 2001.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Produtos agrícolas: série histórica de preços de referência*. 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/precos-de-referencia-de-produtos-agricolas-tem-reajuste-de-ate-102>. Acesso em: 12 out. 2021.

MORRISON, Wayne M.; LABONTE, Marc. *China's currency policy: an analysis of the economic issues*. Washington: Cornell University, 2011.

ROBERTS, J. Timmons; HITE, Amy Bellone. Introduction. In.: ROBERTS, J. Timmons; HITE, Amy Bellone (Ed.). *From Globalization to modernization: perspective on development and social change*. Oxford: Blackwell Publishing, 2000, p. 5-12.

SILVA, Ana Maria Radaelli da; SPINELLI, Juçara; FIOREZE, Zélia Guareschi. *Atlas geográfico de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2009.

SOARES, Fernando. *Como o RS chegou à maior e mais rentável safra de soja de sua história*. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2021/04/como-o-rs-chegou-a-maior-e-mais-rentavel-safra-de-soja-de-sua-historia-cknabs4gc001r016ubnd7uagf.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

TRINH, Tamara; VOSS, Silja; DICK, Steffen. *China's commodity hunger: implications for Africa and Latin America*. Frankfurt: Deutsche Bank Research, 2006.



AS TRANSFORMAÇÕES DA
AGRICULTURA NO PLANALTO MÉDIO
E NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO/RS

LUIZ FERNANDO FRITZ FILHO
KAREN BELTRAME BECKER FRITZ



Este texto analisa como as transformações na realidade agrária do Planalto Médio do estado do Rio Grande do Sul, ao longo do tempo, impactaram no município de Passo Fundo. A análise dos principais elementos da história agrária da região foi realizada em duas etapas distintas: na primeira parte, além da caracterização do relevo, clima e solos da região, são abordados os elementos de formação, através dos sistemas agrários indígena, pecuária e colonial; na segunda etapa são evidenciadas as características do processo de modernização da agricultura, a partir das principais mudanças ocorridas no município de Passo Fundo.

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

A história agrária do município de Passo Fundo está associada à história do Planalto Médio do Estado, onde está inserido o Município. Visando compreender a evolução da agricultura no município, nesta seção, caracterizou-se o relevo, os solos e o clima do Planalto Médio, bem como foram os principais Sistemas Agrários desta Região até a década de 1950.

Segundo Dal'Moro e Rückert (2004, p. 28), a região do Planalto Médio, também conhecida como Planalto Rio-Grandense, porção extremo-sul do Planalto Meridional “inscreve-se no semicírculo que descrevem os rios Pelotas-Uruguaí cujo diâmetro é traçado pela Serra Geral”. Delimitado ao norte e a oeste pelo rio

Uruguai, seu limite Meridional está ao longo dos vales dos rios Ibicuí e Jacuí.

Dentre as formações vegetais, o Planalto compõe-se, basicamente, de matas e campos. Predomina, quase que absoluto, na parte oeste do Planalto, o campo. Já na região das Missões, as duas formações vegetais se entrelaçam formando uma vegetação mista de campo e mata. Bernardes (1997) explica que, entre as condições naturais, foi a vegetação que teve maior influência sobre o povoamento. Os dois sistemas apresentam diversidades e particularidades internas de organização da produção, cujas origens e características explicam-se fundamentalmente por razões históricas e socioeconômicas que são, por sua vez, moldadas pelas condições de clima e de relevo que estabelecem potencialidades e limites ao fazer humano.

O clima da região do Planalto caracteriza-se por apresentar verão seco e inverno frio e chuvoso, com temperatura média entre 15 e 21 graus e chuvas entre 1500 e 1800 mm. Característica marcante é a presença de invernos acentuados, com valores mínimos que baixam, com frequência, a menos de zero entre os meses de junho e setembro, e até mesmo na primavera e no outono, embora mais espaçadamente. É muito regular, portanto, a formação de geadas, que ocorrem normalmente entre abril e novembro, embora já tenha sido observada, excepcionalmente, em dezembro e janeiro (BERNARDES, 1997).

Quanto ao relevo do Planalto Médio, embora no seu conjunto, a superfície superior se apresente ondulada, com as suaves coxilhas se desdobrando em um verdadeiro mar, o Planalto é retalhado em vários pontos pelos numerosos rios que dele defluem. Ao Norte, o nível de base comum é o Uruguai que, em Marcelino Ramos já está a menos de 360 metros de altitude. A leste, o Planal-

to termina por um verdadeiro paredão inóspito de quase mil metros. Mas ao sul, sua cornija, extremamente recortada e inúmeras vezes interrompida pelos rios que demandam o Guaíba, é apenas a grande aresta da encosta que se desloca em patamares e se inflete nos grandes vales. A grande encosta sul dispõe-se paralelamente ao importante alinhamento fluvial, constituído pelo baixo rio Jacuí e pelo Ibicuí, que representa o eixo da chamada Depressão Central. O Baixo Jacuí desempenha um importante papel como nível de base, a partir do qual os numerosos rios que o demandam, pela margem esquerda, retalham profundamente a borda do Planalto. Fluindo para o oceano, não existem rios importantes e a Encosta mostra-se mais contínua e abrupta em seu trecho oriental, junto à costa. É de Osório para Oeste, ponto em que a borda do Planalto se dispõe francamente neste rumo, que os rios passam a ser cada vez mais volumosos, tornando-se responsáveis por profundos entalhamentos na alta superfície e em seu rebordo (BERNARDES, 1997).

Quanto aos tipos de solo e sua aptidão, no Planalto Médio, predominam os tipos Latossolos, Nitossolos e Argissolos. As classes Latossolos Vermelhos Distroférricos Nitossólicos e Típicos, Latossolos Vermelhos Aluminoférricos Húmicos, originados de basalto e os Latossolos Vermelhos Aluminoférricos Húmicos e Típicos, originados de arenito, são encontrados na região do Planalto. Em função das propriedades físicas (profundos, bem drenados, muito porosos, friáveis, bem estruturados) e condições de relevo suave ondulado, os Latossolos possuem boa aptidão agrícola, desde que corrigidas a fertilidade química. Os Nitossolos Vermelhos ocorrem em relevo suave ondulado a ondulado, na região do Planalto, geralmente associados com Latossolos. Em função de suas propriedades físicas (profundos, bem drenados, muito porosos, friáveis, bem estruturados) e condições de relevo, os Nitossolos ge-

ralmente possuem boa aptidão agrícola, desde que corrigida a fertilidade química, sendo utilizados em culturas de inverno e verão, intercalados ou consorciados com plantas recuperadoras de solos. Já os Argilossolos Vermelho–Amarelo Aluminico Típicos ocorrem, sobretudo, na borda do Planalto Médio (STRECK, 2008).

Suetegaray e Guasseli (2004) através da sobreposição da compartimentação do relevo com o uso do solo e cobertura vegetal compartimentaram e individualizaram o estado do Rio Grande do Sul em cinco grandes unidades de paisagem. Na primeira unidade de paisagem, no Planalto Basáltico, foram identificadas três subunidades: florestal, campos sujos e agrícola. A subunidade florestal caracteriza-se por possuir coberturas identificadas como florestas de mata atlântica, florestas subtropicais e florestas de araucária em altitudes mais elevadas da região. A subunidade campos sujos, com áreas do topo do Planalto basáltico e com altitudes em torno de 1000 metros e relevo em forma de colinas, apresenta coberturas predominantemente de campo. A subunidade agrícola corresponde à área do Planalto relativa à sua porção central e oeste, com domínio das áreas com presença de colinas. Estas áreas, na origem, estiveram em parte cobertas pelas florestas, em particular as estendidas a partir do vale do rio Uruguai, com o predomínio da soja e milho.

Para Dal’Moro e Rückert (2004), no Planalto Médio, e em Passo Fundo, essa dupla composição de formações naturais (floresta e campo) oferece um quadro bastante rico no tocante às diferenciações regionais nesta região, principalmente quanto às ocupações e aos usos diferentes da terra.

A HISTÓRIA AGRÁRIA E OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Para compreender a história agrária do município, até a década de 1950, foram identificados os elementos de formação do Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul. Tal procedimento permitiu identificar e delimitar três sistemas agrários: 1. Sistema Agrário Indígena, 2. Sistema Agrário Pecuária e 3. Sistema Agrário Colonial.

SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA

Em tempo anterior à chegada dos europeus, o território do atual Rio Grande do Sul era ocupado por várias nações indígenas. Nas regiões de mato dominavam os indígenas Guarani e os Kaingang, enquanto nas regiões de campo natural, viviam os índios Minuanos e os Charruas (SILVA NETO; BASSO, 2005).

O território rio-grandense do Sul foi ocupado pelos padres jesuítas espanhóis e pelos padres jesuítas portugueses, concomitantemente a ação dos bandeirantes paulistas (XAVIER, 1990). A linha composta pelos padres jesuítas espanhóis penetrou o território do Rio Grande do Sul pelo leste do rio Uruguai e fundaram, de 1626 a 1636, dezoito reduções jesuíticas. Este movimento tinha como objetivo catequizar os índios, conquistando-os pelo convencimento cultural e religioso, e inserindo-os, de forma ativa e funcional, na dinâmica expansionista do colonialismo mercantil (SILVA NETO; BASSO, 2005). Os bandeirantes paulistas atuavam no território buscando o apresamento dos indígenas para servirem como força de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar, do Nordeste e do centro da colônia portuguesa (RÜCKERT, 1997).

Predominavam, no Planalto, os Guarani, representados pelo

grupo conhecido como Tape. A província do grupo Tapes localizava-se à margem esquerda do rio Uruguai, nas bacias do Ibicuí e Jacuí, no Planalto Central do atual território do Rio Grande do Sul, (KNACK; BATISTELLA, 2007). Os Tape, como outros indígenas do Planalto Médio, conheciam a utilidade de frutos silvestres como o pinhão e a jaboticaba, de folhas como a erva-mate, que usavam para fazer o chimarrão morno ou frio. Cultivavam o milho, o feijão, a mandioca e o fumo, e tinham na caça e na pesca, uma significativa fonte alimentar (D'ÁVILA, 1996).

Entre as reduções do Tape, uma se localizava naquele que, mais de dois séculos depois, viria se tornar o território de Passo Fundo. Tratava-se da redução de Santa Tereza, fundada em 1632. Em 1635 os bandeirantes paulistas passaram a cobiçar as reduções dos Tape. No final de 1637, André Fernandes liderou a bandeira que ocupou a redução de Santa Tereza. A bandeira de André Fernandes expulsou os jesuítas, aprisionou parte dos indígenas e os enviou como cativos para São Paulo. Contudo, André Fernandes não destruiu a redução, como era habitual, transformando-a em um arraial bandeirante. Nos arredores do arraial, foram mantidas as lavouras e a criação de gado. Em 1640 após violentos combates entre missioneiros e bandeirantes, a vitória missioneira pôs fim às incursões paulistas (KNACK; BATISTELLA, 2007).

A importância atribuída à redução de Santa Tereza deriva da divisão do atual território do Rio Grande do Sul, pelos jesuítas, em três províncias, segundo os grupos étnico-linguísticos indígenas: Tapes, Uruguai e Ibia. Na região onde posteriormente veio constituir-se o município de Passo Fundo, dava-se o encontro das três províncias jesuíticas. A convergência de fronteiras, aliada à passagem obrigatória de caminhos que comunicavam entre si vários estabelecimentos jesuíticos, explica a grande importância estratégica

que, tanto jesuítas quanto bandeirantes, atribuíam à redução de Santa Tereza, a despeito de sua curta duração (D'AVILA, 1996).

Apesar da vitória missioneira, muitos guaranis missioneiros dos Tapes, fugindo dos ataques dos bandeirantes paulistas, transferiram-se para a outra margem do rio Uruguai, o que determinou uma importante desorganização das reduções jesuíticas e o despovoamento dos atuais territórios do Sul (KNACK; BATISTELLA, 2007).

Uma consequência dos processos de disputa pelo território do Planalto, foi a catequização e consequente desestruturação cultural e social das sociedades nativas (DIEHL, 1998). De uma vida tribal a uma comunidade cristã mais ampla, da vida seminômade à vida sedentária, os jesuítas reorientaram o trabalho indígena, garantindo uma sólida organização temporal através da introdução do gado e de uma agricultura de subsistência (BATISTELLA; KNACK, 2007).

Os jesuítas espanhóis somente retornam à margem esquerda do Rio Uruguai em 1682, quando criaram os sete povos das missões (SILVA NETO; BASSO, 2005). Os jesuítas partilharam entre si a administração das riquezas da população indígena que alcançaram no Planalto Médio. As futuras terras passo-fundenses couberam nesta partilha a dois dos sete povos das missões. Os campos entre os rios Jacuí, Várzea e Passo Fundo, integraram a estância do Povo de São Luiz, ao qual ficou subordinada a guarda guaranítica. Já os ervais foram atribuídos ao Povo de São João, cujos dirigentes mandaram instalar um carijo¹, junto ao passo do rio da Várzea. O carijo jesuíta pode ser considerado o primeiro estabelecimento industrial em território passo-fundense. Mais para leste, nos domí-

¹ Construção rústica destinada à secagem de erva-mate (RÜCKERT, 1997).

nios da Coroa lusa, na mesma época estacionou uma guarda portuguesa (D'ÁVILA, 2007).

No final do século XVII, a região do futuro município de Passo Fundo passa a ser habitada, sobretudo, por caboclos. Utilizados como mão-de-obra pelos bandeirantes paulistas, alguns não regressaram a São Paulo, permanecendo na região e mestiçando-se com os indígenas locais. Presentes nas matas e nos ervaais, os caboclos dedicavam-se a atividade extrativista ervateira e ao abate de gado para retirada do couro e obtenção do sebo.

A partir do século XVIII o tropeirismo toma vulto no Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, era praticado desde o século XVII, em virtude da formação de rebanhos, notadamente os que movimentavam as Vacarias do Mar, nas pradarias do Sul, e a dos Pinhais, nos Campos de Cima da Serra. O ciclo tropeiro se desenvolveu, sobretudo, a partir do transporte e comercialização de mulas. Mais tarde com o esgotamento das Vacarias do Mar e dos Pinhais, formaram-se os primeiros criatórios na região do Planalto Médio e apenas então o termo *estância* tornou-se sinônimo de fazenda pastoril (KNACK; BATISTELLA, 2007).

No início do século XIX, após o término das missões jesuíticas, os indígenas passam a entrar em conflito com luso-brasileiros que percorriam a região, o que faz o governo provincial tomar decisões de repressão e expropriação aos indígenas. O povoamento das terras das missões passa a processar-se rapidamente com o estabelecimento de militares e de tropeiros de gado provenientes de São Paulo, Curitiba, Lages e Laguna, constituindo fazendas de criação com a utilização de mão-de-obra escrava a partir da segunda década do século XIX (RÜCKERT, 1997). Nas terras interioranas de Cruz Alta (que é emancipado como município em 1834), no lugar que passa a ser conhecido como Passo Fundo, emerge uma nova

classe senhorial, escravocrata e pecuarista, a partir de meados da segunda década do século XIX, tema desenvolvido na seção seguinte deste trabalho.

SISTEMA AGRÁRIO PECUÁRIA

A ocupação das terras no Rio Grande do Sul, ao longo do século XVIII, se configura, através da concessão de sesmarias. No período desenvolvem-se as chamadas charqueadas, que dominam a atividade econômica de grande parte do Rio Grande do Sul até início do século XX (MÜLLER, 2000). O desenvolvimento desta atividade refletiu-se na criação do gado gaúcho, provocando o cercamento parcial dos campos e algumas melhorias na qualidade genética dos rebanhos. As estâncias configuravam unidades estáveis de produção extensiva de gado no Estado (SILVA NETO; BASSO, 2005).

No Planalto a formação das estâncias é intensificada após a destruição da sociedade de economia missioneira, com a incorporação gradativa de terras de campo do Planalto Central, sobretudo, nas áreas de Cruz Alta e Passo Fundo (SILVA NETO; BASSO, 2005). Este processo tem seu ponto alto, em 1801, quando um desertor do regimento de Dragões (unidade militar do exército português), José Borges do Canto, com uma pequena tropa de luso-brasileiros e nativos, invadiu as missões incorporando territórios hispano-americanos à Coroa portuguesa. No momento seguinte à invasão, as terras da região missioneira foram doadas a oficiais de tropas regulares e a milicianos estacionados na capitania, iniciando o processo de ocupação do Planalto Médio por luso-brasileiros. (BATISTELLA; KNACK, 2007).

No entanto, os campos do centro do Planalto Rio-grandense (chamados “campos serranos”) foram, primeiramente, ocupados

pelos bandeirantes ou paulistas, conhecidos, localmente, como *birivas*. Apesar da migração paulista, os campos passo-fundenses permaneceram devolutos durante todo primeiro quartel do século XIX. O processo de apossamento, a partir do final da década de 1820, e mais nitidamente no decorrer das décadas de 1830 a 1850 é, inicialmente lento, por tratar-se de uma área, formada por campos e florestas, desabitada e totalmente desconhecida. Outra razão que contribuiu, adicionalmente, para o atraso do povoamento de Passo Fundo foi a presença de indígenas, que manifestavam forte resistência à fixação do elemento branco na região (FERREIRA; SIQUEIRA, 1998).

Os *birivas* da região do Planalto Médio eram, em sua maioria, fazendeiros milicianos. Como “senhores da terra”, sua importância era medida pela extensão de suas propriedades, pelo número de seus escravos ou pelo posto que os situava na hierarquia militar (DAL'MORO; RÜCKERT, 2004). Esta categoria social envolveu-se, sobretudo, com o negócio de erva-mate e com as “fazendas de criar”. Desenvolviam um sistema que consistia no esquema erva-mula-capital (busca e fabricação de ervais; transporte da erva; troca da erva por mulas na fronteira e condução dos animais até as feiras para comercialização). Deste modo, formaram-se no Planalto Médio fazendas destinadas a estacionar e invernar mulas, cavalos e bois. Nas proximidades dessas fazendas, dos primitivos pousos de tropeiros ou junto aos carijos surgiam povoações, algumas das quais são, hoje, importantes cidades do Planalto Médio do Rio Grande do Sul (D'AVILA, 2007).

No período de estabelecimento das primeiras “fazendas de criar”, no final de 1820, também habitavam o Planalto Médio, os caboclos, representados por pequenos lavradores e coletores de erva, dispersos pelas zonas florestais. Pela Lei de terras, que entrou

em vigor em 1850, a terra passou a pertencer a quem reclamasse a sua posse e a legalizasse, através da aquisição do título. A partir deste momento, os caboclos, por falta de informação ou pela influência que os grandes proprietários exerciam sobre os órgãos oficiais, que legalizavam a posse, não conseguiram adquirir o título das terras que ocupavam, passando a ser intrusos ou invasores das propriedades dos latifundiários (KUJAWA, 2001). Como resultado, os caboclos e seus descendentes não tiveram mais tarde como comprovar documentalmente a posse primitiva das terras (D'ÁVILA, 2007).

A dicotomia campo-floresta ou pecuária e pequena agricultura torna-se habitual no Planalto Médio. A mata subtropical entremeia-se com os campos, de tal forma, que o contato entre estancieiros e pequenos lavradores é direto, ao mesmo tempo que revela as contradições existentes entre os dois grupos sociais (ZARTH, 1997). Logo, o tipo de organização econômica, social e política dominante na fase inicial desse povoamento, não oficial, pode ser qualificada como latifundiária-pastoril, patriarcal-militar e escravocrata (D'ÁVILA, 2007).

Neste período inicia-se o processo de fragmentação de Passo Fundo, através de sua emancipação política. No ano de 1834, em virtude da emancipação de Cruz Alta, o povoado de Passo Fundo foi elevado à categoria de distrito daquele município (4º distrito de Cruz Alta). Em 1847, Passo Fundo passou a condição de Freguesia, passando a ser denominada “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida do Passo Fundo”. E, em 1857 é criado, pela Assembleia Legislativa, o município de Passo Fundo. Em 28 de janeiro de 1857, pela Lei 340, foi criado o município de Passo Fundo. Instalado oficialmente em agosto de 1857, o território tinha como limites ao norte o rio Uruguai, dividindo com as províncias

de Santa Catarina e Paraná a leste, ao sul, pela Serra Geral, e a oeste, pelos rios da Várzea e Jacuí (OLIVEIRA, 1990a).

Ao ser emancipado o município apresentava uma das maiores áreas em superfície de terras na província do Rio Grande de São Pedro. Do ponto de vista demográfico, contava com aproximadamente 1.638 habitações e 8.208 habitantes. Desses, aproximadamente 20,9% eram escravos, 1,5% libertos, e 78,8% homens livres (SILVA JORGE *et al.*, 2007). A vegetação de Passo Fundo caracterizava-se por apresentar cerca de 60% de sua área coberta com campos e 40% da área coberta com florestas. Os campos caracterizam-se por bordados de capões e restingas de mato, as quais, às vezes se avolumavam formando extensos e cerrados bosques, onde uma flora variada se apresentava. A parte florestal do município era coberta com matas, havendo grandes serras, predominando a arau-cária brasiliense ou pinheiro, formando extensos pinhais. Outra árvore abundante no município era a *Ilex paraguayensis* ou *pau-de-erva*, de cujas folhas se fabricavam o mate. A riqueza hidrográfica do município era composta por rios da Bacia do Uruguai (Rio do Peixe, Rio Passo Fundo, Rio da Várzea) e da Bacia do Jacuí (Rio Jacuí) (OLIVEIRA, 1990b).

Na segunda metade do século XIX a economia do novo município tinha como base econômica a fabricação de erva-mate. A pecuária, embora praticada pelos latifúndios escravocratas da região, não oferecia escala, pois a indústria pastoril serrana dependia do sal, recurso importado com alto custo (BATISTELLA; KNACK 2007). Entretanto, a partir do final da década de 1860, a economia passo-fundense já demonstrava sinais de crise. Entre as causas da dificuldade econômica destacam-se a evasão de homens válidos, em função do recrutamento para a Guerra do Paraguai (1865-1870), a desvalorização da erva serrana, provocada pela fal-

sificação do produto em busca de maiores lucros, aliado a devastação dos ervais, pela exploração desenfreada, o que contribuiu para o baixo desempenho dos negócios com gado (D'ÁVILA 1996).

Em suma, após a organização dos núcleos iniciais pelos paulistas, o crescimento populacional da Região apresentou pequeno ritmo. Somente a partir da década de 1870, as autoridades locais empreendem medidas para que a colonização fomentasse a agricultura comercial regional que, até 1890, era de base local ou de subsistência. Aos poucos, com a construção da linha férrea (no final do século XIX) e, como consequência, a inserção de imigrantes alemães, judeus e, sobretudo, italianos, a prática agrícola foi impulsionada (TEDESCO; SANDER, 2002), sinalizando à passagem a um novo sistema agrário na região do Planalto Médio, e especialmente, em Passo Fundo, que já se configurava como o centro social, político e econômico da região. Este novo sistema agrário é analisado a seguir.

SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL

O estado do Rio Grande do Sul passou a receber colonos desde 1824, momento no qual chegam os 38 primeiros colonos alemães a Porto Alegre (MÜLLER, 2000). O processo de colonização no Rio Grande pode ser segmentado em três fases: a primeira, se desenvolveu até 1850 na periferia de São Leopoldo; a segunda, a chamada marcha para o oeste, caracterizava-se pelo fato de a expansão de São Leopoldo ter tornado, em pouco tempo, necessária a fundação de novas colônias; a terceira, a partir de 1890, denomina-se o “Salto para o Planalto” (RÜCKERT, 1997).

A emergência da pequena propriedade, na região do Planalto Médio, no Norte do Rio Grande do Sul, coincide com a terceira e

última fase das migrações internas de filhos de camponeses colonos do século XIX. Preocupado com a posição fronteiriça do Alto Uruguai, o governo imperial tomou a iniciativa de fundar uma colônia militar (uma espécie de colonização agrícola desenvolvida por militares). A expectativa oficial era de que este núcleo colonizador pudesse expandir o povoamento da área, e desse modo, atingir o objetivo militar, de povoar, de forma densa, a região fronteiriça com a Argentina. Trinta anos após sua fundação, que ocorreu em 1897, a situação ainda era precária (ZARTH, 1997).

Neste período os discursos políticos dos representantes do capital fundiário regional enfatizavam a necessidade da produção de alimentos e de melhoria das vias de comunicação (TEDESCO; SANDER, 2002). O debate político, na região, concentrava-se em torno da agricultura e na formação de colônias², com destaque, aos esforços das oligarquias regionais em discutir a questão do cultivo do trigo³. Adicionalmente, a construção da via férrea era considerada fator decisivo para a viabilidade da expansão agrícola, e fundamental para atrair imigrantes. A ausência de uma rede de transportes eficiente inviabilizaria a produção agrícola de gêneros consumidos no mercado interno pela absoluta desvantagem em relação às colônias próximas aos rios navegáveis (BERNARDES, 1997).

Com a chegada da linha férrea, no final do século XIX, ao município de Passo Fundo, houve o incremento de núcleos de coloni-

² A pequena propriedade emerge do Norte do Rio Grande do Sul na fase de crise do trabalho escravo do Brasil Império. As oligarquias locais de Cruz Alta e de Passo Fundo, nos anos de 1870, já reivindicavam ao governo provincial a colonização das terras florestais ao Norte da província, como forma de fomento à agricultura comercial (RÜCKERT, 1997).

³ Os governos imperiais e republicanos que se sucederam, todos eles procuraram estimular a produção de trigo, mas sem alcançar maiores sucessos. Há que se frisar, porém, que os colonos italianos, principalmente na área de colonização em torno de Caxias do Sul e no Planalto Médio, retomaram a produção de trigo, abandonada que fora pelos açorianos em 1832, passando a produzi-lo a partir de 1870 em pequenas proporções (DAL'MORO; RÜCKERT, 2004).

zação ao longo do caminho de ferro. Em Passo Fundo, os italianos aglutinaram-se aos descendentes de alemães em alguns projetos de colonização em terras de mata. Em 1897, foram iniciados projetos de colonização particulares⁴ no então 4º Distrito de Passo Fundo, instalando a colônia do Alto Jacuí, com sede em Não-Me-Toque, com colonos italianos e alemães. Em 1898, ano de abertura do tráfego ferroviário, a empresa Castro, Silva e Cia. organizou a colônia Saldanha Marinho, igualmente com colonos italianos e alemães. Em 1899, foi organizada, à margem direita do rio Jacuizinho, pelo coronel Ernesto Carneiro da Fontoura, a colônia Dona Ernestina. Igualmente com a abertura do tráfego ferroviário, tiveram início as colônias de Marau, Sertão, Nicolau Vergueiro e Outras (DAL' MORO; RÜCKERT, 2004).

Os lotes coloniais eram previamente demarcados, inclusive os lotes urbanos que formariam as futuras cidades. De modo geral, a demarcação dos lotes era feita através de linhas retas, formando um traçado uniforme e simétrico, com terrenos retangulares de 25 hectares ou “uma colônia”, como se convencionou chamar popularmente (ZARTH, 1997).

Com a entrada do imigrante estrangeiro, a economia, comandada pelos pecuaristas nos campos passou por alterações, compondo-se um novo quadro social e econômico. Mulas, erva-mate e pedras constituíram o comércio de exportação de Passo Fundo, que se desenvolveu pelo tempo adiante, robustecendo-se com novos produtos, tais como a madeira de construção⁵, aguardente, açúcar,

⁴ Período da colonização privada: Lei Estadual de Terras de 1899; início das colonizações privadas (1897/1910) e públicas (1910). Término da colonização privada (1911/1927) e continuidade da pública (1911/1917) (RÜCKERT, 1997).

⁵ A região colonial do Rio Grande do Sul estava ocupada por matas de pinhais e outras madeiras de lei, muito apreciadas pelos italianos recém-chegados, que utilizavam o madeira para construir suas moradias, móveis, instrumentos agrícolas, entre outros. Os pinhões, fruto das araucárias, serviam como alimentos muito bem-vindos numa época em que as

farinha, fumo e grãos. Dentre os grãos, já despontavam produtos típicos da colônia, como o feijão e milho. O trigo também passaria a ser cultivado nas terras de mata das pequenas propriedades dos colonos italianos (DAL' MORO; RÜCKERT, 2004).

Os colonos adotaram, em princípio, as mesmas técnicas de produção dos desprestigiados agricultores nacionais precedentes, ou seja, os caboclos. A agricultura dos colonos-imigrantes caracterizava-se pela queimada e pela rotação de terras, aproveitando a fertilidade natural do solo virgem. O uso de adubos era inexistente e a iminência de esgotamento do solo era previsível. Se a fertilidade natural do solo dispensava o uso de adubos, a expansão quantitativa da produção, para atender as possibilidades de mercado, exigia mais trabalho. Nesse sentido, os agricultores recorriam a inovações tecnológicas para melhorar o desempenho do trabalho. As inovações tecnológicas ocorriam tão logo o apodrecimento dos troncos e das raízes de árvore derrubadas permitisse a utilização de implementos agrícolas (ZARTH, 1997).

O processo de imigração amplia-se, no início do século XX, em 1908, sob orientação do governo do estado do Rio Grande do Sul, com a fundação da colônia Erexim, composta por descendentes alemães, italianos e poloneses. Em 1909, nas proximidades do Alto Jacuí, surgiu a colônia Selbach; em 1910, com alemães, na confluência do rio Colorado, a colônia Barra Colorada, dentre tantos outros núcleos que passaram a compor o espaço do Planalto Rio-Grandense (DAL' MORO; RÜCKERT, 2004).

lavouras ainda não estavam produzindo e havia dificuldades em conseguir alimentos. O desmatamento feito pelos imigrantes era imprescindível para a produção agrícola, iniciando, assim, o trabalho com a madeira no nordeste do Rio Grande do Sul. Posteriormente, descendentes desses imigrantes ultrapassariam o rio das Antas e ocupariam as regiões do Planalto Médio e Alto Uruguai sempre aproveitando esse precioso recurso natural (WENTZ, 2004).

No início do século XX, a indústria ervateira de Passo Fundo, em termos econômicos, adquiriu um significativo incremento, com a implantação do sistema de barbaquá⁶, representando uma sensível melhora no preparo da erva mate. Além disso, há inauguração da indústria da madeira, no município, em 1902, quando se intensificou a exploração dos pinheirais (FERREIRA; SIQUEIRA, 1998). Na segunda década, do século XX, amplia-se a produção de suínos, associada à produção de milho, com significativa participação no município de Passo Fundo e no Planalto Médio (ZARTH, 1997).

Brum (1983) destacou que no Planalto, nas diversas localidades, desenvolvia-se também o comércio, com as casas de negócio, lojas e armazéns de secos e molhados e armarinho. As casas de negócio do interior, quando necessário, forneciam aos colonos os artigos que necessitavam, operando-se, assim, como uma forma de financiamento, cujo débito seria pago na época da colheita da produção agrícola ou com a venda de animais, particularmente suínos. Assim, o comerciante – vendendo, comprando e financiando – exercia uma sólida liderança em relação ao colono. Neste sentido, no período, Passo Fundo já se caracterizava como importante centro comercial regional, para onde convergiam as pessoas a fim de negociar produtos de primeira necessidade (D'AVILA, 1996).

A importância das relações entre comerciantes e colonos para o município de Passo Fundo e Região foram trabalhadas por Tedesco e Sander (2002) em sua obra *“Madeireiros, Comerciantes e Granjeiros”*:

Mesmo não dispondo de dados, sabe-se, por meio de depoimentos e por trajetórias de vida e de em-

⁶ Uma instalação mais sofisticada, que elimina o contato das folhas de mate com a fumaça e que substituiu o carijo (ZARTH, 1997).

preendedores urbanos atuais, principalmente do ramo comercial, que o meio rural de Passo Fundo foi um espaço de grande dinamismo de comércio. Sua agricultura, a presença de ferrovias, já antes mesmo do forte da ocupação e colonização produtiva, sua posição logística do centro-norte do estado ligando outras regiões e outros estados, a migração de empreendedores de outras regiões (Caxias do Sul, Veranópolis, Novo Hamburgo...), o solo fértil e de topografia fácil para o manuseio do solo produtivo, um contingente de consumidores localizados regionalmente, etc.[..]. Os comerciantes não mantinham somente laços com o comércio local e regional, mas também com os grandes ramos comerciais da capital, e os progressos nos transportes aconteceram graças a essa ligação (p. 65-70).

Os mesmos autores escreveram sobre a forte relação entre a agricultura e o desenvolvimento urbano:

As culturas do milho, do trigo e a economia da madeira na região também foram dinamizadas pela rede de comerciantes que atuavam com esses produtos. O milho fornecia os insumos e a matéria-prima para os frigoríficos e matadouros da região. Passo Fundo, a partir da década de 1930, já contava com uma ampla estrutura frigorífica para suínos, uma das maiores do estado, e com um grande número de pequenos moinhos no meio rural e alguns maiores no meio urbano. Os comerciantes rurais tinham na produção de suínos, de milho e ao porco que o colono adquiria (farinha de carne, sal, corretivos, medicamentos, etc.) um grande espaço de atuação e de dinamismo mercantil. [...] Apesar do grande peso da agricultura regional, não se podem deixar de lado os processos infra-estruturais regionais, os mercados próximos e o trabalho assalariado

nos pequenos núcleos urbanos. As oficinas mecânicas, as ferrarias, as carpintarias, os moinhos, as pequenas destilarias, as pequenas indústrias têxteis, as serrarias, as celarias, etc. são expressões regionais do formato econômico industrial interno no lugar/local de vida dos colonos do espaço em questão (TEDESCO; SANDER, 2002, p.74-75).

A ligação entre comerciantes, colonos e indústria promoveu a complementaridade nos processos produtivos, com a formação de categorias empresariais ligadas às agroindústrias, cooperativas, frigoríficos, e ao monopólio de comércio de determinados produtos regionais (TEDESCO; SANDER, 2002).

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

A partir da metade do século XX, o trigo passou ser mais cultivado no estado do Rio Grande do Sul. O incremento nesta produção foi possível através da ação conjunta entre fortes investimentos na agricultura (financiamentos e créditos agrícolas), na pesquisa agropecuária e nas formas associativas de produção. Este novo modelo, que se denominou modernização da agricultura brasileira, predominou também na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, tendo como polo regional destas transformações o município de Passo Fundo.

Os resultados favoráveis, porém, oscilantes, no volume de produção do trigo nacional passaram a depender de incentivos governamentais, como crédito, subsídios, garantia de preços mínimos, criação de infraestrutura de comercialização e melhorias tecnológicas. Durante o Estado Novo (entre 1937 e 1945), o go-

verno federal criou o Serviço de Expansão do Trigo (SET) órgão responsável por centralizar e coordenar a política do setor tritícola, distribuir gratuitamente sementes e fiscalizar o comércio e a industrialização do Cereal (DAL' MORO; RÜCKERT, 2004).

Entre alguns indicadores, resultantes da política nacional de apoio ao trigo, Dal' Moro e Rückert (2004, p. 42) destacam:

No país, no período de 1946-1955, cresceram tanto a produção como a importação de trigo: a produção do cereal atingiu 170% a mais da média anual do período 1941-1945; a área cultivada cresceu 143% em relação à fase anterior, com melhoria no índice de produtividade física; a área cultivada com trigo no Rio Grande do Sul, de 301 mil ha em 1946, passou para 1 196 000 ha em 1955, ou seja, houve um acréscimo de 397%.

Na região do Planalto Médio a nova política nacional do trigo foi, da mesma forma, baseada, a exemplo do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul, por um tripé composto pela pesquisa agropecuária, sistema cooperativo e sistema financeiro.

A pesquisa agropecuária, na região, foi engendrada com a inauguração, em Passo Fundo no ano de 1938, pelo governo do Estado, de uma estação experimental, que compunha parte de uma rede de pesquisa do Instituto de Pesquisa e Experimento Agropecuário do Sul do Brasil (IPEAS). Concomitantemente, foi instalado um entreposto de sementes para assistência técnica aos produtores agrícolas do Planalto. A estação experimental e o entreposto prestavam serviço a toda região do Planalto Médio (sua abrangência estendia-se a 14 municípios no período), considerada, na época, a maior das zonas fisiográficas do estado do Rio Grande do Sul.

Um elemento articulador de todo o processo de moderniza-

ção do campo, nos anos de 1950 no sul do Brasil e, em particular, na região colonial e centro-norte do planalto do Rio Grande do Sul, foi o sistema de cooperativismo regional (TEDESCO *et al.*, 2005). No Planalto Médio a maior parte das cooperativas foi fundada, ainda na década de 1950, participando ativamente do processo comercial, industrial e financeiro da cultura do trigo. Uma das consequências do entrecruzamento de forças de produtores de trigo e do Estado foi a criação da FECOTRIGO⁷.

Em complemento aos investimentos na pesquisa agropecuária e à organização associativa, a cessão de financiamentos e crédito foi fundamental ao processo de modernização da agricultura. No Planalto Médio, os mecanismos de oferta de crédito⁸ foram operacionalizados com a mediação da instituição Banco do Brasil, com a fundação de uma agência no município de Passo Fundo no ano de 1939. Esta agência atendia a produtores de todos os municípios do Planalto Médio, zona das Missões e o sul de Santa Catarina (RÜCKERT, 2003).

Um dos resultados da sinergia, entre os três elementos (pesquisa, cooperativismo e crédito subsidiado), foi a transformação do espaço agrário da Região do Planalto Médio. Em relação à produção, por um lado, houve a substituição de área de campo

⁷ Em 1958, é fundada uma rede de cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul (FECOTRIGO). Atualmente as cooperativas tritícola-sojeiras do Planalto que compunham a FECOTRIGO são: Coprel, Cotrigo, Coopasso, Coopemarau, Cotrisana, Cooperval, Copenvista, Coorondinha, Copalma, Coopera, Cotrizabal, Cotrizal, Cotriel, Coagrisol e Cotribá (FALKEMBACH, 1985).

⁸ Na análise da cessão de crédito ao Planalto Rückert (2003) segmenta a política do Estado em duas fases: a primeira fase (1965/1976) caracteriza-se por cessão de crédito público altamente subsidiado gerando concentração de riqueza para os capitalistas da agricultura, pois, para o autor, inicialmente, não havia acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores da região. Na segunda fase (1976/1980) o autor evidencia um maior aporte de recursos públicos para custeio (ampliação de insumos modernos na agricultura) em detrimento a investimentos (venda de máquinas, implementos, benfeitorias diminuem) que são canalizados em maior volume para os pequenos e médios produtores.

para a plantação de trigo, por parte da categoria dos fazendeiros criadores tradicionais do Planalto Médio. E, por outro lado, os pequenos produtores diminuíram a produção de alimentos para cessão de área e recursos ao incremento de trigo (DAL'MORO; RÜCKERT, 2004). Foram evidenciados reflexos sociais no campo, principalmente, pela expulsão de pequenos camponeses (com a sobra de mão-de-obra agrícola e uso de maquinaria e tecnologia) que, em grande parte, migraram para os Estados de Santa Carina e do Paraná (TEDESCO; SANDER, 2002).

Outrossim, em complemento as transformações da estrutura produtiva regional, desponta uma “nova categoria” de empresários rurais que ganha espaço no Estado do Rio Grande do Sul e, sobretudo, no Planalto Médio no final da década de 1950: os granjeiros.

Radaelli da Silva (2004, p. 39) caracteriza este tipo de produtor:

O Planalto Rio-Grandense, como sabemos, é uma tradicional região de criação extensiva, que, desde a década de 1950, vem passando por profundas transformações. Aí, criadores gaúchos tradicionais, apesar de aptos para explorar as diferentes variedades de pasto naturais do campo, entraram em decadência. Atualmente, o que se tem é uma desigual conquista dos campos [...]. Nesses campos, as grandes fazendas mecanizadas – granjas – foram instaladas em sua maior parte por descendentes de colonos policultores. Também os criadores passaram a adotar a agricultura de campo, lançando-se na associação entre agricultura e pecuária.

Rückert (2003, p. 52), em sua análise sobre a agricultura na região do Planalto Médio Rio-grandense, reforça o caráter comercial dos granjeiros:

No cenário social nacional e regional, passa-se a ter, agora, além dos industriais da farinha e dos colonos tradicionais, dos novos empresários da agricultura – “granjeiros” -, aqueles ligados a produção de *inputs* para agricultura mecanizada. Em Passo Fundo, por exemplo, a Empresa de Implementos Agrícolas Menegaz S/A, que desde 1937 já fabricava carrocerias para ônibus, instalações para serrarias, máquinas para curtume, moinhos para trigo e milho, moinhos para cana e descascadores de arroz, em 1952 já passou a fabricação de implementos agrícolas.

Neste contexto a estruturação cooperativista foi o elemento articulador, promovendo a interligação de todo esse processo, pós-final dos anos 50, no sul do Brasil. Em Passo Fundo destaca-se a criação da Cooperativa Tritícola de Passo Fundo (Coopasso), com investimentos na construção de depósitos, armazéns, infraestrutura de transporte, luz elétrica e equipamentos. Além disso, a Coopasso, em conjunto com as cooperativas da região, tinha, como eixos principais de ação, o incremento à comercialização de soja e milho, regulação do preço mínimo do trigo, expansão da área cultivada de trigo, ampliação da exportação de trigo e a captação de mercado para soja e trigo.

As funções da cooperativa se alargam em razão da inserção da cultura da soja, com investimentos na produção⁹, nos estoques e na comercialização do produto. A Cooperativa torna-se uma importante intermediária entre produtores e o mercado, ao adotar uma

⁹ Foram construídas pela cooperativa Coopasso indústrias de farelo de óleo e de soja, fábricas de ração, e fábrica de calcário (além de empréstimos com o BRDE para montagem de uma indústria de óleo de soja). Na década de 1970, a Coopasso já contabilizava 2100 associados negociando volumes de insumos repassados diretamente a seus cooperados e um preço baixo através de importações via Banco do Brasil. (com a constituição das centrais FECOTRIGO e Central-Sul a cooperativa passa a exportar diretamente para o exterior sem a interferência das grandes empresas multinacionais).

lógica mercantil que não se diferenciava em nada das grandes firmas multinacionais do setor agroindustrial da região.

A partir da década de 1960, com a expansão do capital monopolista multinacional, os tricultores capitalistas sofrem sérios recuos, entretanto, consolidam-se politicamente, como classe dominante na região do Planalto Médio. Os governos de transição, pré-1964, adotam tendências internacionalistas na política econômica, incentivando o plantio de soja como produto de destaque à agricultura de exportação (RÜCKERT, 2003).

Neste momento, a orientação da economia caminha no sentido da industrialização, que se consolida, nas décadas de 1950 e 1960, através da internalização do setor industrial, o chamado D1. Segundo Kageyama *et al.* (1990) ocorre a internalização da produção de bens de consumo em conjunto com a produção dos próprios meios de produção.

Acima de tudo, na região do Planalto Médio e em Passo Fundo, o ponto de passagem de uma economia rural para uma economia agroindustrial inicia com a prática de produção do binômio cultivo de trigo em rotação com o cultivo de soja. Através da interação técnica, entre as indústrias que produzem para agricultura, entre a agricultura e as agroindústrias processadoras, constituiu-se o complexo agroindustrial de Passo Fundo, a partir de 1965. Ou seja, passa a existir um conjunto de atividades econômicas, agrícolas, industriais e financeiras com elevado grau de integração entre si (TEDESCO *et al.*, 2005).

O município, vivenciando o intenso processo de industrialização, necessitou de uma reestruturação de seu espaço urbano em virtude do êxodo rural. Na década de 1970, o fenômeno de concentração fundiária, aliado à modernização do processo técnico, transformaram as relações de produção, com a substituição de

parte da mão-de-obra pela tecnologia, conduzindo à redução da população rural. Ou seja, neste período tem continuidade o processo de êxodo rural, que iniciou em 1950, com a ampliação dos processos tecnológicos para o cultivo do trigo.

O dinamismo do espaço econômico-rural de Passo Fundo tem os granjeiros como atores, em destaque, na intensificação da dinâmica da economia regional. Os granjeiros, as cooperativas, as agroindústrias e os comerciantes urbanos são alguns dos sujeitos dessa dinâmica. A partir de 1965, esta dinâmica amplia-se ainda mais, com o incremento da lavoura empresarial da soja, estimulada por uma gama de incentivos fiscais e políticas de financiamentos públicos. Na década de 1970, a produção de soja é expandida, assumindo a primazia do processo de modernização da agricultura da Região. O desenvolvimento dessa cultura apoiou-se no crescimento da indústria nacional de óleos e na expansão da demanda externa, estabelecendo novas condições para a intensificação do processo de capitalização do setor rural (BEUX, 2003).

Tedesco *et al.* (2005, p. 116-117) em sua análise acerca dos avanços do processo transformador da economia rural em economia agroindustrial em Passo Fundo afirmam:

A modernização visou ao fortalecimento e expansão de setores como bancos, indústrias de máquinas e insumos modernos e, ainda, as agroindústrias de processamento e transformação da produção agropecuária. A adoção das atividades agrárias ao modo industrial de produzir e ao estilo empresarial de gerir a unidade econômica agrária resultou do consumo crescente de insumos industriais e de serviços técnicos ou, em outras palavras, da mais intensa integração da agricultura na matriz intersetorial da economia nacional pelo lado da oferta da indústria de bens de capital.

As transformações operadas no sistema produtivo com a implantação e avanço da modernização da agricultura – mecanização e tecnificação da lavoura - no Planalto Médio provocaram profundas mudanças. De um lado, verificou-se aumento substancial nos volumes de produção agrícola e mesmo da produtividade, especialmente no caso da soja. De outro lado, a região fez parte de um profundo processo de concentração em duas culturas, ou seja, o binômio trigo-soja, com o abandono quase completo de várias culturas de subsistência, destinadas prioritariamente ao consumo da família com excedentes de comercialização (BRUM, 1983). O mesmo fenômeno que acontece na região do Planalto Médio ocorreu, em proporções semelhantes, no município de Passo Fundo.

Na década de 1980, com a crise financeira brasileira instalada, as políticas voltadas para o setor rural são reorientadas. A partir deste momento, houve uma escassez de recursos para o financiamento do setor e um destaque maior para a participação da política de preços mínimos (MASSUQUETTI, 1998). No período, as taxas de juros para os financiamentos, no Sistema Nacional de Crédito Rural, são elevadas. O volume total de crédito agropecuário foi reduzido a um terço do concedido no final dos anos 70, sendo o crédito para investimento o mais atingido pelos cortes. Praticamente todos os subsídios implícitos foram retirados, passando os produtores a pagar uma taxa real de juros de pelo menos 3% a.a. acima da correção monetária, aumentando também a parcela de recursos próprios exigidos como contrapartida dos financiamentos para os produtores (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

No Planalto Médio, a retirada dos subsídios, juntamente com a elevação da inflação, aumenta os custos da lavoura. O acúmulo sistemático de prejuízos por frustrações de safras, arrocho financeiro e baixos preços agrícolas levou uma parcela de pequenos produto-

res a colocarem seus lotes a venda, para saldarem suas dívidas. Outros agricultores passaram a utilizar os recursos do próprio custeio agrícola para pagarem suas dívidas bancárias. Também buscaram créditos complementares de custeio, rolando sistematicamente as dívidas anteriores, além de venderem a força animal da propriedade, empregando-se em outras propriedades, para poderem permanecer na terra (RÜCKERT, 2003).

Com a finalidade de viabilizar a pequena produção e reduzir a pressão social crescente, a chamada diversificação agrícola e a integração lavoura e pecuária despontam como projetos de produção alternativos de culturas. A linha mestra desses projetos visava a redução dos custos de produção dos pequenos produtores familiares, através da adoção de tecnologias que restringisse o uso de insumos de origem externa à propriedade (RÜCKERT, 2003).

Um elemento fundamental para a análise das formas tomadas pela agricultura familiar foi apresentado por Buainain. O universo diferenciado de agricultores familiares está composto de grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes. O reconhecimento dessa diferenciação é um ponto chave para a reflexão sobre desenvolvimento da agricultura familiar em geral e sobre as potencialidades da introdução da agricultura alternativa como estratégia de desenvolvimento. Para o autor (2006, p.15):

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio que logram gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza.

Buainain *et al.*, (2003) em seu texto “*Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural*” relatam que na década de 1990, a redução relativa do emprego rural estritamente agrícola em contraposição ao aumento do emprego rural não-agrícola é apresentada como estratégia para, simultaneamente, reter a população atual pobre em seus locais de moradia e elevar seu nível de renda.

A incorporação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústria, entre outros que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais. No cenário social e político brasileiro, a afirmação da agricultura familiar, está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁰.

Nesse sentido, uma mudança gradual ocorre nos sistemas produtivos desenvolvidos nas unidades de produção do Planalto Médio, com a realização de novas atividades, em complemento ao cultivo da soja e do trigo. Um arranjo produtivo adotado entre produtores, sobretudo familiares, e indústria, a partir da década de 1990, é o sistema de contratualização, ou sistema de integração. Esse sistema, inserido e influente no âmbito do agronegócio e no modelo produtivista, agrega diferentes níveis, etapas e sucessões de atividades integradas. A criação de suínos, por exemplo, acompanha a história agrícola dos colonos da região. A demanda local pela banha, pelo toucinho e pela carne, bem como a terminação

¹⁰ Este programa, que em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural realizadas desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades em se manter na atividade (SCHNEIDER, 2003).

do suíno como complemento importante à alimentação e o fato de ser uma atividade intensiva em termos de quantidade de terra, tornaram esta produção uma das principais fontes de intercâmbio e circulação de mercadorias (TEDESCO, 1999).

A criação de suínos, de vacas leiteiras, de galinhas sempre foi acompanhada pela policultura, expressa no cultivo de milho, da uva, do fumo, de frutas, de feijão e do trigo. O mesmo autor, ao analisar as formas de contratualização e a racionalidade familiar, apresenta a analogia existente entre os processos derivados dos matadouros, frigoríficos e formas semiartesaniais de produção e os processos de âmbito industrial, técnico e mercadológico:

Os colonos não foram tomados de surpresa pela inserção das agroindústrias tanto de suínos quanto de fumo e uva; talvez um pouco diferente tenha sido em relação à avicultura industrial. Porém, como as práticas, métodos, processos e exigências não se diferenciam muito do suíno, houve uma incorporação não tão problemática do processo como um todo (TEDESCO, 1999, p. 121).

Neste conjunto de novas atividades implementadas nas unidades de produção, ocorre, recentemente em Passo Fundo e na Região, a ampliação da produção hortifrutigranjeira com a finalidade de comercialização da produção. Esta tendência amplia-se com a inserção dos produtores nas chamadas feiras centrais, ainda na década de 1990¹¹. Ademais, sua participação vem ganhando espaço com a produção e comercialização de produtos que não apresentem insumos químicos e fertilizantes em seus processos produtivos - produtos agroecológicos (TEDESCO, 2006).

¹¹ Embora uma das principais feiras de hortifrutigranjeiros em Passo Fundo, a Feira do Produtor, tenha sido lançada em dezembro de 1980 (AGROJORNAL, dez.1980. AHR).

A agricultura orgânica também representa um meio de resistência e permanência da agricultura familiar, dentro de um programa maior de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Faz-se necessário aos agricultores orgânicos uma remuneração satisfatória, do seu trabalho, havendo, portanto, a necessidade de mais consumidores deste tipo de produto em circuitos curtos e longos composto por consumidores urbanos e redes de supermercados (SCHMIDT, 2001). Embora os produtores apresentem-se parcialmente organizados¹² constata-se a necessidade de ampliação das redes de comercialização da produção de orgânicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste percurso da história agrária de Passo Fundo ressalta-se que os diferentes estágios da modernização da agricultura brasileira tiveram repercussão na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul e em Passo Fundo de maneira semelhante. Por ser um polo regional, Passo Fundo catalisou e disseminou os principais processos técnicos e econômicos agrícolas, estando à frente destes processos que afetaram a agricultura local e regional.

O município de Passo Fundo tornou-se representante destas transformações. A relevância do município para o Planalto Médio está relacionada a elementos ligados as principais fases de sua história agrária. A partir dos anos de 1950, o cenário da agricultura regional se modifica, ocorrendo a implantação de novas técnicas na lavoura, com o processo de mecanização e o uso de implemen-

¹² Como expoente da venda de produtos hortifrutigranjeiros orgânicos cita-se a feira de produtos ecológicos da região de Passo Fundo (fundada em 1998) composta por grupos de trabalho representantes de diversas associações e entidades de apoio e assessoria como Cetap, Pastorais, Cáritas, Diocesana, Coonalter com iniciativas na forma de cooperação (associações e cooperativas) e a participação de

tos e insumos modernos. Já em 1960 a dobradinha da produção de trigo/soja destaca-se. Esse sistema produtivo contribui para o estímulo ao crescimento econômico da região, dando início a um processo agroindustrial, desenvolvido por agricultores e por profissionais liberais que estabeleceram seus negócios na área agroindustrial e comercial, contando com o auxílio do sistema cooperativista regional como já apontado por Tedesco (2005).

Entre os principais sistemas de produção desenvolvidos pelos produtores em suas unidades de produção, o cultivo da soja está presente na maior parte das propriedades rurais, a partir da década de 1970 até o início dos anos de 1990. Nessa década (1990), mesmo com a manutenção da cultura da soja, ampliam-se novos arranjos produtivos, como os processos de integração entre as indústrias de aves, suínos e os produtores rurais (integração agroindustrial). A integração se desenvolve facilitada pelas características culturais, de produção e envolvimento comercial regional, inerente a parte dos agricultores, ampliando, rapidamente, o número de unidades de produção que implementam, sobretudo, a integração avícola no município.

Paralelamente, amplia-se no Município a produção de leite. O leite ao apresentar forte liquidez monetária, configurando-se como importante produto no interior dos sistemas de produção, sobretudo, em momentos de crise agrícola das culturas da soja e trigo. Neste sentido, outra atividade que amplia sua participação, principalmente em unidades com poucas áreas agriculturáveis, é a produção comercial de culturas de horta e pomar (produção hortifrutigranjeira). A opção dos produtores, por estes cultivos, justifica-se como uma estratégia de maximização de recursos, por vezes, escassos.

Como futuras possibilidades de investigação sugere-se a atuação deste tipo de análise, visando a compreensão nos novos mo-

delos de agricultura e sociedade, bem como, as relações comerciais, tecnológicas e de políticas públicas para a agricultura da região e, sobretudo, para Passo Fundo.

REFERÊNCIAS

- BASSO, D.; DELGADO, N. G.; SILVA NETO, B. *O Estudo de Trajetórias de Desenvolvimento Rural*: caracterização e comparação de diferentes abordagens. Desenvolvimento em questão, Ijuí/RS, v. 1, p. 73-105, 2003.
- BATISTELLA, A. KNACK, E. R. J. Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. In: BATISTELLA, A. (Org.). *Passo Fundo, sua história*: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia, imprensa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo (RS): Ed. Méritos, 2007. v.1. p. 29-62.
- BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí (RS): Editora UNIJUÍ, 1997.
- BEUX, P. I. *Considerações sobre a constituição e a consolidação de um complexo agroindustrial – 1960 a 1980*. (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em História. Passo Fundo, UPE, 2003.
- BRUM, A. J. *Modernização da agricultura no Planalto Médio*. Ijuí (RS): FIDENE, 1983 (coleção biblioteca da vida rural, v.1).
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez., 2003.
- BUAINAIM, A. M. *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável*: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.
- DAL'MORO, S. M. RÜCKERT, A. A. A agricultura no processo de desenvolvimento no Planalto Médio rio-grandense. In: SILVA, A. M. R. et al. (Org.). *Estudos de geografia regional*: o urbano, o rural e o rurbaro na região de Passo Fundo. Passo Fundo: Ed. UPE, 2004. p. 26-68.

D'AVILA, N. E. P. *Passo Fundo: terra de passagem: uma história concisa da cidade e do município*. Passo Fundo (RS): Aldeia Sul, 1996.

DIEHL, A. A. *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo (RS): Ed. UPF, 1998.

FALKEMBACH, E. M. F. *Dinâmica social e cooperativa: o caso do FE-COTRIGO*. Porto Alegre (RS): Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1985.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e de desenvolvimento sustentável. Projeto UTF/BRA/036.1994.

FERREIRA, M. M.; SIQUEIRA, R. S. O contexto econômico e político de Passo Fundo do século XIX à década de 1930. In: DIEHL, Astor, A. (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo (RS): UPF, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Disponível em: <www.iica.org.br/> Acesso em agosto de 2006.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (Orgs.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990.

KUJAWA, H.; DALBOSCO, V. L.; DIEHL, A. A. (Coord.). *Visões da história do planalto Rio-Grandense: (1980-1995)*. Passo Fundo (RS): Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

MASSUQUETTI, A. *A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97*. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MÜLLER, C. A. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Banrisul, 1998. 228p.

OLIVEIRA, F. A. X. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto cultural*. Passo Fundo (RS): EDIUPF, 1990 a.

OLIVEIRA, F. A. X. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto geo-*

gráfico. Passo Fundo (RS): EDIUPF, 1990 b.

RADAELLI DA SILVA, A. M. et al. (Org.) *Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o rurbarano na região de Passo Fundo*. Passo Fundo (RS): Ed. Universidade de Passo Fundo, 2004.

RÜCKERT, A.A. *A trajetória da terra ocupação e colonização do centro-norte do rio grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

RÜCKERT, A.A. *Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990*. Porto Alegre (RS): UFRGS Ed. 2003.

SCHMIDT, W. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v.2 (1), 2001.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SILVA NETO, B. et al. *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul*. Análise e recomendações de Políticas. Ijuí (RS): Editora UNIJUÍ, 2005.

SILVA, S. M. *O tropeirismo de porcos: processos mercantis e dinâmicas socioculturais na região Nordeste do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

STRECK, E. V. et al. *Solos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

TEDESCO, J. C. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo - Pós-anos 90*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: EST, 2006.

TEDESCO et al. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: Ed. Est, 2005.

TEDESCO, J. C. *Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: Ed. Est, 2000.

TEDESCO, J. C. Contratualização e racionalidade familiar. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo (RS): Ed. UPF, 1999. p. 108-145.

TEDESCO, J. C. Passo Fundo e a produção do território pós-anos 1950: migração e urbanização. In: BATISTELLA, A. (Org.). *Passo Fundo, sua*

história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia, imprensa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2007. v.1. p. 347-376.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo (RS), UPF, 2002.

WENTZ, L. I. M. *Os caminhos da madeira: região Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

ZARTH, A. P. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí (RS): Editora UNIJUÍ, 1997.



A AGRICULTURA FAMILIAR
EM PASSO FUNDO:

*características e alguns resultados de
Políticas Públicas (1995-2020)*

INDAIA DIAS LOPES



A agricultura familiar desempenha significativo papel em todo o mundo e contempla uma categoria social e econômica que é heterogênea, diversificada, estratificada e multifacetada. Conforme Graeub *et al.* (2016), estima-se que existam em torno de 500 milhões de agricultores familiares no mundo, que produzem aproximadamente 80% da alimentação mundial.

No Brasil, assim como em outros países, a agricultura familiar ocupa papel de destaque. Os dados do último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2017 (IBGE, 2019a) revelam que existiam **5.073.324** estabelecimentos agropecuários no país. Desse universo, 3.897.408 (76,8%) eram de agricultores familiares. Em termos de pessoal ocupado, os dados demonstram que os estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar concentravam 10.115.559 pessoas (67% do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais). Porém, esses estabelecimentos ocupavam apenas aproximadamente 80.891.084 hectares da área total dos estabelecimentos rurais do país, ou seja 23%, indicando uma inversão de representatividade.

Em termos de produção desse segmento, o valor total da produção desses estabelecimentos correspondeu a R\$ 106,5 bilhões, o equivalente a 23% do total da produção agropecuária nacional, onde a região Sul do país se destacou contribuindo com R\$ 43,9 bilhões (IBGE, 2019a).

Assim, evidencia-se que a agricultura familiar é um segmento caracterizado por inúmeras desigualdades internas, dificuldades

produtivas, de acesso a terras e ao crédito. Até o final do século XX, a política agrícola brasileira, particularmente após o período do pós-guerra, beneficiou os agricultores detentores de grandes extensões de terra por meio de subsídios fiscais e de crédito (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001), negligenciando a agricultura familiar. Esse segmento não era reconhecido pelo estado brasileiro até a década de 1990 e não havia políticas públicas de crédito que contemplassem essa categoria social em âmbito nacional.

A agricultura familiar diversificada oferece oportunidades para que se estabeleçam relações produtivas e comerciais, no âmbito regional, direcionados à produção, distribuição e consumo de alimentos diferenciados. Neste sentido, Maluf (2004) ressalta que é importante a elaboração de ações públicas voltadas à promoção da produção e do consumo de alimentos regionais de qualidade, sob a forma de programas do governo e projetos que envolvam organizações não governamentais e entidades representativas dos agricultores e dos consumidores.

Em 1995, em um contexto de lutas, conflitos e reivindicações dos movimentos representativos da agricultura familiar, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma política pública de crédito rural que pode ser utilizada para o custeio das safras, para investimentos nas propriedades e, também, para a comercialização da produção. Essa política pública foi criada com o objetivo de oportunizar o acesso ao crédito à uma população que historicamente estava excluída desse processo e, no ano de 2020, completou um ciclo de 25 anos de funcionamento, onde houve muitos avanços, mas também inúmeros desafios na sua trajetória.

Nesse contexto, este capítulo tem como objetivo apresentar características da agricultura familiar no município de Passo Fun-

do, localizado no estado do Rio Grande do Sul (RS), percorrendo sobre alguns resultados do Pronaf no âmbito local, no período de 1995 a 2020.

O município de Passo Fundo caracteriza-se por ser uma região historicamente voltada à grande produção agrícola de *commodities*, com marcante concentração de terra na agricultura. Mesmo assim, destaca-se a relevância do estudo sobre a agricultura familiar no âmbito local e das políticas públicas, visto que esta categoria social busca se reproduzir e comercializar seus produtos à margem de uma categoria hegemônica na região (CASSOL, 2013).

Em termos metodológicos, este estudo insere-se na perspectiva da História Local, com o estudo da agricultura familiar e sua inserção no Pronaf no município de Passo Fundo. Conforme Barros (2013), em um país caracterizado por significativas diferenças geográficas, culturais e naturais, como o Brasil, o local vem se constituindo um importante espaço para a prática historiográfica.

As principais fontes utilizadas para esse estudo foram legislações, dados do financiamento do Pronaf na Matriz de dados do Crédito Rural (MDCR¹) e no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (Bacen²), e Censos Agropecuários do IBGE.

RECONHECIMENTO, COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

No contexto brasileiro, a expressão agricultura familiar, até início da década de 1990, tanto no meio científico, quanto governamen-

¹ Dados públicos e abertos, sem necessidade de autorização para acessá-los.

² Dados públicos e abertos, sem necessidade de autorização para acessá-los.

tal e das políticas públicas, era denominada por diferentes termos, tais como: pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência, agricultura não-comercial (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005). Igualmente, não existiam no país instrumentos ou políticas públicas de alcance nacional direcionadas ao atendimento e ao desenvolvimento desta categoria social (BERGAMASCO; DELGADO, 2017).

O reconhecimento da agricultura familiar no Brasil deve-se principalmente em função de três fatores: a) após o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), ocorreu a retomada do movimento sindical no país; b) no início da década de 1990, ocorreu uma intensificação do debate, feito particularmente por cientistas sociais acerca do papel da agricultura familiar no Brasil; e c) com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995, ocorreu o reconhecimento deste segmento social (agricultura familiar) por parte do Estado e das políticas públicas (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Picolotto e Medeiros (2017, p. 352) reforçam os fatores elencados, destacando que a agricultura familiar ganhou notoriedade no Brasil a partir da luta dos movimentos sociais e da implementação do Pronaf:

[...] a consagração da categoria *agricultura familiar* se deu em meados dos anos 1990, quando, por efeito da eficácia política dos *Gritos da Terra*, encabeçados por Contag e CUT, e também por várias mobilizações de *pequenos produtores* em todo o país, o governo criou o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Desde então, os agricultores progressivamente passaram a se identificar como tal, para serem reconhecidos como público do novo programa.

O Estado brasileiro conferiu reconhecimento à agricultura familiar com a criação de políticas públicas específicas para este público e, para tanto, em 2006 instituiu legislação própria que trata da definição deste segmento, estabelecendo critérios para seu enquadramento. De acordo com a Lei nº 11.326, de 4 de julho de 2006 (BRASIL, 2006, p. 1), é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que exerce atividades no meio rural, cumprindo simultaneamente os requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento [...];
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A Lei nº 11.326/2006 definiu oficialmente a agricultura familiar no país e tem objetivos operacionais e para fins de políticas públicas, delimitando o tamanho da propriedade, o predomínio da mão de obra e a origem da renda (BELIK, 2015).

Mesmo com uma legislação específica que a define, deve-se considerar que a agricultura familiar brasileira contempla diversas tipologias de famílias, contextos sociais nos quais estão inseridos, diferentes histórias e origens. Se tomarmos o país como um todo, encontraremos um número grande de agricultores familiares, com diferentes terminologias que os identificam: colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho (SCHNEIDER, 2010), além de outros termos utilizados na literatura sobre a temática.

Contribuindo para o debate sobre o conceito de agricultura familiar, Schneider (2016, p. 95) considera que a categoria social dos agricultores familiares são:

[...] unidades de trabalho e produção, que em geral trabalham em um pequeno pedaço de terra, quase sempre de propriedade privada (embora não necessariamente), por meio da qual retiram o essencial para alimentar a própria família, mas também para vender, comprar, intercambiar e acumular. Do ponto de vista sociológico, os agricultores familiares se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção, que se situa em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um grupo familiar, ligados por laços de parentesco com a terra e os outros meios de produção, do mesmo modo que com outras unidades familiares e grupos sociais.

A produção familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção, sendo que, ao mesmo tempo, é a principal responsável pela efetivação do trabalho, conforme destacado por Schneider (2016).

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

O município de Passo Fundo foi instalado em 07 de agosto de 1857, a partir do desmembramento do município de Cruz Alta (IBGE, s/d) e igualmente se localiza na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul. Este município integra o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede³) Produção, que congrega 21 muni-

³ Os Coredes foram institucionalizados a partir da Lei nº 10.283 de 17/10/1994 e se constituem em um fórum de discussão para a promoção de políticas que promovam o de-

cípios, totalizando 358.923 habitantes (FEE, 2015), sendo Passo Fundo o principal centro urbano deste Corede. Passo Fundo é considerada a “Capital Regional” e possui ligação direta com Porto Alegre, polarizando municípios importantes do seu entorno, tanto do Corede do qual faz parte, quanto de Coredes vizinhos (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Na Figura 1, apresenta-se o mapa do Rio Grande do Sul, com a localização de Passo Fundo sinalizada na cor cinza escuro.

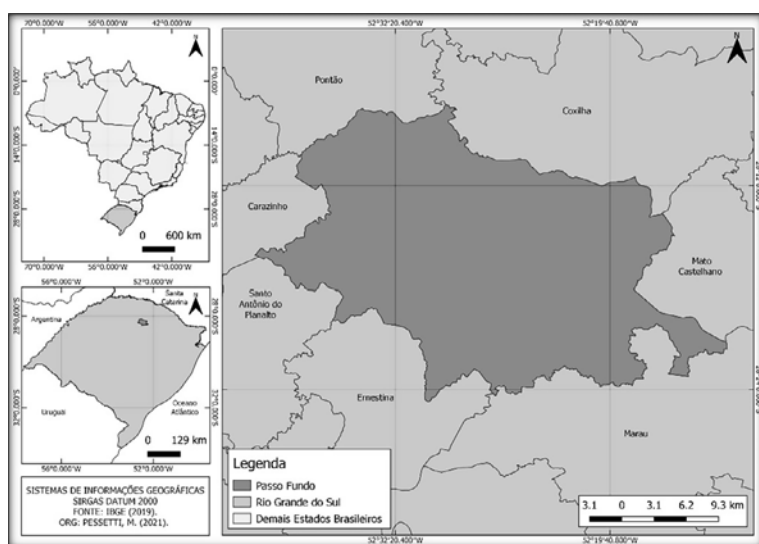


Figura 1. Localização geográfica de Passo Fundo, 2019. Fonte: IBGE, 2019b.

É considerado um município de porte médio, com uma população estimada no ano de 2021 em 206.103 habitantes. Aproximadamente 97,46% da população reside na área urbana e 2,54% no meio rural, conforme o censo populacional realizado pelo IBGE no ano de 2010 (IBGE, 2021). O Índice de Desenvolvimento Hu-

senvolvimento regional. Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 28 Coredes e a cidade de Passo Fundo integra o Corede Produção (ATLAS SOCIOECONOMICORS, s/d).

mano (IDHM) para o ano de 2010 foi de 0,776, situando-o na faixa de IDHM alto (ATLASBRASIL, s/d).

Em 2018, Passo Fundo possuía um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 45.327,11, abaixo da média do Rio Grande do Sul, que era de R\$ 51.681,23 no mesmo ano (IBGE, 2021). A economia do município é relativamente diversificada e apresenta um perfil mais voltado às atividades industriais e de serviços.

Passo Fundo teve seu desenvolvimento caracterizado pela forte presença de granjeiros⁴ dedicados à cultura do trigo e, após, da soja, integrados a processos agroindustriais a montante e a jusante, com reduzida população no meio rural (TEDESCO; SANDER, 2005; TEDESCO, 2006; CASSOL, 2013). Mesmo com essas características, esse espaço comporta também agricultores familiares que preservam conhecimentos tradicionais (TEDESCO, 2010).

O município de Passo Fundo possui uma área de 783,603 km², com aproximadamente 90% de sua área rural, 60% da qual destinada à produção de milho, trigo e soja e os outros 30% utilizados para atividades como a avicultura, bovinocultura de leite e a horticultura (ALBRECHT *et al.*, 2015).

A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

De acordo com Fritz Filho (2009), historicamente o dinamismo do espaço econômico rural do município teve como principais atores os granjeiros, as cooperativas, as agroindústrias e os comerciantes urbanos. Esta dinâmica, segundo o autor, ampliou-se

⁴ Neste estudo, utiliza-se o termo “granjeiros”, a partir de Frantz e Silva Neto (2015), que o definem como uma classe de empresários rurais, profissionais liberais, comerciantes e pequenos industriais, que empregavam mão de obra assalariada na cultura do trigo. Os autores ressaltam que a atuação dos granjeiros não ficou restrita apenas às atividades agrícolas.

a partir de 1965, com o incremento da lavoura empresarial da soja, atingindo o apogeu em 1970, momento em que esta cultura assumiu o protagonismo no processo de modernização da agricultura desta região.

A partir de 1978/1979 observa-se a busca por diversificar as culturas para que a agricultura de Passo Fundo não ficasse na dependência de duas safras: trigo e soja (BRUM, 1983). A partir dos anos 1990, as unidades de produção agrícola em Passo Fundo caracterizam-se por conviver, em um mesmo território, com diferentes configurações produtivas, conforme destaca o autor:

unidades de produção agrícola destinadas unicamente à produção de culturas de verão e inverno, unidades com atividades de integração indústria-produtor familiar e produção de soja, propriedades com atividades de cultivo de soja e criação, unidades com produção de hortifrutigranjeiros, entre outras (FRITZ FILHO, 2009, p. 27).

Ainda que Passo Fundo seja um município com o espaço agrícola caracterizado pela agricultura moderna, a presença da agricultura familiar é significativa (TEDESCO, 2006), conforme consta na Tabela 1, elaborada com dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

Grande parte dos estabelecimentos com menos de 100 ha devem ser de agricultores familiares. Mais de 50% dos agricultores de Passo Fundo estão no estrato de 0 a 20 ha, mas estes utilizam em torno de 6% da área total destinada para a agricultura deste município e, muito provavelmente, em regiões onde o relevo e o solo não sejam os melhores para as práticas agropecuárias. A concentração da terra é marcante na agricultura de Passo Fundo. De um lado, cerca de 73% dos estabelecimentos têm menos de 50 hectares

e possuem, juntos, em torno de 15% da área total, enquanto de outro lado, 15,44% dos estabelecimentos têm mais de 100 hectares e detêm próximo de 60% da área total. Esses dados indicam claramente um perfil de estabelecimentos agropecuários de média e grande escala.

Grupos de área total (hectares)	Nº estabelecimentos (unidades)	%	Área estabelecimentos (hectares)	%	Pessoal ocupado	%
De 0 a menos de 20 ha	487	54,11	3.605	6,07	1.304	45,25
De 20 a menos de 50 ha	171	19	5.414	9,12	582	20,19
De 50 a menos de 100 ha	103	11,44	6.913	11,65	312	10,82
De 100 a menos de 500 ha	117	13	25.155	42,39	582	20,19
De 500 ha e mais	22	2,44	10.383	17,50	102	3,54
TOTAL	900	100	59.340	100	2.882	100

Tabela 1. Número, área e pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do município de Passo Fundo, 2017. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de IBGE (2019a).

Com relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, em torno de 76% concentram-se em grupos de áreas de menos de 100 ha, enquanto apenas 23,73% concentram-se nos grupos de área de 100 ha ou mais. A parte majoritária do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais no município concentra-se em grupos de área onde predominam agricultores familiares.

Conforme Tedesco (2006), a região de Passo Fundo sempre se caracterizou por uma agricultura moderna dos granjeiros, voltados particularmente à produção de soja, com baixa densidade populacional no meio rural. Porém, ainda que seja um espaço agrícola caracterizado por uma agricultura moderna, principalmente volta-

do à monocultura da soja, há uma presença significativa de agricultores familiares, conforme revelam os dados do IBGE (2019a), e que buscam se reproduzir à margem de uma categoria hegemônica na região.

No Gráfico 1 busca-se apresentar um panorama da evolução do número de estabelecimentos agropecuários no município de Passo Fundo por grupos de área total.

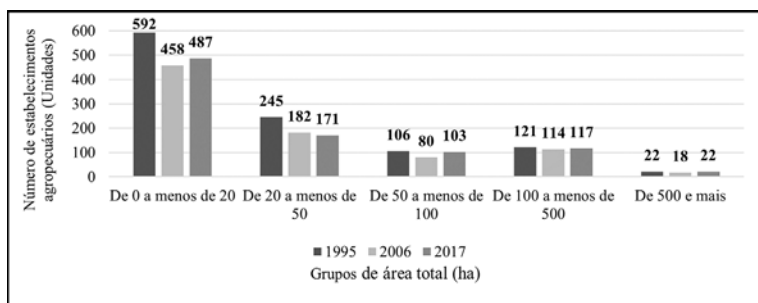


Gráfico 1. Evolução do número de estabelecimentos agropecuários em Passo Fundo, por grupos de área total, 1995 a 2017. Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (1995; 2009; 2019a).

O Gráfico 1 ilustra as mudanças no número de estabelecimentos agropecuários em Passo Fundo. Destaca-se que houve uma sensível redução do número de estabelecimentos agropecuários nos grupos de área total de 0 a menos de 20 ha e de 20 ha a menos de 50 ha. São estratos de agricultores familiares que, de acordo com os dados dos últimos três censos agropecuários realizados pelo IBGE (1995, 2006 e 2017), sofreram importantes reduções no número de estabelecimentos no município analisado. Os agricultores familiares pertencentes a esses grupos de área total se enquadram em políticas públicas, como o Pronaf.

Em Passo Fundo, as mudanças ocorridas em termos de área total dos estabelecimentos agropecuários são mais significativas

nos grupos de área total de 500 ha ou mais, conforme pode-se observar no Gráfico 2.

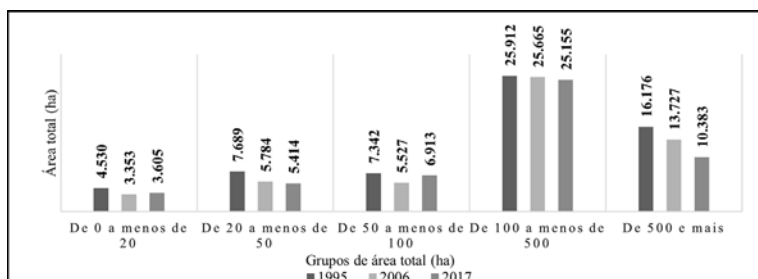


Gráfico 2. Evolução da área total dos estabelecimentos agropecuários em Passo Fundo, por grupos de área total, 1995 a 2017. Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (1995; 2009; 2019a).

Esse grupo de área total representa em Passo Fundo, aproximadamente, 2% dos estabelecimentos agropecuários, mas ocupa em torno de 18% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município. Os agricultores detentores desses estratos de área não se enquadram em políticas públicas como o Pronaf⁵, mas, juntamente com os grupos de área total de 100 a menos de 500 ha, perfazem a maior área dos estabelecimentos agropecuários do município.

Na segunda metade do século XX, o processo de modernização da agricultura impulsionou o avanço do capitalismo no campo. Mas, foi um processo excludente, que atingiu os médios e grandes agricultores em detrimento dos pequenos. Nesse contexto, a região

⁵ O Pronaf foi instituído pela Resolução nº 2.191/1995 do Banco Central do Brasil, que determina que para acessar os recursos dessa política pública o agricultor familiar deve comprovar possuir área de até quatro módulos fiscais. O tamanho do módulo fiscal varia nos diferentes municípios brasileiros, sendo em Passo Fundo, de 16 ha. Assim, para acessar uma linha de crédito do Pronaf, além de outros requisitos previstos na legislação pertinente, no caso de Passo Fundo, os agricultores familiares devem comprovar possuir área de até 64 ha.

do Planalto Gaúcho, onde situa-se o município de Passo Fundo, se destacou com a significativa presença de granjeiros.

Em relação às principais culturas agrícolas dos municípios, os dados apresentados no Gráfico 3 são do ano de 2018 e apresentam as cinco principais culturas plantadas.

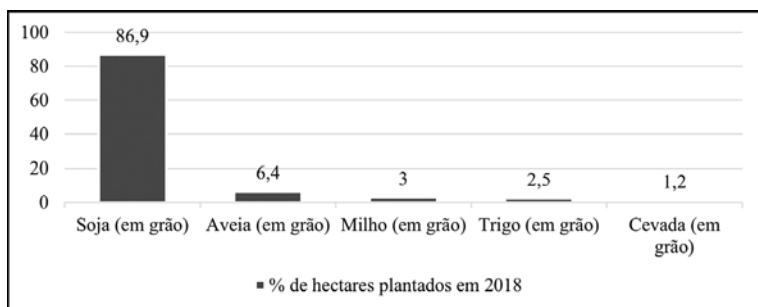


Gráfico 3. Principais culturas agrícolas do município de Passo Fundo (2018). Fonte: Sebrae (2018).

Em Passo Fundo, foram plantados 47.179 hectares em 2018, onde as cinco principais culturas foram: soja (86,9%), aveia (6,4%), milho (3%), trigo (2,5%) e cevada (1,2%). Nesse município, a soja é a principal cultura produzida, enquanto as outras culturas listadas não apresentam resultados significativos.

No tocante à agroindustrialização, esse município somou, até o ano de 2020, nove agroindústrias cadastradas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF⁶), configurando um baixo potencial nesse segmento.

⁶ O PEAF foi criado por meio do Decreto nº 49.341, de 5 de julho de 2012, e tem como objetivos: propiciar linhas de crédito aos agricultores familiares com juros mais acessíveis; aumentar a participação dos agricultores familiares nos mercados institucionais (como o PAA e o PNAE); oferecer serviços para orientar sobre os processos de regularização sanitária e ambiental; oferecer espaços de comercialização local e também estimular a participação em feiras de alcance nacional, regional e estadual; além disso, promover a participação de agricultores familiares em associações e cooperativas (SEAPDR, 2021).

PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES LOCAIS NO PRONAF

Uma das principais políticas públicas para a agricultura familiar brasileira é o Pronaf, uma linha de crédito rural com juros subsidiados criado pelo governo federal em 1995. A criação desse programa representou uma importante conquista para os movimentos representativos da agricultura familiar que, durante muito tempo, estiveram à margem das políticas públicas e lutavam por uma política de crédito com juros diferenciados.

Um dos documentos exigidos para o agricultor familiar acessar quaisquer das linhas do Pronaf entre aproximadamente outras 15 políticas públicas do governo federal é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é o documento de identificação da agricultura familiar. A DAP possui caráter declaratório e tem validade máxima de até dois anos, a contar da sua emissão. Através desse documento, os agricultores familiares são classificados em quatro grupos definidos por critérios de renda e de acesso a políticas públicas, conforme o Quadro 1.

Da classificação apresentada, evidencia-se dois grupos: grupo B, que são os agricultores mais descapitalizados e, conforme Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), são esses que ao longo da história foram excluídos das políticas públicas; e grupo V (ou Variável), que são os agricultores familiares mais capitalizados. O Grupo V foi instituído no ano safra de 2008/2009, quando foi lançado o Plano Safra Mais Alimentos. Esse grupo comporta agricultores familiares que antes eram enquadrados nos Grupos C, D e E. Conforme Conterato, Bráz e Rodrigues (2021), o grupo V concentra os agricultores mais tecnificados e com as rendas mais elevadas, segundo os critérios de enquadramento do Pronaf.

Grupos	Critérios de enquadramento
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá) ou que, ainda, não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.
B	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil.
A/C	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que: (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo “A”; e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”.
V	Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil.

Quadro 1. Grupos de classificação da DAP. Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do MAPA (2020a).

A classificação dos agricultores familiares em grupos para fins de obtenção da DAP, conforme apresentado no Quadro 1, retrata a diversidade e a heterogeneidade da agricultura familiar brasileira, um segmento que não pode ser tratado de forma homogênea, que apresenta especificidades e que contribui para o desenvolvimento rural das diferentes regiões do país.

O sítio institucional do MAPA reúne informações sobre a situação dessas declarações no Sistema Extrato DAP, que podem ser pesquisadas por Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, informando o Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do agricultor/associação/cooperativa ou por município. Ao consultar essas informações nas declarações dos agricultores, é possível verificar em qual grupo foi feito o enquadramento. Esse dado é relevante para a discussão proposta nesse capítulo, pois a classificação em grupos tem como critério a renda.

Assim, por meio dessa classificação, é possível ter uma visão abrangente de qual a faixa de renda são os grupos de agricultores familiares habilitados a acessar as políticas públicas para a agricultura familiar em Passo Fundo, como pode se observar na Tabela 2.

	Ativas	Canceladas	Expiradas
Grupo A	0	0	7
Grupo B	3	1	13
Grupo A/C	0	0	0
Grupo V	446	41	406
Total	449	42	426

Tabela 2. DAPs físicas em Passo Fundo, 2020⁷. Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do MAPA (2020b).

Os dados apresentados na Tabela 2 revelam um número de DAPs físicas, em sua maioria, no Grupo V, no município. Nos Grupos A e A/C não foram identificadas DAPs ativas. O Grupo V, que nos anos anteriores ao ano safra 2008/2009 eram divididos em Grupo C, D e E, desde a criação do Pronaf constituía-se de agricultores que conseguiam cumprir com as exigências bancárias sem maiores dificuldades, sendo esse o grupo predominante de agricultores detentores de DAPs físicas ativas em Passo Fundo.

Em Passo Fundo, até o ano de 2020, havia duas DAPs jurídicas ativas. No entanto, o que chama a atenção é que a única cooperativa de agricultores familiares de Passo Fundo que possui DAP ativa, que é a Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativa Ltda (Coonalter), possui 53 associados com DAPs ativas, reconhecidos pelo MAPA, porém nenhum agricultor familiar do município de

⁷ A consulta resulta no número de DAPs atualizadas no dia em que a pesquisa é realizada. Portanto, os dados de DAPs ativas referem-se ao ano de 2020.

Passo Fundo. Somente há uma DAP jurídica ativa no município que é de um empreendimento rural do próprio município.

A análise das DAPs físicas e jurídicas de Passo Fundo revela que os agricultores familiares detentores de DAPs no município não estão organizados em cooperativas e associações, indicando a ausência na esfera local desses tipos de organizações.

No município de Passo Fundo não se identificou nenhuma associação ou cooperativa de agricultores familiares que agregue a diversidade de agricultores deste município. Conforme evidenciado no estudo de Lopes (2018), havia duas associações de agricultores familiares em Passo Fundo, a Associação Pequenos Agricultores Familiares de Passo Fundo (Agropasso) e a Cooperativa de Produtores de Leite de Passo Fundo Ltda (Agroleite). Essas instituições tiveram problemas em sua administração, onde devido a irregularidades no que diz respeito à legislação dos mercados institucionais dos quais participavam (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), elas foram desarticuladas. Alguns agricultores familiares de Passo Fundo vinculados a essas organizações acabam se associando em cooperativas de município vizinhos, como é o caso da Cooperativa de Produção Terra e Vida Ltda (Coopervita), localizada no município de Tapejara⁸ (RS).

É importante frisar a existência de duas organizações específicas que atuam em Passo Fundo, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap) e a Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativa Ltda (Coonalter). O Cetap é uma organização sem fins lucrativos que trabalha em prol de uma agricultura sustentável e de base ecológica, atende agricultores familiares de municípios vizinhos a Passo Fundo, muitos utilizam o Pronaf nesses locais, mas

⁸ O município de Tapejara localiza-se a 56 km de Passo Fundo.

não atende agricultores familiares de Passo Fundo. Por sua vez, a Coonalter também tem como foco a produção orgânica ou agroecológica e congrega em seu quadro de associados, agricultores familiares de vários municípios, mas também não há agricultores de Passo Fundo.

No Gráfico 4 podem ser conferidos os dados referentes ao número de contratos e do volume de recursos do Pronaf em Passo Fundo, de 1999 a 2020.



Gráfico 4. Evolução do número de contratos e volume de recursos do Pronaf em Passo Fundo, 1999-2020. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados de Bacen (2012; 2020).

No período analisado no Gráfico 4, destaca-se que após o ano/safra 2009/2010, o número de contratos seguiu uma tendência de elevação, atingindo o auge no ano/safra 2011/2012, assim como o volume de recursos aplicados no município. A partir do ano/safra 2012/2013, o número de contratos sofreu reduções ano a ano, porém, o volume de recursos voltou a se elevar após o ano/safra 2014/2015, indicando o aumento no valor médio dos con-

tratos e maior concentração dos recursos em um número menor de agricultores.

No período de 2004 a 2013, a economia brasileira vivenciou um cenário de expansão. Porém, a partir de 2014 iniciou um período de contração, seguido de uma prolongada recessão no período de 2015-2016. As razões dessa desaceleração são associadas a vários fatores, como as políticas intervencionistas formuladas pelo governo (PAULA; PIRES, 2017). Dessa forma, esses acontecimentos ligados à recessão econômica brasileira, influenciaram nas políticas públicas. No caso do Pronaf, se observou, no nível local, tanto a redução do número de contratos, quanto o volume de recursos aplicados.

A partir do ano safra 2015/2016 o volume de recursos voltou a aumentar, mas não foi acompanhado do aumento do número de contratos, assim, o valor médio dos contratos ficou mais elevado a cada ano. Uma das explicações para o aumento no valor médio dos contratos pode residir na criação de linhas ao longo dos anos e na ampliação do universo de beneficiários do Pronaf, fruto das inúmeras autorizações que ampliaram a renda familiar dos agricultores familiares para o enquadramento no programa (DE CONTI; ROITMAN, 2011), abrindo espaço para categorias mais capitalizadas de agricultores.

Com relação à evolução do volume de recursos ao longo dos anos, deve-se considerar também as mudanças nas regras do programa, visto que no ano safra de 2006 o limite de financiamento para o Grupo B era de R\$ 1.500,00, para o Grupo A, de R\$ 16.500,00 e para o Grupo V, de R\$ 36.000,00, passando no ano safra de 2015/2016, para R\$ 4.000,00 no Grupo B, para R\$ 26.500,00 no Grupo A e para R\$ 165.000,00 no Grupo V. Portanto, Zeller e Schiesari (2020) apontam que a elevação dos recur-

sos do Pronaf vem ocorrendo principalmente devido a mudanças financeiras que ocorreram no país e às alterações nas normas do programa, que possibilitaram um aumento no volume dos empréstimos com a ampliação do limite de crédito nos diferentes grupos.

O Pronaf Mais Alimentos foi lançado no Plano Safra 2008/2009, com o objetivo de elevar a produtividade da agricultura familiar, por meio do financiamento da infraestrutura das propriedades, direcionada para projetos de investimento (SCHUHMANN, 2012). Com a criação do Pronaf Mais Alimentos, a modalidade de investimentos voltou a aumentar, sinalizando uma possibilidade de capitalização da agricultura familiar (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014) e, no âmbito local, associa-se a elevação do número de contratos, que ocorreu entre 2009/2010 a 2011/2012, a essa linha de crédito.

Vários estudos⁹ locais vêm enfatizando que a modalidade de Pronaf mais utilizada nos municípios brasileiros é o custeio agrícola, o que também se confirma no município estudado. O Gráfico 5 (na página seguinte) apresenta os principais produtos financiados pelo Pronaf em Passo Fundo nas modalidades de custeio agrícola e pecuário.

O volume dos recursos do Pronaf custeio aplicados em Passo Fundo, principalmente para a cultura da soja, variaram de 70,82% a 68,48% no período. A cultura da soja é uma das cinco principais culturas no município estudados, representando 86,9% do total de hectares plantados em Passo Fundo (SEBRAE, 2019). Conforme Trennepohl (2011), a soja é a atividade econômica mais importante da mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul. Essa cultura foi impulsionada pela crescente demanda internacional com preços

⁹ Brignoni (2014); Capellesso, Cazella e Burigo (2018); Coelho e Maciel de Paula (2018); Dalcin e Hartmann (2021).

atrativos na década de 1970. Compondo o binômio trigo-soja, essa cultura contribuiu para fomentar o processo de modernização da agricultura na região, mecanizando as lavouras e, em consequência, aumentando o êxodo rural e a urbanização.

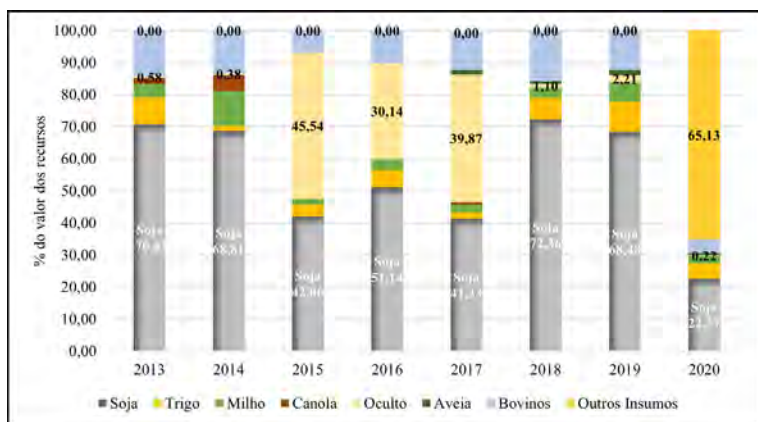


Gráfico 5. Distribuição dos recursos aplicados pelo Pronaf (em %) nas modalidades de custeio agrícola e pecuário, por produto, Passo Fundo, 2013-2020. Fonte: elaborado pela autora a partir de dados de Bacen (2020).

Maluf (2004) explica que os agricultores familiares possuem dois tipos de vínculos com os mercados de seus produtos. Um deles está relacionado com as cadeias integradas no cenário nacional e internacional; o outro, aos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos. O que se percebe pelos dados do Pronaf nesse município, é que muitos agricultores familiares vêm utilizando recursos dessa política pública para principalmente produzir para grãos (soja, trigo, milho).

Observando os dados do Gráficos 5, o que chama a atenção é que os principais cultivos financiados em Passo Fundo pelo Pronaf estão associados a lavouras de monocultura, predominantemente soja, revelando que nessa região, o Pronaf possui um caráter pro-

ativista no tocante aos produtos financiados por esta política pública de crédito rural. Bazzotti e Coelho (2017) salientam que esse modelo produtivo necessita de um número reduzido de mão de obra e de um grau elevado de especialização e integração com os mercados internacionais.

O que se percebe, pelos dados analisados, é que mesmo havendo a presença significativa de agricultores familiares nesse município, eles têm dificuldades de se organizar em cooperativas e associações. Provavelmente um dos fatores refere-se aos problemas já relatados no estudo de Lopes (2018), em que as experiências empreendidas de associações e cooperativas tiveram problemas de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é um segmento complexo, heterogêneo e possui uma diversidade de elementos que a caracterizam. No Brasil, esse segmento desempenha um significativo papel para as diferentes regiões brasileiras e, neste estudo, é compreendido enquanto um segmento onde família e trabalho estão intimamente relacionados, desenvolvem suas atividades produtivas em pequenas áreas e, na maioria das vezes, demandam de apoio do Estado por meio de políticas públicas.

Este estudo teve como objetivo apresentar características da agricultura familiar no município de Passo Fundo, discorrendo sobre alguns resultados do Pronaf no âmbito local.

O município de Passo Fundo caracteriza-se pela baixa densidade populacional no meio rural e teve o desenvolvimento de sua agricultura marcado pela forte presença de granjeiros, que se dedicaram principalmente à cultura do trigo e, após, da soja, que se constitui na principal cultura produzida no município.

Mesmo com essas características, há presença significativa de agricultores familiares no município, que desenvolvem suas atividades produtivas em pequenas áreas e utilizam políticas públicas, como o Pronaf. A agricultura familiar em Passo Fundo é um segmento representativo, mas que possui dificuldade de se organizar em cooperativas e associações e possui baixo potencial de agroindustrialização.

A análise do Pronaf no município demonstrou uma importante adesão dos agricultores familiares a essa política pública, os quais, em sua maioria, estão enquadrados no grupo V, de acordo com a classificação das DAPs, indicando um perfil de agricultores familiares mais capitalizados. Os recursos dessa política pública no município vêm sendo cooptados principalmente para a produção de *commodities* agrícolas, como a soja, revelando um caráter produtivo no nível local.

Por fim, ressalta-se que este trabalho faz parte da tese da autora, que analisa a execução do Pronaf nos municípios de Panambi e de Passo Fundo (Rio Grande do Sul) e foi organizado com resultados preliminares do estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005.

ALBRECHT, Angélica Leoni; *et al.* *A dinâmica de ATERs na efetivação do PNAE no município de Passo Fundo/RS*. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1035/Oficial%20Emater%20RS%20%28mercados%20institucionais%29_0.pdf. Acesso em: 05 jun. 2017.

ATLASBRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Você sabe o que é?** Desenvolvimento Humano. s/d. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ATLASSOCIOECONÔMICORS. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. *Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES*. s/d. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BACEN. Banco Central do Brasil. *Anuário Estatístico do Crédito Rural (até 2012)*. Bacen, 2012. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural. Acesso em: 10 jan. 2020.

BACEN. Banco Central do Brasil. *Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR)*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BARROS, José D' Assunção. *A Expansão da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BAZOTTI, Angelita; COELHO, Luzia Bucco. Produção de *commodities* pela agricultura familiar: insegurança alimentar e novos desafios ao Pronaf. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 38, n. 133, p. 113-129, 2017.

BELIK, Walter. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. *Texto para discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

BERGAMASCO, Maria Sonia Pessoa Pereira; DELGADO, Guilherme Costa. Apresentação. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 9-11.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 09 jan. 2020.

BRIGNONI, Carolina. *O perfil dos agricultores que acessam o Pronaf* – um estudo de caso no município de Erval Seco - RS. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura no Planalto Médio*. Ijuí: Fidene, 1983.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. Evolução do Pronaf crédito no período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 56, n. 3, p. 437-450, 2018.

CASSOL, Abel Perinazzo. *Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

COELHO, Luzia Bucco; MACIEL DE PAULA, Nilson. Políticas públicas e agricultura familiar: uma análise do Pronaf no Território do Cantuquiriguaçu – PR. *Revista Grifos*, v. 27, n. 45, p. 183-203, 2018.

CONTERATO, Marcelo Antônio; BRÁZ, Cauê Assis; RODRIGUES, Stefany Reis. A *commoditização* do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Revista Grifos*, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021.

DALCIN, Dionéia; HARTMANN, Raquel Jaíne. Captação e características do Pronaf no Corede Missões/RS (2013-2018). *Revista Grifos*, v. 30, n. 51, p. 301-326, 2021.

DE CONTI, Bruno Martarello; ROITMAN, Fábio Brenner. Pronaf: uma evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. *Revista do BNDES*, v. 35, p. 131-168, 2011.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. *Perfil Socioeconômico*. Corede Produção. Municípios do Corede em 2015. 2015. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17094635-perfis-regionais-2015-producao.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina da (Org.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito

to; BASSO, David (Orgs.) *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas públicas*. 2 ed. Ijuí: Editora Unijui, 2015.

FRITZ FILHO, Luiz Fernando. *Análise das trajetórias das unidades de produção agrícolas do município de Passo Fundo/RS*. 2009. 319f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRAEUB, Benjamin E. *et al.* The State of Family Farms in the World. *World Development*, v. 87, p. 1-15, 2016.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Victor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 2, p. 323-346, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Passo Fundo. Rio Grande do Sul – RS. *Histórico*. IBGE, s/d. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/passofundo.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agro 1995/1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=748>. Acesso em: 28 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário: resultados definitivos 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Malha digital*. 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?>. Acesso em: 02 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Passo Fundo*. IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passofundo/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 03 nov. 2021.

LOPES, Indaia Dias. *Análise da operacionalização do programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas de Passo Fundo-RS*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

MALUF, Renato Sergio Jamil. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaios FEE*, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Perguntas frequentes: dúvidas sobre a DAP?* MAPA, 2020a. Disponível em: [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/perguntas-frequentes#:~:text=A%20DAP%20%C3%A9%20a%20Declara%C3%A7%C3%A3o,como%20associa%C3%A7%C3%B5es%2C%20cooperativas%2C%20agroind%C3%BAstrias%20\(,](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/perguntas-frequentes#:~:text=A%20DAP%20%C3%A9%20a%20Declara%C3%A7%C3%A3o,como%20associa%C3%A7%C3%B5es%2C%20cooperativas%2C%20agroind%C3%BAstrias%20(,) Acesso em: 19 out. 2020.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Extrato DAP*. MAPA, 2020b. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>. Acesso em: 19 out. 2020.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 344 - 368.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Perfil Socioeconômico COREDE Produção*. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17094635-perfis-regionais-2015-producao.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2017.

SCHNEIDER, Sergio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris*, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Ser-

gio. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. *A agricultura familiar no Brasil*. Rimisp: Santiago, Chile, 2013.

SCHUHMANN, Maitê Luize. *O contexto e os efeitos do Pronaf Mais Alimentos para os agricultores familiares do município de Teutônia RS*. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SEAPDR. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. *Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf)*. 2021. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/agroindustria-familiar>. Acesso em: 05 fev. 2021

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Perfil das cidades gaúchas – Passo Fundo*. Sebrae, 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Passo_Fundo.pdf. Acesso em: 22 mai. 2020.

TEDESCO, João Carlos. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90*. Passo Fundo: UPF, 2006.

TEDESCO, João Carlos. Modernização, patrimônio cultural e dinâmicas familiares: estratégias camponesas territoriais de desenvolvimento no centro-norte do RS. *Ruris*, v. 4, p. 133-166, 2010.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

TRENNEPOHL, Dilson. *Avaliação de potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

ZELLER, Manfred; SCHIESARI, Carolina. The unequal allocation of Pronaf resources: which factors determine the intensity of the program across Brazil? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n. 3, p. 1-21, 2020.





A CRISE DOS ANOS 1980 E A
DINÂMICA DO MERCADO DE
TRABALHO DE PASSO FUNDO

CLEIDE FÁTIMA MORETTO



A constituição histórica da economia do município de Passo Fundo, no que diz respeito ao perfil produtivo, configurou forte especialização no setor de serviços. Segue, nesse contexto, uma tendência observada em nível mundial e do país, da terciarização das atividades produtivas. Conhecido como *terra de passagem*, em função dos hotéis e hospedarias locais que se constituam em pousada obrigatória dos tropeiros que vinham da fronteira sul, o município se consolidou pelo potencial produtivo na área da saúde e da educação (MORETTO, 2007).

Atualmente, com pouco mais de 23,0% de sua área física, a configuração geopolítica e administrativa, enquanto espaço urbano e rural, resulta de um intenso processo de urbanização, acelerado pelas diferentes segmentações do território, caso das emancipações. Passo Fundo integra o grupo dos dez principais municípios do estado do Rio Grande do Sul, com o oitavo valor de Produto Interno Bruto (PIB) e a quarta posição do Valor Adicionado Básico no setor terciário (Rio Grande do Sul, 2021a), pelos dados de 2019. A estimativa de sua população, para o ano de 2020 foi de 207.594 habitantes, demonstrando a importância de sua dinâmica socioeconômica e populacional no estado (Rio Grande do Sul, 2022a). O município enfrenta, de outra parte, alguns desafios no âmbito do seu desenvolvimento, o que pode ser observado, por um olhar prévio, pelo seu Idese¹: 0,792 no ano de 2019 (RIO GRAN-

¹ O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (Idese), criado em 2003 (FEE, 2003), abrange três dimensões, quais sejam, a educação, a renda e a saúde.

DE DO SUL, 2022b), um enquadramento como índice médio de desenvolvimento socioeconômico, 138ª posição entre os 497 municípios gaúchos, sendo a dimensão educação a menos expressiva (0,742) e a saúde com maior desempenho (0,841).

A dinâmica socioeconômica do município de Passo Fundo é representativa de um movimento de desconcentração e interiorização² da urbanização que tem ampliado a importância dos municípios de porte médio³ (RAMOS, MATOS, GARCIA, 2011; SIMÕES, AMARAL, 2011). Essa ampliação de cidades de médio porte, também denominadas de “cidades médias não metropolitanas”, no que diz respeito à rede urbana, ocorre com a consolidação de centros regionais articuladores do território (SANTOS, 2010). Outro conceito que converge para uma realidade territorial semelhante, como Lima e Silveira destacam, é o de “Cidades de Comando Regional”, uma forma de privilegiar, nas palavras dos autores, “um sentido de cidade menos quantitativo e mais participativo, uma vez que lhe é exigido o cumprimento de um protagonismo de comando coletivo” (2018, p. 22), um olhar ampliado, que permite contemplar a sociedade, a economia e a política.

No âmbito dos estudos da área da economia regional, as evidências em questão convergem para a definição de mesopolo, uma

A metodologia de cálculo tem se aperfeiçoado constantemente: o bloco educação abrange dados sobre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e escolaridade adulta; o bloco renda avalia a renda gerada e apropriada; o bloco saúde avalia a saúde materno-infantil, as condições gerais e a mortalidade e longevidade (RIO GRANDE DO SUL, 2021b).

² De acordo com Scherer e Amaral, em relação às cidades médias no Brasil, “ainda que sua distribuição reflita um processo de longo prazo associado ao movimento de ocupação territorial/econômica do país, houve entre os dois períodos uma redistribuição regional desses centros, com expansão para áreas mais distantes das já conhecidas áreas de concentração econômica/populacional, e essa redistribuição da rede observada no período privilegiou a interiorização” (2020, p. 19).

³ Os municípios de porte médio ou cidades médias possuem entre 100 e 500 mil habitantes no Brasil. Há outros enquadramentos quantitativos em nível mundial (LIMA; SILVEIRA, 2018).

região isolada ou enclave de base industrial ou extrativa mineral ou agropecuária, em outros termos, cidades médias, com especialização produtiva de características urbano-industriais dos fatores aglomerativos e desaglomerativos (LEMOS *et al.*, 2002; LEMOS; PEREIRA, 2003). Os mesopolos, nessa abordagem, representam as cidades médias que, no contexto das hierarquias dos polos de regiões urbanas em nível nacional, se constituem entre uma cidade de ordem superior e outras cidades de ordem inferior, em uma determinada área geográfica, normalmente uma mesorregião, a qual compreende um conjunto de microrregiões e municípios.

O município de Passo Fundo, como identificam Lemos e Pereira (2003), enquadra-se como mesopolo agropecuário, tendo como características a configuração de um setor de serviços desenvolvido, uma certa especialização em indústrias tradicionais, a presença de pobreza urbana e de fortes ligações produtivas para a frente e para trás. Portanto, esse enquadramento justifica uma conformação socioeconômica e geopolítica que dá visibilidade ao município como um polo de serviços e que depende de uma demanda regional essencialmente baseada na produção e na renda do setor primário (MORETTO, 2007). E, ainda que exista uma forte correlação entre nível de industrialização e desenvolvimento econômico, o município avançou em sua magnitude produtiva e de trabalho apoiado diretamente no setor terciário e esse processo repercutiu, inevitavelmente, na estrutura espacial do emprego (MATOS; FERREIRA, 2014).

Para contribuir com a discussão sobre o padrão dessa dinâmica em nível histórico, busca-se delimitar o período de crise que afetou as economias, logo após um período de grande expansão na estrutura industrial do país e do estado do Rio Grande do Sul, com as mais altas taxas de crescimento econômico já atingidas, o de-

nominado “milagre brasileiro”, entre 1968 e 1973. Como aponta Conceição (1990), passado esse período de euforia, a economia brasileira, e consequentemente a economia gaúcha, passou a demonstrar sinais de enfraquecimento para o modelo de desenvolvimento adotado, especialmente em relação ao setor industrial. Endividamento externo e interno, inflação, estagnação da indústria e baixa dinâmica do mercado de trabalho caracterizam os anos 1980. Esse período, como destaca o autor, configura uma crise tanto de natureza endógena, decorrente do esgotamento do ciclo de expansão industrial do início dos anos 1970, quanto de natureza exógena, no contexto da falência do padrão keynesiano de acumulação mundial no pós-guerra (CONCEIÇÃO, 1990). Os anos 1980 evidenciaram, assim, uma queda na dinâmica do setor industrial e o aumento da participação dos setores agropecuário e de serviços.

Nesse contexto, questiona-se sobre como o município de Passo Fundo, enquanto mesopolo ou cidade média, evoluiu do ponto de vista produtivo e do mercado de trabalho nas duas décadas de crise econômica, entre os anos 1980 e 2000. O objetivo do estudo é analisar as evidências sobre a dinâmica do setor produtivo e seus reflexos no mercado formal de trabalho no município de Passo Fundo, no período que seguiu a crise econômica mundial e nacional.

Para a presente discussão, apresenta-se um conjunto de dados secundários, com origem em bancos de dados e informações de instituições públicas governamentais e de pesquisa, como é o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), do antigo ministério do Trabalho, do atual Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do estado do Rio Grande do Sul. O foco da análise descritiva recai sobre a estrutura populacional total, urbana e rural, economicamente

ativa e ocupada, o número de estabelecimentos e vínculos formais de emprego nos diferentes setores e subsetores de atividade econômica nos períodos 1980, 1985, 1990, 1995 e 2000.

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA

O foco na dinâmica da população e do mercado de trabalho do município de Passo Fundo, enquanto recorte de análise, justifica-se, de uma parte, pelo seu papel enquanto recurso fundamental no processo produtivo, de outra, pelo seu impacto no âmbito da massa salarial e geração de renda, que efetiva a demanda. Analisar a configuração da População Economicamente Ativa (PEA⁴) e sua relação com a população total e ocupada contribui para compreender as potencialidades e fragilidades envolvidas no modelo produtivo que conduz determinadas etapas do ciclo econômico.

A população total do município cresceu 39,0% no período de 1980 e 2000 (Tabela 1). Esta proporção é muito próxima ao crescimento do período de 30 anos entre 1955 e 1985, tendo como contexto a alteração profunda na estrutura da população, que era essencialmente rural, 90,7% em 1920, e se constituiu como predo-

⁴ De acordo com o conceito adotado pelo Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE), que faz o levantamento de dados sobre a variável, a População Economicamente Ativa (PEA) inclui todas as pessoas com mais de 10 anos de idade que estão empregadas, buscado trabalho ativamente ou aguardando para serem chamadas de volta depois de dispensadas. A População Economicamente Ativa Total (PEA total) refere-se às pessoas que, durante os 12 meses anteriores à data do Censo ou parte deles, exerceram trabalho remunerado (em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, entre outros) ou não remunerado, que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana, numa atividade econômica (incluindo a ajuda à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias, entre outros). Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não trabalharam nos doze meses anteriores à data de referência do Censo, mas que nos últimos dois meses tomaram alguma providência para encontrar trabalho (MORETTO, 2007).

minantemente urbana, 7,2% da população total em 2000 (Moretto, 2007). O crescimento da população total do município no período foi superior àquele do estado do Rio Grande do Sul (31,0%) e inferior àquele do país (40,1%) (IBGE, 2022).

Força de Trabalho	1980	1991	2000
PEA total	46.620	63.927	83.747
PEA rural	5.428	4.494	2.164
PEA urbana	41.192	59.433	81.583
População Ocupada	45.812	61.178	70.032
Pop. Ocupada/PEA total	98,27%	95,70%	83,62%
População Total	121.228	147.318	168.458

Tabela 1. Evolução da força de Trabalho, PEA total, PEA rural, PEA urbana, População Ocupada e População Total do município de Passo Fundo – 1980, 1991 e 2000. Fonte: Moretto (2007). Nota: dados censitários.

A PEA total cresceu 79,6%, enquanto a população ocupada cresceu 52,8% no período de 20 anos, pela análise dos censos demográficos. Como já mencionado em estudo anterior (MORETTO, 2007), essa defasagem ocorreu, possivelmente, pelas próprias restrições no âmbito da demanda por trabalho por parte das empresas, tanto do setor público quanto do privado, e, também, em função da ampliação da economia informal (Ulyssea, 2006), processo que cresceu a partir dos anos 1980 no país.

Os dados relativos ao Valor Adicionado Básico (VAB) por setor de atividade econômica confirma a forte especialização do setor de serviços no município de Passo Fundo: a participação do setor terciário (comércio mais serviços) passou de 72,7% para 80,6%, em 1985 e 2000, respectivamente; o setor primário apresentou participação entre 9,6% e 2,0% e o setor secundário 17,7% e 17,4%, nos mesmos períodos (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).

Essa especialização no setor terciário, avaliando-se os mesmos anos, respectivamente, é superior à participação do país (entre 52,0% e 58,0%) e do estado do Rio Grande do Sul (entre 40,3 e 48,8%), de acordo com os dados analisados por Herrlein Júnior (2005). A participação do setor secundário, no período, foi maior para o estado do Rio Grande do Sul em relação tanto ao município quanto ao país. Como explica o autor, na economia gaúcha, o setor agropecuário possuía cerca de o dobro da importância daquela da economia brasileira, destacando o fato de que mais de 40,0% do produto industrial estava associado aos subgrupos da indústria de transformação diretamente ligados à agropecuária, à montante ou à jusante.

Sector de atividade	1990/1985	2000/1990
Agropecuária	-51,7	-31,6
Comércio	-6,6	54,5
Serviços	11,3	69,2
Demais serviços	-2,5	78,7
Indústria	-14,5	81,4
Total	-5,4	66,2

Tabela 2. Variação do Produto Interno Bruto (PIB), por setor de atividade econômica, município de Passo Fundo, 1985 a 1990 e 1990 a 2000 (% de variação). Fonte: Brasil (2022).

Analizando o dinamismo dos setores de atividade do município de Passo Fundo nos períodos analisados (Tabela 2), observa-se que o setor agropecuário teve o pior desempenho nas duas comparações realizadas: com a queda de 1985 a 1990 (-51,7%) e aquela de 1990 a 2000 (-31,6%). Essas quedas podem ser explicadas, em grande parte, pelos processos de emancipação ocorridos em 1987, 1988 e 1993, em que o município perdeu parte expressiva de área

rural. Os cinco anos do final da década de 1985 indicaram desempenho negativo, com exceção do setor de serviços, único setor que cresceu. Entre os anos 1990 e 2000 é possível identificar uma recuperação, em que pese aquela do setor industrial (+81,4%). Cabe destacar que essa dinâmica do valor agregado não teve correlação direta no número de vínculos formais de trabalho dos respectivos setores, salvo algumas exceções, como o setor agropecuário, a indústria, o comércio e os serviços, entre 1985 e 1990.

De acordo com Herrlein Júnior (2005), na década de 1970 a economia gaúcha demonstrou uma expansão por meio de ritmos elevados e sem bruscas alterações, todavia, nos anos 1980, ainda que levando em conta a desaceleração do período 1980-1985, o nível da produção apresentou fortes oscilações. Nos anos 1990, como complementa o autor, a economia gaúcha demonstrou maior instabilidade em relação à economia do País, o que pode ser observado pela maior assincronia nas elevações e reduções nas taxas de variação do PIB. Destaca, a esse respeito, que essas alterações revelavam a vulnerabilidade do processo de crescimento, dependente das flutuações conjunturais. Portanto, as mudanças profundas pelas quais passou a economia brasileira ao longo da década de 1980 impediram a sustentação do crescimento da produção.

Carneiro (2002) descreve esse período de declínio da taxa de crescimento do Brasil após em dois momentos distintos: o primeiro, dos anos 1980, marcado pela crise da dívida, e o segundo, dos anos 1990, identificado pela reinserção externa da economia brasileira. No primeiro, como argumenta o autor, explicado pela ruptura do financiamento externo e o pagamento da dívida. É nesse período, complementa, que ocorre uma inserção dos países subdesenvolvidos asiáticos no âmbito da oferta mundial, os quais

conseguiram manter altas taxas de crescimento ainda que no contexto externo desfavorável.

A DINÂMICA ECONÔMICA E O
MERCADO DE TRABALHO SETORIAL

A distribuição absoluta e relativa (%) dos vínculos de trabalho formal nos principais setores de atividade econômica do município pode ser identificada pelos dados da Tabela 3. O número de vínculos de trabalho total no período expandiu 25,2% e a evolução setorial manteve a importância dos setores de comércio e de serviços na absorção de trabalho, entre 75,1% e 73,7%, em 1985 e 2000, respectivamente.

Número de empregados	1985	1990	1995	2000
Agropecuária	287	277	886	906
Construção Civil	513	439	1.140	862
Indústria	5.287	5.789	6.042	6.287
Comércio	6.765	6.963	6.710	8.434
Serviços	11.597	13.411	14.158	14.122
Total	24.449	26.879	28.936	30.611
Participação setorial do setor (%)	1985	1990	1995	2000
Agropecuária	1,2	1,0	3,1	3,0
Construção Civil	2,1	1,6	3,9	2,8
Indústria	21,6	21,5	20,9	20,5
Comércio	27,7	25,9	23,2	27,6
Serviços	47,4	49,9	48,9	46,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 3. Número de empregados por setor de atividade econômica, município de Passo Fundo, 1985, 1990, 1995, 2000. Fonte: Brasil (2022).

Um aspecto que merece destaque é a comparação entre o número de vínculos formais de trabalho, por exemplo, para o ano de 1990, que era de 26.879 para uma população ocupada, identificada, pelo Censo de 1991, de 61.178, e, no ano de 2000, 30.611 postos formais para uma população ocupada de 70.032 habitantes. Essa análise aponta para uma proporção de ocupação em posições informais de 56,0% do mercado de trabalho total em 1990 e 56,2% no ano de 2000. Portanto, mais de a metade da população ocupada encontrava-se exposta à insegurança das diferentes formas de trabalho abarcados pela economia informal.

Em relação à terciarização das atividades econômicas, o município segue não apenas a tendência observada em nível mundial e nacional, mas sinaliza a particularidade do seu papel de mesopolo agropecuário e a influência da demanda regional. Como destacam Scherer e Amaral (2020), a área de influência de uma localidade e a articulação resultante no plano regional está relacionada tanto à habilidade de internalização na sua base produtiva das atividades quanto ao fluxo de trocas que o centro estabelece com seu entorno. Esses fatores, de acordo com os autores, estão associados à baixa transportabilidade e com o deslocamento de pessoas em função da demanda de serviços e mercadorias disponíveis. E a dinâmica da produção e do mercado de trabalho reforçam o potencial de atração do setor de serviços local.

Scherer e Amaral chamam a atenção para o fato de que o termo “serviços” não dá conta de contemplar a variabilidade das atividades desenvolvidas nesse setor, sobretudo daquelas que dão maior poder de centralidade e geração de economias de urbanização às cidades. Nessa direção, apresentam uma forma de enquadramento para o segmento a partir da orientação da demanda desses produtos: no grupo de serviços públicos são enquadrados aqueles

demandados coletivamente, como ensino, saúde e segurança; os serviços pessoais reúnem as atividades demandadas individualmente, como lazer; os serviços produtivos estão associados aos que são demandados pelas empresas durante seu processo produtivo, como as intermediações financeiras e de assessoria empresarial; e, por fim, os serviços distributivos são demandados pelas empresas na etapa posterior à produção, como armazenamento e transporte.

É possível observar uma expansão significativa no número total de estabelecimentos no período entre 1980 e 2000: 148,4% (Tabela 4). Dentre os 25 setores de atividade econômica, apenas quatro apresentaram queda no período, quais sejam, a indústria de calçados (-60,0%), os serviços industriais de utilidade pública (-53,8%), o extrativismo mineral (-25,0%) e a administração pública direta e autárquica (-20,0%). A expansão no número de estabelecimentos teve destaque nos setores ligados à agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal (+867,7%), de ensino (+430,0%), de serviços médicos, odontológicos e veterinários (+368,1%), da construção civil (+402,3%), indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos (+216,7%) e de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviço técnico (+197,1%).

A tendência crescente no âmbito da expansão predomina, considerando-se que do total de 25 subsetores de atividade econômica, quinze (15) apresentaram taxas de expansão superiores a 100,0% no período. Os números vão ao encontro da perda de centralidade da indústria (Santos, 2010). Nesse processo, nos moldes do que Scherer e Amaral (2020) apontam, consolida-se, na economia local, a demanda por serviços públicos, como saúde e educação e, também, na direção dos serviços produtivos, como as assessorias relacionadas às instituições de crédito e demais atividades relacionadas ao setor produtivo.

IBGE Subsetor	1985	1990	1995	2000	2000/1985 Δ%
Extração Mineral	12	7	10	9	-25,0
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	19	19	25	22	15,8
Indústria Metalúrgica	21	33	39	46	119,0
Indústria Mecânica	14	18	12	23	64,3
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	3	4	3	7	133,3
Indústria do Material de Transporte	2	4	8	4	100,0
Indústria da Madeira e do Mobiliário	48	56	53	58	20,8
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	9	16	15	23	155,6
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	15	19	26	18	20,0
Ind. Química de Prod. Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	9	11	15	25	177,8
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	18	73	43	57	216,7
Indústria de Calçados	5	13		2	-60,0
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Alcool Etílico	36	44	55	75	108,3
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13	12	11	6	-53,8
Construção Civil	43	99	243	216	402,3
Comércio Varejista	590	827	1.067	1.568	165,8

IBGE Subsetor	1985	1990	1995	2000	2000/1985 Δ%
Comércio Atacadista	122	128	175	181	48,4
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	23	22	38	53	130,4
Com. e Adm. Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico	205	238	439	609	197,1
Transportes e Comunicações	76	71	126	153	101,3
Serviços Alojamento, Alimentação, Rep., Man., Redação	296	302	329	434	46,6
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	72	63	269	337	368,1
Ensino	10	9	39	53	430,0
Administração Pública Direta e Autárquica	10	9	10	8	-20,0
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Ext. Vegetal	31	82	271	300	867,7
Total	1.726	2.500	3.380	4.287	148,4

Tabela 4. Evolução do número de estabelecimentos por ramo de atividade econômica, Passo Fundo, 1985, 1990, 1995 e 2000 Fonte: Brasil (2022).

Quando se compara os movimentos dos estabelecimentos ou empreendimentos e dos postos formais de trabalho, observa-se que o ritmo das mudanças é distinto (Tabela 5): o número de estabelecimentos teve uma variação significativamente superior (+148,4%) àquela variação do número de vínculos de trabalho formal (+25,2%). Do total de 25 subsetores, quatorze (14) apresentaram expansão no número de vínculos formais de trabalho no período entre 1980 e 2000; Onze (11) subsetores passaram por queda no número de vínculos formais, que vão além da queda já identificada no número de estabelecimentos, em subsetores como calçados (-69,2%), serviços industriais de utilidade pública (-44,6%), extrativismo vegetal (-45,5%), administração pública direta e autárquica (-39,3%), incluindo mais segmentos e em proporções por vezes mais altas como os vínculos formais dos subsetores da indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas (-53,4%), das instituições de crédito, seguros e capitalização (-46,1%), da indústria de produtos minerais não metálicos (-38,1%), dos serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação (-31,4%), do comércio atacadista (27,4%), da indústria mecânica (-19,3%) e da indústria do material de transporte (-10,5%).

Um outro elemento de destaque na análise realizada está associado ao papel dos empreendimentos de pequena escala na configuração da geração de renda e de trabalho. Dentre os setores de maior dinamismo no período analisado, destaca-se a configuração dos estabelecimentos sem nenhum vínculo formal de trabalho e aqueles que compreendem até quatro (4) vínculos. A falta de opção de ser um trabalhador formal e a redução da escala dos empreendimentos tem sido uma tendência nos fluxos do mercado de trabalho (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014).

IBGE Subsetor	1985	1990	1995	2000	2000/ 1985 $\Delta\%$
Extrativa mineral	88	81	108	48	-45,5
Indústria de produtos mine- rais não metálicos	244	197	188	151	-38,1
Indústria metalúrgica	472	419	568	732	55,1
Indústria mecânica	1.938	1.220	1.107	1.563	-19,3
Indústria do material elétrico e de comunicações	17	43	14	36	111,8
Indústria do material de transporte	19	24	61	17	-10,5
Indústria da madeira e do mobiliário	348	253	278	486	39,7
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	58	120	253	254	337,9
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	283	296	163	132	-53,4
Ind. química de produtos farm., veterinários, perfu- maria	86	110	110	115	33,7
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	146	369	199	328	124,7
Indústria de calçados	13	71		4	-69,2
Indústria de produtos ali- mentícios, bebidas e álcool etilico	1.196	2.195	2.578	2.211	84,9
Serviços industriais de utili- dade pública	379	391	415	210	-44,6
Construção civil	513	439	1.140	862	68,0
Comércio varejista	5.111	5.815	5.311	7.233	41,5
Comércio atacadista	1.654	1.148	1.399	1.201	-27,4
Instituições de crédito, seg- uros e capitalização	1.389	1.142	984	749	-46,1
Com. e adm. de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico	1.436	1.742	1.625	1.755	22,2
Transportes e comunicações	1.311	1.160	2.061	1.610	22,8
Serviços Alojamento, Alimentação, Rep., Man., Redação	3.935	4.912	1.748	2.699	-31,4

IBGE Subsetor	1985	1990	1995	2000	2000/ 1985 $\Delta\%$
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	193	168	2.556	3.153	1.533,7
Ensino	204	230	1.936	2.312	1.033,3
Administração pública direta e autárquica	3.038	2.860	3.067	1.844	-39,3
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Ext. Vegetal	287	277	886	906	215,7
Não classificado	91	1.197	181		-100,0
Total	24.449	26.879	28.936	30.611	25,2

Tabela 5. Evolução do número de vínculos formais de trabalho, por ramo de atividade econômica, Passo Fundo, 1985, 1990, 1995 e 2000. Fonte: Brasil (2022).

Dentre os setores que apresentaram maior expansão no número de estabelecimentos, a realidade dos subsetores de ensino, de serviços médicos, odontológicos e veterinários e da construção civil são representativos dessa tendência. Observando-se, especificamente, o segmento de ensino, vê-se, que, em 1985, 30,0% dos estabelecimentos de ensino possuíam até quatro (4) vínculos formais, número que passou para 54,7% em 2000 (Figura 1). É provável que essa característica esteja mais associada aos estabelecimentos de educação infantil ou mesmo outras modalidades de ensino privado.

No grupo de estabelecimentos dos serviços públicos, como é o caso dos estabelecimentos de saúde, observa-se que, em 1985, 86,1% em dos estabelecimentos do setor de serviços médicos, odontológicos e veterinários (Figura 2) possuíam nenhum ou entre um e quatro vínculos de emprego. Já em 2000 essa proporção passou para 90,5% do total. Passo Fundo constituiu-se, ao longo do tempo, como um importante polo de serviços de saúde, o qual reúne, além de hospitais e clínicas especializadas, um grupo importante de consultórios médicos e odontológicos, nas diferentes especialidades.

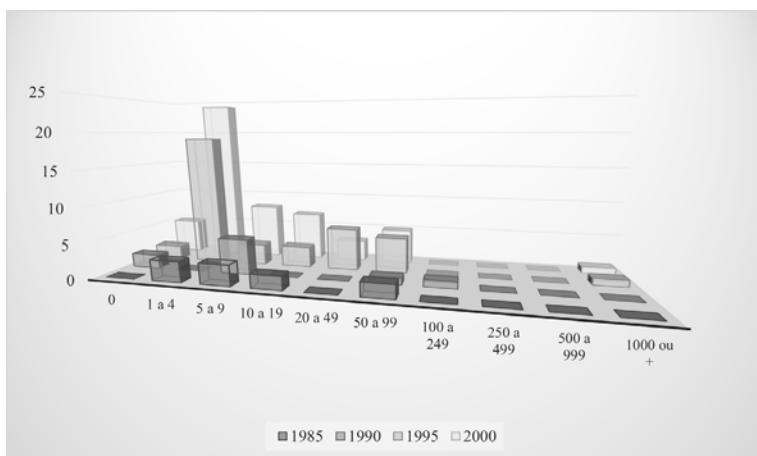


Figura 1. Evolução do número de estabelecimentos de ensino por número de vínculos formais de trabalho – 1985 a 2000. Fonte: Brasil (2022).

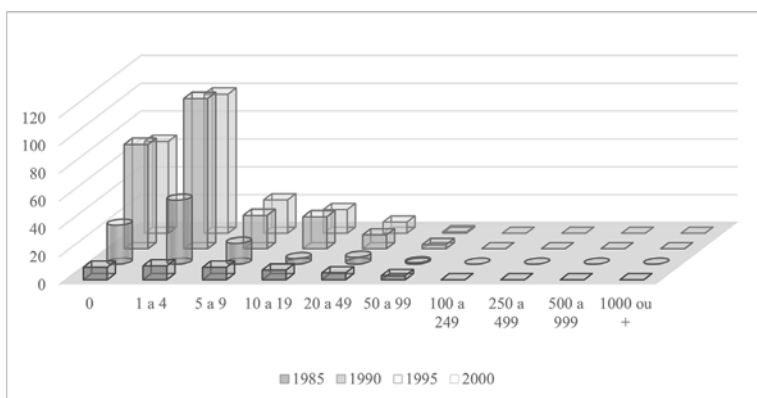


Figura 2. Evolução do número de estabelecimentos de serviços médicos, odontológicos e veterinários, por número de vínculos formais de trabalho – 1985 a 2000. Fonte: Brasil (2022).

Por fim, no contexto da área da construção civil (Figura 3), em 1985, 44,2% dos estabelecimentos do setor possuíam até quatro vínculos formais, sendo que apenas 20,9% não possuíam vínculo. Já em 2000, 76,9% dos estabelecimentos da construção civil possuíam até quatro vínculos formais, sendo 30,6% com nenhum

vínculo. Essa é a representação de uma realidade que tem afetado muitos setores de atividade econômica.

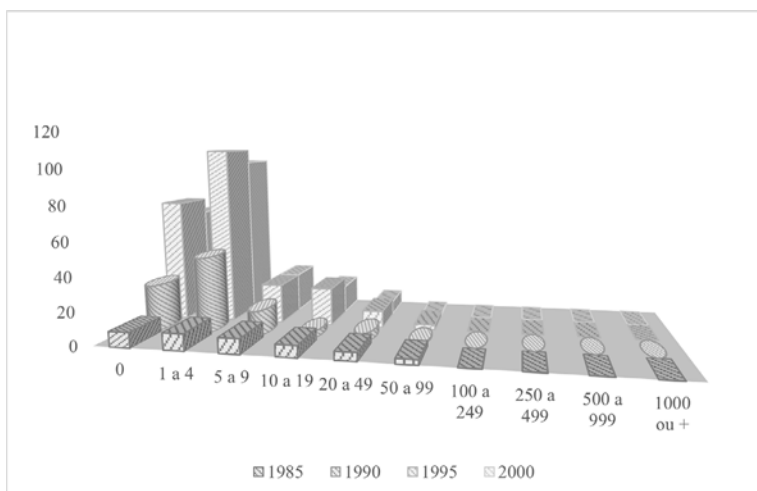


Figura 3. Evolução do número de estabelecimentos da construção civil por número de vínculos formais de trabalho – 1985 a 2000. Fonte: Brasil (2022).

Essa fragmentação dos espaços produtivos, constituída por empreendimentos individuais sem vínculos de trabalho e mesmo espaços produtivos com até quatro vínculos revela que a expansão do setor de serviços ocorreu com diminuição das condições de garantia dos direitos dos trabalhadores. A aparente descentralização das atividades expõe a fragilidade pela qual muitos trabalhadores estão expostos. Os processos de terceirização também foram acompanhados dos processos de terceirização, tendência que permaneceu nos anos subsequentes ao período analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica populacional e econômica, inicialmente, demonstrou que a população total do município cresceu 39,0% no

período de 1980 e 2000, uma proporção superior àquela do crescimento do estado do Rio Grande do Sul e inferior àquela do país. Esta evidência, juntamente com o movimento da terciarização das atividades econômicas, demonstra que o município seguiu não apenas a tendência observada em nível mundial e nacional, mas sinaliza a particularidade do seu papel de mesopolo agropecuário e a influência da demanda regional, mesmo no período posterior à crise econômica. Os últimos cinco anos da década de 1980 apresentaram um comportamento em nível do produto pior do que o período entre 1990 e 2000. O setor de serviços, especificamente, manteve-se em crescimento em todo o período.

A expansão no número de estabelecimentos teve destaque nos setores ligados à agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal, de ensino, de serviços médicos, odontológicos e veterinários, da construção civil, da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos e de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviço técnico. O município consolidou seu papel enquanto provedor de serviços públicos, como saúde e educação e, também, na direção dos serviços produtivos, como as assessorias relacionadas às instituições de crédito e demais serviços relacionados ao setor produtivo.

Todavia, a análise dos dados relativos aos postos formais de trabalho indica um ritmo diferente daquele dos estabelecimentos de atividade econômica, pois o número de estabelecimentos teve uma variação significativamente superior àquela variação do número de vínculos de trabalho formal. Além da queda identificada no número de estabelecimentos e a concomitante queda no número de vínculos formais correspondentes, em subsetores como calçados, serviços industriais de utilidade pública, extrativismo vegetal, administração pública direta e autárquica, diminui o número de

vínculos nos subsetores da indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas, das instituições de crédito, seguros e capitalização, da indústria de produtos minerais não metálicos, dos serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, do comércio atacadista, da indústria mecânica e da indústria do material de transporte.

Além da redução dos postos formais de trabalho, um aspecto de destaque foi a participação dos empreendimentos de pequena escala na configuração da geração de renda e de trabalho. Dentre os setores de maior dinamismo no período analisado, destaca-se a configuração dos estabelecimentos sem nenhum vínculo formal de trabalho e aqueles que compreendem até quatro vínculos, o que corrobora com o processo de expansão da economia informal evidenciado em nível de país.

Por fim, pode-se concluir que o município de Passo Fundo sofreu o impacto em sua economia da crise mundial e nacional, todavia, sua característica de cidade média e de mesopolo regional, especializada no setor de serviços, atenuou os seus efeitos. Há de se ter presente que tal potencial, ao mesmo tempo que atrai a demanda regional, implica em algumas externalidades negativas decorrentes da urbanização, o que evidencia a importância do planejamento e de políticas públicas para garantir o desenvolvimento socioeconômico da economia local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *RAIS*. Brasília, 2022. Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados> Acesso em 10 jan. 2022.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira*

no último quarto do século XX. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CONCEIÇÃO, Otávio A. C. Os anos 80: a complexa dimensão de uma crise. In: ALMEIDA, P. F. C. (Coord.) et al. *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Porto Alegre: FEE, 1990. p. 15-37.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; NERI, Marcelo Côrtes; ULYSSEA, Gabriel. Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais, *Texto para Discussão*, No. 1939, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2014.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER– FEE. Núcleo de Contas Regionais. *O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto*. In: ALMEIDA, P. F. C. (coord.) et al. *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Porto Alegre: FEE, 1990. p. 38-64.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. *Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (Idese)* — 1991-00. Porto Alegre: FEE, 2003.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. O crescimento econômico do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2002. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 137-160, jan./jul. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Séries Históricas e Estatísticas. Temas e Subtemas. *População e Demografia*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP100&t=populacao-residente-distribuicao-grandes-regioes> Acesso em 1 fev. 2022.

LE MOS, M. B. et al. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. *Estudos Econômicos*, v. 33, n. 4, p. 665-700, out./dez. 2003.

LE MOS, Mauro Borges; PEREIRA, Fabiano Maia. Cidades Médias Brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília: Ipea, v. 33, n. 1, p. 127-166, abr. 2003.

LIMA, Juscelino G.; SILVEIRA, Rogério L. L. Cidades Médias Brasileiras a Partir de um Novo Olhar Denominal e Conceitual: cidades de comando regional. *Desenvolvimento em questão*, Unijuí, v. 16, n. 42, p. 8-41, jan./mar. 2018.

MATOS, Ralfo E. S.; FERREIRA, Rodrigo N. Setores de atividade, emprego e renda nos municípios brasileiros estratificados por classe de tamanho entre 2000 e 2010. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n. 6, p. 179-199, dez. 2014.

MORETTO, Cleide F. A História Econômica do Município de Passo Fundo: evidências à luz do seu desenvolvimento socioeconômico. In: BATISTELLA, Alessandro. *Passo Fundo e sua História: indígenas [...]* identidade. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007, v. 1. p. 259-276.

MORETTO, Cleide F.; CAPACCHI, Maristela. A (in)formalidade e o setor (in)formal para além do ilegal. In: MORETTO, Cleide F. (Org.) *Trabalho e trabalhadores: significados e significâncias*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2006. p. 155-186.

RAMOS, Edivaldo F.; MATOS, Ralfo E. S.; GARCIA, Ricardo A. As cidades médias como nódulos de equilíbrio da rede de cidades. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.121, p.41-63, jul./dez. 2011.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. Indicadores. *PIB Municipal*. Porto Alegre, 2021a. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/17151348-apresentacao-pib-municipal-2019.pdf> Acesso em: 10 mar. 2022.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. Indicadores. *População*. Porto Alegre, 2022a. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/populacao> Acesso em: 10 mar. 2022.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. Indicadores. *Idese*. Porto Alegre, 2022b. Disponível em <https://dee.rs.gov.br/idese> Acesso em: 10 mar. 2022.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. *Principais resultados da Revisão 2020 do Idese: 2013 a 2018*. Porto Alegre, DEE, maio 2021b. (Nota Técnica n. 37).

SANTOS, Angela M. P. Urbanização brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 12, n. 2, p. 103-119, nov. 2010.

SCHERER, Clauber E. M.; AMARAL, Pedro V. M. O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 22, E202001, jan./dez. 2020.

SIMÕES, Rodrigo; AMARAL, Pedro V. Interiorização e Novas Centralidades Urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. *Economia*, Brasília (DF), v. 12, n. 3, p.553–579, set./dez. 2011.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 26, n. 4, p. 596-618, 2006.



PASSO FUNDO COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

*mudança estrutural na dinâmica do
crescimento econômico*

MARCO ANTONIO MONTOYA



O desenvolvimento econômico entendido como o crescimento econômico acompanhado pela melhoria da qualidade de vida da população e por alterações produtivas com respeito ao meio ambiente é um objetivo almejado permanentemente pelas sociedades. Esse desenvolvimento depende, por um lado, das características próprias de cada território, tais como a situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais e, por outro lado, das mudanças associadas à diversificação da matriz produtiva e de consumo, pautadas pelo aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, produção sustentável, migração da mão de obra do campo para a cidade, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários.

O município de Passo Fundo, emancipado em 7 de agosto de 1857, ao longo de sua trajetória econômica e social, alcançou o *status* de polo de desenvolvimento regional, na medida em que seu crescimento se expandiu para grandes espaços territoriais de seu entorno. Os efeitos propulsores de Passo Fundo, derivados dos setores de educação, saúde, comércio, construção civil, indústria, dentre outros, vêm provocando efeitos de encadeamento na região. O aumento da produção e do consumo de alimentos, a qualificação do capital humano e a adoção de tecnologias modernas na região são evidências de longo prazo, decorrentes das interrelações entre Passo Fundo e região.

Historicamente, diversas dinâmicas no crescimento econô-

mico do município foram observadas. No início da formação econômica de Passo Fundo, as atividades agrícolas foram preponderantes, para logo desenvolver a indústria e, com mais intensidade, a prestação de serviços com abrangência regional. Entretanto, pouco se sabe sobre as forças do mercado que impulsionaram o crescimento econômico de Passo Fundo.

O crescimento econômico do município de Passo Fundo é exógeno ou endógeno? O arcabouço teórico do crescimento exógeno argumenta que o crescimento econômico de longo prazo é determinado por forças que são externas ao sistema econômico. Assim, o crescimento local é acionado pela atividade econômica regional cuja renda promove poupança, investimento e progresso técnico. Já a teoria do crescimento endógeno sustenta que o crescimento econômico de longo prazo é determinado por forças internas do sistema econômico. O investimento em capital humano, inovação e conhecimento contribuem significativamente para o crescimento econômico. Trata-se, portanto, de uma economia local baseada no conhecimento que gera externalidades positivas para a região de seu entorno.

Com o fim de compreender melhor o desenvolvimento econômico do município de Passo Fundo, este capítulo tem como objetivo caracterizar alguns aspectos de sua população, do crescimento econômico setorial, bem como do nível de desenvolvimento socioeconômico. Para isso, inicialmente, são analisadas, em linhas gerais, as características demográficas e econômicas de Passo Fundo com fins de estabelecer sua dimensão em relação à região que a cidade está inserida. Seguidamente, analisam-se as mudanças estruturais de sua economia e a dinâmica que impulsiona o crescimento econômico setorial. Em sequência, são avaliados seus índices de desenvolvimento socioeconômico de forma comparativa com a

região e o estado do Rio Grande do Sul (RS). Finalmente, são apresentadas as considerações finais sobre o crescimento econômico do município baseado no conhecimento acumulado e os princípios que deveriam pautar as estratégias para o futuro desenvolvimento de Passo Fundo e região.

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

A evolução da população do município de Passo Fundo (Tabela 1) mostra que, em 2010, sua participação na Região da Produção representou 52,92% e, em 2019, aumentou, passando para 55,23%. Quando relacionado com o estado do Rio Grande do Sul, observa-se a mesma trajetória no período, pois sua participação aumentou de 1,73% para 1,80%. Essa evidência encontra sua explicação na dinâmica de crescimento populacional. No município, a taxa de crescimento da população, no período, foi de 0,92% ao ano (a.a.), enquanto na região e no estado foram significativamente menores, respectivamente 0,45% e 0,46%. Desse modo, em termos relativos, a taxa de crescimento de Passo Fundo, ao longo dos últimos dez anos, foi o dobro do que apresentou a região ($0,92\% / 0,45\% = 2,04$) e o estado ($0,92\% / 0,46\% = 2$).

Nesse panorama, deve-se salientar que a população do município mostra alguns aspectos socioeconômicos importantes, tais como: a) o município apresenta um permanente fluxo de pessoas que migram de municípios de menor porte, de outros estados e de outros países, o que lhe imprime uma singularidade de população cosmopolita; b) em 2019, os seus 205.054 habitantes correspondem, em média, a 60.488 famílias com 3,4 membros; c) o município concentra em torno de 55,23% dos consumidores da região; d) o número de famílias urbanas (58.918) e rurais (1.570) de Passo

Fundo viabilizam diversas atividades econômicas, o que, em última instância, cria uma dinâmica no crescimento econômico, com maior independência de processos sazonais e cíclicos da região.

Anos	Passo Fundo	Carazinho	Marau	Casca	Corede Produção	RS	Participação de Passo Fundo	
							Corede Produção	RS
2010	188.684	60.545	37.108	8.813	356.553	10.914.795	52,92%	1,73%
2011	191.450	61.002	37.915	8.712	348.820	10.963.317	54,89%	1,75%
2012	192.891	61.550	38.610	8.746	351.576	11.014.448	54,86%	1,75%
2013	194.001	62.307	38.873	8.597	353.590	11.066.527	54,87%	1,75%
2014	194.544	62.647	39.445	8.719	355.001	11.119.817	54,80%	1,75%
2015	195.273	63.096	40.079	8.685	356.704	11.175.777	54,74%	1,75%
2016	197.494	62.873	40.648	8.834	359.709	11.229.947	54,90%	1,76%
2017	199.346	62.860	41.170	9.049	362.597	11.280.193	54,98%	1,77%
2018	202.344	62.704	42.183	9.225	366.904	11.329.605	55,15%	1,79%
2019	205.054	63.291	43.028	9.298	371.281	11.377.239	55,23%	1,80%
Taxa cresc. a.a.	0,92%	0,49%	1,64%	0,60%	0,45%	0,46%		

Tabela 1. População do município de Passo Fundo, Corede Produção e estado do Rio Grande do Sul. Taxas de crescimento ao ano e Participação Relativa. Período 2010-2019. Fonte: Elaborada com base nos dados da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)/Departamento de Economia e Estatística (DEE)/Divisão de Indicadores Conjunturais. Fundação de Economia e Estatística – FEE (2020). Obs.: Corede – Conselho Regional de Desenvolvimento.

A INSERÇÃO ECONÔMICA DE PASSO FUNDA NA REGIÃO

Considerando-se que o Produto Interno Bruto (PIB) representa a somatória de todos os bens e serviços finais produzidos no município, ou seja, a riqueza ou renda gerada pelos agentes econômicos,

verifica-se, com base na Tabela 2, que Passo Fundo, em 2018, gerou em torno de 7,9 bilhões de reais, o que representa 53,46% do PIB do Corede Produção. De forma comparativa, observa-se também que o município de Carazinho contribui com 16,89% do PIB regional e Marau com 12,16%.

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Passo Fundo	140.905	965.124	6.823.287	7.929.316
Carazinho	160.332	271.506	2.140.971	2.572.809
Marau	179.451	646.350	985.269	1.811.070
Casca	74.063	71.840	240.861	386.764
COREDE Produção	1.506.846	2.112.740	11.211.828	14.831.414
RS	35.592.662	88.973.680	271.967.565	396.533.907
Participação de Passo Fundo no Corede Produção	9,35%	45,68%	60,86%	53,46%
Participação de Passo Fundo no RS	0,40%	1,08%	2,51%	2,00%
Participação do Corede Produção no RS	4,23%	2,37%	4,12%	3,74%

Tabela 2. PIB do município de Passo Fundo e sua participação relativa na Região Corede Produção e estado do Rio Grande do Sul em 2018 (em mil reais). Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE/Núcleo de Contabilidade Social. FEE (2020).

Nesse panorama, a participação do PIB setorial de Passo Fundo no Corede Produção e no estado permite visualizar a inserção de longo prazo de sua economia na região, bem como caracterizar as atividades relevantes pelas quais desempenha sua liderança como polo de desenvolvimento regional (Tabela 3).

No período de 1996 a 2018, observa-se que a agropecuária na região ganhou relevância, passando de 5,14% para 9,35%. Entretanto, quando se observa a contribuição da indústria e dos serviços na região, fica evidente que as atividades pelas quais se desenvolve a interdependência do município com a região estão no âmbito urbano.

Anos	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Passo Fundo/Região	Passo Fundo	Passo Fundo/Região	Passo Fundo	Passo Fundo/Região	Passo Fundo	Passo Fundo/Região	Passo Fundo
1996	5,14%	0,43%	39,86%	1,15%	36,33%	1,76%	31,76%	1,47%
1997	4,50%	0,32%	38,99%	1,13%	37,39%	1,74%	33,16%	1,44%
1998	4,48%	0,34%	31,87%	0,95%	37,32%	1,73%	31,22%	1,39%
1999	6,70%	0,52%	31,93%	1,15%	48,01%	2,14%	38,30%	1,73%
2000	5,98%	0,53%	32,99%	1,12%	49,15%	2,25%	38,68%	1,77%
2001	7,26%	0,56%	33,51%	1,11%	46,67%	2,07%	36,79%	1,64%
2002	6,11%	0,53%	30,95%	0,91%	43,99%	1,99%	33,93%	1,54%
2003	5,84%	0,55%	31,57%	0,90%	42,81%	1,99%	31,07%	1,50%
2004	6,02%	0,45%	38,18%	0,92%	47,07%	2,04%	37,01%	1,53%
2005	5,46%	0,32%	32,73%	0,77%	50,43%	2,06%	42,18%	1,57%
2006	5,90%	0,47%	30,05%	0,66%	49,84%	2,12%	39,68%	1,59%
2007	7,67%	0,42%	34,31%	0,67%	58,66%	2,07%	47,35%	1,57%
2008	8,55%	0,45%	36,53%	0,79%	59,58%	2,19%	48,23%	1,66%
2009	9,06%	0,47%	40,53%	0,78%	60,72%	2,20%	50,24%	1,66%
2010	7,68%	0,41%	40,58%	0,82%	60,33%	2,19%	49,97%	1,66%
2011	10,43%	0,52%	40,07%	0,99%	61,67%	2,32%	51,49%	1,81%
2012	10,48%	0,51%	49,56%	1,36%	65,08%	2,56%	57,20%	2,11%
2013	9,78%	0,48%	50,74%	1,38%	65,70%	2,75%	56,11%	2,19%
2014	10,14%	0,44%	50,18%	1,47%	62,85%	2,54%	54,92%	2,09%
2015	10,08%	0,46%	51,00%	1,36%	61,67%	2,53%	54,15%	2,06%
2016	9,96%	0,45%	47,57%	1,20%	61,24%	2,56%	53,02%	2,03%
2017	9,83%	0,41%	45,32%	1,09%	62,45%	2,53%	54,56%	2,02%
2018	9,35%	0,40%	45,68%	1,08%	60,86%	2,51%	53,46%	2,00%

Tabela 3. Participação relativa do PIB setorial e total do município de Passo Fundo na Região Corede Produção e estado do Rio Grande do Sul. Período de 1996 a 2018, em percentuais. Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE/Núcleo de Contabilidade Social. FEE (2020).

A participação relativa do PIB industrial do município passou de 39,86%, em 1996, para 45,68%, em 2018, contribuindo, nos anos de 2013 a 2015, com mais de 50% do PIB industrial da região. Concomitantemente, a contribuição dos serviços para a região no período foi consolidando-se como a atividade mais relevante. O PIB gerado pelos serviços de 36,33%, em 1996, passou para 60,86%, em 2018, sendo sua contribuição, em 2012 e 2013, um pouco mais de 65%. Fica evidente, portanto, que o crescimento do município de Passo Fundo se expande na região por meio dos encadeamentos setoriais das atividades econômicas do setor urbano, composto pelas atividades da indústria e, principalmente, pelos serviços.

No âmbito estadual, a participação relativa da economia do município de Passo Fundo varia entorno de 2%, com destaque no setor de serviços, cuja contribuição na economia do estado varia em torno de 2,5%. Essa evidência estadual, associada à regional, permite visualizar os limites da área de abrangência do crescimento de Passo Fundo como polo de desenvolvimento regional. Dessa forma, os efeitos propulsores de suas atividades produtivas têm grande relevância, principalmente no norte do estado do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, deve-se mencionar que o *status* de polo regional está associado a alguns aspectos geoeconômicos, como: a) à localização geográfica onde se encontram os principais entroncamentos rodoviários que o ligam a diversas regiões do estado, a importantes estados brasileiros, tais como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, e aos principais países do Mercosul; b) aos microclimas da região, que permitem a produção de culturas e atividades pecuárias para a indústria e serviços que, em conjunto, dinamizam o agronegócio regional; c) a um povo empreendedor com uma força inovadora, que visualizou, há décadas, a necessi-

dade de qualificar o capital humano em todas as áreas do conhecimento pela criação da Universidade de Passo Fundo (UPF), como sendo a primeira universidade comunitária do país.

Tais características, em conjunto, viabilizaram, em Passo Fundo, novas instituições de ensino básico e superior, a indústria processadora de alimentos associada à indústria de máquinas e implementos agrícolas do município e região, à construção civil, à consolidação de serviços médicos em geral e de alta complexidade e ao crescimento permanente do atacado, do varejo e da prestação de serviços diversos na região norte do estado, que consolidou o município como o polo de desenvolvimento regional.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA ECONOMIA DE PASSO FUNDO

Nos últimos 80 anos, no processo de consolidação do município de Passo Fundo como um polo de desenvolvimento regional, diversos aspectos setoriais imprimiram mudanças gradativas na estrutura de sua economia. A evolução relativa do PIB setorial permite visualizar, entre os anos 1939 e 2018, pelo menos três períodos com mudanças estruturais significativas (Tabela 4 e Figura 1). Embora em todo o período o setor Serviços foi preponderante, existe, ao longo do tempo, mudanças pautadas pela perda relativa da agropecuária na geração de renda, inicialmente em favor da indústria, e na sequência, nos últimos anos, em favor dos serviços.

No período de 1939 a 1985, verifica-se uma tendência inversa entre o setor Agropecuária e o setor Indústria, enquanto a participação relativa da agropecuária foi diminuindo no PIB municipal, passando de 35,16% para 23,61%; a indústria aumentou sua participação de 17,97% para 32,28%. A contribuição do setor Serviços no PIB oscilou no período em torno de uma média de 55,05%. Certa-

mente, o processo de urbanização, o qual implica maiores volumes de produção industrial e prestação de serviços, explica, em grande medida, o recuo estrutural da agropecuária na economia do município.

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1939	35,16%	17,97%	46,88%	100%
1949	34,24%	20,08%	45,68%	100%
1959	28,00%	19,16%	52,84%	100%
1970	18,77%	14,58%	66,65%	100%
1975	14,27%	15,29%	70,43%	100%
1980	10,23%	31,01%	58,76%	100%
1985	23,61%	32,28%	44,11%	100%
1990	8,11%	26,35%	65,54%	100%
1996	4,24%	30,19%	65,57%	100%
1997	2,88%	33,21%	63,90%	100%
1998	3,56%	27,26%	69,18%	100%
1999	3,02%	30,02%	66,95%	100%
2000	2,97%	29,98%	67,05%	100%
2001	4,58%	31,57%	63,85%	100%
2002	3,91%	32,00%	64,00%	100%
2003	3,87%	30,00%	66,00%	100%
2004	3,44%	30,00%	66,82%	100%
2005	1,17%	36,00%	63,00%	100%
2006	2,38%	32,00%	66,00%	100%
2007	2,45%	10,70%	86,85%	100%
2008	2,66%	12,11%	85,23%	100%
2009	2,53%	12,91%	84,56%	100%
2010	2,05%	13,78%	84,17%	100%
2011	2,39%	14,84%	82,76%	100%
2012	1,62%	17,14%	81,24%	100%
2013	2,20%	15,30%	82,50%	100%
2014	1,98%	16,45%	81,57%	100%
2015	2,09%	15,34%	82,57%	100%
2016	2,25%	13,57%	84,18%	100%
2017	1,85%	12,11%	86,04%	100%
2018	1,78%	12,17%	86,05%	100%

Tabela 4. Evolução da participação relativa do PIB setorial no município de Passo Fundo. Período de 1939 a 2018, em percentuais. Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE/Núcleo de Contabilidade Social. FEE (2020).

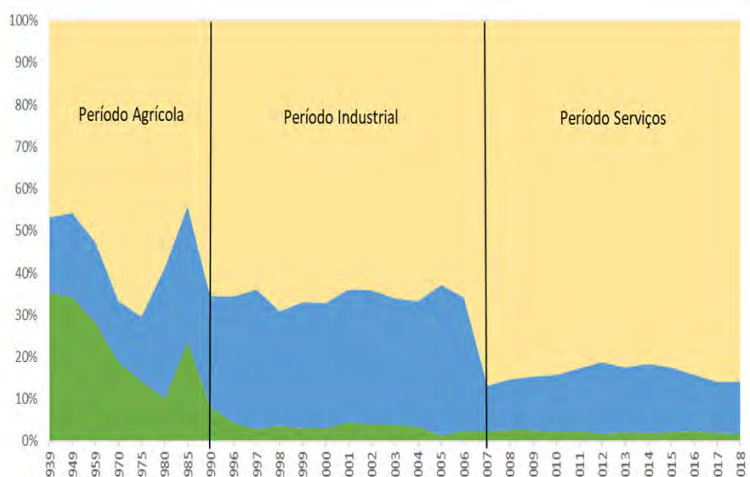


Figura 1. Evolução da participação relativa do PIB setorial no município de Passo Fundo. Período de 1939 a 2018, em percentuais. Fonte: Elaborada com base na Tabela 4.

No período de 1990 a 2006, observa-se uma redução ainda mais drástica do setor Agropecuária, principalmente em favor do setor Serviços. O PIB do setor Agropecuária no município, que, de 1985 para 1990, diminuiu de 23,61% para 8,11%, alcançou sua escalada de redução, em 2006, com 2,38%. Já o PIB do setor Serviços, de 1985 a 1990, aumentou de 44,11% para 65,54%; e, em 2006, fechou o período contribuindo com 66,00% do PIB municipal. Além do processo acelerado de urbanização do município de Passo Fundo, no período de 1939 a 2006, o processo de emancipação de distritos que ocorreu na região desmembrou grandes extensões territoriais de Passo Fundo dedicadas à produção agrícola, o que também contribuiu significativamente para a redução drástica da atividade agropecuária no município.

No período de 2007 a 2018, a composição setorial do PIB no município apresenta uma nova mudança estrutural pautada pela

consolidação do setor Serviços como determinante do crescimento econômico do município de Passo Fundo. Embora o setor Agropecuária não apresentou mudanças significativas, observa-se um movimento inverso entre o setor Indústria e o setor Serviços nos anos de 2006 a 2007, pois, enquanto a contribuição da indústria no PIB diminuiu de 32,00% para 10,70%, os serviços aumentaram de 66,00% para 86,85%. A nova composição do PIB setorial de 2007 praticamente se manteve até o ano de 2018, visto que a agropecuária contribuiu com 1,78%, a indústria com 12,17% e os serviços com 86,05%. Trata-se, portanto, de um município que gera sua renda em quase sua totalidade no setor urbano, uma vez que, em conjunto, a indústria e os serviços na atualidade contribuem com 98,22% do PIB.

A NOVA DINÂMICA NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DE PASSO FUNDO E REGIÃO

Quando analisada a evolução do PIB de Passo Fundo, em valores reais, no período de 1996 a 2018 (Tabela 5), verifica-se a força da sua economia nos últimos 23 anos. O município apresenta, no total de suas atividades econômicas, uma taxa de crescimento de 3,14% a.a., significativamente superior às taxas que apresenta a região (0,77% a.a.) e o estado do RS (1,74% a.a.). O PIB setorial evidencia que o crescimento do município está impulsionado principalmente pelo setor Serviços com uma taxa de crescimento de 3,73% a.a., seguido pelo setor Agropecuário com 1,26% a.a. e, no patamar mais baixo, pelo setor Indústria com 0,50% a.a.

	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Passo Fundo				
1996	106.751	864.451	3.001.922	3.973.124
2018	140.905	965.124	6.823.287	7.929.316
Taxa cresc. a.a.	1,26%	0,50%	3,73%	3,14%
Corede Produção				
1996	2.078.462	2.168.722	8.261.845	12.509.030
2018	1.506.846	2.112.740	11.211.828	14.831.414
Taxa cresc. a.a.	-1,46%	-0,12%	1,39%	0,77%
Rio Grande do Sul				
1996	24.793.196	74.976.237	170.706.012	270.475.446
2018	35.592.662	88.973.680	271.967.565	396.533.907
Taxa cresc. a.a.	1,64%	0,78%	2,12%	1,74%

Tabela 5. PIB e taxa de crescimento setorial no município de Passo Fundo, Região Corede Produção e estado do Rio Grande do Sul. Período de 1996 a 2018, em 1000 reais (base = 2018). Fonte: Elaborada com base no Anexo A.

Historicamente, nos anos de 1960, 1970 e 1980 e, certamente, em décadas anteriores, o crescimento da região e de Passo Fundo dependia fundamentalmente do desempenho da atividade agropecuária regional. Assim sendo, a dinâmica no crescimento era exógena, ou seja, de fora para dentro do município de Passo Fundo. O “motor do crescimento” inicialmente era acionado pela agropecuária regional para o crescimento de Passo Fundo, como polo de desenvolvimento regional, logo expandir-se para um grande espaço territorial de seu entorno por meio das atividades econômicas dos setores Indústria e Serviços. Em virtude disso, era de comum conhecimento, quando a agricultura da região crescia pelas boas safras, a indústria e os serviços, como decorrência, também cresciam, ao passo que, quando ocorriam quebras de safra, o crescimento da indústria e de serviços do município de Passo Fundo recuava.

Entretanto, a análise comparativa das tendências do PIB se-

torial, municipal e regional, no período de 1996 a 2018 (Figura 2), sugerem que a dinâmica do crescimento econômico do município mudou, já que existe uma correlação fraca e inversa (-0,396) entre agropecuária regional e a economia de Passo Fundo. Enquanto na região o PIB do setor Agropecuária cresce ou se retrai ano a ano por conta das safras, a tendência do crescimento de Passo Fundo passou a depender menos do desempenho da agropecuária regional. Principalmente, a partir de 2002, quando ocorreu um descolamento significativo entre o crescimento do município e o crescimento da agropecuária na região – período no qual a correlação setorial diminuiu para -0,312. A nova dinâmica da economia de Passo Fundo mostra, nos últimos anos, que seu desempenho está atrelado às atividades do mercado interno pautado pela indústria que apresenta, no período de 1996 a 2018, uma elevada correlação (0,828) e, sobretudo, pelos serviços com uma correlação forte de 0,995 com o crescimento econômico da cidade. Trata-se, portanto, de uma força endógena em que o crescimento de Passo Fundo é impulsionado de dentro para fora do município.

Em geral, a teoria econômica argumenta que o crescimento endógeno é consequência da acumulação de capital humano qualificado, com ideias inovadoras e conhecimento diferenciado. Assim sendo, o crescimento endógeno do município de Passo Fundo sustenta-se nos investimentos de longo prazo: a) em capital humano, que vêm ocorrendo em todas as áreas do conhecimento por meio das instituições de ensino técnico e superior; b) em inovação tecnológica, direcionada para melhorar processos produtivos (como produzir?) e desenvolver boas práticas na gestão de empreendimentos (como organizar a produção?) nas diversas atividades da agricultura, indústria e serviços; c) em conhecimento de procedimentos de alta complexidade, que aumentam, dentre outros, a efi-

ciência logística no atacado, no varejo e na prestação de serviços de qualidade na saúde. Portanto, o aumento da atividade econômica de Passo Fundo como polo de desenvolvimento regional está expandindo para a região de seu entorno, via externalidades positivas e efeitos de transbordamento, baseado fundamentalmente no conhecimento, nas habilidades e nas competências acumuladas por sua população nas últimas décadas.

Cabe salientar também que a atividade econômica de Passo Fundo, no período de 2002 a 2013, aumento em 148,48%, o que consolidou sua relevância na região. O novo patamar manteve-se elevado nos anos de 2013 a 2019, impulsionado principalmente pelo setor Serviços. Certamente, a diversificação e o maior desenvolvimento de sua matriz produtiva urbana explicam, em grande medida, a nova dinâmica do crescimento econômico do município de Passo Fundo.

Já na economia da região, observa-se, nos anos de 1996 a 2018, que a agropecuária determina a dinâmica do crescimento dos municípios da região (Figura 2). O PIB da agropecuária e o PIB regional apresentam uma forte correlação positiva (0,697), indicando que, quando a agropecuária cresce, a economia da região também cresce e vice-versa. Assim sendo, fica evidente que o desempenho da economia da região, exceto Passo Fundo, continua dependendo fortemente das boas safras agrícolas, bem como dos preços de suas principais *commodities* no mercado mundial.

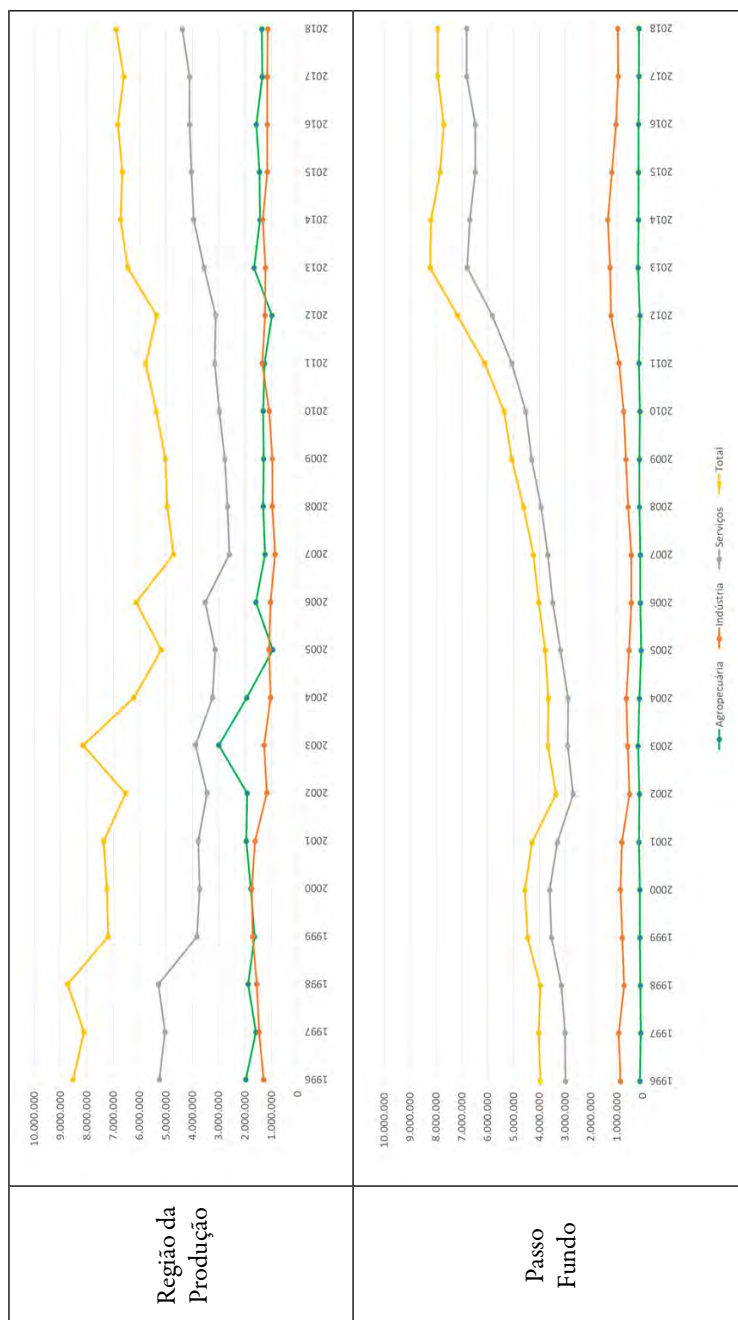


Figura 2. Evolução do PIB setorial da agropecuária, indústria e serviços do município de Passo Fundo e Região da Produção. Período de 1996 a 2018, em mil reais (Base = 2018) Fonte: Elaborada com base nos Anexos A e B.

A evolução do poder de compra da população corrobora a nova dinâmica de crescimento econômico de Passo Fundo (Tabela 6). Observa-se que, de 2010 a 2018, a renda *per capita* no município aumentou em 37,57%, de R\$ 28.485 para R\$ 39.187, a uma taxa de crescimento de 3,99% a.a. Embora a renda per capita da Região da Produção nos anos de 2016 a 2018 foi maior que Passo Fundo, a variação percentual e taxas de crescimento foram inferiores. Inclusive, no período, a expansão percentual da renda *per capita* do município foi o dobro da do estado.

Anos	Passo Fundo	Região da Produção	RS
2010	28.485	30.167	29.652
2011	31.977	34.085	30.922
2012	37.122	35.610	30.873
2013	42.456	41.513	34.002
2014	42.174	42.085	35.252
2015	40.224	40.667	34.094
2016	39.034	40.418	33.811
2017	39.769	40.074	34.844
2018	39.187	40.423	35.000
Variação percentual	37,57%	34,00%	18,03%
Taxa de cresc. a.a.	3,99%	3,66%	2,07%

Tabela 6. Evolução do PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento ao ano no município de Passo Fundo, Região Corede Produção e Estado. Período de 2010 a 2018, em Reais (base = 2018). Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE/ Núcleo de Contabilidade Social. FEE (2020).

Deve-se mencionar também que o crescimento endógeno do município de Passo Fundo encontra seus alicerces em sua população de aproximadamente 205.054 habitantes, que responde por 55,23% dos consumidores da região, composta por 58.922 famílias, com uma renda *per capita* em constante expansão a uma taxa de 3,99%

a.a. Não é por acaso que as principais redes de comércio e serviços do norte do Rio Grande do Sul localizam-se nesse município. Isso, associado à diversificação de sua matriz produtiva, às características cosmopolitas de sua população e ao espírito empreendedor de sua gente, deixa evidente que suas atividades econômicas expandem o crescimento de forma endógena para a região.

EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE PASSO FUNDO

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) assinala o grau de desenvolvimento dos municípios, regiões e do estado do Rio Grande do Sul. Esse índice é o resultado da agregação de três blocos de indicadores: educação, renda e saúde. Os índices para cada componente variam entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total), o que permite estabelecer uma posição relativa do desenvolvimento: índice alto de desenvolvimento (acima de 0,800), índice médio de desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e índice baixo de desenvolvimento (menor de 0,499). A evolução dos índices dentro dos intervalos de desenvolvimento permite também qualificar as tendências para melhor ou pior nível de desenvolvimento nos territórios analisados.

Considerando que o desenvolvimento econômico está associado ao crescimento econômico e à melhoria do padrão de vida da população, verifica-se que o município de Passo Fundo se encontra no patamar de médio desenvolvimento, com índice de 0,782 em 2018. Entretanto, nos últimos 12 anos, o Idese-total aumentou em 13,17%, de 0,691 para 0,782, indicando que o nível de qualidade de vida aumentou gradativamente, no período de 2007 a 2018, a uma taxa de crescimento de 1,12% a.a. (Tabela 7).

Anos	Município de Passo Fundo				Região Corede Produção				Rio Grande do Sul			
	Total	Educação	Renda	Saúde	Total	Educação	Renda	Saúde	Total	Educação	Renda	Saúde
2007	0,691	0,613	0,670	0,790	0,711	0,653	0,664	0,817	0,698	0,627	0,675	0,792
2008	0,692	0,583	0,690	0,802	0,713	0,626	0,690	0,823	0,702	0,622	0,685	0,799
2009	0,710	0,628	0,701	0,802	0,727	0,666	0,694	0,823	0,710	0,637	0,691	0,803
2010	0,728	0,659	0,721	0,805	0,739	0,678	0,714	0,826	0,720	0,640	0,712	0,807
2011	0,747	0,688	0,745	0,807	0,755	0,698	0,742	0,826	0,726	0,651	0,721	0,807
2012	0,760	0,693	0,781	0,806	0,764	0,708	0,762	0,824	0,734	0,664	0,730	0,809
2013	0,768	0,697	0,801	0,807	0,775	0,717	0,785	0,822	0,744	0,683	0,741	0,808
2014	0,771	0,702	0,796	0,815	0,781	0,726	0,785	0,830	0,753	0,699	0,746	0,813
2015	0,769	0,695	0,788	0,823	0,780	0,726	0,780	0,835	0,752	0,703	0,735	0,818
2016	0,767	0,693	0,780	0,828	0,781	0,727	0,778	0,839	0,755	0,715	0,728	0,821
2017	0,779	0,720	0,788	0,829	0,787	0,740	0,781	0,839	0,762	0,727	0,737	0,824
2018	0,782	0,725	0,785	0,837	0,793	0,751	0,782	0,845	0,767	0,736	0,740	0,825
Varição percentual	13,17%	18,27%	17,16%	5,95%	11,53%	15,01%	17,77%	3,43%	9,89%	17,38%	9,63%	4,17%
Taxa cresc. a.a.	1,12%	1,53%	1,44%	0,53%	0,99%	1,27%	1,49%	0,31%	0,86%	1,46%	0,84%	0,37%

Tabela 7. Evolução do Idese, variação percentual e taxa de crescimento ao ano do município de Passo Fundo, da Região Corede Produção e estado do Rio Grande do Sul. Período de 2007 a 2018. Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE/Núcleo de Contabilidade Social. FEE (2020).

A melhora na qualidade de vida foi impulsionada, principalmente, pelos componentes educação e renda que apresentam desenvolvimento médio crescente. No período, o Idese-educação aumentou em 18,27%, de 0,613 para 0,725, com taxa de crescimento de 1,53% a.a.; e o Idese-renda aumentou em 17,16%, de 0,670 para 0,785, com taxa de crescimento de 1,44% a.a. Embora o Idese-saúde aumentou no período somente 5,95%, com uma taxa de crescimento de 0,53% a.a., crescendo menos do que os índices da educação e da renda, foi o único que passou do nível médio para o nível de alto desenvolvimento: o Idese-saúde, que foi de 0,790 em 2007 (médio de desenvolvimento), aumentou para 0,837 em 2018 (alto de desenvolvimento), indicando que os serviços de saúde no município apresentaram, ao longo dos últimos anos, um alto padrão de atendimento para sua população.

A região da Produção e o estado do Rio Grande do Sul, em 2018, apresentaram desenvolvimento médio, com índices de 0,793 e 0,767, respectivamente. Nos dois casos, o Idese-saúde embora tenha avançado menos do que os demais no período de 2007 a 2018, é o único dos três que se encontra no nível de alto desenvolvimento. Os Idese-educação e renda encontram-se no nível médio, tendo a renda o maior crescimento na região, 1,27% a.a., e a educação 1,46% a.a. no estado.

Nesse panorama, a comparação da variação percentual e das taxas de crescimento do Idese de Passo Fundo com a região e o estado evidencia diferenças significativas no caminho para um maior desenvolvimento. A melhora na qualidade de vida da população de Passo Fundo é mais acelerada, o que permite inferir, para os próximos anos, com base em um adequado planejamento estratégico, maior potencial para atingir, em menos tempo, níveis de alto desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir são apresentados, de forma sucinta, os principais resultados encontrados na trajetória econômica e social do município de Passo Fundo e as suas implicações sobre o desenvolvimento regional.

- *Origem de Passo Fundo e mudança estrutural na produção setorial*

Os primeiros registros territoriais indicam que a atividade econômica de Passo Fundo surgiu, na beira do caminho dos tropeiros, com a produção agropecuária e a prestação de pequenos serviços de abastecimento (armazéns), alimentação e hospedagem para indivíduos de passagem. Tropeiros que reuniam o gado solto em invernadas e o destino eram as feiras de Sorocaba, em São Paulo. Assim, a localização espacial de Passo Fundo e os recursos territoriais disponíveis fizeram, desde sua fundação, em 1857, com que o setor Agropecuário e o setor Serviços caracterizem seu crescimento econômico inicial. Posteriormente, a formação econômica do município de Passo Fundo alcançou o *status* de polo de desenvolvimento regional, na medida em que seu crescimento se expandiu para grandes espaços territoriais de seu entorno.

Em anos mais recentes, no período de 1939 a 2018, a economia de Passo Fundo apresentou mudanças estruturais significativas. Embora, nos últimos 80 anos, o PIB do setor Serviços foi preponderante, pelo menos três períodos com mudanças estruturais significativas podem ser estabelecidos: a) o período intensivo na atividade agropecuária, nos anos de 1939 a 1985; b) o período industrial, de 1990 a 2006; e c) o período crescente dos serviços, de 2007 a 2018. As mudanças estruturais observadas nesses períodos ocorreram, inicialmente, pelo processo de emancipação de distri-

tos que desmembrou grandes extensões territoriais de Passo Fundo dedicadas à produção agrícola; seguidamente, pelo processo de urbanização que implicou maiores volumes de produção industrial e prestação de serviços; e finalmente, nos últimos anos, pela consolidação das atividades do setor Serviços com área de abrangência regional e nacional.

- *A universidade de Passo Fundo e o crescimento endógeno*

Com relação à dimensão social e econômica de Passo Fundo, atualmente seus 205.054 habitantes respondem por 55,23% da população regional, e a renda de 7,9 bilhões de reais que gera contribui com 53,46% do PIB do Corede Produção. Assim sendo, olhando para o passado e para o presente, pode-se afirmar que as atividades de produção e de consumo do município, em função de aspectos geoeconômicos e relações intersetoriais históricas, interagem permanentemente com a região.

Nesse panorama, ocorreram significativas mudanças estruturais na dinâmica do crescimento econômico de Passo Fundo. De 1939, pelo menos, até o ano de 1996, historicamente o crescimento da região e de Passo Fundo dependia do desempenho da agropecuária regional. A dinâmica no crescimento era exógena; assim, inicialmente, o crescimento era acionado pela agropecuária regional para o crescimento de Passo Fundo, como polo de desenvolvimento regional, via ligações insumo-produto, atingir, logo, amplitude regional. Embora essa dinâmica permaneça nos municípios da região, em Passo Fundo mudou significativamente, pois o crescimento de Passo Fundo passou a depender menos da agropecuária regional, principalmente a partir de 2002, quando a correlação do PIB setorial se tornou fraca. Trata-se, portanto, de uma

nova dinâmica de crescimento com características endógenas, visto que o crescimento de Passo Fundo é impulsionado de dentro para fora do município, por meio do setor Indústria e, principalmente, do setor Serviços.

Os argumentos da teoria econômica para o crescimento endógeno sustentam que o investimento de longo prazo em capital humano, inovação e conhecimento são os alicerces que possibilitam o crescimento econômico. Assim sendo, a evidência empírica sugere que o crescimento endógeno do município de Passo Fundo é consequência da acumulação de capital humano qualificado, em todas as áreas do conhecimento, a várias décadas, com a criação da Universidade de Passo Fundo em 1968.

De fato, historicamente, a qualificação da mão de obra, por meio da educação, da perícia e da experiência, é atributo fundamental que viabilizou, em Passo Fundo, dentre outros, o acúmulo e a atração de capital financeiro, a construção civil moderna, o aumento da escala do atacado e do varejo, o desenvolvimento das redes de cooperação, a modernização do sistema logístico de transporte, a produção de máquinas e implementos agrícolas de última geração, os serviços de suporte empresarial diversificado, a prestação de serviços de saúde básica e de alta complexidade, novas instituições de Ensino Superior que fortalecem o capital humano etc. Tudo isso com impactos regionais de grande envergadura.

Certamente, o crescimento econômico baseado no conhecimento exige a formação de pessoas em sintonia fina com as necessidades das organizações privadas e públicas do município e região. Para isso, estudos devem ser desenvolvidos com fins de identificar gargalos e implementar projetos estratégicos em torno dos quais se possa direcionar a formação do capital humano.

- *Diretrizes para o desenvolvimento regional*

Em virtude dos aspectos econômicos e sociais apontados, o Idese classifica, atualmente, o município de Passo Fundo no patamar de médio desenvolvimento. Entretanto, o componente ligado à saúde, em relação aos da educação e renda, passou do nível médio para o nível de alto desenvolvimento, evidenciando que o setor saúde presta um elevado padrão de atendimento para sua população e região.

Nesse panorama, o conjunto de informações mostra que o desenvolvimento econômico do município de Passo Fundo está atrelado a sua condição de polo de desenvolvimento regional. Assim sendo, ao longo do tempo, sua matriz insumo-produto foi integrando-se, inicialmente de forma exógena e, nos últimos anos, de forma endógena com a região. Certamente, a aceleração desse processo para os próximos anos pode ser um mecanismo importante para o maior desenvolvimento econômico regional.

A questão é: Como acelerar a integração dessas matrizes produtivas? Vários são os mecanismos, dentre os quais se pode destacar os seguintes: a) a construção de infraestrutura de integração, como rodovias que permitiriam, por um lado, a aproximação espacial dos mercados de produção e consumo e, por outro, o aquecimento do mercado imobiliário e criação de novas oportunidades de negócios; b) a criação de associações público-privadas dos municípios que procurem, em conjunto, identificar objetivos e ações comuns aos seus interesses; c) coordenação de políticas municipais que promovam maior mobilidade dos fatores de produção regionais, por exemplo: moradores de um município trabalhando em outro, habitantes de um município fazendo investimentos em outros; d) integração das associações comerciais dos municípios com objetivos de criar espaços e fóruns permanentes de negócios que contribuam

com uma maior proximidade dos empresários empreendedores da região; e) fomento da integração das instituições de ensino e pesquisa com o setor empresarial da região na busca do desenvolvimento de um polo científico tecnológico integrado.

Em síntese, considerando a dimensão da população de Passo Fundo, com características cosmopolitas, as mudanças estruturais de sua economia, sua matriz produtiva e de serviços diversificada, seu elevado nível de renda per capita familiar e a qualidade de vida que apresentam, pode-se afirmar que seu crescimento econômico baseado no conhecimento e a força de seu mercado poderão fortalecer a integração do município com a região e, portanto, podem induzir um maior nível de desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria; TEDESCO, João Carlos. (Org.). *Urbanização, exclusão e resistência* – estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOMAR, Eusey O. Capital expansion, rate of growth and employment. *Econométrica*, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 137-147, abr. 1946. Disponível em: <http://joseluisoreiro.com.br/site/link/3d328aadb4d63d0994463bda-fb92633d7eb5b12f.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

FINAMORE, Eduardo Belisário. (Org.). *Planejamento estratégico da região da produção: do diagnóstico ao mapa estratégico 2008/2028*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2010.

FINAMORE, Eduardo Belisário; MONTTOYA, Marco Antonio. O índice de retorno do ICMS: uma avaliação da qualidade de vida e da renda. *Textos para Discussão*, Passo Fundo, n. 20, p. 1-7, 2005. Disponível em: http://cepeac.upf.br/download/td_20_2005.pdf. Acesso: 6 set. 2021.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Núcleo de Contabilidade Social. *FEE, Dados abertos*. Disponível em: <https://dados.fee>.

tche.br/. Acesso em: 5 ago. 2020.

HARROD, R. F. *Dynamic economics*. 20. ed. Londres: Macmillan, 1966.

LEONTIEF, Wassily. *A economia do insumo-produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

MONTOYA, Marco Antonio. Aspectos setoriais do desenvolvimento da Região da Produção Gaúcha Tchê: 1939-88. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, ano 1, n. 1, p. 11-31, mar.1993.

MONTOYA, Marco Antonio; FINAMORE, Eduardo Belisário. O crescimento econômico no município de Passo Fundo: para onde vamos? *Textos para Discussão*, Passo Fundo, n. 17, p. 1-4, 2005. Disponível em: http://cepeac.upf.br/download/td_17_2005.pdf. Acesso: 6 set. 2021.

PASQUAL, Cássia Aparecida; PEDROZO, Eugenio Ávila. Características do negócio no Setor de Máquinas Agrícolas. *RAE-eletrônica*, São Paulo, v. 6 n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2007.

RIANI, Flávio. *Economia do setor público* – uma abordagem introdutória. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, [s. l.], v. 70, n. 1, p. 65-94, fev. 1956. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/Solow1956.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

TEDESCO, João Carlos; KALIL, Rosa Maria; DAL MORO, Selina Maria. Uma primeira aproximação do processo de urbanização na região de Passo Fundo: “Moço, esta ida não vai ter volta”! *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, ano 1, n. 2, p. 7-41, nov. 1993. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4213/2716>. Acesso em: 20 set. 2021.

Anos	Região Corede Produção sem Passo Fundo			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1996	1.971.711	1.304.271	5.259.923	8.535.906
1997	1.602.014	1.470.905	5.047.804	8.120.725
1998	1.891.091	1.562.498	5.285.999	8.739.588
1999	1.642.690	1.711.226	3.833.632	7.187.548
2000	1.779.868	1.745.964	3.725.599	7.251.430
2001	1.952.954	1.621.767	3.786.028	7.360.749
2002	1.918.293	1.168.677	3.445.676	6.532.646
2003	3.002.346	1.273.274	3.876.182	8.151.801
2004	1.932.806	1.033.463	3.249.686	6.215.956
2005	949.215	1.094.986	3.135.143	5.179.342
2006	1.587.774	1.030.022	3.512.476	6.130.273
2007	1.248.518	868.433	2.594.075	4.711.027
2008	1.318.181	972.368	2.673.280	4.963.828
2009	1.291.518	961.711	2.778.353	5.031.582
2010	1.322.002	1.084.401	2.975.084	5.381.487
2011	1.258.627	1.359.228	3.149.749	5.767.603
2012	988.907	1.249.163	3.120.861	5.358.931
2013	1.671.172	1.223.221	3.547.811	6.442.203
2014	1.439.833	1.340.244	3.955.444	6.735.519
2015	1.461.973	1.157.741	4.031.509	6.651.222
2016	1.569.594	1.153.028	4.107.096	6.829.720
2017	1.343.723	1.158.125	4.101.168	6.603.018
2018	1.365.941	1.147.616	4.388.541	6.902.098
Taxa cresc. a.a.	-1,67%	-0,58%	-0,82%	-0,97%

Anexo A. Taxa de crescimento e evolução do PIB setorial da Região Corede Produção sem considerar o município de Passo Fundo. Período de 1996 a 2018, em 1000 reais (base = 2018). Fonte: Elaborada com base nos dados da FEE/Núcleo de Contabilidade Social. FEE (2020).





PERSPECTIVA ECONÔMICA DE PASSO FUNDO
SOB O OLHAR DA GERAÇÃO DE RIQUEZA:

apontamentos emergentes

JULCEMAR BRUNO ZILLI



A análise do comportamento da atividade econômica municipal auxilia no entendimento da forma que a renda é gerada e gasta na economia regional. Nessa perspectiva, a cidade de Passo Fundo tem demonstrado avanços significativos nos últimos anos, principalmente, com a chegada de empresas de porte que aqueceram a produção e, conseqüentemente, demandaram mais mão-de-obra e matéria-prima.

A riqueza gerada pela atividade serve como principal fonte de renda nas famílias da região e, uma parte significativa da renda gerada acaba por ser alocada em bens e serviços oferecidos pelo município, seja no pilar educacional, saúde ou agronegócio. Diante dos fluxos monetários intra e intermunicipais da região cabe acompanhar a evolução dos principais indicadores econômicos de Passo Fundo com o intuito de demonstrar que a evolução tem sido consistente e permanente, inclusive atraindo novos empreendimentos/investimentos nos diferentes segmentos produtivos.

EMPREENDEDORISMO

Há alguns anos que Passo Fundo integra *rankings* das 100 melhores cidades brasileiras para se investir ou fazer negócio. A constante presença de Passo Fundo no ranking das melhores cidades brasileiras para receber investimentos deixa o município no radar dos investidores. Os empresários analisam o potencial que a cidade

possui para viabilizar os investimentos, aumentando a chance de efetivamente desenvolver o empreendimento na cidade.

O surgimento de novos negócios na cidade de Passo Fundo destaca a importância que o empreendedorismo tem no desenvolvimento local e regional. Na Tabela 1, verifica-se que, no ano de 2018, foram autorizadas e liberadas para funcionamento 2255 empresas e, mesmo passando por um período de pandemia, nota-se aumento para 2934 empresas em 2021, aumento de 30,11% no surgimento de novas empresas.

ANO	QUANTIDADE
2018	2.255 empresas
2019	2.517 empresas
2020	2.164 empresas
2021	2.934 empresas

Tabela 1. Evolução das novas empresas registradas em Passo Fundo. Fonte: Secretaria Municipal de Finanças / Prefeitura de Passo Fundo 2020.

No cenário empresarial pode-se observar que a predominância da atuação das empresas está no setor de serviços, um dos pilares da economia passofundense, seguido pelo comércio e indústria de transformação. Com relação à quantidade de empreendimentos por setor verifica-se que a maioria são Microempresas e empresas de pequeno porte que atendem as necessidades locais e regionais com a prestação de serviços e produção dos mais diversos bens consumidos pelos cidadãos brasileiros e, até mesmo, adquiridos por estrangeiros no processo de exportação. A tabela 2 demonstra a composição das empresas por segmento.

Segundo Sebrae (2019) em 2019 o município apresentava um cenário de 49% das empresas ligadas aos segmentos de prestação de

serviços, além de 37% de empresas relacionadas ao comércio, 8% na indústria de transformação e 5% na construção civil.

Sector	Microempresa	Pequena empresa	Média e grande empresa
Ind. de transformação	1.111	40	10
Construção Civil	752	20	2
Comércio	5221	332	40
Serviços	6.883	414	61
Agropecuária	(*)249		
Total	14.216	810	113

Tabela 2. Quantidade de estabelecimentos por setor em 2019. Fonte: Perfil das Cidades Gaúchas Sebrae - RS 2019. (*) Para fins de contabilização, o setor agropecuário é somado na categoria “microempresa”.

A implantação de novas empresas tende a melhorar a renda da população enquanto novos produtos e serviços são produzidos e oferecidos para a população. Há necessidade de contratação de trabalhadores para produzirem os produtos ou serviços, reduzindo a taxa de desemprego. Os trabalhadores recebem seus salários (renda) e consumirão os produtos e serviços oferecidos por outras empresas/lojas, gerando mais renda para os cidadãos.

Atualmente, o perfil dos trabalhadores das empresas de Passo Fundo apresenta comportamento bem equitativo, pois cerca de 57% dos trabalhadores atuam nas empresas de Micro ou Pequeno Porte, seguido por 22% dos trabalhadores alocados em empresas de Médio Porte e 21% em estabelecimentos de Grande Porte (RAIS, 2019).

No cenário pandêmico onde a humanidade vivenciou, a cidade de Passo Fundo conseguiu manter e, até mesmo, elevar os níveis de pessoas empregadas, principalmente, no setor de serviços em que

os empregos formais se elevaram de 27381 para 29382 vagas entre 2020 e 2021 (Tabela 3). No mesmo sentido, porém em intensidade menor tem-se a indústria que aumentou de 9472 para 10033 vagas no período. Os demais segmentos amargaram reduções importantes no quadro de pessoas ocupadas e os efeitos diretos e indiretos acabam por ser sentidos na geração de renda do município.

Setores	2020	2021
Serviços	27.381	29.382
Comércio	19.381	19.237
Indústria	9.472	10.033
Construção	3.582	3.135
Agropecuária	859	806
Total	60.675	62.593

Tabela 3. Empregos formais por setores em Passo Fundo entre 2020 e 2021. Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) Ministério da Economia/Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social / SINE.

Mesmo assim, a cidade de Passo Fundo está entre as 40 cidades do estado que possuíam o maior salário médio mensal em 2020, chegando há 2,9 salários-mínimos e posicionando-a como a 36.^a dentre os 497 municípios do estado, segundo Sebrae (2020).

Prova da evolução nos níveis de emprego está na Tabela 4. Nela nota-se que entre 2020 e 2021 a cidade de Passo Fundo manteve-se entre as 5 maiores cidades geradoras de emprego no estado do Rio Grande do Sul, demonstrando a pujança que há presente no território passo-fundense.

2020	2021
São Leopoldo	Porto Alegre
Triunfo	Caxias do Sul
Passo Fundo	Novo Hamburgo
Porto Alegre	Passo Fundo
Caxias do Sul	Canoas
Canoas	São Leopoldo
Gravataí	Gramado
Rio Grande	Pelotas
	Cachoeirinha
	Santa Maria

Tabela 4. Ranking municipal de geração de empregos 2020 e 2021 no RS. Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) Ministério da Economia/Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social / SINE

Além disso, com maior volume de produção e venda de bens e serviços o governo poderá arrecadar por meio dos tributos cobrados. O maior volume de recurso arrecadado pelo governo poderá se transformar em melhores serviços na saúde, educação, transporte, segurança, assistência social, dentre outros serviços fundamentais para a população local e regional.

A elevação da movimentação econômica gera efeitos significativos no volume de recursos que o setor público arrecadou nos últimos anos. Nota-se que a arrecadação passou de R\$ 124,7 milhões em 2018 para R\$ 158,6 milhões em 2021, variação de 27,15% no período em termos nominais. A Tabela 5 detalha os valores arrecadados e a variação em relação ao período anterior.

Exercício	Arrecadação	Varição Arrecadação %
2018	124.784.483,91	4,377746
2019	127.845.329,60	2,452906
2020	130.181.791,16	1,827569
2021	158.659.421,67	21,875279

Tabela 5. Evolução IPM/Arrecadação ICMS (R\$).Fonte: Secretaria Municipal de Finanças/Prefeitura de Passo Fundo

A identificação de Passo Fundo como potencial local de investimentos indica haver “fortes” expectativas para o crescimento e desenvolvimento econômico da cidade nos próximos anos, por isso, os investidores, buscando atingir seus objetivos (lucros), investem seus recursos nos municípios que apresentam características e potencial de crescimento econômico.

Com o cenário de recessão e seus efeitos a população reduziu seus gastos e comprava apenas os bens e serviços fundamentais e o comércio iniciou o processo de redução nas vagas de emprego, ocasionando elevação na taxa de desemprego, agravando mais o desestímulo às compras.

Portanto, o comércio apresenta papel importante na economia passofundense e, principalmente, regional por oferecer uma diversidade de bens e serviços, atraindo um volume considerado de pessoas que utilizam nossos serviços de saúde, educação, dentre outros e, com a recuperação econômica, o setor tende a apresentar resultados positivos e melhorar sua participação na economia, além de se destacar na geração de renda.

A grande relevância que o setor de comércio tem na economia passofundense deve-se, principalmente, pela pujança da cidade na região Norte do Estado, associado aos demais pilares da economia local: saúde, educação, agronegócio, dentre outros.

A atração de pessoas para a cidade polo, bem como o volume de pessoas que utilizam os serviços de saúde e de educação, gera a necessidade do comércio se desenvolver para atender a demanda latente. Novos investimentos devem ser realizados e aperfeiçoados para satisfazer o grande volume de pessoas que acabam por circular na cidade diariamente.

Portanto, há fortes indícios de que os demais setores da economia influenciaram no desenvolvimento do comércio local para atender a demanda crescente e os empresários entenderam a necessidade de ofertar produtos e serviços de qualidade para fidelizar ou, pelo menos, atender os desejos das pessoas que estão na cidade. Isso acaba por gerar um círculo vicioso na economia em que mais pessoas procuram os serviços oferecidos pela cidade, influenciando positivamente no setor do comércio que precisa se modernizar para atrair mais consumidores e ampliar sua participação na economia de Passo Fundo.

ECONOMIA E RENDA

Diante da perspectiva de geração de renda e de crescimento do empreendedorismo na cidade de Passo Fundo, a economia acaba recebendo muitos incentivos/investimentos que elevam a participação na atividade econômica estadual. Para tanto, 3 segmentos apresentam elevado percentual de participação na atividade econômica municipal: Serviços (81,59%), Indústria (16,42%) e agropecuária (1,99%).

Sendo assim, a soma dos valores monetários da produção de bens e serviços finais de Passo Fundo, conhecido como Produto Interno Bruto (PIB), tem demonstrado, nominalmente, elevação importante entre 2015 e 2019, passando de R\$ 7,8 bilhões para R\$

9,8 bilhões, aumento de 25,64% no período. A tabela 6 demonstra detalhadamente a evolução da atividade econômica em Passo Fundo. Os dados colocam o município na oitava posição como maior economia estadual.

Passo Fundo (R\$ bilhões)	PIB a preços correntes
PIB 2019	9.829.386
PIB 2018	9.150.642
PIB 2017	8.636.758
PIB 2016	8.342.537
PIB 2015	7.817.190

Tabela 6. Evolução do Produto Interno Bruto. Fonte: Departamento de Economia e Estatística - DEE/ Secretária de Planejamento, Governança e Gestão

Os dados posicionam a cidade entre as maiores econômicas gaúchas em 2019 e representando cerca de 2,1% de toda a produção gaúcha.

Na análise do PIB per capita pode-se averiguar o padrão de renda dos residentes, visto que a grandeza serve para analisar como é a formação e geração de riqueza na cidade e, com isso, ter subsídios sobre a circulação de renda e a qualidade dos serviços prestados pelo poder público municipal.

Ano	PIB per capita
2019	48.355,12
2018	45.327,11
2017	43.444,68
2016	42.177,06
2015	39.733,81

Tabela 7. Evolução do PIB per Capita de Passo Fundo entre 2015 e 2019 em valores constantes. Fonte: IBGE/Departamento de Economia e Estatística - DEE/ Secretária de Planejamento, Governança e Gestão

A análise apresenta variação positiva de cerca de R\$ 10 mil entre 2015 e 2019, passando de R\$39.733,81 em 2015 para R\$ 48.355,12 em 2019.

O IDESE é o indicador que tem o propósito de mensurar o nível de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. O IDESE é composto por 12 indicadores, divididos em três blocos: Educação, Renda e Saúde. O IDESE é classificado como alto (acima de 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (abaixo de 0,499).

Na comparação com períodos entre 2016 e 2019 pode-se observar o impacto positivo que o IDESE sentiu devido à melhoria na geração de renda na economia passofundense. Os dados apresentados na Tabela 8 revelam que o IDESE passou de 0,767 para 0,792 apontando para a melhora na qualidade de vida da população, pois o índice capta informações da Educação, Renda e Saúde dos cidadãos.

Ano	IDESE
2016	0,767
2017	0,779
2018	0,782
2019	0,792

Tabela 8. Evolução nos índices de desenvolvimento social e econômico de Passo Fundo entre 2016 e 2019. Fonte: (*) ano 2019 Departamento de Economia e Estatística – DEE /Secretaria de Planejamento, orçamento e Gestão.

O país passou por uma grande crise econômica, apontada como uma das maiores desde a gripe espanhola (1918). A recuperação tem sido lenta e agravada por diversos fatores internos e externos, dentre eles, insegurança política, discussões comerciais entre países desenvolvidos, crises em países emergentes, conflitos armados entre países, dentre outros fatores que afetam o compor-

tamento da economia brasileira. Em termos nominais, desde 2015 a economia recuou 7,15% e recuperou apenas 3,5%, faltando recuperar 3,65% para voltar ao tamanho que o Brasil tinha em 2015 (IBGE, 2019).

Nesse sentido, as perspectivas apontam para uma possibilidade significativa de crescimento, recuperando parte das perdas observadas nos últimos anos. A previsão de crescimento da atividade econômica para os próximos anos está entre 1% e 2%, levando junto à melhora do emprego, da renda. Uma das justificativas está na elevada taxa de juros (Selic) observada no país que está prejudicando a viabilidade econômica de muitos projetos e, com isso, nota-se a redução dos investimentos, da produção e do emprego.

Por outro lado, a maior inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional, principalmente pelo aumento da competitividade e da desvalorização cambial, que tende a aumentar a pauta de exportação, trazendo recursos financeiros para o País.

Dentre os setores que devem contribuir para o desempenho econômico estão: i) O agronegócio, principalmente, os setores voltados à exportação, visto que as grandes nações cada vez mais necessitam dos produtos produzidos em países emergentes para auxiliar na oferta de produtos para a população. Assim, setores ligados a área avícola, suinícola e bovina tendem a apresentar bons resultados para os próximos anos; ii) A Construção civil deverá ser penalizada devido às altas taxas de juros, exigindo alguns benefícios específicos para fazer o setor apresentar melhores resultados; iii) A Indústria de transformação pela maior inserção e competitividade do País no mercado internacional favorecido pela desvalorização do real; iv) A Indústria metalomecânica que deverá dar suporte aos avanços da economia brasileira e auxiliar na melhoria das condições de infraestrutura; v) O comércio deverá ser beneficiado pelas

melhores condições de renda e maior segurança financeira poderá gerar demanda por diversos bens e serviços que atualmente não estão sendo consumidos ou teve seu consumo reduzido nos últimos anos, principalmente, durante o período pandêmico; dentre outros segmentos de importância para a economia brasileira.

Como a perspectiva aponta para melhores resultados econômicos nos próximos anos, a oferta de emprego deverá melhorar e novos postos de trabalhos serão gerados e absorvidos pelos trabalhadores qualificados. Portanto, esse é o momento de buscar qualificação profissional para estar preparado para atender as necessidades das empresas e, com isso, melhorar as condições de renda e a qualidade de vida no momento que o País voltar a se destacar economicamente.

Os efeitos econômicos observados no Brasil estão significativamente atrelados a insegurança política e permanecerá agravada pelo conflito armado entre Ucrânia e Rússia, desempenho ruim de vários países emergentes, dentre outros fatores. Nesse momento o mais importante é estar preparado para as oportunidades e isso significa estar qualificado profissionalmente para se beneficiar dos próximos momentos de expansão econômica que deverá ocorrer nos próximos anos.

Os números demonstram a pujança econômica que a cidade, considerada polo regional, tem no cenário nacional destacando-se nos mais diversos segmentos da economia brasileira e cada vez mais vai atraindo investimentos que gerarão empregos e melhorias nas condições socioeconômicas da comunidade passofundense.

O avanço dos indicadores mostra que as condições de emprego e renda no município tendem a apresentar avanços cada vez mais importantes, principalmente, pela atração de grandes empresas que geraram aumento no valor dos bens e serviços produzidos.

Esse comportamento fez com que ocorresse aumento na procura por trabalhadores na região aquecendo, com isso, o mercado. Nesse sentido, muitas pessoas perceberam a necessidade de melhorar a qualificação e procuraram os diferentes mecanismos e instituições para melhorar a capacitação e, com isso, se inserir no mercado.

Com tudo isso, novos negócios deverão surgir na cidade que vão ampliar mais a procura por mão de obra qualificada, além de desenvolver todos os setores relacionados com a prestação de serviços e aumentando o valor da produção de bens e serviços e, com isso, o Produto Interno Bruto (PIB).

Portanto, para mantermos esse comportamento necessita-se cada vez mais atrair e incentivar investimentos nos diversos setores da economia para que a cidade possa melhorar cada vez mais os indicadores econômicos medidos, principalmente, pelo PIB e avançar na melhoria das condições sociais da população. Isso sim gera o desenvolvimento econômico.

BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial representa o valor monetário das exportações (entrada de dinheiro de fora do País) comparado com as importações (saída de dinheiro do País). Por meio da balança comercial, a situação financeira de um país pode ser comparada com a de outros países. Além das importações e exportações, existem alguns outros fatores que podem afetar esse indicador.

Assim, quando as exportações são maiores que as importações significam que temos uma balança comercial superavitária e, com isso, está entrando mais recursos financeiros no País em relação às saídas de recursos. Normalmente, esse cenário aparece quando ocorre uma desvalorização da moeda brasileira (câmbio

elevado). Nesses momentos, as exportações brasileiras ficam mais competitivas internacionalmente e o volume exportado tende a se elevar significativamente.

Quando ocorre um déficit na balança comercial representa um maior volume de importação frente às exportações e há maior saída de recursos financeiros para pagar as importações. Normalmente, esse efeito aparece mais expressivamente quando o Real está valorizado (câmbio baixo) onde as exportações brasileiras perdem espaço no mercado mundial e fica mais acessível comprar produtos do exterior.

Neste sentido, observamos que os dados da balança comercial passofundense apresenta um comportamento superavitário e, com isso, contribuindo com a entrada de recursos no mercado brasileiro, gaúcho e da cidade. O salto de 2018 para 2019 está intimamente relacionado com a melhora das vendas para o mercado internacional devido à desvalorização do Real, tornando as exportações brasileiras muito mais atrativas para o exterior. Diante disso, a balança comercial avançou 204,8% entre 2017 e 2019 e 46% entre 2018 para 2019, fechando com um superavit acima de R\$ 1 bilhão no ano de 2019. Perceba que os principais avanços estão associados ao maior volume de exportação com uma redução das importações das empresas localizadas na cidade.

Atualmente, a balança comercial possuiu 95,2% da sua representatividade oriunda da cadeia da soja no superavit da balança comercial, destacando que a Cadeia do Soja foi responsável pela exportação de US\$1,97 bilhões (89,35%) e o trigo ficou em segundo lugar a pauta exportadora de Passo Fundo em 2020 com US\$ 93,5 milhões exportados (4,24%), seguido pelo Milho com US\$ 35,5 milhões exportados (1,61%).

Ano	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	Balança Comercial (US\$)
2021	2.207.532.331	135.476.189	<u>2.072.056.142(*)</u>
2020	1.142.069.516	98.545.278	1.043.524.238
2019	1.188.209.778	127.060.444	1.061.149.334
2018	925.772.843	198.932.787	726.840.056
2017	458.931.705	110.765.204	348.166.501
2016	616.706.913	91.198.368,	525.508.545

Tabela 9. Evolução da balança comercial de Passo Fundo entre 2016 e 2021. Fonte: Ministério da Economia / ComexStat/ComexVis (2021)/Lista de Importadores e Exportadores –Ministério da Economia/Departamento de Economia e Estatística - DEE/ Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

Dentre os principais destinos da produção de Passo Fundo estão a China (84%) e Irã (2,4%) e Arábia Saudita (1,9%). Portanto, a Ásia e o Oriente Médio são nossos principais parceiros comerciais da exportação de Passo Fundo. Por outro lado, a Argentina e a China são nossos maiores parceiros comerciais na importação. A Argentina atendeu em 2020 cerca de 40% das importações da cidade, seguido pela China (25%) e pelo Chile (10%).

A partir destes números pode-se analisar a importância que o setor externo tem para a cidade de Passo Fundo, pois quanto maior for o superavit da balança comercial significa que mais fatores de produção foram necessários para produzir os produtos exportados e, com isso, tem-se o efeito de redução nas taxas de desemprego bem como maior volume de renda circulando na cidade gerando um efeito multiplicador do dinheiro entre os diferentes setores da sociedade. Portanto, os produtores da matéria-prima, os prestadores de serviços, a indústria de transformação, de armazenamento e de distribuição são favorecidos com o cenário apresentado para a cidade com relação aos mercados internacionais.

Com toda a movimentação financeira ligada a exportação maior deverá ser a atividade econômica medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), gerando maior volume de arrecadação de impostos e, com isso, possibilidade de melhores níveis de saúde, educação, infraestrutura para a sociedade de Passo Fundo e região, melhorando o desenvolvimento econômico regional.

AGRONEGÓCIOS

O agronegócio é composto por setores econômicos pertencentes à produção rural, agroindústrias e indústrias de insumos, transporte e comercialização dos bens agropecuários agrupados em segmentos ligados aos insumos, agropecuária, agroindústria e serviços. Dessa maneira, quando se ouve falar no termo agronegócio deve-se lembrar de que não se trata apenas das atividades desenvolvidas na propriedade rural e sim de um conjunto de atividades produtivas interligadas à produção agropecuária e executadas antes e depois da propriedade rural.

Atualmente, o setor possui importância significativa na economia brasileira, pois diante da quantidade de segmentos envolvidos verifica-se que cerca de 22% do PIB do Brasil tem como origem a cadeia de produção que envolve estes diferentes segmentos (MAPA, 2018).

Os dados da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL, 2017) mostram que o agronegócio possui uma relevância ainda maior para o Estado, aproximando-se de 40% de toda a atividade econômica. Além disso, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária do estado participa com 11,8% do total do VAB total. No cenário regional o Valor Bruto Adicionado (VAB) da agropecuária participa com 17% do VAB total da região.

Os números demonstram a importância que agronegócio tem na região, pois a maior participação no segmento agropecuário exige que os setores que fornecem as matérias-primas, as máquinas e equipamentos, além das atividades de escoamento e distribuição ampliem suas atividades na economia. Com a maior atuação na econômica o agronegócio ganha mais relevância no cenário regional.

Pela amplitude das atividades desenvolvidas dentro do agronegócio e pela relevância do segmento na geração de renda vários segmentos possuem destaque regional. Entretanto, pode-se dar uma maior ênfase a produção agrícola (soja, milho, trigo, canola, etc.) e pecuária (frango, suínos, leite, etc.), além da indústria que produz as máquinas e equipamentos que serão utilizados nas propriedades rurais e as empresas que armazenam ou beneficiam os produtos que serão enviados para o consumo final.

O agronegócio apresenta uma relação com diferentes variáveis da economia, dentre elas: dólar, taxa de juros, políticas comerciais, estoques, etc. Nesse sentido, o comportamento destes determinantes acaba por impactar nos negócios e da atividade econômica do agronegócio.

Expectativas apontam para um Real desvalorizado para 2020 o que significa que o câmbio continuará elevado e esse comportamento deverá influenciar significativamente nos produtos presentes na pauta de exportação. Entretanto, como o agronegócio utiliza uma gama de produtos importados e com a cotação cambial elevada poderá ocorrer uma redução no volume de importação, além de aumento nos custos de produção.

Com relação aos conflitos comerciais entre as principais economias mundiais o país poderá suprir a necessidade de produtos para essas nações e, com isso, melhorar sua participação no comércio internacional. Além disso, há expectativas de uma boa safra

para 2020, o que deverá injetar renda na economia, contribuindo para a melhoria da atividade econômica da região.

Portanto, o agronegócio regional apresenta relevância na geração de renda e, com isso, gera impactos significativos na atividade econômica. Essa dependência ao setor exige cada vez mais uma organização da cadeia produtiva visando gerar competitividade e agregação de valor à produção, influenciando positivamente no avanço econômico regional, estadual e nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento das atividades econômicas de Passo Fundo ajuda a compreender como a renda é gerada e consumida na economia regional. Sob esse ponto de vista, a cidade de apresentou avanços notáveis nos últimos anos, principalmente devido ao aquecimento da produção com a chegada de grandes empresas, exigindo assim mais trabalhadores e matéria-prima.

A riqueza gerada é a principal fonte de renda das famílias da região, e uma parcela significativa da renda gerada acaba sendo distribuída para os bens e serviços prestados pelo município, seja na educação, saúde ou no pilar agronegócio. Diante dos fluxos financeiros intra e intermunicipais, é importante acompanhar a evolução dos principais indicadores econômicos de Passo Fundo para demonstrar que a evolução é consistente e duradoura, inclusive atraindo novos negócios/investimentos em diferentes segmentos produtivos.

Na esfera do empreendedorismo nota-se que o volume de novas empresas registradas nos últimos anos pode estar intimamente relacionado com os avanços tecnológicos observados na economia brasileiro e mundial durante o período pandêmico, exigindo dos

empresários modernização e qualificação das atividades para competir com o mercado cada vez mais exigente e amplo, identificando que o cliente ou concorrente pode estar em qualquer lugar e exigindo esforços para mostrar e atender as necessidades dos indivíduos.

A economia foi afetada durante o início da década de 2020 devido às restrições impostas pela pandemia, incluindo o fechamento das empresas por determinado período ou funcionamento em escalas menores para tentar manter o fornecimento de bens e serviços para a população. Mesmo assim, os números apresentaram avanços importantes que colocaram a cidade entre as 10 maiores cidades do Rio Grande do Sul e uma das melhores cidades brasileiras na atração de investimentos.

Portanto, Passo Fundo destaca-se como principal cidade da região, fornecendo indícios da possibilidade de se transformar em outra região metropolitana no interior do estado. Os dados apontam que a atração de riqueza na esfera educacional, agronegócio e, principalmente, área da saúde, apresentam suporte importante para novos investimentos nos mais diversos setores da economia, visando atender as demandas geradas pelos avanços nos 3 principais pilares econômicos de Passo Fundo.

REFERÊNCIAS

SEBRAE. *Perfil das Cidades Gaúchas Sebrae - RS 2019*. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-dos-municipios-gauchos/>. Acesso em 20.05.2022

SMF. *Secretaria Municipal de Finanças / Prefeitura de Passo Fundo 2020*. Disponível em <https://www.pmpf.rs.gov.br/>. Acesso em: 05 mai. 2022.

MTE. *Cadastro geral de empregados e desempregados: CAGED*. Brasília: MTE, 2019.

ME. Ministério da Economia. ComexStat/ComexVis (2021). Lista de Importadores e Exportadores. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>. Acesso em: 10 mai. 2022.

DEE. DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (DEE/SPGG). DEEDados. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/initial>. Acesso em 20.05.2022

FARSUL. Disponível em <http://www.farsul.org.br/arquivos/relatorio_2019.pdf Relatório econômico 2019.> Acesso em: 19. mai. 2020.



A CENTRALIDADE DO
DESENVOLVIMENTO DE PASSO FUNDO E
O SEU IMPACTO REGIONAL

MARCOS ALEXANDRE CITTOLIN



Analisar o desenvolvimento de um território somente a partir de indicadores é uma metodologia possível, mas não completa, devido ao resultado estar vinculado a uma série de fatores. A atividade humana pode ser analisada em números e gráficos, e pode ser consequência de políticas públicas, empreendimentos e ações da sociedade organizada. É necessário sempre se ter em mente que o desenvolvimento de uma região pode sim atingir uma dinâmica diferenciada quando for orientada por um plano estratégico que leve em conta seus principais ativos.

Com esse enfoque analisa-se a cidade de Passo Fundo como ponto de referência regional e suas conexões com outras regiões com hierarquia de centralidade idêntica, superior e inferior, numa sinergia que potencializa o local, utilizando seus ativos intrínsecos e extrínsecos.

Utiliza-se uma breve abordagem histórica, onde os primeiros moradores foram chegando atraídos pelas condições de vida, oferta de bens naturais e posicionamento geográfico. Em suas ações orientadas para o futuro, estes novos moradores construíram instituições e estruturas neste local, que geraram interesse de outras populações, constituindo a Passo Fundo de hoje, classificada tecnicamente pelo IBGE como uma Capital Regional B. Mostrar-se-á os fundamentos teóricos que erigem esta classificação na escala da hierarquia dos centros urbanos no Brasil.

Muitos outros empreendimentos foram sendo instalados como consequência desta centralidade, tanto públicos como pri-

vados, por iniciativa endógena ou exógena, mas que fortaleceram e continuam a potencializar a sinergia com a região e com outros centros de diferentes hierarquias na cadeia urbana brasileira.

Por fim, analisa-se a atratividade gerada a partir de política pública estratégica para se conquistar grandes empreendimentos industriais na nova fase de desenvolvimento econômico iniciada em 2005. Neste sentido, se optou por analisar um recorte temporal até 2011, em virtude de que neste período se implementou um processo ousado na busca da retomada do desenvolvimento econômico local mais focado na indústria e logística.

No presente artigo procura-se olhar a cidade de Passo Fundo com sua característica central e influenciadora da região; uma abordagem histórica da escolha deste local para se instalar um povoado; instituições que contribuíram para gerar esta centralidade e a nova dinâmica da economia a partir de 2005, quando iniciou a implantação de um plano estratégico de desenvolvimento.

Falar do início do processo de implantação de uma comunidade organizada a partir do conceito da civilização ocidental e deixar de lado a organização que já existia com os povos indígenas, é uma permissão a que nos arvoramos neste trabalho. Para tanto seria necessária uma pesquisa histórica e antropológica a ser realizada por profissionais com tal preparo.

Conhecida e tratada como Capital do Planalto Médio, Passo Fundo se constituiu como centro de referência para a região Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Quando observada de fora para dentro é legado ao reconhecimento da sua importância no suporte regional e na fortaleza que agrega em seu raio de relacionamento e sinergia. De dentro para fora, vem da posição histórica e de sua população, ocupando o espaço, sendo protagonista e querendo na prática ser este centro de referência e construindo as condições para tanto.

A rede de proximidade territorial diz respeito às redes viárias e, por isso, obedecem a uma lógica topográfica, relativa à distância entre dois lugares, percebida em termos da superfície do terreno e tempo despendido. Precisamente, a distância corresponde a um intervalo de espaço e de tempo entre dois lugares e dois instantes, medido em termos de superfície de tempo de percurso. Importante nesta lógica topográfica, a capacidade de fluidez e centralidade; por assim dizer, entre crescimento da fluidez e afirmação de determinadas centralidades, pois, ao se garantir maior fluidez da rede, é possível acentuar a centralidade de alguns nós, alterando profundamente a relação entre as cidades e modificando a hierarquia urbana (LENCIONI, 2011).

BREVE OLHAR SOBRE O INÍCIO PASSO FUNDO

Ativos fundamentais, delegados pela geografia, foram determinantes, mas não únicos responsáveis a elevar a cidade a este status destacado. Nos primórdios, antes de conquistar a realidade atual, Passo Fundo concorreu com outras localidades também iniciantes na dinâmica de ocupação territorial. Os nativos o escolheram pelos atrativos naturais que os movia em épocas passadas. Naqueles tempos, os povos indígenas eram a atratividade da ação dos jesuítas, que buscavam implementar Reduções. Evaristo Afonso de Castro afirma que:

o território missioneiro estendia-se do Campo do Meio até a barra do rio Ibicuí, e foram os jesuítas os primeiros homens que trouxeram a civilização e luzes do Cristianismo às tribos selvagens da raça guarani e que, divididas em grupos, habitavam esta província, no estado selvagem (*apud* CAFRUNI, 1966, p. 22).

Sopesando o olhar etnocêntrico das fontes referidas, que desqualificam a organização dos povos preexistentes, fica a citação como elemento de referência histórica, que defende o início de uma redução jesuítica: “em 1632, o Tape, transformado em Província, voltaria a ser visitado pelos jesuítas, nele sendo fundado o melhor conjunto de suas Reduções, incluindo a missão de Santa Teresa, em território de Passo Fundo”. (CAFRUNI, 1966, p. 91).

Ao longo do tempo surgiram outros passantes por esta região. Os jesuítas tentaram instalar uma redução e com eles veio o gado, que depois ficou se reproduzindo solto nos campos desta grande região. É o que diz Cafruni (1996, p. 21): “Até 1898, o Mato Castelhano, por ser passagem obrigatória para as Missões Orientais do Uruguai, quanto à penetração nortista, determinou os acontecimentos ligados à formação de seu povo [...]”. Muitas famílias de nossa região têm consanguinidade com estes destemidos homens que faziam desta mercancia rudimentar seu modo de vida.

A pesquisa de Delma Rosendo Gehm, no livro “Passo Fundo Através do Tempo” afirma que: “Os Bandeirantes ou Paulistas foram os primeiros povoadores do Rio Grande do Sul, notadamente na região serrana, dando origem aos municípios tradicionais de Vacaria, Cruz Alta, Lagoa Vermelha, Palmeira e Passo Fundo”. (GEHM, 1978, p. 1).

Ainda no mesmo livro, a autora cita alguns moradores que sucederam os tropeiros, que passaram a dar forma ao novo povoamento, buscando como fonte Atanagildo Pinto Martins,

da existência de alguns ponteiros de povoamento municipal, como cabo e depois alferes e capitão Manoel José das Neves, alferes Bernardo Castanho da Rocha, alferes Bernardo Pais de Proença, capitão Joaquim Fagundes dos Reis, alferes Rodrigo Felix

Martins, capitão da rocha Monteiro, etc. – todos eles distinguidos, na concessão de glebas, pelo comando militar de São Borja (GEHM, 1978, p. 1).

Sem entrar no mérito sobre os olhares e pesquisas realizados pelos escritores, atem-se ao fato de que foi aqui nessas terras que estes personagens da história fixaram sua morada e foram os precursores, sempre lembrando que já estavam aqui seus moradores originais, os povos indígenas, representados por variados grupos etnográficos.

Para os tropeiros que por aqui passavam era inevitável ter que transpor um rio e os tropeiros o batizaram de Passo Fundo. Certamente era de difícil travessia. Tornando-se comum parar, acender uma fogueira, acampar e constituir uma referência para uma boa parada de descanso.

A região é uma realidade concreta, física que existe como um quadro de referência para a população que ali vive (FREITAS, 2009). Passo Fundo é considerada uma Capital Regional, já que se relaciona com o estrato superior da rede urbana; com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, tem área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino, para um conjunto de atividades por grande número de municípios (IBGE, 2008).

Para Brito (2005, p. 115-131), “o território refere-se a uma categoria geográfica construída historicamente, e constitui um conceito consagrado nas ciências humanas”. Na sua análise, o autor destaca a importância do recurso histórico na abordagem dos territórios, da qual se pode concluir pela articulação entre processos sociais e as escalas espaciais.

Portanto, no território está implícita uma construção socioespacial, construída pela relação de grupos sociais como o espaço,

considerando os contextos de tempos diferentes. É uma construção social sobre um determinado espaço (FIOREZE; BITENCOURT; JORGE, 2007).

Fala-se sobre posicionamento geográfico, disponibilidade de recursos naturais e clima fundamentalmente. Aí se construiu um centro de referência regional com uma vasta teia de relacionamento em se tratando de algumas especialidades. Ele se destacou, cresceu e se desenvolveu nas mais variadas áreas da atividade humana. A concorrência em fluidez e a centralidade foram fundamentais para alcançar um posto importante na hierarquia dos centros urbanos brasileiros.

Então, somados a esses bens, surgiram construções sólidas da sociedade e que serviram de referência. Pessoas viram lembranças, nomes de ruas e referências históricas, por conta da brevidade dos tempos biológicos. Isto também não se pode revogar, apenas a ciência consegue driblar, dando um pouco mais de permanência lúcida por aí.

Mas a criatividade humana é fértil e nós inventamos uma ficção: as instituições. Elas funcionam como que uma extensão do humano, e mais, com a capacidade de fusão de muitas pretensões pessoais, que com interesses e olhares parecidos formam instituições, estas com longa vida, e que permanecem para além da vida das pessoas. Salvo em casos em que seus herdeiros as deixarem morrer ou decretarem seu fim, as instituições são as verdadeiras guardiãs dos tempos históricos.

Nossa gente é brava e acolhedora por herança da gênese deste local, pessoas físicas atuaram com altruísmo ou por dever de ofício na atividade de acolher e de atrair. As instituições se potencializaram, viraram grandes referências e multiplicaram esta virtude de bem receber. Esta dinâmica foi ilustrada nos versos de Antonino

Xavier, e eternizada na obra de Delma Rosendo Gehm, ao se referir a nossa característica acolhedora:

“O tronco seu, de plagas afastadas
Vindo a esta e outros dos desertos
Campos das reduções tão memoradas,
Aqui os longos braços teve abertos”.
(GEHM, 1978, p. 14)

A CENTRALIDADE DE PASSO FUNDO E IMPACTO REGIONAL

Com base em uma pesquisa realizada sobre o desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo no período de 2005 a 2011, resultando na dissertação de mestrado, foi possível identificar a centralidade de Passo Fundo e seu impacto regional (CITTOLIN, 2014). Dados do IBGE, já em 1993, validavam que independente de seu tamanho, todo núcleo de povoamento era considerado uma localidade central, equipado de funções centrais. Essas funções seriam as de distribuição de bens e serviços para a população externa à localidade, residente em sua área de mercado ou região de influência (IBGE, 2008).

O método adotado privilegiou a função de gestão do território. Assim, centro é caracterizado como aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um determinado espaço, que passa a ficar sob o controle da cidade por meio das empresas nela sediadas (IBGE, 2008).

A definição dos centros da rede urbana se utiliza de informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial (IBGE, 2008).

A relação entre Centro – forma espacial – e Centralidade – atributo de uma área central – é vista por nós como um dos importantes elementos do processo de estruturação da cidade, uma vez que possibilita as diferentes articulações internas e externas dos espaços urbanos e revela seus graus de complexidade e de contradições. Como objetos estruturadores das cidades e das redes, Centro e Centralidade passam por fortes modificações no desenvolvimento de processos de reestruturação urbana, quando se alteram as concentrações espaciais e os fluxos urbanos para atender as demandas das atividades de diferentes agentes sociais. (MAIA; SILVA; WHITACKER, 2017, p. 12).

O local em um âmbito espacial delimitado, identificado como base, território, microrregião, podendo ser indicado por outras designações que sugerem constância ou certa inércia, contém, igualmente, o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar. Portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns (FISCHER, 1993).

Se o espaço local tem um fundamento territorial, inegável utilizar como categoria de análise o seu uso, a natureza que inclui a ação humana. Isso significa o trabalho e a política, pois a cidade é alvo de múltiplos olhares que podem se cruzar nas rotas transdisciplinares dos estudos organizacionais e urbanos. As cidades foram elevadas ao protagonismo máximo de nós de rede de produção e consumo, recriando o conceito de região nas novas articulações urbanas (FISCHER, 2002).

O desenvolvimento envolve uma rede de conceitos que podem ser associados ao local, integrado e sustentável, à produção e à competitividade, que dentre outros se articulam e reforçam mutua-

mente ou que se opõem frontalmente. Significados compreensíveis desde sua origem, sugerindo, entretanto, o emprego de estratégias para produzir mudanças (FISCHER, 2002).

O desenvolvimento endógeno sustentado vem sofrendo transformações teóricas no que se refere ao desenvolvimento regional, buscando reconstruir conceitos, cujo enfoque é mais regional ou local, utilizando uma metodologia que abrange o todo e as partes.

Em âmbito regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser interpretado como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como, da capacidade de absorção da região. Disso resulta a ampliação do emprego, do produto e da renda local, em um modelo de desenvolvimento regional definido. Esse novo paradigma criado está no fato de que esse modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não mais de cima para baixo, através de planejamentos centralizados (PROCÓPIO, 2010).

O desenvolvimento, seja em âmbito regional ou local, depende da percepção de um fenômeno complexo de múltiplas dimensões, as quais devem estar integradas em redes. Devendo ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento, todavia, incrementos positivos no produto e na renda devem ser viabilizados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002).

Vázquez Barquero (2001) considera praxe em relação às teorias de desenvolvimento em geral, a noção de que desenvolvimento local tem mais de um significado. Tornando o conceito abrangente, inclusive comparado ao termo globalização, as indefinições

são alargadas pelo próprio termo “local”, cuja abrangência nunca é precisa. Com tais dificuldades, cabe fazer algumas aproximações para melhor situar o que seja local. O conceito de desenvolvimento local também pode ser associado ao de desenvolvimento endógeno e, nesse campo, a sua afinidade parece estar mais articulada às teorias de desenvolvimento regional ou aos novos paradigmas de industrialização e de reestruturação funcional do espaço.

O desenvolvimento endógeno se configura quando o sistema produtivo dos países cresce e se transforma utilizando o potencial de desenvolvimento existente no território, regiões e cidades, mediante as inversões que realizam as empresas e os agentes públicos, e sobre o controle crescente da comunidade local. As propostas da teoria territorial de desenvolvimento e do desenvolvimento auto-centrado surgem como uma reação à insatisfação que gerou o esgotamento dos modelos de “desenvolvimento de fora”.

A compreensão das características e do conceito de desenvolvimento facilita a elaboração e a execução de um plano de desenvolvimento das regiões. Entender o processo de desenvolvimento regional demanda dar atenção especial a macro parâmetros. Estes delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos dominantes sobre o desenvolvimento econômico (BOISER, 1989).

Veiga e Zatz (2008, p. 42) afirmam que “o crescimento econômico sempre se deu em detrimento da conservação da natureza”. Todavia, os debates atuais ocorrem no sentido da viabilidade de conciliar conservação ambiental e crescimento econômico sustentável, demonstrando que a importância da variável social em qualquer plano de intervenção econômica, política e socioambiental.

Portanto, todo planejamento de desenvolvimento precisa le-

var em conta as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Nessa lógica, os reflexos na economia local e à dinâmica de desenvolvimento de Passo Fundo é consequência de políticas públicas, ação da iniciativa privada e as tendências de mercado doméstico e internacional. Como pode ser interpretado a partir de fontes como: o Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) do Programa de Desenvolvimento de Passo Fundo (2009) contemplou indicadores, dentre os quais se podem citar o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese); os Indicadores do Mercado de Trabalho e os Indicadores Econômicos.

Na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não hierárquicas. A gestão pública e empresarial mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades. Contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços. Os centros de gestão do território caracterizam-se como aquelas cidades onde se localizam uma diversidade de órgãos do estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um determinado espaço (IBGE, 2008).

Com o avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e a evolução decorrente das novas formas de comunicação ocorreu a ampliação da organização em redes – “de produção e distribuição, de prestação de serviços, de gestão política e econômica - cujos nós são constituídos pelas cidades”(IBGE, 2008, p. 9).

A identificação dos centros de gestão do território caracteriza-se pela oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas;

dos consumidores, a rede urbana divide-se entre uma arquitetura clássica desenhada pelos fluxos materiais - por vezes limitada aos níveis hierárquicos mais básicos para parcela significativa da população - e os pontos inseridos nas redes globais, mais dinâmicos economicamente, como se demonstra no Mapa 1 (IBGE, 2008).

Observa-se que a região de Passo Fundo, localizada no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, é classificada como uma das redes dos centros de mais alto nível, conforme revelam dados do IBGE (2008, p. 127). Considera-se que deve haver uma inter-relação entre os atores que tratam do assunto desenvolvimento local e regional, tecnocratas, socioambientalistas, preservacionistas, desenvolvimentistas modernos e desenvolvimentistas tradicionais; pois os conflitos associados às ideias e aos valores apenas contribuem para dificultar a concretização de mudanças (ARAÚJO; CALMON, 2010).

A participação dos atores de forma positiva tem o condão de agregar valor aos processos decisórios, relacionados a um desenvolvimento local sustentável e às deliberações na área de políticas públicas em questão. É fato que existem implicações, quando viabilidade econômica, justiça social, sustentabilidade ambiental e social, mas é necessário avaliar também os pontos positivos e os benefícios, os quais não devem ser subvalorizados com base apenas em ideologias (ARAÚJO; CALMON, 2010).

Existem percepções clássicas sobre o desenvolvimento, com base na existência de uma força exógena que possui a capacidade de mover as atividades econômicas de uma maneira geral e quase incondicionada. Os defensores desse conceito entendem que as forças são oriundas dos polos centrais de um país ou região, baseando-se principalmente nas atividades exportadoras, como base fundamental de crescimento e difusão do desenvolvimento. Assim, as influências externas seriam maiores e mais decisivas que as forças internas.

Entretanto, na dialética dessa discussão, existem os defensores das forças motrizes internas de uma região, acreditam num desenvolvimento econômico que extrapola os limites regionais, causando um impulso para toda a sociedade local e influenciando outras regiões. São as forças endógenas colocadas como primordiais para o planejamento do desenvolvimento regional.

O fato é que todo planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta as dimensões ambientais, sociais, políticas, econômicas, culturais, espaciais e institucionais. Nos últimos anos, os planejamentos municipais foram desenvolvidos por meio dos planos diretores e planos de desenvolvimento participativos (OLIVEIRA, 1989).

O plano diretor baseia-se em leis e regulamentos que definem as funções urbanas e buscam orientar o crescimento das cidades. O planejamento participativo passou a vigorar com o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos, tomando-se por base exemplos de experiências inovadoras e bem-sucedidas de governos municipais com participação de suas comunidades nas decisões e na solução de problemas.

Turra (2003) salienta que as atribuições do poder municipal, antes consideradas de menor relevância quando comparadas aos poderes estadual e nacional, afiguram-se na atualidade como elemento central, pois criam condições de expansão do meio, a partir de fatores locais. Trata-se de desenvolvimento endógeno, como explicam Vázquez Barquero (1988), no qual o protagonismo centra-se na sociedade civil local, nos seus processos de organização e relação social, permitindo que a região atinja um crescimento equilibrado e sustentado em longo prazo, reduzindo conflitos sociais e culturais. A forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas, os novos esquemas de relações sociais

e os novos valores são compreendidos como favoráveis nas zonas de desenvolvimento local. Integrando-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais.

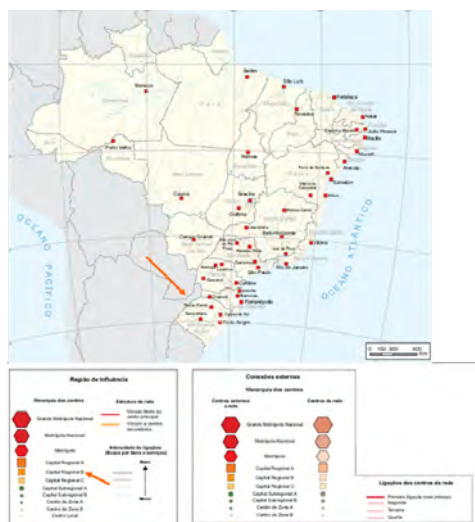
A reafirmação do local responde a demandas de eficiência e de eficácia do sistema produtivo global, atuando como elemento de transformação sócio-político-econômico, representando o *locus* privilegiado para novas formas de parceria entre os atores, em que a competição cede espaço à cooperação (ALBAGLI, 1999). “De fato, a política de desenvolvimento local é aplicada por atores públicos e privados, que seguem diferentes estratégias” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 238).

Sob esse enfoque o conceito de desenvolvimento contempla as transformações econômicas regionais, uma vez que se destina à interpretação das novas tendências locais. Significa dizer que na prática, a política de desenvolvimento local visa contribuir para o funcionamento dos mecanismos de mercado. No caso das iniciativas locais, a intenção é superar os desafios que impedem ou criam obstáculos ao crescimento econômico. Assim “ao incidir sobre os fatos de desenvolvimento endógeno, seu efeito é o de incentivar os agentes econômicos a utilizá-los de forma competitiva” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 238).

O recorte temporal entre 2005 e 2011 confirma a tendência mencionada pelos autores, devido às ações locais e o novo cenário de oportunidades que vivenciou Passo Fundo no período em evidência. Desenho de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado entre os diversos setores, fortalecimento de novas cadeias produtivas e oportunidades de empreendimentos, se solidificaram, gerando emprego e renda e fazendo com que o município se tornasse foco de investimentos, integrando, nesse contexto, atores públicos e privados.

Demonstrando que um dos pressupostos básicos é que setores produtivos e formadores de recursos humanos podem promover um espaço de perspectivas no contexto socioeconômico e político institucional, quando sua implementação e avaliação ocorrer por meio de políticas públicas de planejamento e gerenciamento da infraestrutura, dentro dos princípios de sustentabilidade econômica e social, preservando o ambiente natural e construído.

Analizando-se a inserção de Passo Fundo na economia gaúcha e brasileira, é possível inferir que a cidade e o município acompanharam as transformações econômicas em seus três setores: indústria, agricultura e comércio. Nesse sentido, cabe demonstrar a região de influência de



Mapa 2. Índice – Centros de Mais Alto Nível.
Fonte: IBGE (2008, p. 127).

Passo Fundo, pois, enquanto Capital Regional apresenta influência econômica e cultural que se estende para além de seus limites municipais, abrangendo a região que a circunda, conforme Mapa 2.

A seguir demonstram-se os indicadores relacionados à dimensão econômica do município de Passo Fundo, onde o PIB é a soma do VAB total e dos impostos. O VAB total, por sua vez, é a soma VAB da agropecuária, da indústria e dos serviços. O VAB da administração pública já está incluso no VAB dos serviços, do período de 2005 a 2010.

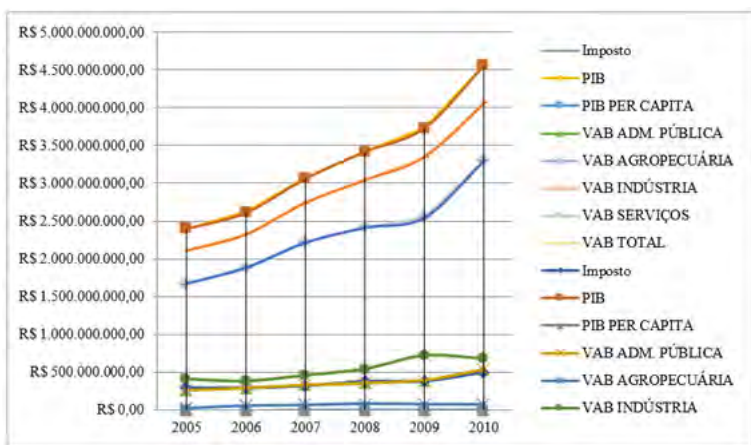


Figura 1. Indicadores relacionados à dimensão econômica, período 2005 a 2010. Fonte: Fundação de Economia e Estatística, 2013

Os indicadores demonstram uma nova dinâmica da economia local. No tocante aos impostos, tem-se uma variação positiva, em todos os anos, quando comparados a um período imediatamente anterior. Esse indicador tem interferência de vários fatores que podem não estar necessariamente relacionados com uma política efetiva de desenvolvimento local. Pode, por exemplo, estar relacionado a um aumento de alíquota de tributos que compõe o montante arrecadado. Observa-se uma evolução no período relativamente ao PIB *per capita*. Esse indicador, mesmo tendo um valor relativo, pois não demonstra um enriquecimento da população, nem a efetiva distribuição de renda, serve para demonstrar que o aumento do PIB municipal está acima do aumento da população. O aumento do PIB *per capita* ultrapassa a inflação acumulada do período que foi de 33,04 %, sendo que o PIB *per capita* aumentou em 90,1%.

Na Figura 2 demonstra-se o PIB em âmbito nacional, estadual e municipal, para demonstrar a dinâmica da economia local no decorrer de 14 (quatorze) anos, período de 2005 a 2018. Am-

pliamos o recorte temporal nesta visualização, pois a ação do período proposto neste trabalho tem reflexos por algum tempo.



Figura 2. PIB Comparativo Brasil, Rio Grande do Sul e Passo Fundo – 2005 a 2018. Fonte: IBGE (2021).

A Figura 2 demonstra a evolução do PIB em percentuais nas três esferas governamentais no período de 2005 a 2018. Justifica-se este recorte de tempo pelo fato de que neste artigo se argumenta que tal dinâmica na economia local se deve ao fato de que no período o poder local se postou de forma determinada na busca de investimentos que pudessem agregar valores sensíveis na cadeia produtiva local e regional.

Passo Fundo se ressentia de várias perdas industriais em épocas recentes, destacando apenas os três últimos, *Fábrica da Brahma*, *Fábrica da Pepsi Cola* e da *Coca Cola*. Uma após a outra foram remanejadas para outras cidades. O sentimento da população passou a ser de pessimismo, pois este fenômeno já vinha de outras perdas como frigoríficos, curtumes, indústrias na área metal mecânica, cooperativa, moinhos, olarias e outros negócios que simplesmente, por um motivo ou outro, encerravam suas atividades. A ascensão

e derrocada de muitos dos negócios aqui referidos que acontece dos anos 1950 a 1980 especialmente está detalhadamente relatada no livro “Agroindústria frigoríficos e cooperativismo” dos autores João Carlos Tedesco, Paulo Ivan Schutz Beux, Sirlei de Fátima de Souza e Renan Cechet. Era preciso iniciar um novo momento e buscar atrair grandes negócios que servissem de âncora para um plano de desenvolvimento em Passo Fundo.

Foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico em 2005, cuja única tarefa era montar uma estratégia eficaz para desenvolver novos negócios, ampliar os existentes e atrair investimentos de grande monta.

Após um diagnóstico estruturado, se iniciou o processo com investimentos públicos pesados e novos distritos industriais e a atividade constante dos agentes públicos mostrando o potencial da cidade para que os negócios prosperassem.

Os resultados foram aparecendo rapidamente e os números começaram a comprovar da eficácia do novo comportamento da cidade, que passa a ter um plano estratégico de desenvolvimento.

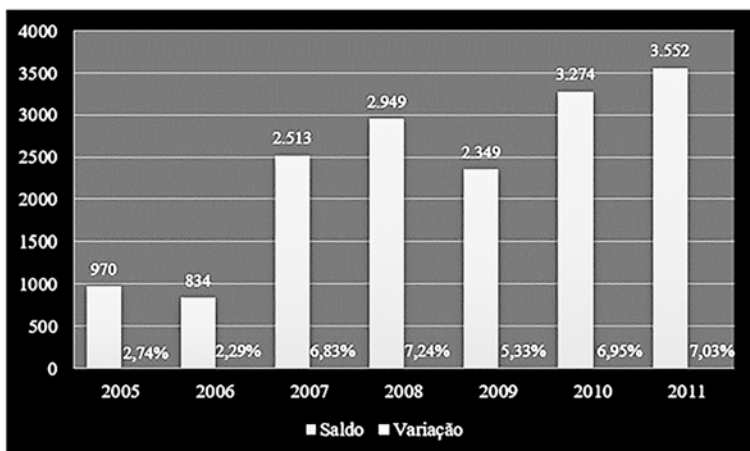


Figura 3. Saldo de emprego do período 2005 a 2011. Fonte: Ministério do Trabalho.

Demonstra-se o indicador da Balança Comercial do município de Passo Fundo, referente ao período de 2005 a 2011, inerente à dimensão econômica.

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	Valor (A)	Var% (*)	Valor (B)	Var% (*)	(A) – (B)
2005	19.861.024	-56,59	3.082.062	-28,36	16.778.962
2006	20.667.457	4,06	3.302.327	7,15	17.365.130
2007	41.982.972	103,14	6.973.990	111,18	35.008.982
2008	111.048.278	164,51	61.602.050	783,31	49.446.228
2009	80.196.680	-27,78	12.961.853	-78,96	67.234.827
2010	206.104.035	157,00	19.749.662	52,37	186.354.373
2011	623.414.363	237,37	28.235.725	63,91	595.178.638

Tabela 1. Balança Comercial do município de Passo Fundo. Obs: (*) VAR% => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal. Mensal = Sobre o mês anterior. => “---” Quando ano igual a 1998, quando mês igual a Janeiro ou quando maior que 999,99. IMPORTAÇÃO => Base SISCOMEX - Out-2011. Dados preliminares para os meses seguintes. EXPORTAÇÃO => Base SISCOMEX - Out-2011. Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior.

CENTRALIDADE INSTITUCIONAL: ALGUMAS INSTITUIÇÕES PRECURSORAS

Muitas instituições são responsáveis para atração de interesses para Passo Fundo. São das mais variadas áreas de atividades e que cumprem papéis fundamentais na formação da sociedade como ela é. Elencam-se algumas áreas, com a permissão dos antropólogos, com um olhar de maior alteridade possível, que se destacaram na história de Passo Fundo, sendo que algumas ainda atuam de forma bastante ativa e outras já não existem, mas cumpriram destacado papel em seu tempo. Foca-se no papel que exerceram para oferecer apoio

ao desenvolvimento regional, em linha com o que se denomina de centralidade da cidade de Passo Fundo.

A centralidade é cambiante, na medida em que não se define pela localização, mas pelo movimento e pela articulação das diferentes localizações. Não se define também apenas no nível intraurbano, visto resultar da articulação de diferentes níveis, dimensões e escalas, sobretudo quando não se restringe a elaboração do modelo teórico à concepção de hierarquia urbana, mas se compreende a constituição de redes num padrão não necessariamente concêntrico, nas quais as articulações são estabelecidas por fluxos. A centralidade, portanto, não só é dinâmica e definida no tecido urbano pelos fluxos, mas é também pensada na escala da rede, podendo estas duas escalas se sobrepor, conforme características e tempos. A expressão territorial dessa centralidade se espalha na cidade, pois os *diferentes* ou *diversos* centros tendem a possuir especializações socioeconômicas e funcionais. (WHITACKER, 2017, p. 170).

Com esse entendimento, pode-se dizer que as escolas cumpriram seu papel de atratividade, como o Colégio Protásio Alves, o Colégio Nossa Senhora da Conceição, o Instituto Educacional, o Notre Dame e a Escola Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro (EENAV), destacados para ilustrar os educandários próximos da casa dos cem anos. Fundadas por congregações religiosas – o Conceição, dos Irmãos Maristas, o Instituto Educacional, dos Metodistas, e o Notre Dame das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora – e pelo setor público – Protásio Alves e a EENAV –, as escolas formavam um elemento de atratividade importante, pois trouxeram para Passo Fundo jovens de outros municípios para realizar seus estudos. Algumas delas eram dotadas de internato para melhor atender esta demanda.

A Associação Comercial foi a primeira entidade empresarial, fundada em 1921, e foi fundamental para que grandes conquistas fossem alcançadas pela cidade com repercussão regional. Depois surgiu o Centro das Indústrias da Região do Planalto, que foi incorporada à Associação Comercial e agregou o industrial no seu nome. Outra entidade empresarial foi fundada, a Câmara da Indústria, Comércio, Serviços e Agropecuária (CICASP), que em 1988 também se fundiu com a já longeva e representativa Associação Comercial e Industrial, formando a ACISA – Associação Comercial, Indústria, de Serviços e do Agronegócio de Passo Fundo.

Estas entidades por muitos anos repercutiram o sentimento da sociedade em demandas de alto interesse, foram responsáveis pela instalação de melhorias viárias, equipamentos públicos importantes e outras grandes conquistas, pela sua representatividade e legitimidade. Muitas outras entidades foram formadas, como a Câmara de Dirigentes Lojistas e sindicatos de outros ramos da atividade empresarial, sendo que muitos de atuação regional.

As congregações religiosas das mais diversas origens e crenças tiveram ao longo do tempo a cidade de Passo Fundo como centro de referência, constituindo estruturas de educação, assistência, saúde e de formação como o caso dos diversos seminários e conventos, no caso da Igreja Católica. Mas outras religiões também estiveram aqui desde há muito tempo irradiando sua ação referencial, tais como religiões protestantes, judaísmo, espíritas e de origem afro.

Em 1914 surgiu o Hospital de Caridade, depois Hospital da Cidade e hoje denominado Hospital de Clínicas. Ao longo de sua história atendeu pessoas da cidade, mas também esteve a serviço de muitos municípios que recorreram a esta casa hospitalar para se tratarem.

Em 1918, juntamente com a epidemia da gripe espanhola,

foi fundado pela Sociedade São Vicente de Paulo, o Hospital São Vicente de Paulo, que viria a se constituir uma das maiores casas hospitalares do Rio Grande do Sul, que recebe pacientes de centenas de municípios do estado e de fora dele. O “São Vicente”, como é chamado, foi fundamental para que Passo Fundo se constituísse neste centro de referência médica, com três faculdades de medicina e vários outros cursos na área médica, como enfermagem e odontologia. Todo o sistema médico e hospitalar instalado transformam a área da saúde como um dos maiores atrativos, que constituem a centralidade de Passo Fundo em alto patamar.

O ensino superior foi surgindo no meado do século passado, iniciativas distintas se uniram, formando a Universidade de Passo Fundo (UPF). Esta iniciativa constituiu aquela que seria uma das maiores instituições filantrópica do norte do Estado e que viria a formar milhares de profissionais para as mais diversas áreas do conhecimento humano.

Ser a sede de uma universidade que produz pesquisa, ensino e atua fortemente na extensão é sem dúvidas um dos mais significativos elementos que transformaram Passo Fundo nesta pujante e progressista Capital Regional. Entre muitos dos elementos que concorreram para que se atingisse de forma tão qualificada o patamar de centralidade da cidade, a existência de uma universidade tem sido, indubitavelmente, um dos principais ativos. Depois da Universidade de Passo Fundo, outros centros universitários foram surgindo e muitas outras instituições mantêm postos de ensino a distância e semipresenciais, mas tudo isso numa época em que as necessidades e tecnologias disponíveis assim permitiram.

A precursora Universidade de Passo Fundo foi fruto de um ato de unidade entre um Consórcio Católico e a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, que individualmente já tinham

alguns cursos superiores em funcionamento. Eles também foram protagonistas de um novo modelo de universidade que surgiu no Rio Grande do Sul, as comunitárias, que hoje recebem uma denominação própria para fins de classificação jurídica junto ao Ministério da Educação, as Públicas Não-Estatais.

A referência alcançada pela cidade, por ser a sede da UPF foi fundamental para se forjar esta Passo Fundo de hoje. A UPF formou professores, advogados, médicos, enfermeiros, engenheiros, arquitetos, odontólogos, administradores, economistas, contabilistas e muitos outros profissionais. Esta oferta fortaleceu sobejamente as comunidades vizinhas e de outras regiões mais distantes e, notadamente com a graduação, pós-graduação e pesquisa, auxiliaram em muito a pujança de muitas cidades, empresas, sociedade e outras instituições de diversas matizes da atividade humana, com destaque aos profissionais de ensino, saúde e agricultura.

No futebol o 14 de Julho, hoje Passo Fundo Futebol Clube e o Esporte Clube Gaúcho, com seu surgimento há cerca de 100 anos, fortaleceram a paixão e protagonizaram grandes clássicos ao longo dos anos. Revelaram atletas, que localmente ou em grandes clubes levaram e enalteceram o nome de Passo Fundo.

Clubes sociais como o Caixeiral, Juvenil, Comercial e o Visconde do Rio Branco foram espaços para a diversão e convivência dos cidadãos passo-fundenses e da região.

Nas áreas cultural e artística a Academia Passo-Fundense de Letras, Arquivo Histórico Regional e o Museu Histórico foram fundamentais para construir espaços de expressão para artistas e intelectuais. Depois começaram a brotar espontaneamente os Centros de Tradições Gaúchas, a fim de ser o repositório cultural do orgulho do povo gaúcho.

Rádios e jornais deram voz e materialidade aos fatos que vira-

ram notícias, sendo que o sinal das rádios e a circulação dos impressos circularam e noticiaram fatos de toda a região. Depois, em épocas mais recentes, a televisão também se instalou e passou a ser o canal de mídia que repercutiu fatos e informou a população regional.

Das estruturas públicas, há que se destacar a Unidade do Exército Brasileiro, que veio a se instalar aqui no início do século passado. Jovens de toda a região cumpririam com sua obrigação cidadã de servir à Pátria e mais uma vez se serviriam de uma estrutura pública para conviver com esta cidade polo da região.

Outras estruturas públicas de caráter regional viriam a ser instaladas, fortalecendo a centralidade de Passo Fundo em relação a sua região de influência, viabilizando a praticidade de se reportar aos órgãos públicos de sua necessidade. São estruturas administrativas, de segurança e judiciárias, tanto estaduais quanto federais, que contribuem para que Passo Fundo seja o suporte regional no setor público.

O comércio de Passo Fundo, logo no seu início, gerou atratividade para os consumidores regionais, com grandes empresas nas mais diversas áreas do varejo. A indústria, que beneficia os produtos das cercanias, deu suporte aos produtores do setor primário da região. O setor de serviços, que tem sido nas últimas décadas um grande destaque para a cidade, também fortaleceu as relações entre o ponto de referência e seu raio de sinergia.

Na área da logística, o Aeroporto Regional Lauro Kurtz, que de uma forma contínua e cada vez mais importante para a economia regional, tem sido a grande referência do modal aéreo para a região.

A ferrovia foi fundamental para atrair um polo de distribuição de combustíveis no ano de 1984, estrategicamente posicionado, para suprir os postos de combustíveis que abastecem a frota de parte da região norte do estado. Este elemento novo foi fun-

damental na geração de tributos e valor agregado, aumentando o retorno para o município como receita pública e permite atingir um orçamento razoável para Passo Fundo. O vigor da economia local repercute regionalmente pela característica de sinergia entre as economias locais, fruto da centralidade da cidade.

Centros de distribuição, atacados, transportadoras e muitas outras estruturas de logística de insumos e produtos para toda a região permitem que Passo Fundo se torne a sede de grandes operações logísticas para a movimentação de cargas, otimizando, assim, o sistema de transporte de riquezas da região.

Instituições de pesquisa e fomento se instalaram em Passo Fundo, especialmente, para dar atenção ao setor produtivo diversificado. Com destaque para a EMBRAPA e EMATER, duas instituições que foram fundamentais para a constituição de uma região agrícola destacada. Este setor representa uma grande fortaleza para a produção gaúcha, tanto para abastecer mercados distantes e até internacionais com seus produtos, como suprir a agroindústria instalada na cidade e na região. A produção diversificada vem atraindo negócios no sistema, com repercussão significativa no PIB da região.

De uma forma natural e ao longo dos anos foram sendo instaladas estruturas públicas que servem de suporte para toda a região. São órgãos federais e estaduais, na área fiscal, trabalho, saúde, ensino, obras, infraestrutura e pesquisa. Na área da justiça são os Fóruns, Defensorias e Ministério Público. Essa referência na área pública traz consigo interesses e necessidades fortalecendo o comércio, serviços, como a hotelaria e restaurantes e muitos outros setores que contribuem com a economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centralidade gera atratividade. Com base nesta característica fundamental, que transforma a cidade no centro de referência, pode-se afirmar que grandes empreendimentos que se instalam em Passo Fundo, o fazem pela perspectiva de sustentabilidade dos negócios, com base em ativos locais e regionais. Matéria prima, mão de obra especializada e provedores no sistema produtivo, infraestrutura logística, rede de ensino e saúde, disponibilidade de energia e outros recursos naturais como a água, são alguns dos principais ativos que geram interesse e sustentabilidade aos negócios. A produção primária de soja, leite e cevada está localizada na região e servem para viabilizar a indústria de biodiesel, laticínio e a maltaria, por exemplo.

A capacidade de demonstrar a existência de tais condições e a proatividade dos agentes públicos e privados, criando regras claras e seguras nas relações endógenas, impulsionam o local a um elevado patamar de competitividade. A predisposição explícita para dar o suporte que lhe cabe ao empreendimento e agindo de forma republicana entres as outras instâncias públicas faz com que o gestor adquira confiança e colaboração do empresariado.

Neste sentido grandes indústrias que se instalaram no período tiveram aqui um terreno fértil para crescer. Indústrias como a *Bsbios*, uma das maiores usinas de biodiesel do Brasil, a *Italac* entre as maiores brasileiras do setor de laticínios e a *Ambev* com sua maltaria, classificada como uma das maiores da América Latina. A instalação dessas indústrias foi fruto da ação governamental do período de 2005 a 2012, oferecendo incentivos para que aqui viessem operar, quando o prefeito Airton Lângaro Dipp propôs uma retomada no desenvolvimento neste setor.

Neste período também chegou a americana *Manitowok*, uma das maiores produtoras de guindastes e guias do mundo, que teve

sua produção interrompida pela grande crise do setor de obras de infraestrutura que atingiu o Brasil nos últimos anos. As principais compradoras destes equipamentos de grande porte são as empreiteiras, as empresas que mais sentiram a grande crise originada por motivos diversos. As consequências desta interrupção são de características macroeconômicas, não sendo possível que se evitasse tal parada pela ação do governo local. Sua sede e suas instalações ainda existem, e se espera que possa retomar a produção ou repassar para que outra grande indústria possa operar.

A base fundamental para a instalação desses negócios é a capacidade de suprimento com matéria prima produzida em uma grande região, que no caso foi soja, leite e cevada.

Esses negócios industriais além de elevar significativamente o PIB local e regional, atuam na retenção de produtos primários na economia agregando significativo valor. Este valor agregado gera emprego, renda e maior receita pública, o que retroalimenta a economia local e regional. Muitos outros negócios industriais com esta característica se sustentam na cidade, sendo que alguns atuam na fase anterior à produção primária, servindo como provedores para o sistema.

A pujança da economia também fortalece o setor de serviços e o comércio, sendo que a capacidade de compra viabiliza negócios comerciais como *shopping centers* e lojas de varejo.

Todo esse sistema de produção e de negócios também fortalece setores de logística, proporcionando mais uma área, na qual Passo Fundo detém grande potencial, especialmente pela sua centralidade, trata-se da distribuição de produtos. São transportadoras, centros de distribuição e atacados, que atuam na qualificação e barateamento do transporte de produtos.

É fato que Passo Fundo se constitui hoje num polo de atra-

ção, uma cidade moderna, intensa, com reflexos em toda região. O seu contexto histórico reflete na construção do seu espaço, da vida social, da cultura e educação, comércio, serviços, lazer, mobilidade urbana, infraestrutura, industrialização, áreas responsáveis por gerar a dinamicidade e a centralidade que Passo Fundo representa, enquanto Capital Regional.

Passo Fundo é uma cidade em constante mutação, com transformações econômicas e sociais que não se dissociam e se potencializam numa relação dialética com todos os setores públicos e privados, os quais compreendem a representatividade da cidade para região.

De forma transversal outros setores foram impulsionados por consequência desta nova dinâmica da economia local, sendo um exemplo à construção civil. Tanto os moradores locais passaram a investir mais, quanto a população regional optou pelos negócios na cidade de Passo Fundo, pela clara segurança e perspectiva positiva de futuro.

Outro elemento importante que surge como consequência desta nova perspectiva é o Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Passo Fundo. A interação entre governos, academia e empresas faz com que este grande instrumento de pesquisa e desenvolvimento atue para agregar tecnologia nos produtos e processos das empresas. O referido parque serve de ambiente para o surgimento de novos negócios de base tecnológica, dentro de um ecossistema que permite a sinergia entre a pesquisa científica e os negócios. Dotado de uma incubadora de base tecnológica este ambiente serve para receber projetos de empresas, no conceito de inovação aberta e novos negócios, que interagem com outros ambientes de inovação no território nacional e fora dele.

A atratividade associada ao desenvolvimento de Passo Fun-

do também faz com que o fluxo de pessoas se torne permanente, devido à dinamicidade, centralidade e infraestrutura, atendendo a região e aos moradores de Passo Fundo. Aqui aparece um novo fenômeno, onde as pessoas que por aqui circulam também resolvem investir, vir residir na cidade, ou enviar seus filhos para estudar e estes acabam ficando em virtude das oportunidades oferecidas.

O aspecto econômico não implica apenas aumento de renda e riqueza, ele possui vínculo direto com a melhoria da infraestrutura para viabilizar o crescimento de setores essenciais, que refletirão o planejamento e execução de políticas públicas efetivas para melhoria da condição social. O que reforça, de forma contínua, sua centralidade, seu alcance espacial de influência, que vai além das cidades de seu entorno imediato, para atingir cidades de outros estados.

Fica evidente que a atratividade não está afeta apenas aos elementos geográficos, muito embora sejam importantes, mas ela se reforça na medida em que a atitude do seu povo, suas instituições e governos locais ajam para se tornar cada vez mais evidente esta condição.

Passo Fundo historicamente praticou a atração de interesses, de forma adequada ao seu tempo. Este artigo procura resgatar e reconhecer e enaltecer a todos que ao seu modo e em seu tempo atuaram para construir a Capital Regional que erigimos e está aí disponível para as novas gerações seguirem o legado e desfrutarem dos efeitos das ações do passado.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e Espacialidade: o novo papel do local. *Globalização & Inovação*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de e CALMON, Paulo Carlos Du Pim. Política de Biodiversidade e Florestas no Brasil e Coalizões de Defesa. In: XXXIV ENCONTRO DA ANPAD - ENANPAD, *Anais...*, Rio de Janeiro, 25 a 29 set., 2010.

BATISTELLA, Alessandro. (Org.). *Passo Fundo, sua história: caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

CITOLIN, Marcos Alexandre. *Desenvolvimento local: uma amostragem do município de passo Fundo no período de 2005 a 2011*. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2014.

FIGUEIRE, Zélia G.; BITENCOUT, Luciane R. de; JORGE, Márcia da S. Passo Fundo: 150 anos e a dinâmica do território. In: BATISTELLA, Alessandro. (Org.). *Passo Fundo, sua história: caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

FISCHER, Tânia. *Poderes locais, governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Editora Multigraf, 1978.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2007- *REGIC*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 10 nov., 2021.

LECH, Osvandré. (Org.). *Momentos mais importantes de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MAIA, D. S.; SILVA, W. R. da; WHITACKER, A. M. *Centro e centralidade em cidades médias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

OLIVEIRA, D. S. *Planejamento municipal*. Rio de Janeiro: IBAM, 1989.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p. 41-48, maio/ago. 2002.

PROCÓPIO, Cornélio. Mudanças de paradigmas: o velho e novo desenvolvimento. *Diálogo e Interações*, v. 4, Disponível em: <http://www.faccrei.edu.br/dialogoeinteracao/> Acessado em: 20 out., 2020.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL (RAA) DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE PASSO FUNDO. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo – Secretaria do Planejamento, 2009.

TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schutz; SOUZA, Sirlei Fátima de; CECCHET, Renan. *Agroindústria, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2005.

TURRA, J. M. T. Formação socioespacial, território e seus usos. Milton Santos e os instrumentos de pensar com os olhos no futuro: compromisso com o Brasil profundo. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Pirâmide, 1988.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

WHITACKER, A. M. Centro da Cidade, centralidade intraurbana e cidades médias. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R. da; WHITACKER, A. M. *Centro e centralidade em cidades médias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.



SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

ALEX ANTÔNIO VANIN

Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre (2020) e Licenciado (2018) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Membro efetivo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e Editor-chefe da Acervus Editora.

CALIANE CHRISTIE OLIVEIRA DE ALMEIDA

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - 2004), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo (EESC-USP - 2007), doutorado e pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP - 2012 e 2015). É coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Meridional (PPGARQ-IMED); e coordenadora do Grupo de Pesquisa Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC-IMED).

CLEIDE FÁTIMA MORETTO

Economista, Mestre em Economia (Ufrgs) e Doutora em Teoria Econômica (USP). Docente titular da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC); coordenadora do curso de Ciências Econômicas e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano (PPGEH), Universidade de Passo Fundo.

CRISTIAN VIAN

Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo. Dedicar-se a pesquisa de temas relacionados à História de Empresas, História da Imigração alemã e italiana no Brasil e História Ambiental.

DENIZE GRZYBOVSKI

Administradora. Mestre em Dirección y Organización de Empresas (Universidad Museo Social Argentino/UMSA-2000). Doutora em Ad-

ministração (UFLA–2007) com tese em empresa familiar. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) na Universidade de Passo Fundo. Editora Associada na Revista de Administração Contemporânea (RAC) e na Gestão e Planejamento (G&P).

DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Mestre (2020) e licenciado (2017) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente, é membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), ocupando o cargo de vice-presidente, bem como é membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

JÊNIFER DE BRUM PALMEIRAS

Doutoranda em História pelo PPGH/UPF. Mestra em Administração pelo PPGAdm/UPF. Especialista em Gestão Pública pela UFSM, Bacharel em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo.

JOÃO CARLOS TEDESCO

Doutor em Ciências Sociais. Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisa questões ligadas ao meio rural e, em particular, sobre movimentos sociais, colonização, imigração, cultura camponesa, indígenas e caboclos.

JULCEMAR BRUNO ZILLI

Economista (Unochapeco), mestre e doutor em Economia Aplicada (ESALQ/USP) e professor da Universidade de Passo Fundo.

INDAIA DIAS LOPES

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF); Bolsista da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF). E-mail: indaia_lopes@yahoo.com.br, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

KAREN BELTRAME BECKER FRITZ

Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Passo Fundo. Economista; Mestre em Economia Rural; Doutor em Desenvolvimento Rural (FACE/UFRGS). Pós-doutorado em Direito pela Universidade de Sevilla (ES).

LILIANE IRMA MATTJE WENTZ

Licenciada em História pela Universidade de Passo Fundo e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Atualmente é professora do Colégio Recriarte – Camboriú – SC.

LUIZ FERNANDO FRITZ FILHO

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Passo Fundo. Administrador (PUCRS). Mestre em Economia Rural; Doutor em Desenvolvimento Rural (FACE/UFRGS).

MARCO ANTONIO MONTOYA

Doutor em Economia Aplicada. Professor Titular da Universidade de Passo Fundo (UPF). Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis (UPF/FEAC). Grupo de Pesquisa Economia e Gestão do Agronegócio.

MARCOS ALEXANDRE CITTOLIN

Mestre em Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente pela Universidade de Passo Fundo UPF - Especialista em Pedagogia Social UPF – Pós-Graduado em Ciências Sociais UPF - Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade do Museu Argentino e Conselheiro de Administração da BSBIOS.

PEDRO HENRIQUE CARRETTA DINIZ

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola Politécnica da Faculdade Meridional - IMED (2019), onde também concluiu o Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo (2021), com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É especialista em Docência no Ensino Superior e possui MBA

em Gestão de Projetos e em Gestão Pública. Atualmente, trabalha na Coordenadoria de Gestão Pública e Planejamento Estratégico (CGPPE) da Secretaria de Planejamento de Passo Fundo (SEPLAN).

ROSANE MARCIA NEUMANN

Doutora em História. Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio Grande. Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Associada do Instituto Histórico de São Leopoldo.

SIRLEI DE FÁTIMA DE SOUZA

Mestre em História - Área de História Regional pela UPF, Pós-Graduação Lato Sensu em Aperfeiçoamento em História, Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão do Trabalho Pedagógico (Orientação Educacional, Supervisão, Inspeção e Administração Escolar) e professora da rede pública municipal de Passo Fundo.

THAÍS DALLA CORTE

Professora Adjunta do Curso de Direito e da Pós-Graduação em Direito e Vulnerabilidade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coursou Doutorado Sanduíche (PDSE/Capes) na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Especialista em *Cuestiones Contemporáneas em Derechos Humanos* pela *Universidad Pablo de Olavide* (UPO). Especialista em *Analisi Costituzionale dela Democrazia* pela *Università del Salento* (UNISALENTO). Especialista em *Derechos Humanos y Estudios Críticos del Derecho* pelo *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO).

TIAGO DALLA CORTE

Professor do Curso de Administração do Centro de Ensino Superior Rio-grandense (CESURG). Doutor e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Especialista (MBA) em Agronegócio pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Especialista em *Decision-Making and Risk Management* pela *University of Chicago*. Assessor de Investimentos.

LISTA DE IMAGENS DE ABERTURA

Capítulo I: Eral no município de Passo Fundo, 1922. Fonte: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*: obra histórica, descritiva e ilustrada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, p. 424. Acervo IHPF.

Capítulo II: Homens serrando pinheiro em Passo Fundo, 1918. Fonte: Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, em 1º de novembro de 1918. Passo Fundo: Oficinas d'A Federação, 1919, p. 10.

Capítulo III: Aspecto da charqueada São Miguel, em 1922. *Revista Mascara*. Porto Alegre, número comemorativo, 1922. Acervo do AHR.

Capítulo IV: Vista da Cervejaria *Bade, Barbieux e Cia.*, em 1936. Fotógrafo desconhecido. Acervo de Paulo Roberto Magro. Fotos Antigas de Passo Fundo (Facebook).

Capítulo V: Vista da Cervejaria Brahma, no centro de Passo Fundo, em 1982. Fonte: Revista *Veja!*, 15 de abril de 1982.

Capítulo VI: Confecção artesanal do tijolo de seis furos em olaria do meio rural de Passo Fundo. Fonte: Pesquisa de campo da autora.

Capítulo VII: Foto aérea do Frigorífico Planaltina, na década de 1970. Foto de Deoclides Czamanski, cedida por Ronaldo Czamanski.

Capítulo VIII: Esquina da loja Grazziotin, no cruzamento entre a rua General Canabarro e Avenida Presidente Vargas, década de 1960. Foto de Deoclides Czamanski, cedida por Ronaldo Czamanski.

Capítulo IX: Gado ovino na 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo, em 1939. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

Capítulo X: Cruzamento das avenidas Presidentes Vargas e Sete de Setembro, vendo-se, ao centro, os chalés da sede da Coopasso. Foto de Deoclides Czamanski, cedida por Ronaldo Czamanski.

Capítulo XI: O granjeiro Nilo Salton em meio à plantação de soja, em Passo Fundo, 1972. Foto de Deoclides Czamanski, cedida por cedida por Ronaldo Czamanski.

Capítulo XII: Maquinário da empresa Semeato em colheita no meio rural de Passo Fundo. Foto de Deoclides Czamanski, cedida por cedida por Ronaldo Czamanski.

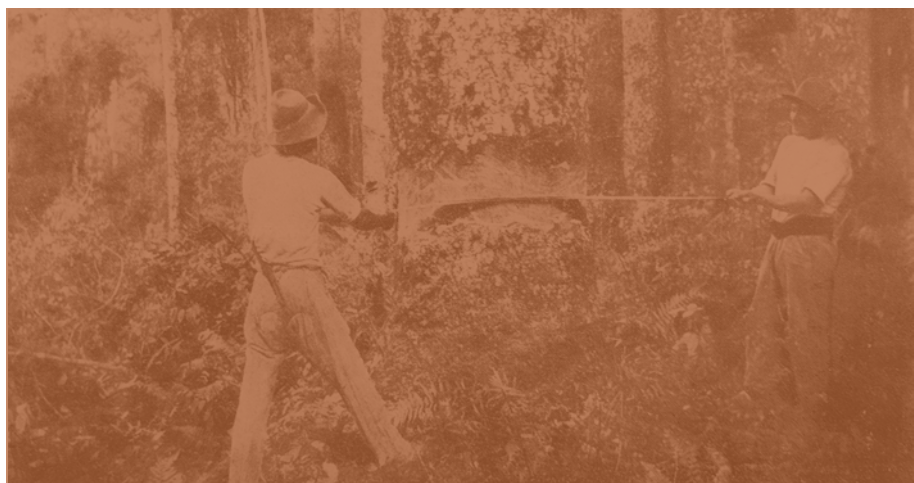
Capítulo XIII: Pequenos agricultores durante a venda de sua produção em feira, 1995. Acervo do Jornal Diário da Manhã. IHPE.

Capítulo XIV: Vista aérea da Avenida Brasil, anos 1980. Foto de Deoclides Czamanski, cedida por Ronaldo Czamanski.

Capítulo XV: Vista aérea da cidade de Passo Fundo [1978-1978]. Foto de Deoclides Czamanski, cedida por Ronaldo Czamanski.

Capítulo XVI: Vista aérea da cidade de Passo Fundo (2019). Foto de Rafael Czamanski, cedida.

Capítulo XVII: Vista aérea da *BSBios*, vendo-se ao fundo a cidade de Passo Fundo. Foto do Jornal *O Nacional*, 25 dez. 2020.



A publicação do Volume IV da *Coleção Passo Fundo: Estudos Históricos* tem como objetivo reunir textos que tenham como objeto de estudo os processos, práticas, empresas e agentes envolvidos com a história econômica da cidade e do município de Passo Fundo. A partir de pesquisas que abordam questões conceituais e históricas, este volume pretende servir de espaço para discussão e divulgação de pesquisas relacionadas à temática, com o intuito de colaborar para a compreensão das dinâmicas econômicas que constituíram a cena do desenvolvimento de Passo Fundo ao longo do século XX e das primeiras duas décadas do XXI.

